



3692

-12-

CIÊNCIA E POLÍTICA NA LEITURA EM PORTUGAL (1780-1820)

joão luís lisboa



28851

**Lisboa
1987**

Dissertação de Mestrado em
História Cultural e Política na
Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas da Universidade Nova de
Lisboa. 1987

Para os meus amigos,
pelas suas noites claras.

Nota prévia

Um dos vícios geralmente criticados no trabalho de investigação em História (ao contrário do que acontece noutros domínios do saber), é o isolamento em que é feito, ou que provoca. O estudo que agora se apresenta fugiu, por duas vezes, a esse vício.

Começou o professor Silva Dias, com o rigor que lhe é conhecido, por desencorajar certos projectos meus mais individualistas. Levou-me, assim, a trabalhar de acordo com o sentido colectivo da investigação desenvolvida pelo Mestrado que então dirigia.

O professor Esteves Pereira, ao orientar esta dissertação, juntamente com a confiança que depositou em mim, soube sempre levantar problemas motivadores para conduzir o meu trabalho, tanto em seminários como individualmente.

E com os meus colegas de Mestrado dedicando-se a temas próximos do meu, foi possível manter um contacto enriquecedor.

Daqui resulta que, se outras virtudes não tivesse, o curso de Mestrado em História Cultural e Política que motivou este trabalho tinha pelo menos a de promover, na diferença, um estimulante trabalho de equipa.

Mas estas páginas são também fruto do convívio, do saber e da amizade de muitas outras pessoas. Não era justo assumir sozinho os resultados de uma colaboração como a que tive, e que faz com que o trabalho que apresento deva:

- ao Gerardo João, uma grande disponibilidade para tudo e, em particular, a sua mestria de programador aplicada às sugestões que lhe ia fornecendo;

- ao João Miguel, muitas horas agarrado ao seu micro-computador;

- à Henriqueta, o rigor das suas críticas;

- ao João Gerardo, a conservação de belos e antiquísimos livros;

- ao Luiz Joaquim, a sua jovialidade e um espaço de trabalho invejável;

- à Anabela, uma bonita planta de Lisboa, desenhada sobre a que eu desencantara na Biblioteca Nacional;

- ao Jotapê, Zé e Joaquim, a companhia na Biblioteca;

- ao João, as estrelas na transparência;

- à Vanda, o apoio logístico;

Sugestões, críticas ou conversas sempre úteis, devo-as ainda ao Carlos, à Ana Luísa, ao José Pedro, à Aurea, ao João Vasco, à Manuela Domingos, ao Arnaldo, ao Hernâni, ao Fernando António, ao José Baginha e, em particular, ao Leopoldo e ao Francisco (com indicações preciosas sobre fontes), e à Ana Paula e à Teresa, únicas no seu exemplo e no seu estímulo intelectual e humano.

Não nomeio todos, mas estão presentes muitos outros amigos a quem não posso deixar de reconhecer terem-me possibilitado concretizar as páginas que se seguem.

Beja, Fevereiro de 1987.

I - INTRODUÇÃO

"(...) assento numa ideia.

E para isso me forço a entender e a partilhar a complicada engrenagem do pensamento dos outros."

Irene Lisboa, Solidão.

"Antes lia-se mais", ou "antes não se lia", são dois ditos correntes que, sem qualquer ponto de referência, se arriscam a não significar nada. Será ridículo dizer que o Jornal Encyclopédico, com o seu meio milhar de assinantes, era lido, se tivermos como padrão os quarenta mil exemplares da primeira edição da Jangada de Pedra, de José Saramago, em 1986. Haverá então quem possa dizer que, num mundo tão marcado pelo analfabetismo, tem pouco sentido perspectivar a cultura e as sensibilidades do quotidiano valorizando o escrito. Agora sim, a alfabetização permitiria falar de textos "lidos", obras com repercussões. Mas o milhão de exemplares da edição da Crónica de uma Morte Anunciada, ou os quatro milhões já vendidos por O Nome da Rosa, atestam um outro mundo. Estamos entre os muitos que não deixaram de ler esses livros, ou entre os raros que já o fizeram? Se pensarmos noutro universo de comunicação, e se se perguntar a uma entre as centenas de milhões de pessoas que puderam assistir, pela televisão, ao atentado contra o Papa, se já leram Umberto Eco, qual é a probabilidade de recolhermos uma resposta afirmativa?

O ler, como outro facto histórico, implica apreciar as condições da sua realização, o seu enquadramento material e cultural, as formas de comunicação que se lhe associam. E não apenas numa perspectiva de quantidade. Tomemos o caso de uma edição do autor, um livro de poemas, por exemplo. Hoje, se forem tirados duzentos exemplares dessa obra, poderíamos supor imediatamente um alcance muito mais restrito do que o

de uma tiragem equivalente que um poeta anónimo tivesse feito publicar há duzentos anos. Mas esta suposição parte da não consideração de conteúdos. Já são pesos e medidas diversos, os que utilizamos para analisar diferentemente dois factos aparentemente idênticos.

Se partimos de exemplos quantitativos, é porque, neste caso, estão associados a valores e a formas de viver a cultura claramente distintas do ponto de vista da qualidade.

Regressando à questão atrás formulada, diremos que faz sentido captar, no mundo do escrito dos finais do antigo regime, uma das faces principais do ambiente cultural de então. Apesar da exiguidade da alfabetização, a comunicação escrita ultrapassa em muito os estreitos limites da competência da leitura e da escrita. Primeiro, porque são variadas as formas de transporte dos conteúdos escritos para a oralidade (então o púlpito é apenas o mais importante). Depois, porque o escrito, de certo modo, também transporta a oralidade. Finalmente, porque assistimos neste período à criação de um novo relacionamento entre o oral e o escrito, com a conquista de espaços pelo impresso.

Não basta declarar que tudo é relativo. Há que captar os valores e as grandezas próprias de um mundo considerado. Será isso possível através de médias, de análises globais, de quadros, do isolamento de problemas, de conceitos e de situações? Nenhuma freguesia tem, recenseado, um número não inteiro de eleitores. Como quadro/abstracção da leitura, nada foi realmente como o que aqui está exposto. Um quadro não é, e não pode pretender ser, senão isso mesmo: uma

grelha interpretativa, uma aproximação à realidade social. O conhecimento de um real histórico, tal como o entendemos nestas páginas, é possível na consciência de uma distância que o separa dessa mesma realidade. Nesse sentido devem ser tomadas as conclusões e generalizações ensaiadas a partir da pesquisa feita.

O propósito primeiro deste projecto estava longe do resultado a que se chegou. Pretendia-se, de início, levantar todos os tipos de leitura do período que ia de 1780 a 1820, analisados pela circulação à luz do dia. O anúncio era já o ponto de partida da investigação. Seria esse propósito demasiadamente ambicioso? Não, se tivermos em linha de conta que a ambição é proporcional aos problemas colocados. Era então um propósito pouco ambicioso o que não nos ia permitir ultrapassar uma abordagem genérica dos dados recolhidos. Ficaríamos então com uma ideia de como, no anúncio, evoluíam os vários tipos de leitura, aprofundando certamente um pouco mais o conhecimento de cada uma delas, nas obras religiosas, na História, na literatura e nas artes. Poderíamos então escolher e descrever núcleos significativos da leitura em Portugal, analisando em que medida esses núcleos foram os pólos do interesse editorial, ou em que medida eles nos permitem acompanhar esse fenómeno ao longo de quarenta anos. O resultado seria talvez o desenvolvimento da exposição começada no capítulo IV.

Com o decorrer do trabalho, começou a ser claro que a forma como se estava a tratar o material implicava reduzir a latitude do tema, aprofundando mais o estudo a partir de uma

selecção de problemas. Daí resulta termos limitado a análise à leitura científica e política, mantendo embora, como necessários, a abordagem das formas de circulação do impresso e um pequeno capítulo de enquadramento quantitativo global. Daí que nem todo o material trabalhado acabasse por se integrar na redacção final.

Porquê a Ciência e a Política? A Ciência e a Política têm comportamentos editoriais diferentes, têm um peso diferente na evolução da leitura, mas não foram escolhidos por qualquer razão de natureza hierárquica. Se a primeira preocupação deste trabalho fosse avaliar as leituras ostentando variações mais sensíveis ou maior peso social, não podíamos deixar de escolher os livros religiosos e os romances. O que temos então? Duas formas de os leitores manifestarem o seu interesse pela realidade, dois domínios que nos podem dar indicações privilegiadas sobre a Iluminação e sobre o ambiente cultural pré-revolucionário em Portugal. Ao contrário de outros tipos de leitura, os que trataremos nesta dissertação pretendiam expressamente descrever ou intervir nas coisas terrenas, naturais ou humanas.

Haverá correlação entre um e outro domínio? Um reflecte a curiosidade e a tentativa de conhecer e mesmo de dominar a realidade da natureza, o outro, a tentativa de conhecer e influenciar a realidade humana. E o interesse pela política é algo que não podíamos deixar de procurar nas vésperas do liberalismo. Saber como se relacionam estas leituras, é uma preocupação que estará presente ao longo deste trabalho.

Outra preocupação que domina todo o inquérito é a da distinção entre a circulação e a leitura. Ou seja, nem tudo o que se compra é lido e, portanto, pode ser errado falar-se de leitura nestas circunstâncias. Contudo, mantemos o propósito de definir o quadro da leitura. Porquê? Porque, se nos é impossível assegurar que um qualquer comprador lê um determinado livro, já será pouco provável que uma edição, mostrando suscitar interesse, escape à leitura do conjunto dos que a adquiriram. Se alguém que comprou um livro porque estava na moda não o chegou a ler, o certo é que uma leitura anterior de outrem o motivou. A convicção em que assenta o sentido desta pesquisa é a de que uma obra falada e vendida, com uma vitalidade comprovada pelo seu escoamento, com temas e problemas que correspondem aos que preocupam, atraem e fazem mover as tipografias, as academias ou os exércitos, por muito oblíqua que fosse a sua leitura pela sociedade, é uma obra "lida". "Lida" em sentido lato, querendo dizer que transporta algo de que se alimenta a comunicação dessa época. Mas "lida" também em sentido mais estrito uma vez que, quando se edita um livro cujo destino é tão-só repousar a lombada decorativamente numa estante, o seu eco é nulo. Esta distinção estará presente como um problema constante.

Este trabalho não pretende ser, nem enumeração, nem arqueologia. Procura-se não diluir os dados na indiferença do número, mas não se considera bastante a reconstituição do particular. Ainda que a informação seja escassa, e os resultados prudentes, entendemos o trabalho em história como contribuição para construir modelos prováveis.

Nesse sentido deve ser interpretado o recurso a todos os autores citados. Sem nos apropriarmos acriticamente de nenhuma obra, elas vão surgindo se cremos ser útil a sua intervenção ou o debate das suas teses. Assim se recorre a autores cujas bases teórico-metodológicas são tão diferentes como em Foucault e Vovelle, por exemplo. Destacamos contudo, e embora com sentidos diferentes, os trabalhos de Henri-Jean Martin, François Furet, Roger Chartier e Robert Darnton, na orientação de qualquer estudo sobre a leitura.

Finalmente, temos a consciência de que o trabalho que apresentamos corresponde apenas ao estado a que chegou a redacção à data da entrega do texto na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. A todo o momento a tentação de alterar ou acrescentar está presente. Este trabalho reconhece-se como exercício e, como tal, sabe-se aberto.

II - O PROBLEMA DAS FONTES

"para encontrar-se o acaso
ai quanto caminhar!"

Jorge de Sena, 40 anos de Solidão.

é em função daquilo que nos fica de cada época que a podemos tentar reconstruir. Não "reconstruir" no sentido de montar a documentação de forma a termos perante nós a "verdade" do passado, nem no sentido de concordarmos com as velhas teses que tornavam o historiador passivo face ao "império" dos documentos, mas porque só se nos colocam os problemas que estamos em condições de resolver. Essas condições compreendem uma capacidade conceptual e um material a que aplicar essa capacidade.

Vem isto a propósito da razão por que tem sido o século XVIII um campo privilegiado para o estudo do livro e da leitura, enquanto os séculos anteriores suscitam quase "apenas" monografias especializadas em torno de impressores, encadernadores, livreiros, ou listagens de obras impressas ou proibidas, ou catálogos de tal ou tal biblioteca ^[1]. Esta situação, longe de deslustrar o estudo do século XVI (por exemplo) ^[2], salienta as possibilidades que a vasta documentação do século XVIII proporciona.

Estudar o livro e a leitura, no século XVIII, na Europa Ocidental, pode ser uma tarefa com sentidos muito variados e requerendo o tratamento de materiais muito diversos. Os estudos feitos têm-se socorrido de catálogos de livros provenientes de relações de venda ou notas de encomenda, autorizações de impressão, existências de bibliotecas particulares ou públicas, laicas ou religiosas, índices censórios, correspondência, ou até de testemunhos de escritores (e leitores) coevos, elementos que podem

contribuir para um mesmo relato, mas que incidem sobre o "objecto livro" valorizado em realidades distintas.

As referências publicitárias são, no mesmo sentido, uma área propícia e o nosso campo de acção específico. (Ao apresentar o tipo de material que trabalhamos teremos de o comparar com as naturezas e possibilidades de fontes que o estudo da leitura tem obrigado a explorar).

Procuramos pois referências publicitárias. Onde e como as encontramos? e que possibilidades de acção temos com tais fontes? finalmente, porquê trabalhar este material?

O universo da nossa pesquisa está contido em três publicações periódicas, do período que vai de 1780 a 1820. A principal, a Gazeta de Lisboa, abarca todo esse período. As duas outras ocupam-no parcialmente, mas em momentos chave para a compreensão da forma como o livro se difundiu em Portugal. São elas: O Jornal Encyclopédico, 1ª fase 1779, 2ª fase 1788/93, 3ª fase (Jornal Encyclopédico de Lisboa) 1820; Jornal de Coimbra, de 1812 a 1820.

A ideia de levantar as referências a livros publicadas em jornal não é nova. É, aliás, quase tão antiga como essas referências. Adrien Balbi, no seu Essai Statistique sur le Royaume du Portugal, vol.2 [3], inclui uma lista classificada de obras que a Gazeta de Lisboa publicitou entre 1801 e 1819, lista essa compilada pelo Dr. António de Almeida, (médico em Penafiel, colaborador das Memórias da Academia e um dos divulgadores da vacinação em Portugal). Esta lista, anteriormente dispersa no Jornal de Coimbra, vem na sequência das (tão apreciadas então) secções

de bibliografia que pretendiam, não só divulgar as edições mas, neste caso, fazer um apanhado do universo editorial classificando-o. O fascínio do livro era visível, quanto mais não fosse, nestas secções.

Já em 1822 Balbi manifestara as suas reservas, e Inocêncio da Silva havia de criticar os dados de António de Almeida com argumentos sobre os quais também interessa reflectir no nosso trabalho. Afirma Inocêncio que "não é possível depositar neles a menor confiança: e para se fazer ideia do que na realidade seja, bastará dizer que o autor os formou servindo-se unicamente dos anúncios de obras à venda", (...) "uma obra é anunciada às vezes depois de ter sido impressa quatro, dez e vinte anos antes" [4].

O que se reflecte nesta crítica é uma concepção de "verdade" vincada pelo facto de as preocupações fundamentais do Diccionario Bibliographico exigirem o rigor de elementos tais como datas de edições ou nomes de tradutores. Mas uma outra "verdade" não dependente desses factos está presente nos anúncios: a sua própria situação de anúncio que adiante referiremos e que justifica o nosso interesse.

A Gazeta de Lisboa é, na realidade, o nosso principal corpo de trabalho. Não só porque atravessa todo o período que nos interessa, mas porque aqui mais genuinamente se processa o fenómeno publicitário das edições. Contudo, entre 1780 e 1820 não manteve sempre as mesmas características, tanto de natureza jornalística, como de periodicidade ou mesmo de ordem política. Órgão officioso por excelência, foi tri-semanário até 1809 passando então a diário e sofreu e

reflectiu todas as convulsões políticas, sociais e culturais por que Portugal passou nessas quatro décadas [5].

Os outros jornais e referências, usá-los-emos mais como complementos de análise, até porque, em vários casos, se alimentam na Gazeta. Com uma existência curta (ou irregular no caso do Jornal Encyclopédico), esses periódicos têm características e públicos mais restritos. Procuram ser essencialmente órgãos de divulgação do conhecimento científico e literário da época.

O que são então as referências publicitárias? Na Gazeta de Lisboa surgem frequentemente, ao fundo da última página, várias linhas com anúncios diversos. Com prosa da responsabilidade dos anunciantes, estas linhas aparecem separadas da restante matéria contida no jornal pelo título "Avisos", ou simplesmente por uma barra horizontal.

Entre finais do século XVIII e princípios do XIX este espaço cresce, provocando a nossa curiosidade pela informação aí guardada.

Nem só de livros se faz este espaço, embora a produção editorial tenha a parte de leão e a maior regularidade. Para compreendermos as condições de existência deste espaço e as nossas possibilidades de trabalho, devemos observá-lo tanto globalmente como no sector específico que nos interessa. É um autêntico depósito de informação. Como encará-lo?

O universo de procura é necessariamente restrito a vários títulos. Restrito porque nos temos de limitar ao tipo de realidade que recorre ao expediente do anúncio.

Restrito ainda porque, mesmo dentro de um mesmo domínio, o anúncio obviamente está longe de esgotar o acontecido: o trocado, o comprado, o vendido, o que é passível de publicidade.

Não podemos pois aspirar a uma informação completa positiva sobre qualquer realidade, e não apenas pela insegurança de dados apontada por Inocêncio da Silva no século passado. Podemos porém interrogá-la, pôr-lhe questões que alarguem o espaço limitado da informação positiva. A primeira condição é compreender que qualquer objecto anunciado não está, por si só, resolvido para o nosso conhecimento. O que sabemos não tem de ficar subordinado ao que o anunciante nos quer transmitir, mesmo supondo que tudo o que é escrito correspondesse rigorosamente a um real passado.

A preocupação de alguém que trabalha com tal espécie de dados terá de ser, naturalmente, a de controlar as do seu aparecimento. Não nos interessa ainda aqui qual o elixir que se vende, qual o emprego que se oferece, mas o facto mais geral de se verificar o recurso às páginas do periódico.

Se ao autor do Diccionario Bibliographico choca o facto de um anúncio poder aparecer vários anos depois da edição do livro anunciado, donde, não ser "verdadeiro", a nós interessa o facto de o anúncio aparecer, donde, ser "verdadeiro". Há uma relação que se estabelece entre um editor ou livreiro e o público leitor. Há uma oferta. E o estudo da evolução destes anúncios prova a existência de uma procura correspondente.

A que história "podem" corresponder estes anúncios? A uma história da publicidade? A uma história da comunicação de massas? A uma história económica?

A situação com que deparamos é a da descoberta de um veículo pelo século XVIII. É a descoberta mútua de quem escreve e de quem lê. A informação é obrigada a abrir novas vias na grande cidade onde o pregoeiro se torna já insuficiente. E não é apenas a expansão da(s) cidade(s) que está em causa. Cresce o consumo urbano e correlatamente existe uma oferta que necessita de fomentar esse mesmo crescimento. O anúncio é uma forma de responder às solicitações e ofertas a todos os níveis desta sociedade que se alarga e se transforma [18].

São duas tendências correlatas que se apropriam de um espaço escrito periódico. Essa apropriação denuncia, desde logo, a regularidade de um recurso. A alfabetização que vai alastrando a todos os níveis do quotidiano da cidade e a conquista do escrito por parte da comunicação de massas são um só acontecimento que as constatações feitas já permitem destacar. Criam-se necessidades, criam-se hábitos, logo, o anúncio escapa à prisão daquelas "histórias" que, à partida, reclamariam o seu exclusivo nesta abordagem geral. Estamos a entrar claramente em realidades sociais e culturais.

A crescente multiplicidade do que é objecto dos pequenos anúncios mostra a criação de hábitos novos, tanto de leitura como de anúncio em domínios muito diferentes. A utilização deste depósito de informações interessa pois a investigadores de formações diferenciadas.

Os diversos tipos de anúncios não aparecem ao mesmo tempo nem na mesma quantidade. Como já se sublinhou, há um nítido crescimento, tanto em tipos de anúncios, como em número geral de referências publicitárias. Os quarenta anos que vão de 1780 a 1820 vêem nascer um espaço novo e vêem-no crescer numa multiplicação contínua. Para nós isso implica, enquanto fonte para o estudo de uma realidade, que os dados levantados para 1780 têm um valor completamente diferente dos que nos ficam de 1820.

Tomemos cinco anos para uma breve comparação: 1780, 1790, 1800, 1810 e 1820.

Em 1780 encontramos algumas dezenas de anúncios, sendo o grande quinhão composto por anúncios de publicações. A parte isso anunciam-se remédios, a abertura das sessões da Academia das Ciências e ofertas de emprego. É quase nula a representatividade deste levantamento. É irrelevante, por exemplo, um tratamento quantitativo (embora no caso dos livros possa funcionar comparativamente). Todos estes dados são, no entanto, emergências de uma sociedade. Por eles entramos já em contacto com as primeiras realidades que a publicidade cativa embora a abordagem não possa ultrapassar a singularidade do anunciado.

Em 1790 já o panorama é diferente, embora, excluindo os anúncios de livros (que já ultrapassam a centena), os outros "avisos" não atinjam as quatro dezenas. Começa já a ser possível uma abordagem mais global, que procure um sentido e uma inteligibilidade no material recolhido.

É só com o século XIX que encontramos um quadro

completo com praticamente todo o tipo de anúncios. Descontando a oferta de livros, que continua a crescer, encontramos em 1800 mais de três centenas de referências diversas onde começam a avultar as que dizem respeito a compras, vendas e arrendamentos de terras e propriedades.

Em 1810 as características dos anúncios mantêm-se, havendo apenas diferenças em aspectos particulares (nomeadamente o alargamento do tipo de artigos que aparecem à venda). Mas a nível quantitativo o salto é, de novo, considerável. Excluindo sempre as publicações, os restantes anúncios ultrapassam as seis centenas.

Já em 1820, enquanto o anúncio de livros ultrapassa o número de trezentos, os restantes chegam de novo a quase o dobro dos que haviam sido publicados dez anos antes.

Temos agora em mãos dois factos interessantes: um já vasto conjunto de informações que nos permitem construir quadros e explicações com alguma segurança a nível sincrónico, e uma perspectiva diacrónica muito curiosa.

A simples verificação da importância numérica destes dados já é suficiente para justificar o interesse de um estudo, contra as reticências que necessariamente os limites das fontes nos sugerem.

Que significa esta rampa vertiginosa? que haverá mais arrendamentos? que haverá mais objectos perdidos e criados em fuga? É caricatural mas não é ridículo. Significa que o anúncio conquista um espaço na relação quotidiana das pessoas, nos negócios, nas leituras. Os tímidos "Avisos" de 1780 encontram um campo receptivo. Ao anunciar, o anunciante

tem a garantia de um determinado universo de público informado.

O alargamento do campo da publicidade, ao mesmo tempo que dá garantias de resultados aos anunciantes, dá-nos a nós garantias na sua utilização como fonte. Juntam-se duas informações: a da necessidade do negociante em escoar e a da necessidade do leitor em consumir. Estes dois pólos fundem-se porque exigem permanentemente um do outro. Logo, o alargamento do campo do anúncio é um critério seguro para avaliar a sua eficácia, e é um critério também de uma certa "verdade" que transporta até nós.

Há, assim, "verdades" a procurar, tanto a nível geral como a nível particular, e tanto integrando os objectos que nos preocupam num tempo em mudança, avaliando o que se modifica ao longo dos anos, tentando extrair conclusões dessa mesma mudança, como fugindo à diferença, indo em busca de material com que construir um quadro da economia, da sociedade, ou da cultura (tomados nos seus mais amplos sentidos) dos finais do "antigo regime" em Portugal [7].

É legítimo perguntar se as ofertas públicas de livros não estarão muito distantes da realidade das edições e da leitura. Mas há que ter em conta que, se hoje a publicidade não cobre e não espelha a produção editorial, já na transição do século XVIII para o XIX a situação é diferente, e um confronto com existências e edições dá conta de uma muito maior dependência entre um campo e outro, no que diz respeito às obras que circulavam abertamente, mesmo em domínios especializados.

Por outro lado, a própria ideia de domínios especializados é diferente pelo papel massivo que a leitura hoje tem. Então, dado o carácter restrito do universo alfabetizado, uma obra especializada podia provavelmente suscitar interesses em todo esse universo, até porque o padrão do homem com conhecimento não estava tão compartimentado como nos nossos dias. Afirma-se no Jornal de Coimbra em 1817: "Todas as obras que aparecerem de novo no nosso Reino, e fora dele, devem ser anunciadas: os anúncios podem ser acompanhados de notícias, nas quais se indiquem o merecimento e utilidade das mesmas obras: (...) Por este modo conhecerão os amantes das Ciências da Natureza o estado em que elas se acham, e as ilustrações, e adiantamentos, que elas recebem em toda a Europa" [18].

Já em 1813, no mesmo jornal se declarara, conjugando os vários agentes da aquisição do livro: "Os negociantes de Livros prover-se-ão facilmente dos que se forem publicando, se acharem quem lhes compre; os Literatos comprarão, se acharem a quem. (...)"

Os Livreiros provam as suas lojas de bons Livros, nós lhes asseguramos a venda, ainda que sejam caros. Os Literatos compram os bons Livros que publicarem, nós lhes asseguramos que as lojas se provam bem a seu gosto. Pela qualidade e quantidade de Livros nas lojas de qualquer Nação se pode concluir a qualidade e quantidade de Literatos que ela possui. Pelo sortimento e manipulação das Boticas se pode avaliar os merecimentos dos Médicos do distrito. Pelas lojas de mercadores, capelistas, modistas, etc., se pode

avaliar o luxo da Nação, etc..." [9].

O papel do anúncio é, de facto, um dado deste tempo. Marjorie Plant associa-o à criação do interesse das classes endinheiradas, e afirma que em meados do século XVIII os autores haviam perdido de vez a aversão pelo anúncio [10].

Não é pretensão deste trabalho apurar o que cada um lia, nem o que liam todos. Não são essas as respostas possíveis do inquérito a estas fontes. Sabemos que o facto de haver um conjunto de obras em circulação está longe de significar uma coincidência entre o universo de leitores e o universo de obras específicas. Nem seria natural esperá-lo. Certamente sectores determinados de leitores correspondem a outros tantos sectores de obras embora grande parte das obras possa ser de interesse generalizado ou de intersecção.

No entanto, se assistimos à quebra da oferta, percentual ou absoluta, de um tipo de leituras, não temos de ir investigar o desaparecimento de uma ou mais franjas de compradores. Não se trata com certeza de um fenómeno que diga apenas respeito a um grupo restrito de pessoas ou que seja alheio à globalidade dos que estão atentos ao que se edita. Primeiro porque revela a existência de um clima favorável ao aparecimento do fenómeno (mesmo que os seus agentes fossem - o que é duvidoso - apenas circunscritos a um público determinado); em seguida porque a existência do fenómeno e a alteração de equilíbrios da oferta das leituras não deveria passar despercebida; finalmente porque, se a quebra ou o crescimento de um tipo de leituras não pressupõe o massacre ou o nascimento abrupto de leitores, indicia a

incapacidade na conquista de espaços e interesse num universo em expansão, universo formado pelo conjunto de indivíduos que responde à oferta de livros, considerado globalmente. E essa expansão é um dado inequívoco.

A utilidade da informação recolhida tem de estar sempre dependente da compreensão e do controle das condições em que a informação aparece. Neste caso, tratando-se do fenómeno da publicidade, os dados podem funcionar como índice de um universo demarcado ou completam e permitem aferir investigações paralelas.

Se a utilização desta fonte como instrumento complementar não oferece grandes dúvidas, já o mesmo pode não suceder com a possibilidade da sua utilização como um índice ou uma amostragem. Já atrás se referiram situações diferentes em que podíamos encontrar a informação. Por um lado, anúncios dispersos, não integrados em nenhum grande conjunto que possa ser trabalhado como um bloco. As pequenas vendas ou os objectos perdidos são exemplos de que se juntam poucas ocorrências em cada ano. Do outro lado, grandes conjuntos de anúncios em que avultam as vendas de propriedades e de livros. Mas, mesmo neste caso, é diferente o seu peso, relativo ou absoluto, ao longo dos anos. Em qualquer destes domínios ainda se põem problemas específicos na comparação dos resultados a que se pode chegar utilizando estas e outras fontes.

Os anúncios que nos interessam, pelo seu peso quantitativo, aparecem-nos como possíveis de trabalhar. Mas mesmo em relação a estes o tratamento não é inquestionável.

Primeiro, porque não é suficiente a quantificação, a descrição estatística confiante na capacidade indutiva do investigador. A quantidade não é garantia, por si, de uma objectividade "completa" da fonte. Mesmo na utilização de métodos aparentemente tão "imparciais" como a construção de séries quantitativas, toda a questionação que leva a elaborar tais séries já depende em larga escala daquele que interroga os dados. A propósito da realização de trabalhos de base quantitativa, desde os anos sessenta, nos Estados Unidos e em França, tem-se desenvolvido uma acesa polémica. Em causa tem estado a falta de resultados extraídos sem a introdução de critérios essencialmente qualitativos. Darnton abre significativamente um artigo seu citando Marc Bloch "Non numerantur sed ponderantur" [11], enquanto Furio Diaz é particularmente crítico em relação à possibilidade de aplicação de séries numéricas à História das ideias [12]. Pela nossa parte, a quantificação revela-se um auxiliar precioso, mas não um fim em si. Faremos uso do número apenas quando necessário.

Em segundo lugar, tomando o grande conjunto de anúncios de publicações, não podemos pretender estar a levantar todo o universo da leitura em Portugal, nem sequer todo o universo da circulação de materiais impressos. São, de novo, grandes as áreas que escapam ao anúncio. Que não se visava um conhecimento exaustivo já tinha ficado claro. Mas não podemos pensar que é uma amostragem geral, se não houver a consciência das zonas omissas. Ora a possibilidade de construção de um quadro próprio a partir dos anúncios de

livros parte tanto do que se anuncia como da verificação do omitido. Os dados recolhidos serão úteis se houver a consciência de que, como afirmam Roger Chartier e Daniel Roche [13], não é possível abarcar as leituras de uma sociedade apenas a partir da produção autorizada.

Não é, pois, uma amostragem de toda a leitura, nem de toda a circulação de livros, mas de um campo demarcado que corresponde à circulação de obras à luz do dia. Apenas nesse sentido podemos falar de uma amostragem.

Os mesmos problemas se põem, aliás, em dois estudos que, recorrendo a fontes diferentes e apresentando graus de representatividade desiguais, também procuram definir quadros no mundo da leitura. Num caso, a investigação, predominantemente estatística, baseia-se no depósito legal e na "Bibliographie de France", daí que pudesse ser tomada como exaustiva [14]. Não há, porém, ilusão de exaustividade mas confiança num universo representativo, como nos diz Frederic Barbier: "Thus, even though it remains impossible to establish annual figures of production in absolute terms, it seems that the range and the general picture of the curve obtained from the Bibliographie de France are in fact representative of the actual situation" [15].

O outro estudo, bem mais restrito, parte do levantamento dos resumos de livros publicados em jornais literários e científicos do século XVIII em França. "Le Journal des Savants et les Mémoires de Trevoux émanent (...) de milieux fermés, qui ne peuvent être considérés comme parfaitement représentatifs de l'opinion française du 18^e

siècle et resteront, soit apparemment indifférents, soit hostiles au mouvement philosophique. Néanmoins, ils ne survivent que parce qu'ils sont lus" [16]. "En face d'une production 'littéraire' intéressante par sa banalité même les comptes rendus des Périodiques représentent une première réaction des lecteurs contemporains" [17].

Entre um e outro estudo, o tratamento dos anúncios reivindica, enfrentando os mesmos problemas, o mesmo objectivo: a definição de um quadro representativo de um tempo histórico.

Grandes mundos do livro escapam, total ou parcialmente, a este inquérito. O primeiro é o da circulação clandestina que em França e na Suíça tem sido estudada a partir da correspondência e documentação das casas editoras e tipografias [18]. Roger Chartier, referindo-se ao trabalho que Darnton tem feito neste domínio, fala da diferença entre o tempo da obra legal, por vezes tardiamente conservadora, e a obra clandestina, mais atenta aos ritmos da procura [19].

Eis aqui um campo praticamente virgem em Portugal apesar de alguns artigos de Georges Bonnant [20] e outras breves referências, de que é representativa a menção de Francisco da Gama Caeiro a um livro de contas da tipografia Rollandina, livro que abarca os anos de 1775 a 1828 e que permanece, no essencial, inexplorado [21]. Por outro lado, com base em (entre outros elementos) registos policiais e testemunhos de estrangeiros da época, Oliveira Ramos tem um pequeno artigo publicado sobre a forma como penetravam em Portugal os livros proibidos no fim do século XVIII [22].

Outro desses mundos é o da aquisição de edições estrangeiras, não necessariamente proibidas, mas apenas excepcionalmente referenciadas em anúncio. Ao levantar o corpo dos anúncios de livros, encontramos essencialmente edições portuguesas autorizadas, grande número das quais traduções de obras estrangeiras. Raramente aparecem livreiros que anunciam ter recebido tal ou tal obra estrangeira (o anúncio pode apresentar o título original mas em geral é a tradução). Numa obra recente, estudando catálogos de livreiros, Fernando Guedes procura responder a esta questão [23].

Não estamos, nestes casos, em condições de concluir da circulação e venda de obras estrangeiras em Portugal, tão limitados são os elementos de que dispomos por esta via. Primeiro, porque grande parte dessas obras entra sem a intervenção pública dos livreiros portugueses. E depois porque, mesmo em caso de contacto de sociedades tipográficas europeias com vendedores com estabelecimento em cidades portuguesas, o facto de se tratar de encomendas de poucos exemplares para compradores previstos torna desnecessário o recurso ao anúncio.

Tais aquisições podem ser objecto de levantamento a partir de catálogos de bibliotecas. Ora o estudo, já não do comércio e circulação de obras, mas da sua colecção, do seu depósito e da vida desse depósito, remete para fontes específicas e também para problemas específicos. É naturalmente uma coisa ver uma estante (o repouso e o somatório do espectro biliográfico) e outra completamente

diferente seguir a circulação (o movimento das obras num dado momento). Esse estudo tem sido feito por Maria Adelaide Salvador Marques a partir da análise de mais de três mil catálogos na Torre do Tombo [24]. Mais recentemente também Maria Manuela Domingos se debruçou sobre catálogos, tomando como centro de investigação os gabinetes de leitura [25].

O estudo de catálogos tem sido, efectivamente, o grande campo da história da leitura em Portugal. Contrariamente aos anúncios, permite seguir o percurso dos tipos de leitura, não através da insistência com que tal ou tal obra é referida, mas pela forma como os livros se espalham pelas várias bibliotecas. Permite também dar-nos conta da leitura de obras antigas de que não se façam reedições no período que estudamos. Permite ainda, no caso concreto dos catálogos dos gabinetes de leitura, uma análise simultânea da "estante" e da "circulação". Não se pense porém que o anúncio sai diminuído desta comparação pois, tal como na publicidade, os catálogos sofrem omissões devidas ao rigor da vigilância censória. Tanto num como noutro mundo, a delicadeza de certos assuntos e de certas obras faz com que os testemunhos chegados até nós não representem exactamente o real que declaram representar, mas um outro. Pensamos também que o "passivo" de obras de enfeite (no rol como na estante) é superior no caso dos catálogos.

Outro problema ainda tem sido discutido a propósito do estudo dos catálogos. Quem formou e quando foi formada uma dada biblioteca de que nos fica o catálogo?

O catálogo de um homem de poucas leituras pode ser em

muitas ocasiões enriquecido por obras adquiridas por herança e falsear assim o inquérito sobre a cultura e interesses desse indivíduo. Por outro lado, num âmbito mais abrangente, é certo que essa biblioteca, se existe, mesmo formada por outra pessoa, revela interesses de um meio. Se, para o indivíduo, falsearia o inquérito, já estatística e colectivamente é verdadeira.

Já o facto de o anúncio demonstrar a necessidade de venda aproxima-o da realidade do que está em condições de ser escoado. Um caso diferente é o que respeita a obras que, desconhecendo-se o grau de aceitação por parte do público, não são publicadas sem antes se proceder à respectiva subscrição. E nessa ocasiões não é caso único a verificação do fracasso editorial iminente.

Na utilização de fontes diferentes para o estudo de domínios próximos ou coincidentes, as conclusões divergem necessariamente, embora não sejam antagónicas. A questão está em não pretender universalizar as respostas que se vão obtendo na exploração de um tipo de fontes, mas antes controlar a própria natureza das fontes para poder controlar as respostas e a demarcação do universo de estudo. De resto, outras seriam as conclusões se levantássemos, para o mesmo período, o fundo de uma grande biblioteca pública de então, a Biblioteca Nacional de Lisboa, por exemplo, ou os fundos bibliográficos de falecidos como foi feito para França por Jean Queniert ^[26] e está a ser feito em Espanha por Jesus Martinez Martin e Maria José Alvarez Pantoja ^[27], ou ainda as autorizações tácitas de edição estudadas sob a direcção

de François Furet [1980].

Mas não é verdade que não haja possibilidades de interpenetração destes vários campos. Pode-se, por exemplo, através da atenção a certas emergências à luz do dia de obras que se sabe terem tido circulação clandestina, ou através de outros indícios (reações negativas, críticas, etc.), ter notícias, partindo da informação dos anúncios, do mundo subterrâneo da circulação livreira.

Não se pense que o facto de o anúncio passar ao lado das grandes (e pequenas) obras subversivas faz com que apenas nos possamos aperceber das linhas de permanência. Pelo contrário, o estudo da norma editorial "à luz do dia" dá-nos conta das transformações revolucionárias e pré-revolucionárias que sofre o universo editor e leitor português. Com a consciência de que se trata de uma imagem parcial podemos, mesmo assim, procurar definir tendências. O estudo da obra de um grande autor dá-nos um ponto alto de uma cultura e dá-nos uma competência colectiva, mas não nos dá a "realidade de massas". O estudo da norma editorial "à luz do dia" dá-nos um tipo de realidade de massas em que tanto as competências de ponta como as necessidades de consumo se encontram.

Ainda sobre a relação existente entre diferentes tipos de fontes disponíveis e as abordagens e construções conceptuais possíveis, há que referir aqui a experiência historiográfica recente. Alegando a exclusividade da situação francesa quanto às fontes que possui para a história da leitura, escreve John Feather: "The sources

available in France are different from those existing elsewhere with the consequence that other nations cannot copy French techniques" [29].

No seguimento deste facto (vamos imaginar por momentos que os conceitos derivam do material em estudo) seriam nítidas as fronteiras entre uma historiografia anglo-saxónica, mais descritiva em torno do livro como objecto físico ou em torno da produção e comércio dos grandes livros, e uma historiografia francesa que, mais atraída pela estatística, procura perceber o papel do livro na sociedade [30].

Aproximamo-nos, não apenas de "corpus" distintos, mas de formas distintas de abordar o material, como escrevem Jean Ehrard e Jacques Roger: (o estudo das obras esquecidas e desactualizadas) "n'intéressera guère l'historien de la littérature, dans la mesure surtout où les livres analysés traitent de théologie, d'histoire, de morale ou de politique. Il retiendra par contre l'attention de l'historien des idées, pour qui les ouvrages médiocres écrits par des auteurs sans personnalité ont parfois le mérite de mieux représenter l'opinion commune d'une époque que les chefs-d'oeuvre trop vigoureux" [31]. No mesmo sentido se pronuncia Robert Darnton: "Rare books and fine editions had no interest for them (para os franceses). They concentrated instead on the most ordinary sort of books, because they wanted to discover the literary experience of ordinary readers" [32].

Os trabalhos de "estatística" e as descrições de

viagens, tão apreciados no período que estudamos, uma vez que repousam sobre os padrões da época ou na preocupação de apresentar exaustivamente a realidade, registam muitos daqueles livros que o tempo esqueceu. Será que o nosso trabalho consiste em recuperar as listagens dos Almanques de há duzentos anos? Desde então, dessas listagens foram-se filtrando as obras que sobreviviam aos seus autores e os consagravam. Todo o espaço editorial que não incluísse os "monstros sagrados" não merecia ser mencionado. Ora esse espaço pode dar-nos, como nos dizem Ehrard, Roche ou Darnton, não a seca e discutível transcrição dos Almanques, mas informações sobre um mundo que a meteórica e eventual passagem de uma obra famosa de restrita difusão talvez não tenha influenciado. É do ambiente, necessidades e produção de uma época que se trata.

Para este capítulo, além da constatação dos caminhos percorridos pela historiografia europeia e americana no que diz respeito ao tratamento das fontes, interessa também a compreensão das contradições conceptuais que o trabalho de fontes com características diferentes pode proporcionar (obviamente não pensamos que seja apenas o material que condiciona a construção dos conceitos, mas determinantemente o meio do historiador - tempo e espaço).

Não é esta a ocasião para me alongar nestes assuntos que adiante retomo. Pretendo apenas, no conjunto mais significativo de anúncios existente na Gazeta de Lisboa, chamar a atenção tanto para problemas como para possibilidades de trabalho.

Embora não desenvolvendo, vejamos algumas das pontas por onde pode pegar um estudo dos anúncios de livros.

O número é algo que atrai a atenção de imediato. Recoloca-se a questão: poder-se-á falar de um crescimento real de edições? Podemos, desde que controlados, entre os anúncios, os que correspondem a listas de existências em stock. Mas quando essa divulgação se começa a repetir, divulgam-se também as datas das edições. O número de anúncios, o número de referências a livros, é um índice real, não só do crescimento do interesse dum público pelos livros como também do interesse do livro pelo anúncio. Vários testemunhos poderiam confirmar este panorama.

Se a questão que nos orienta for: "quantos e quais textos intervieram no ano X, a propósito da situação Y?", não temos, obviamente, uma resposta satisfatória. Mas uma concentração de anúncios dum mesmo tipo, num dado espaço, é reveladora. Será então mais produtivo procurar as tendências de anúncios, seja focando o comerciante: "o que é que se procura vender?", seja o público leitor: "o que é que há como oferta?". Em qualquer destes casos podemos notar evoluções, equilíbrios (ou desequilíbrios), e não a informação positiva pura e simples, tanto mais que o crescimento do número de anúncios é manifesto.

Fugindo ao número e voltando à questão levantada por Inocência da Silva, não podemos desprezar a falta de rigor informativo ("falta" numa óptica ulterior ao anúncio). Mas mesmo essa "falta" constitui matéria informante. Muitas vezes o nome do autor não é referido, outras vezes o que

figura como título é antes uma ideia do conteúdo. Em qualquer dos casos, representa uma forma real de encarar o livro, a informação, a abordagem do público leitor/comprador e deixa-nos sempre elementos para sabermos o que se vai vendendo. E, quando a necessidade de precisão se faz sentir, ela é, em si, um objecto do nosso interesse: o que fez correr os livreiros, os anunciantes, os compradores, para que assistamos a uma evolução deste tipo (nas referências bibliográficas bem como nas condições e locais de venda).

Os tipos de leitura são também possíveis de fixar. Pode-se, partindo da referência a autores, títulos e pequenos resumos, classificar esse universo. O importante é definir os critérios de classificação. Existem muitas possibilidades, partindo das arrumações praticadas na época. Na Gazeta de Lisboa, como nos coevos Jornal Encyclopédico e Jornal de Coimbra e no levantamento publicado no segundo volume do Essai Statistique de Adrien Balbi, encontramos várias arrumações e sub-divisões. Os trabalhos de Maria Adelaide Salvador Marques e de Fernando Guedes utilizam as classificações dos catálogos. O problema que se levanta é o da não uniformidade existente, mesmo numa só daquelas publicações. Os trabalhos orientados por François Furet ^{«33»} propõem uma uniformização que tem em conta os critérios acima referidos, mas que permite uma síntese.

É partindo dos critérios adoptados por Furet que desenvolvemos o nosso trabalho. Basicamente definem-se cinco grandes grupos: 1- Obras religiosas, com os textos sagrados, litúrgicos ou apologeticos; 2- Jurisprudência; 3- História,

Geografia e viagens; 4- Ciências e Artes, grupo heterogêneo que engloba a Filosofia e "saberes" variados; e finalmente 5- "Belas-Letras", com a filologia, o romance, a poesia e também a imprensa e as miscelâneas. A preocupação primeira era a de conciliar uma classificação que reflectisse a época estudada, com um critério de operacionalidade. Partir apenas de uma das classificações usadas pelo Jornal de Coimbra era ceder a uma tentação arbitrária. E impor um critério assente numa biblioteca do século XX era ser incapaz de penetrar nos valores do período pré-liberal.

A partir da criação de uma situação invariante podem-se comparar, no levantamento feito, as arrumações. Que grupos correspondem ao crescimento geral da leitura? Que outros permanecem estagnados? Que sub-grupos importantes há a considerar e como evoluem? Está-se assim a fazer, não uma sistemática para bibliófilos e curiosos, mas um estudo sobre gostos e interesses, a abertura de portas para várias questões das histórias cultural, científica, política e mental.

Outros aspectos que podem ser levantados nos anúncios e que interessarão para compreender a forma como a leitura circula, são os formatos dominantes, as suas tendências, os preços, as zonas de difusão. Uma geografia da difusão do livro, mesmo intra-muros de uma cidade como Lisboa, é possível a partir destes anúncios.

O anúncio significa mais do que a existência de um produto que se vende, seja livro ou elixir. O que conseguimos extrair depende das questões que lhe são postas.

O estilo, o texto, os motivos de apelo ao leitor levariam, por exemplo, a um levantamento orientado por critérios diversos dos que temos vindo a apontar. Numa perspectiva de estudo de mentalidades, poderiam ser trabalhadas frases e palavras frequentes como as que reivindicam "elegância" e "instrução" para o que anunciam ou o argumento de quem, pretendendo ressaltar os méritos de um orador que em 1780 informa o público que a pessoa em causa só teve três dias para redigir um elogio fúnebre, ou o facto de em 1810 o mote geral ser o patriotismo, e que tal vaga leva a que se apele a "comprar português".

Há que, como afirma Jean Queniart, saber extrair de fontes duvidosas um modelo provável [34].

Uma vez clarificado o facto de conscientemente tomarmos como universo de estudo um "corpus" com fronteiras muito estritas mas com potencialidades a explorar, temos de ter a liberdade suficiente para ultrapassar esse universo, utilizar dados complementares, procurar outras referências e testemunhos. Não com o objectivo de duplicar a investigação, desconfiando do material que temos em mãos. Não procurando em todas as obras a prova das conclusões a que se chegou. Ultrapassar o anúncio e ir às obras anunciadas, não ficar pelas classificações, procurar os quadros fixos ou/e móveis da conquista do espaço impresso é procurar definir, enfim, os traços de uma concepção do mundo e de uma existência cultural que exige tais ou tais tipos de obras, e as noções que essas obras veiculam.

NOTAS

- 1- Excepção na forma de abordagem do tema para o século XVI e referente metodológico fundamental neste tipo de trabalho é o artigo de Jorge Borges de Macedo, "Livros impressos em Portugal no século XVI: interesses e formas de mentalidade", Arquivos do Centro Cultural Português, vol.IX, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1975.
- 2- Um esforço analítico é ainda possível e permanentemente actualizável. Veja-se de Artur Anselmo, Origens da Imprensa em Portugal, Lisboa, INCM, 1981.
- 3- Adrien Balbi, Essai statistique sur le royaume du Portugal, 2vols., Paris, 1822. Ver vol.2, pp.ccxii a cccxi.
- 4- Inocêncio Francisco da Silva, Diccionario Bibliographico Portuguez, t.1, Lisboa, IN, 1858, p.82. Não é porém uma preocupação alheia aos próprios periódicos que, no período que estudamos, esclarecem os seus critérios. Escreve o Mercúrio Histórico, Político e Literário de Lisboa em Janeiro de 1794: "O anúncio de uma obra já publicada há dois ou três anos em país estrangeiro é geralmente reputada por novidade em outros países. Tendo nós pois de lutar contra a tentação de retrocedermos em demasia, vimo-nos obrigados a fixar o termo do nosso retrocesso, o ano de 1792". Ressalve-se que se trata de uma secção de "Bibliografia" ou notícia de livros. As suas características são diferentes das dos "Avisos" publicados pela Gazeta.
- 5- Entre outros o Diário Lisbonense é um jornal que, no seu curto período de existência (de Maio de 1809 a Maio de 1813), publica anúncios com as mesmas características dos da Gazeta de Lisboa. Esta, entretanto, cobre o pequeno universo proporcionado pelo primeiro diário português (antecedeu em mês e meio a passagem da Gazeta a diário). Foi-nos possível fazer a comparação entre um órgão e outro partindo de um levantamento não publicado de Áurea Duarte Ferreira sobre o Diário Lisbonense.
- 6- Sobre a história do aparecimento do pequeno anúncio ver Henry Sampson, A History of Advertising, (reedição), Detroit, 1974; e Eve Pachta, "A l'origine des petites annonces", L'Histoire, 6, 1978.
- 7- Não seria estranho alguém interessar-se pelos anúncios de "vacatura de partidos" de médico, não tanto para saber "quando" vagou e "quem" ocupou as vagas Ilhavo, Cascais ou Portalegre, mas, por exemplo, para anotar os seus rendimentos anuais, compará-los, distinguir os que têm parte de rendimentos fixos em géneros (Cascais oferece em 1800 ao seu médico, além de um rendimento de duzentos e setenta e dois mil réis, um moio de trigo)? Também se justifica o interesse destes anúncios para o estudo da propriedade e da sua transferência. Um pequeno apontamento é feito em "Os anúncios da Gazeta de Lisboa, fonte para uma sondagem sobre cultura e

sociedade: 1780-1820", comunicação apresentada ao Colóquio sobre as Fontes da História Contemporânea de Portugal, Lisboa, Outubro de 1984.

- 8- Jornal de Coimbra, vol.11, LVII, parte 1, 1817, p.179.
- 9- Jornal de Coimbra, vol.4, 1813, p.255.
- 10- Marjorie Plant, The English Book Trade. An Economic History of the Making and Sale of Books, Londres, 2^aed. 1965 (1^aed. 1939).
- 11- R. Darnton, "Reading, Writing and Publishing in Eighteenth Century France: a case study in the Sociology of Literature", Daedalus (Historical studies today), Inverno, 1971. Com algumas alterações, este estudo vem republicado em The Literary of the old Regime, Harvard U.P., 1982. Apesar de críticas ao livro de Furet (Livre et Société dans la France du XVIII^e siècle, 2vols., Paris/Haia, Mouton, 1965-70), o principal atingido é o trabalho de Pottinger, French Book Trade in the Ancien Regime, 1500-1791, Cambridge/Harvard, 1958. Já mais recentemente, um outro estudo no mesmo sentido é realizado por R.Frautschi, "A list of French Prose Fiction" in J.L.Mitchell, Computers in the Humanities, Minneapolis, Univ.Minnesota Press, 1973. Baseado na quantificação das palavras dos títulos, este trabalho é considerado muito fraco teoricamente por Raymond Birn em "Le livre ancien français dans la recherche nord-américaine", Revue Française d'Histoire du Livre, 46^eannée, 16, Bordeaux, 1977.
- 12- Furio Diaz, "Metodo quantitativo e storia delle idee", Rivista Storica Italiana, 78, 1966. Noutras perspectivas, aberto ao uso da quantificação, ver, François Furet, "Le quantitatif en Histoire" in Faire de l'Histoire, nouveaux problèmes, Paris, Gallimard, 1974; e, partidários críticos, Roger Chartier e Daniel Roche, "L'Histoire quantitative du livre", Revue Française d'Histoire du Livre, 46^eannée, 16, Bordeaux, 1977.
- 13- Roger Chartier e Daniel Roche, "Le livre, un changement de perspective" in Faire de l'Histoire, III, Paris, Gallimard, 1974, p.123.
- 14- Cf. Robert Estivals, La statistique bibliographique de la France sous la monarchie au XVIII^e siècle, Paris/Haia, Mouton, 1965, p.37. Estivals é dos maiores entusiastas das virtudes da quantificação, embora teoricamente não seja muito profundo na sua defesa.
- 15- Frederic Barbier, "The publishing industry and printed output in nineteenth-century France" in Books and Society in History, Nova York/Londres, 1983, p.210.
- 16- Jean Ehrard e Jacques Roger, "Deux périodiques français du 18^e siècle: Le Journal des Savants et Les Mémoires de Trévoux (essai d'une étude quantitative)" in François Furet (dir.)

Livre et société dans la France du XVIIIe siècle, vol. I, Paris/Haia, Mouton, 1965, p.37.

- 17- Ibidem, p.34.
- 18- Cf. Robert Darnton, The Literary Underground of the Old Regime, Harvard, 1982.
- 19- Roger Chartier, "Livres sous le Manteau", L'Histoire, 3, Paris, 1978.
- 20- Entre outros veja-se "Les libraires du Portugal au XVIIIe siècle vus à travers leurs relations d'affaires avec leurs fournisseurs de Genève, Lausanne et Neuchatel", Arquivo de Bibliografia Portuguesa, 23/24, 1960; e "La librairie genevoise dans la Péninsule Ibérique au XVIIIe siècle", Genava, 1961/62, pp.103-124.
- 21- Cf. "Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX", Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol.XXXV, 1980, pp.139-167.
- 22- Cf. "Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII (casos portugueses)", Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (série História), vols.IV-V, 1973/74, pp.329-338.
- 23- Fernando Guedes, O Livro e a Leitura em Portugal, subsídios para a sua história, Séculos XVIII e XIX, Lisboa/S.Paulo, Verbo, 1987.
- 24- Cf. A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional - aspectos da geografia cultural portuguesa do século XVIII, Coimbra, 1963; e "Pombalismo e cultura média - meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória", Brotéria, vol.115, 1982.
- 25- Cf. "O público dos gabinetes de leitura" in Sociologia da Cultura - livros e leitores do século XIX, Lisboa, IPED, 1985; Rosa Esteves, "Gabinetes de Leitura em Portugal no séc. XIX (1815-1853)", Revista da Universidade de Aveiro - Letras, 1, 1984, pp.213-235; Jorge Peixoto, "Para a Sociologia do fenómeno literário. Gabinetes de leitura em Portugal nos começos do século XIX", O Comércio do Porto, 24/X/1967; e Fernando Guedes, op.cit. (23).
- 26- Culture et sociétés urbaines dans la France de l'ouest au XVIIIe siècle, Paris, Klincksieck, 1978.
- 27- Jesus A. Martinez Martin (CSIC, Madrid), "La Revolución Francesa en las bibliotecas privadas madrileñas del siglo XIX" in Colóquio internacional 'La Revolución Francesa y la Península Ibérica', Madrid, 13 a 15 de Fevereiro de 1986. Estuda, para o período entre 1830 e 1870, 1000 inventários de bens particulares, dos quais 364 com bibliotecas; Maria José Alvarez Pantoja (Universidade de Sevilha), "La Revolución

- Francesa en las bibliotecas sevillanas", Ibidem. Estuda 263 inventários post-mortem entre 1800 e 1868. Ainda sobre a leitura em Espanha ver, Marcelin Defourneaux, Inquisición y censura de libros en la España del siglo XVIII, Madrid, Taurus, 1973 (1a ed. francesa, 1963); e uma perspectiva de síntese é dada em Christian Peligny, "Où en est l'Histoire du livre em Espagne?", Revue Française d'Histoire du Livre, 46e année, 16, Bordeaux, 1977.
- 28- François Furet (dir.), Livre et Société dans la France du XVIIIe siècle, op.cit. (11).
- 29- "Cross-channel currents: historical bibliography and Histoire du livre", The Library, 6a série, 2, 1980, p.5 (comunicação apresentada perante a Bibliographical Society em Dezembro de 1978). Recentemente John Feather confirma a linha de pesquisa anglo-saxónica, ao estudar o comércio do livro na província inglesa, e suas relações com o grande centro que é Londres. Ver The Provincial Book Trade in Eighteenth-Century England, Cambridge University Press, 1985.
- 30- Kenneth Carpenter, Prefácio a Books and Society in History, op.cit. (15).
- 31- Jean Ehrard e Jacques Roger, op.cit. (16), p.34.
- 32- Robert Darnton, "What is the history of books?" in Books and Society in History, op.cit. (15), p.4. A preocupação de Darnton vem sendo, desde os anos 70, a fusão destas duas correntes.
- 33- François Furet, op.cit. (11).
- 33- Jean Queniat, op.cit. (26).

III - COMO VIVE A LEITURA

"Assim o meu tempo passa, com o tempo dos outros e o tempo que aos outros se inventou. Escrevo e penso: que é hoje o tempo para Defoë, para Rousseau, para Adriano?"

José Saramago, Manual de Pintura e Caligrafia.

ESPAÇOS

Ler é um acto de comunicação, e um indicador de um ambiente cultural, associado a um fenómeno essencialmente urbano. O seu objecto central, o livro, tem uma vida que marca os sentidos desse ambiente, desde que é concebido até à forma como se associa com outros, e é lido (ou não), dentro da cidade ou de uma cidade para outra. Que tipo de livro se produz? Será um objecto de luxo? Qual a importância relativa da sua lombada e do seu recheio? Quais os instrumentos da sua circulação? E o que leva a que se juntem certos livros, e não outros? O livro pertence, no final do século XVIII, a um mundo já muito complexo. O processo da sua produção foi-se especializando e ultrapassa fronteiras corporativas. Editores ¹¹³, tipógrafos, encadernadores e livreiros começam a distinguir-se e a espalhar-se nas grandes cidades onde as formas de leitura também se diversificam.

Espaço de conservação e defesa da cultura por tradição, as austeras bibliotecas já não absorvem o grosso da leitura. O ritmo da edição e anúncio, permitem-nos dizer que as grandes bibliotecas do século XVIII definem um público leitor relativamente restrito. Não são suficientes para estabelecer um universo que já ultrapassa as suas fronteiras. Mas não são por isso menos importantes porque a leitura pública mantém um peso considerável, e porque a sua importância cultural nunca é posta em causa, tanto a nível universitário como monástico ou meramente erudito.

Vários testemunhos nos esclarecem sobre a forma como as bibliotecas funcionavam, e sobre o que delas se esperava. O Almanaque de Lisboa, procurando fazer um roteiro de informações úteis, refere, na década de noventa, quatro grandes bibliotecas em Lisboa a que qualquer estudioso podia ter acesso [22]. As bibliotecas consideradas públicas eram então as dos conventos de S. Francisco e S. Domingos da Cidade, abertas todos os dias de manhã e de tarde (excepto aos domingos), a biblioteca da Casa de N. Sra. das Necessidades e a então criada sob a direcção de Ribeiro dos Santos, Real Biblioteca Pública. Os seus fundos não tinham de ser exclusivamente preenchidos por matérias religiosas, ainda que funcionando em conventos. A biblioteca da Congregação do Oratório, por exemplo, "consta (...) de 25 mil até 26 mil volumes de livros selectos e mais bem escolhidos, principalmente em Bellas-Letras, em que é completa" [23].

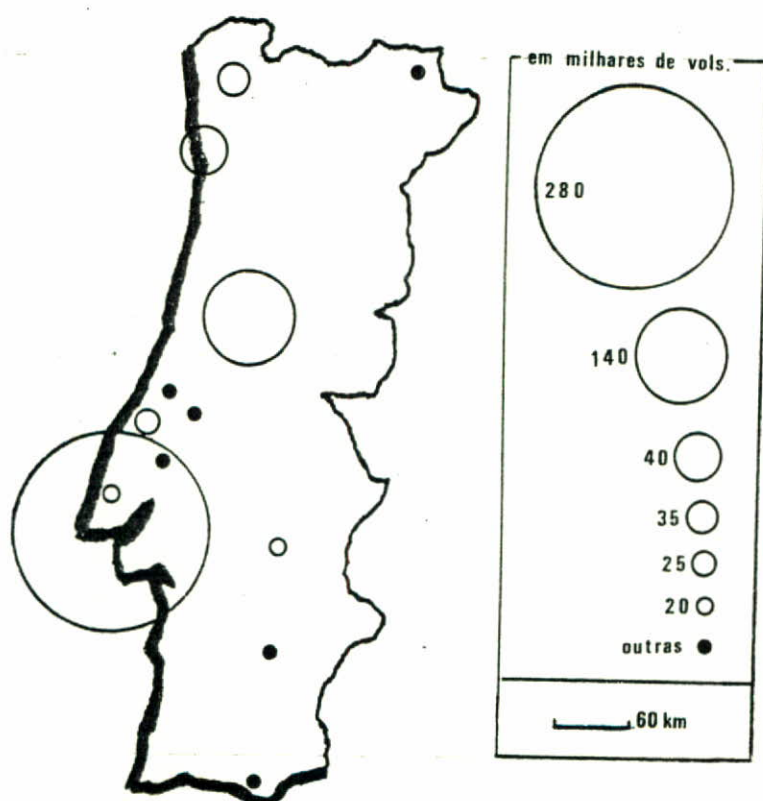
É também em torno dos conteúdos das bibliotecas que Link se pronuncia preferencialmente, sendo mais sensível às obras que encontra sobre temas científicos [24]. Chamaram-lhe a atenção outras bibliotecas que não são referidas pelo Almanaque, mas que há interesse, na sua perspectiva, em frequentar, como a do convento de Jesus. Não sendo pública, é possível ainda ser-se admitido como leitor na biblioteca do Convento de São Vicente de Fora [25]. Nesta biblioteca vamos encontrar José Liberato Freire de Carvalho que, embora não seja o bibliotecário, tem, a julgar pelas sua Memórias, muita facilidade em pôr e dispor das obras, o que o leva a

tornar acessível a sua leitura a muitos que o procuram [63]. Um francês que se lhe dirigira, durante a ocupação, mostra-se surpreendido pela abertura demonstrada e apenas leva um livro consigo. O motivo da sua visita era ainda mais interessante: "(...) a livraria do convento de S.Vicente havia sido denunciada ao Imperador como uma das principais de Lisboa" [73].

Dez anos depois, Adrien Balbi [83] refere-se nos mesmos termos às mesmas bibliotecas, procurando completar as informações com referências ao número de volumes que compõe cada uma, destacando por isso a Real Biblioteca Pública e a Biblioteca da Universidade de Coimbra. Os números referidos são muito imprecisos, sobretudo no caso de Coimbra, onde as estimativas que refere variam entre os trinta e oito e os noventa mil tomos, rondando a (então já chamada) Biblioteca Nacional os oitenta mil. A ordem de grandeza fica, portanto, presente. Quanto a outras estantes, as mais bem fornecidas, com fundos entre os vinte e cinco e os trinta e cinco mil volumes, conta as das bibliotecas do convento de Jesus, e das Necessidades, em Lisboa, a livraria de Alcobaça, a de Sta. Cruz de Coimbra, a do bispo do Porto, e a do convento de Tibães, em Braga. S.Francisco e S.Vicente, assim como as do Rei, na Ajuda, a de Évora ou de Mafra, rondariam os vinte mil volumes.

Entre outros estabelecimentos com menos existências, mas reflectindo um critério que privilegia as leituras científicas, Balbi refere a biblioteca da Academia das Ciências.

Destas estimativas fica um quadro da distribuição das bibliotecas públicas e daquelas que, não sendo consideradas como tal, facultavam os seus livros a uma consulta pública. A exactidão dos dados numéricos é secundária face a uma outra informação: qual o conjunto de instituições que se apresentavam (e com que imagem) perante um potencial leitor. É curioso notar que o Porto não tem então nenhuma biblioteca pública. Apenas a do seu bispo preenche esse espaço. Em contrapartida, Lisboa aparece com uma oferta equivalente à de todas as outras cidades juntas. No mapa da distribuição espacial das bibliotecas, os valores acumulados de cada localidade, são aproximados em relação às estimativas médias de Balbi [1930].



Outros dados, reflectindo a inserção das bibliotecas portuguesas no conjunto das europeias, mostram como as cidades do livro em Portugal, mesmo as maiores, ocupam um lugar secundário [103].

Quais serão os parâmetros de Balbi ao afirmar [113] que via sempre um "grande número" de pessoas ocupadas a trabalhar sempre que visitava a Biblioteca Nacional? Não há dúvida de que estas bibliotecas eram frequentadas, mas normalmente dentro de um espírito de "trabalho" e de "investigação". Pedirá uma novela para ler, alguém que, em princípio, deseja conhecer algum tipo de literatura, ou algum autor, e não alguém que se procure distrair ou entreter. É essa a leitura que as bibliotecas facultam, e o público não poderá sair de um círculo de "estudiosos", laicos ou religiosos.

A conclusões análogas chegam Chartier e Roche num artigo sobre o estudo do livro em França. As bibliotecas, sobretudo as da província, manteriam tardiamente certos tipos de livros como dominantes, quando já a sua produção era reduzida [123].

Outro é o espírito dos gabinetes que entretanto se começam a formar, também partindo de Lisboa. Ainda dentro da leitura pública, os gabinetes de que há notícia a partir de 1801 [133] destinam-se a preencher outro tipo de necessidades e a corresponder a outro tipo de público. Ao contrário do que sucedia com a biblioteca, "o gabinete está positivamente fora do centro das atenções de literatos, intelectuais e políticos, cujos pontos de reunião são outros" [143]. Maria

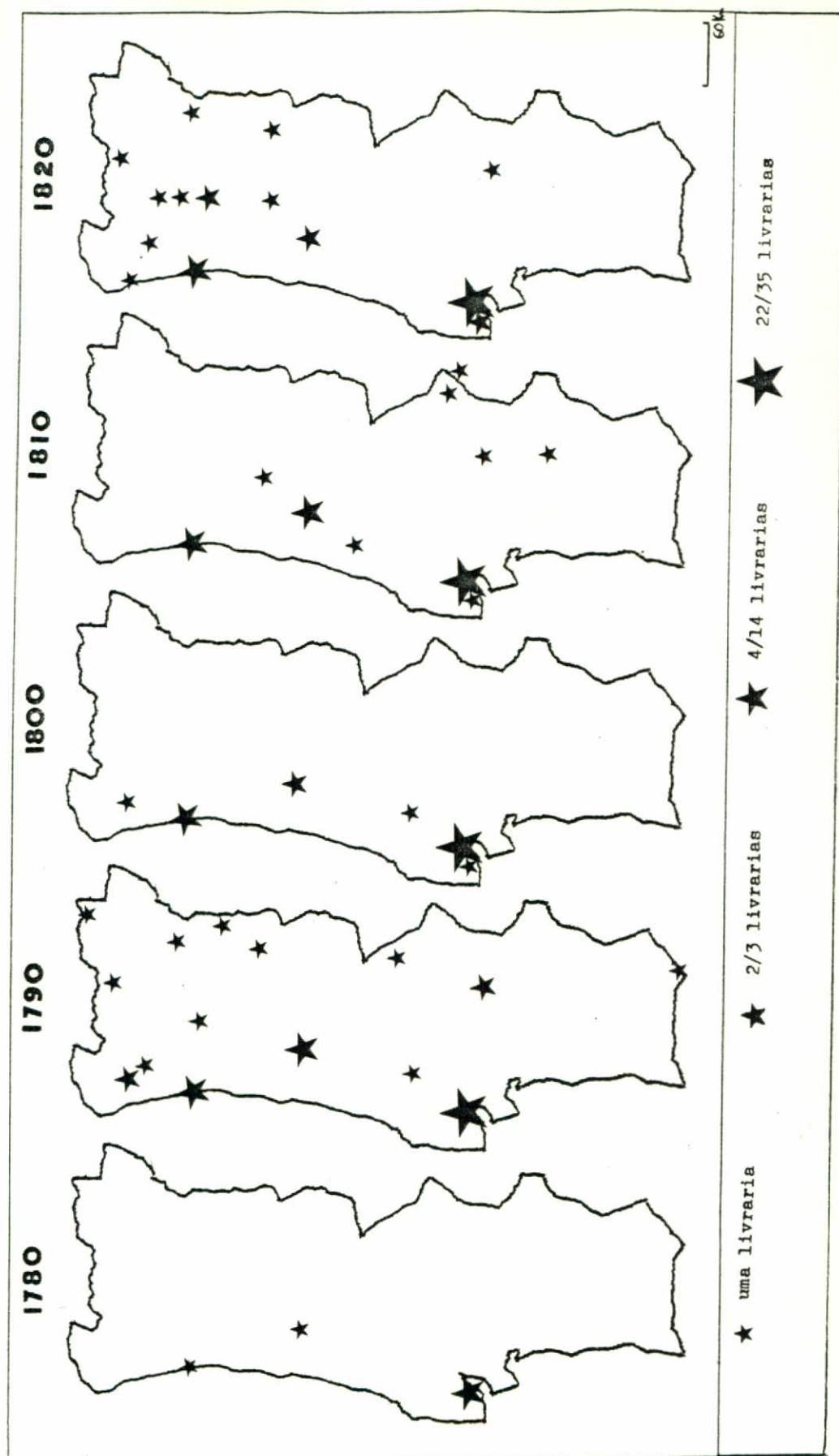
Manuela Domingos, ao fazer esta afirmação no estudo que dedicou à leitura nestes gabinetes, explica-os como espaços que preenchem as horas de lazer das senhoras, dos cidadãos estrangeiros, e de uma burguesia alfabetizada.

Os gabinetes não terão vindo "popularizar" a leitura. Vieram de qualquer forma contribuir para a sua expansão, ou responder à sua necessidade de expansão, proporcionando outra forma pública de ler. A leitura pública deixara de estar encerrada no âmbito do estudo. Entretanto, outras formas de ler, captadas na vida e circulação do livro, quer como objecto de comércio, quer como fonte de prestígio ou como difusor de ideias, têm nas livrarias a sua sede.

Cada uma destas formas de leitura tem uma geografia própria, assim como uma linguagem e um público. Saindo da leitura pública, e analisando os dados fornecidos pela venda de livros, pelo seu anúncio, pela forma como as livrarias se espalham, confirmamos essa ideia [15].

A diferente distribuição geográfica do livro não é arbitrária. Se a resposta a todos os inquéritos têm em comum o peso desproporcionado de Lisboa, centro político onde residem grande parte dos potenciais compradores e leitores, centro social e económico de maior concentração e expansão, centro da produção e distribuição do impresso em Portugal, já o papel de Coimbra e Porto é desigual.

Em Coimbra não há correspondência para as grandes bibliotecas. Coimbra é realmente um grande foco de produção. Mas a imprensa está subordinada às necessidades e critérios da Universidade.



Localidades com livreiros referidos na Gazeta de Lisboa

A função da leitura em Coimbra parece ser quase completamente preenchida pelo estudo ¹¹⁶³. Em contrapartida, o Porto, onde a leitura de erudição tem um papel menos significativo, é, apesar de não contar com uma tão poderosa editora como a de Coimbra, o maior foco de distribuição de livros, logo depois de Lisboa.

Outros indicadores confirmam esta ideia. Na lista de assinantes do Jornal Encyclopédico em 1789 ¹¹⁷³, depois dos 348 exemplares previstos para Lisboa (quase 70%), surge o Porto para onde está previsto serem enviados 40 exemplares (8%), e só a seguir vem Coimbra com 16 exemplares (3%). Os restantes cem assinantes espalham-se pelo continente, Brasil (para o Rio vão nove exemplares) e estrangeiro (um assinante em Hamburgo e outro em Pequim). No caso deste jornal, é curioso notar que, ao fazer sair a ciência para fora das paredes universitárias, não tem em Coimbra um público muito vasto, ao contrário dos meios não académicos, verdadeiro destino desta leitura de divulgação.

Lisboa é o centro da edição e da venda do impresso, mesmo para as publicações cuja principal finalidade seja a leitura em pequenos centros rurais. Nesta grande cidade, o livro tem vários meios de propagação, e a existência de muitos livreiros não inibe a venda por parte de outros agentes. O livro aparece nas lojas próprias, muitas delas com uma antiga tradição, mas pode ser vendido em casa do autor, na do tipógrafo, na portaria de um convento ou nas cordas dos vendedores ambulantes, a famosa literatura do "barbante".

A figura do cego e do seu cão, frequentemente utilizada a propósito de vários assuntos, evoca um vendedor típico que ia de porta em porta com os seus folhetos ou "sempre está na esquina do Rocio apregoando papéis" [183], segundo se diz num folheto. Claro que um tal vendedor não vende habitualmente o mesmo tipo de livros das livrarias requintadas. Atente-se no diálogo inserido num outro folheto, em que algumas apreciações nos mostram onde e como habitualmente se espera encontrar os folhetos.

"Tirso - Eu já estou enfastiado de ler obras contra Peraltas, por ser um assunto muito rançoso.

Panocrácio - Por isso não deixarei eu de as comprar, porque as obras joviais sempre me divertem, e os cegos têm em mim um bom freguês.

(...)

Tirso - Onde se vende isso ("o Cão do Cego") que os não ouço apregoar aos cegos, e eu queria também gastar o meu vintém?

Panocrácio - Qual vintém! Um está muito longe do caso. Cada papelote custa dois vinténs (são quatro), e vendem-se como coisa grande na loja do livreiro à Praça da Figueira.

Tirso - Ora muito me conta! Mas quem sabe se os tais papelotes ostentam de maior somente no preço e lugar onde se vendem, à maneira de algumas mulheres de mau viver, que o alto preço por que se reputam as faz parecer particulares, e no cabo tudo são favas" [184].

Neste diálogo o centro da difusão do livro em Lisboa parece ser o Rocio e a contígua Praça da Figueira. Na zona

baixa da cidade, estas duas praças aparecem como dois pratos de uma balança onde se pesam dois tipos de leitura e dois tipos de comércio de livros, distintos também pelo preço, pelo volume e pelo estilo. A verdade é que encontramos folhetos ao lado de tratados em várias outras livrarias. E pequenas edições, nomeadamente as de poesia, são com regularidade vendidas em casa dos seus autores.

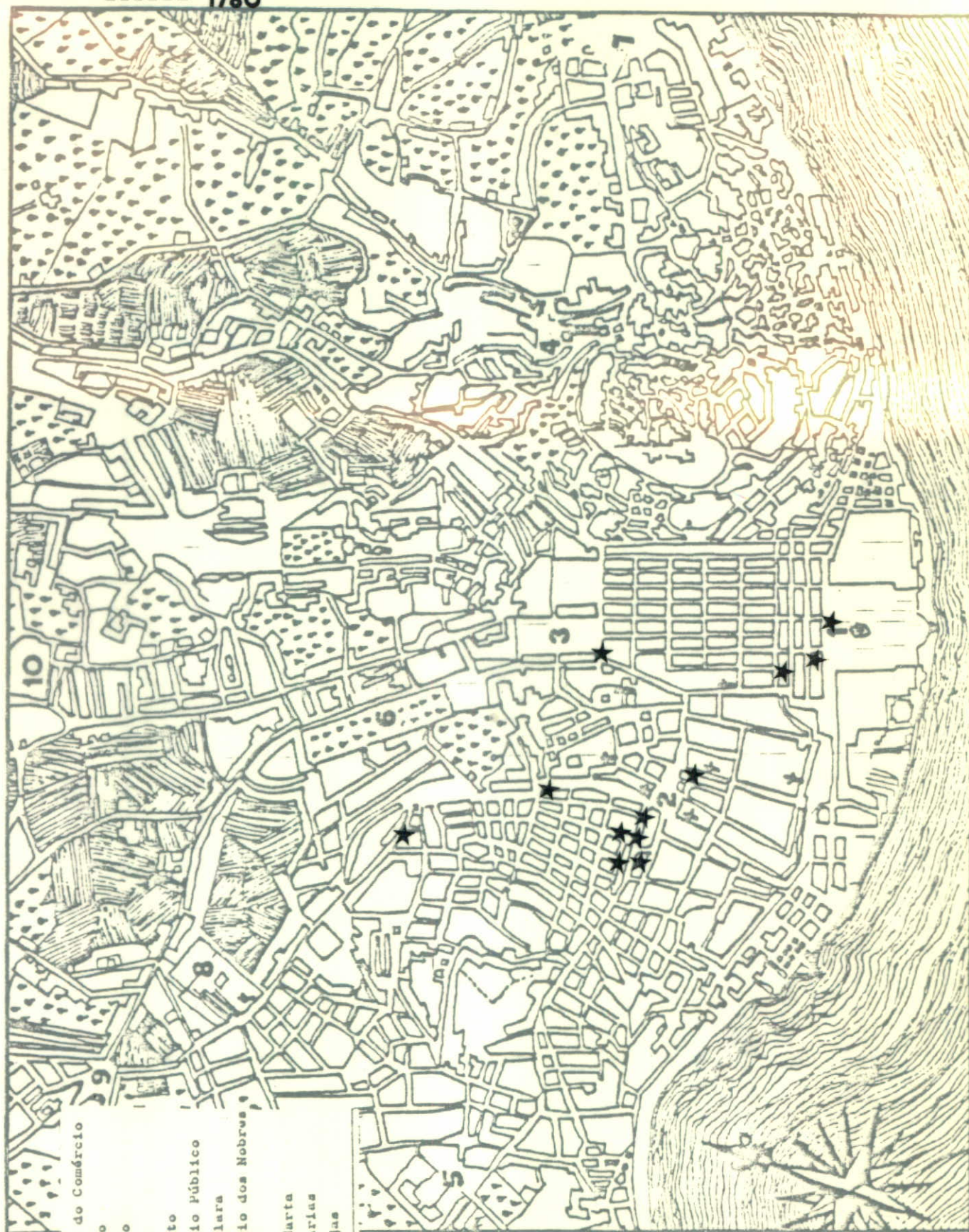
Mas o livro e os livreiros não se espalham da mesma forma por toda a parte. Que havia um ponto tradicional de concentração desta actividade, prova-o uma alusão encontrada por Castilho a uma não localizada "rua dos livreiros" embora, ao contrário do autor da Lisboa Antiga, não tomemos a expressão no sentido literal de nome de rua [20].

Lisboa é uma cidade onde a leitura é muito procurada. Os centros dessa procura alargam-se ao longo dos anos, como mostram as plantas incluídas [21]. Basicamente, as zonas de frequência permanecem as mesmas. As freguesias velhas e populares, na Lisboa oriental, raramente são referidas. Em contrapartida, no Bairro Alto, na zona do Chiado e, num segundo plano, na Baixa, do Rocio à Praça do Comércio, movimenta-se o essencial deste comércio.

São estes os centros dos contactos entre Portugal e a Europa, referido, por exemplo por Giles Barbier a partir do Almanach de l'Auteur et du Libraire, 1781 [22].

LI/BOA

1780



1 - Praça do Comércio

2 - Chiado

3 - Rossio

4 - Graça

5 - S. Bento

6 - Passeio Público

7 - Sta. Clara

8 - Colégio dos Nobres

9 - Rato

10 - Sta. Marta

★ - livrarias

† - igrejas

1000
PALMOS
(± 225m)

(adaptação de uma planta de 1785)

LISBOA 1790

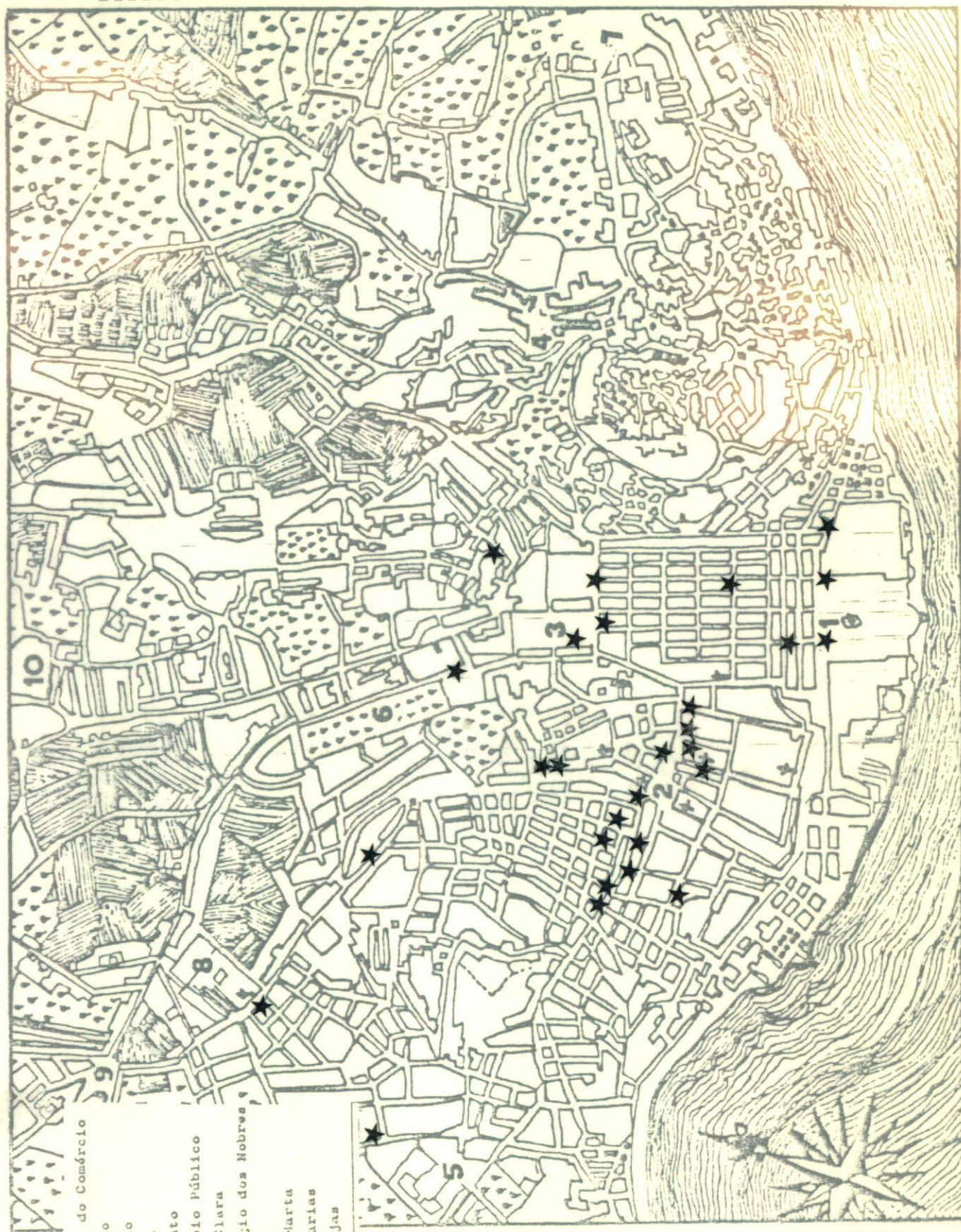


- 1 - Praça do Comércio
- 2 - Chiado
- 3 - Rossio
- 4 - Graça
- 5 - S. Bento
- 6 - Passeio Público
- 7 - Sta. Clara
- 8 - Colégio dos Nobres
- 9 - Rato
- 10 - Sta. Marta
- ★ - livrarias
- † - igrejas

1000
PALMOS
(± 225m)

(adaptação de uma planta de 1785)

LISBOA 1800



LISBOA 1810



1 - Praça do Comércio

2 - Chiado

3 - Rossio

4 - Graça

5 - S. Bento

6 - Povoação Pública

7 - Sta. Clara

8 - Colégio dos Nobres

9 - Rato

10 - Sta. Maria

* - livrarias

+ - igrejas

1000
PALMOS
(± 225 m)

(adaptação de uma planta de 1785)

LISBOA 1820



CONDIÇÕES DE VENDA

Diferenças entre Lisboa e as outras cidades existem também nas condições de venda. Frequentemente os livros editados em Lisboa são anunciados com preços diferentes dos que se praticam no Porto e em Coimbra, onde sofrem um acréscimo. Muitas vezes as tiragens não são suficientes para abarcar mais do que um mercado, e apenas são anunciadas nas livrarias da capital. Há pois condições materiais que favorecem a vida da leitura em Lisboa. Mas estas condições, mesmo neste caso, são mal conhecidas.

O caso das tiragens, que permitiria avaliar o alcance das edições, é o mais difícil de resolver. O anúncio muito raramente as refere. A documentação dos livreiros e editores é desconhecida [23]. Uma referência à edição de 12 mil exemplares de um folheto tem de ser considerada como excepção, mas existe [24], durante a Guerra Peninsular. Tais valores para uma tiragem ultrapassam em muito a maioria das edições de qualquer ponto da Europa.

Nos estudos realizados em França este problema também se tem posto. Geneviève Bollème fala de tiragens que vão de 200 a 18500 exemplares, em França, onde a média rondaria os dois a cinco mil [25]. Henri-Jean Martin, por seu lado, afirma: "During the early period and until the eighteenth century, an edition of about 1000 to 1500 copies could cover these costs adequately. To issue larger editions, the bookseller-publisher would have had to commit additional capital; this was undesirable, however, because the

resources would not then have been available for issuing other editions of successful books.

Working with a financial goal in mind, the publisher usually has to aim not a maximum distribution but rather at maximum profit" [26].

Existe, pois, o obstáculo das somas exigidas por cada edição. O editor tem de calcular o prazo de realização do capital investido e não se pode arriscar a possíveis demoras de escoamento de uma obra, mesmo que a sua venda esteja garantida a prazo.

Em Portugal este problema é ainda mais candente por quatro razões. Em primeiro lugar as dimensões das empresas livreiras, não comparável nem em meios técnicos nem financeiros aos das grande editoras europeias. Como pequenas empresas, os seus investimentos não podem ser ousados.

A segunda razão decorre da primeira e consiste na quase inexistência de um mercado externo para a edição portuguesa. Daí a convicção de muitos intelectuais europeus, de que não existe produção alguma em Portugal [27]. O desequilíbrio europeu é salientado por Chartier e Roche que falam de duas Europas: uma meridional (sobretudo ibérica), com uma produção fraca, e o Norte e centro, fornecendo ao Sul as leituras de que necessita [28]. Entre as poucas referências feitas a obras portuguesas nos documentos da Sociedade Tipográfica de Neuchâtel, saliente-se, nas centenas de pedidos feitos pelo comerciante de livros clandestinos Mauvelain, em 1783/84, dezoito exemplares de uma obra sobre o Marquês de Pombal e a sua política [29].

A terceira razão prende-se à exiguidade do universo alfabetizado português. Raramente é possível reunir milhares de compradores para uma obra. E neste século, afirma-o Robert Darnton, não se faria uma edição sem calcular o seu provável escoamento [30].

A quarta razão da dificuldade do desenvolvimento da edição em Portugal residia na não unificação do mercado interno e no não desenvolvimento dos meios de comunicação e das ligações entre as localidades.

Perguntar-se-á se as condições de rentabilidade da edição não serão as mesmas em toda a Europa. Isto é, não se terão regularmente de atingir pelo menos os mil exemplares de uma obra para a tornar rentável, também em Portugal? Os editores portugueses são certamente mais cautelosos, jogando muitas vezes no escoamento total de edições mais limitadas.

No caso de edições subsidiadas pelo Estado essa questão pode não se pôr, mas é porventura a eliminação de sobras e a eventual reedição de um sucesso que permite aguentar as empresas portuguesas com edições próximas dos quinhentos exemplares. E, nestes cálculos, o factor tempo é decisivo. Em 1818 anunciava-se a reedição de uma obra. A primeira edição, de que tinham sido tirados quinhentos exemplares, esgotara-se em cinco meses [31]. Temos assim a dimensão do tempo considerado bom para a venda deste número de livros. Nalguns casos as expectativas eram ultrapassadas com vendas extremamente rápidas. A Medicina Teológica [32], em 1794, tinha a sua edição vendida numa semana. Mas era uma obra escandalosa para a mentalidade da época, uma verdadeira

surpresa por ter sido autorizada a sua impressão e anúncio.

De acordo com todos os testemunhos [333], para um livreiro, uma boa obra é aquela que se vende. E não é ao comerciante que compete ajuizar da correcção de uma dada obra, sobretudo se lhe traz proveitos. Isso explica que, tanto em Portugal como noutros países, os livreiros divulgassem os escritos mais incendiários, agindo como se se tratasse da mais desideologizada das actividades. Não integradas habitualmente nos circuitos clandestinos, as livrarias Reyceud e Bertrand surgem na documentação da Sociedade Tipográfica de Neuchâtel com pedidos de Enciclopédias, que depois vendiam sem publicidade [343].

A forma de melhor assegurar a venda de uma edição, continuava entretanto a ser a prévia subscrição pública, praticada em toda a Europa [353]. As subscrições não tinham uma função de sondagem. Quando eram lançadas, geralmente já estava a ser preparada a edição. Era sim, em primeiro lugar, a forma de realizar o mais depressa possível o capital investido. Mas podia suceder o inesperado. Em 1810, quando todas as sensibilidades estavam mobilizadas para a Guerra Peninsular, foi um fracasso a tentativa de editar a tradução em verso português da Iliada. Lançada em Janeiro a subscrição, em Maio é anunciada a anulação do projecto [363]. Nenhum subscritor se havia interessado pelo esforço do tradutor.

Outra forma de subscrição pública são as assinaturas dos periódicos. Estas oferecem ao historiador a vantagem de poder ter acesso aos nomes de todos os assinantes e, por

consequência, ao seu número. O Jornal Encyclopédico, na sua edição de finais dos anos oitenta do século XVIII, teria 504 assinantes, o que leva a supor que a sua tiragem mensal não seria muito superior. Voltamos pois aqui ao número quinhentos que, à falta de prova em contrário face à escassez de dados, nos parece uma estimativa razoável para um valor de base da edição, estando certamente os valores médios então entre quinhentos e mil exemplares. Tais quantidades seriam depois ultrapassadas em reedições.

O conhecimento dos preços já é mais seguro. Há livros que trazem o seu preço impresso, e uma grande parte aparece no anúncio ou no catálogo com essa informação.

O preço de um livro não é uniforme. Além da diferença entre cidades, a maior parte é vendida em edição encadernada e brochada, sendo esta necessariamente mais barata. De resto os critérios para a fixação dos preços são relativamente objectivos, tendo os custos materiais do trabalho um peso decisivo. O preço final é geralmente fixado em torno de múltiplos e submúltiplos de 240 réis, de acordo com a qualidade da edição e encadernação e com os cadernos necessários para constituir um volume. A quantidade de cadernos necessários diminui relativamente ao número de páginas se o formato do livro também diminuir. Um dado número de páginas de um livro in 4° necessita obviamente do dobro do papel necessário para o mesmo número de páginas in 8°. Esta correspondência facilita a definição de intervalos de preços para análise dos vários tipos de obras [37].

Os quadros a seguir inseridos mostram a frequência

com que aparecem os tipos de preços, por quinquênio, nos vários grupos de obras consideradas. Os intervalos definidos são os seguintes: referências a livros com:

- a) preços superiores ou iguais a 960 réis;
- b) preços superiores ou iguais a 480 e inferiores a 960 réis;
- c) preços superiores ou iguais a 240 e inferiores a 480 réis;
- d) preços superiores ou iguais a 120 e inferiores a 240 réis;
- e) preços inferiores a 120 réis.

1

	1780/85	1786/90	1791/95	1796/00	1801/05	1806/10	1811/15	1816/20
a	4	14	4	17	25	13	7	10
b	10	12	16	3	13	15	6	13
c	14	13	14	9	6	22	12	20
d	2	3	7	7	8	12	23	17
e	-	11	3	4	8	5	15	5

2

a	20	31	12	10	42	37	-	24
b	-	12	12	10	5	12	4	19
c	20	12	12	10	15	12	6	13
d	-	18	-	20	21	6	4	8
e	-	-	-	-	5	-	-	1

3

	1780/85	1786/90	1791/95	1796/00	1801/05	1806/10	1811/15	1816/20
a	30	27	10	14	31	12	28	17
b	14	23	18	22	22	17	9	23
c	-	13	16	6	10	13	13	26
d	2	4	-	1	4	19	8	5
e	-	3	-	1	2	1	12	4

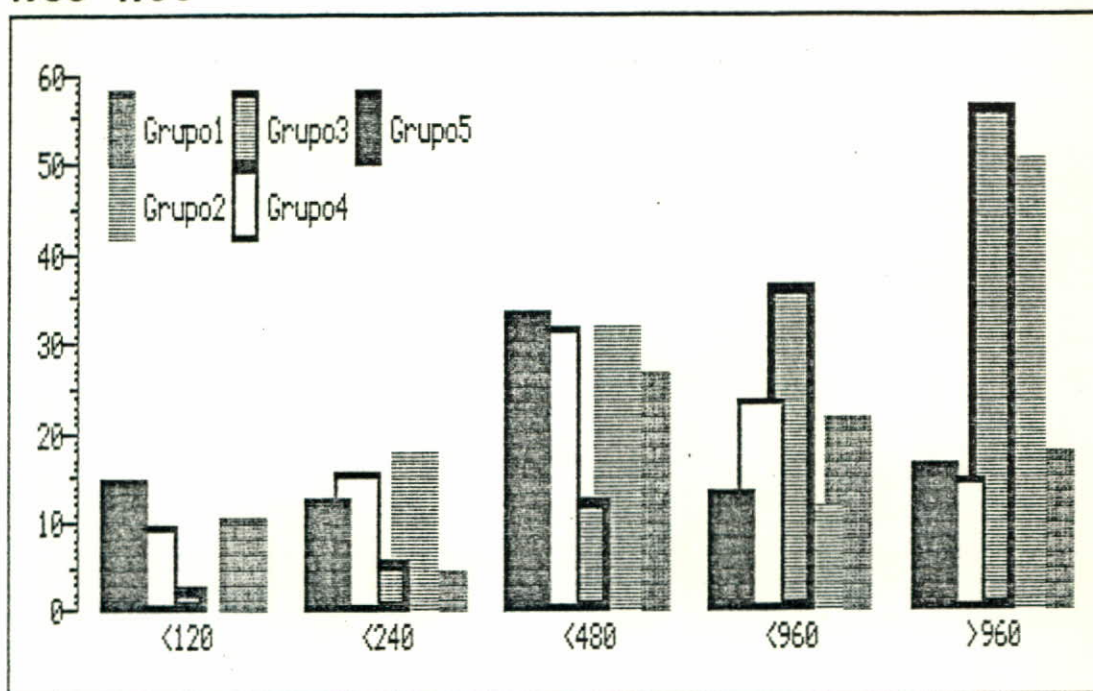
4

a	8	7	10	7	14	7	8	15
b	8	16	13	11	21	8	8	19
c	20	12	9	13	20	15	11	26
d	3	13	7	21	12	21	14	12
e	1	9	9	3	4	19	15	6

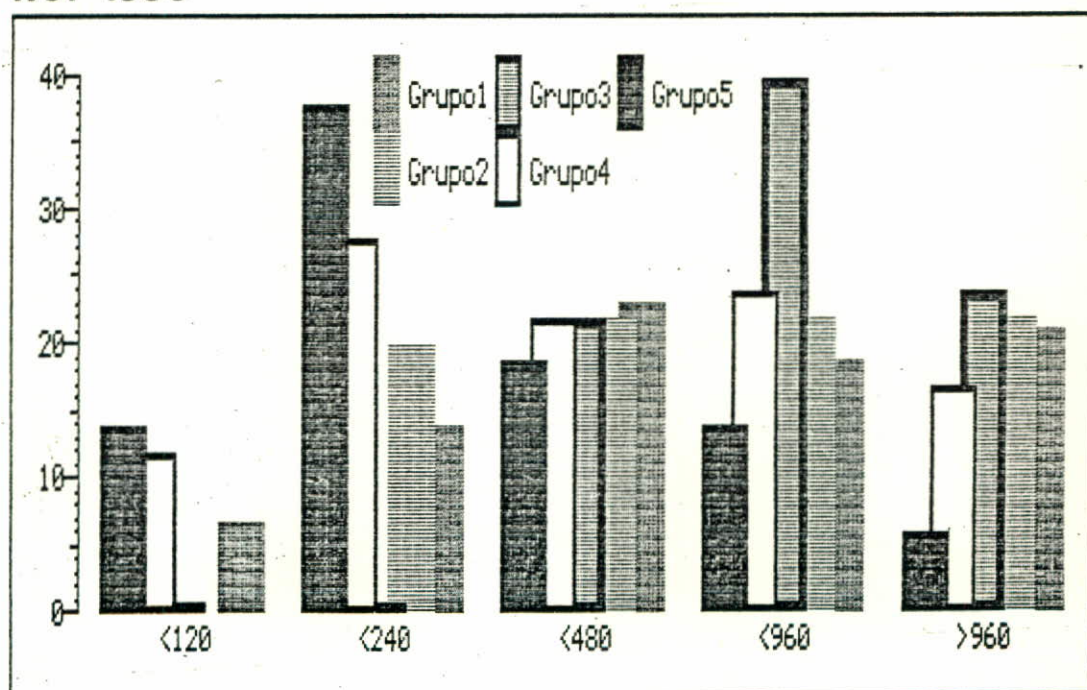
5

a	8	9	4	2	8	9	9	9
b	8	6	9	5	13	13	6	13
c	17	17	19	8	18	13	7	20
d	5	8	18	20	29	17	11	20
e	3	12	6	8	7	20	16	13

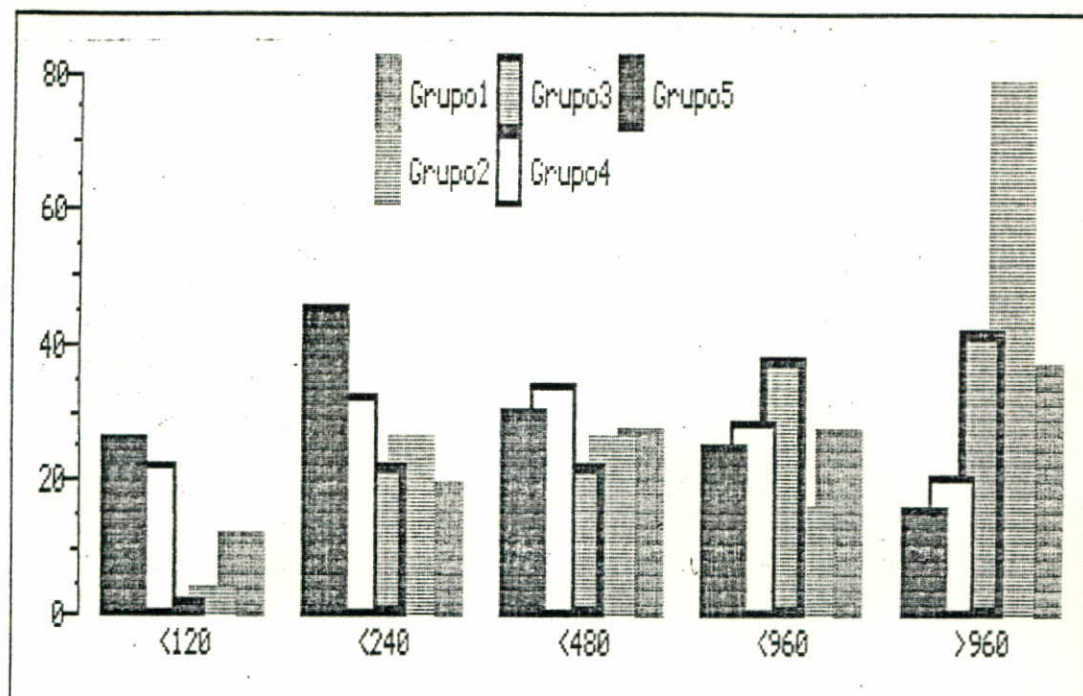
1780 - 1790



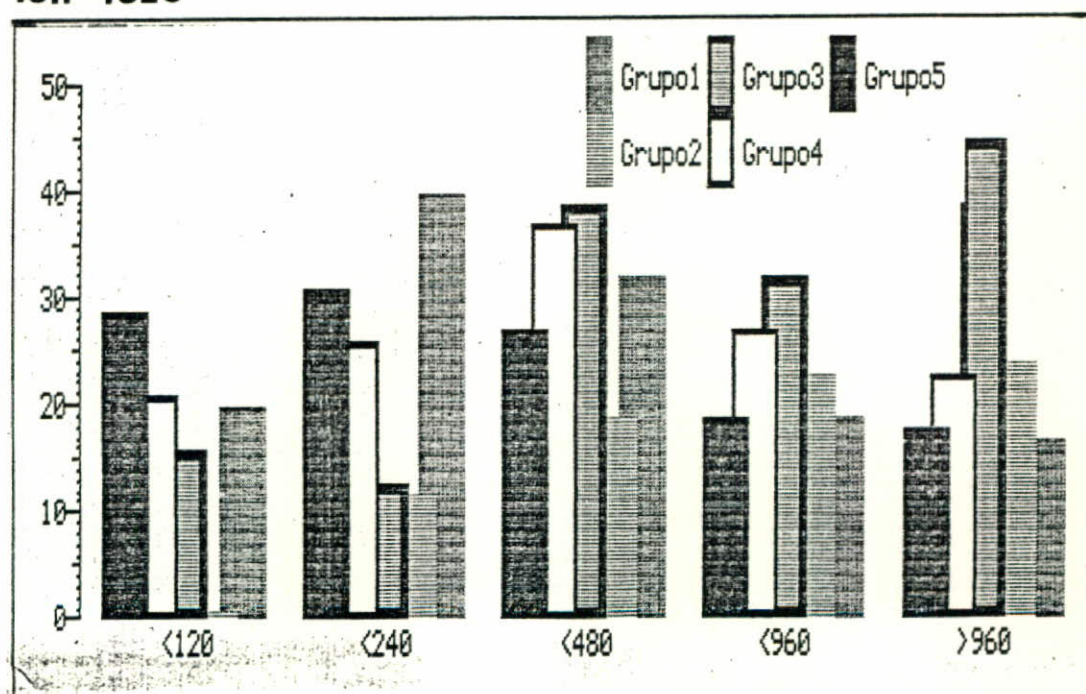
1791 - 1800



1801 - 1810



1811 - 1820



Os quadros apresentados fornecem, com a indicação dos preços de maior frequência para cada grupo, uma imagem da acessibilidade de cada tipo de obras. Gráficamente, pode a informação aparecer de forma a notar-se, para cada uma das quatro décadas em estudo, a relação entre os preços praticados. A primeira conclusão é a existência de um fosso entre as obras de História e Geografia e Direito, por um lado, e a literatura, por outro, sendo curioso notar, nos gráficos, a relação inversa de grandeza de frequências. No primeiro grupo de obras, o sentido crescente é da esquerda para a direita, ou seja, poucas ou nenhuma obras a baixo preço, e um número crescente de referências à medida que os intervalos significam livros mais caros. No caso do grupo dos romances e das letras em geral, passa-se exactamente o contrário. Já os preços dos outros grupos se comportam de forma mais irregular [36]. Esta disparidade confirma aquilo que temos vindo a afirmar sobre as diferentes funções da leitura e as camadas de público que procura alcançar.

Dois sentidos se podem extrair destes dados. Um livro que normalmente é vendido por alto preço não é, obviamente, acessível. São os casos já apontados. Mas, por outro lado, são obras que não há a preocupação em tornar acessíveis, ou porque se calcula tenham um conteúdo que, por si só, limita o leque de interessados, ou porque não existe interesse em divulgá-lo.

Esta conclusão não é prejudicada pela "objectividade" acima referida para a fixação do valor do impresso. Um livro de Direito, por exemplo, não é artificialmente encarecido. O

seu volume justifica o custo. Mas também nada é feito para o embaratecer. Ao contrário, a política adopta o panfleto e a religião dedica-se ao pequeno formato. Embora o papel real do pequeno formato não possa ser sobrevalorizado como forma de grande popularização da leitura, vários estudiosos se lhe têm referido entre os factores que facilitaram a expansão do impresso [39].

Em Portugal é escasso o número de anúncios que se referem aos formatos das obras. Para haver dados mais precisos seria necessário basear o inquérito nos fundos das bibliotecas ou nos catálogos dos fundos dos livreiros. No entanto, com base nos anúncios podemos afirmar que, com pouca variação nos vinte anos do século XIX que estudámos, o pequeno formato ocupa uma grande parte da edição, chegando os livros in 8° normalmente a 2/3 dos que se referem ao formato. Para os anos anteriores a informação é mais reduzida quantitativamente, embora possa abarcar uma percentagem equivalente de obras, e aponta para um peso diferente dos vários formatos. Em 1780, por exemplo, em sete referências (1/4 do total de anúncios nesse ano), cinco eram de edições in 4° e um in fôlio.

O formato não parece ser uma informação que interesse a quem anuncia. É um dado que, ao contrário dos preços, não é mais referido com o decorrer dos anos. Serão os preços, mais do que os formatos (embora também em função destes), os reais indicadores do alargamento do público e da procura.

AS LÍNGUAS DA LEITURA

Em 1780, naquilo a que Darnton chama o francês típico dos comerciantes estrangeiros da época, Reyceud escreve de Lisboa à Sociedade Tipográfica de Neuchâtel o seguinte:

"Comme ici depuis la réforme de l'Université de Coimbre ainsi que l'ouverture d'une Académie des sciences et des arts en cette ville, les Portugais commencent d'avoir un peu plus de gout pour la lecture de bons livres tant latins que français et autres langues, c'est ce qui nous engage de procurer, d'établir des correspondances dans toutes les villes principales de l'Europe, par ce moyen pour être mieux assortis" [40].

No mesmo capítulo, Darnton referira também os contactos estabelecidos pela viúva Bertrand, queixando-se de demoras nas remessas, quer viessem via Amsterdam, quer via Ostende ou Génova. Existem pois vários canais, nesta altura mais explorados, de penetração do livro estrangeiro em Portugal. Outros historiadores, investigando produtores e redes regionais, também chegaram a dados sobre relações com Portugal. Roger Chartier refere o comércio de Lyon com contactos em Lisboa, Coimbra e Braga em meados do século XVIII [41]. Jean Queniat refere as relações entre Jacques Besogne, livreiro de Rouen, e vendedores de Coimbra e Lisboa em 1784 [42]. Giles Barbier cita o comércio livreiro entre portugueses e ingleses, com base em dados de 1781 [43]. Noutra perspectiva, Georges Bonnant estuda os contactos com Génève e Fernando Guedes enumera mais de três dezenas de

idades europeias cujas edições chegavam a Portugal [44].

Desde sempre entraram em Portugal livros vindos do resto da Europa. Mas de onde e em que proporções? E qual o peso do latim nas obras que circulam, as vindas de fora e as impressas em Portugal?

Maria Adelaide Salvador Marques estudou essa questão nos catálogos das bibliotecas feitos em 1769/70 [45]. Então, depois do português, o latim era a língua que com mais frequência aparecia (cerca de 1/3 do total). Entre as outras línguas, sobressaíam o castelhano e o francês rondando os 5% do total. A presença de livros ingleses era insignificante.

Isso mesmo é confirmado em 1799 por Link [46], que se espanta com o facto, dado que esperaria um muito maior peso cultural da Grã-Bretanha, país com quem Portugal mantinha uma velha aliança, e refere a existência de muitos livros em castelhano [47].

Mas a imagem extraída de um inquérito a bibliotecas é enganadora. A biblioteca vai conservando leituras de várias épocas. O latim já não tem, em relação às outras línguas, um peso tão desproporcionado.

Os livros em línguas nacionais europeias tinha várias funções. Permitiam o acesso a obras editadas fora de Portugal, aos portugueses, mas também aos estrangeiros que aqui viviam. E em anos agitados como foram os que rodearam a revolução francesa, o seu número terá certamente crescido. O Jornal de Coimbra refere, em 1812, a existência desses estrangeiros, valorizando a expansão da língua portuguesa. "Há ainda pouco que as Nações Estranhas pouco ou nada se

aplicavam à Língua Portuguesa. Nestes últimos anos, porém, imensidade de Russos, Alemães, Italianos, Suíços, Francezes, Espanhóis e Ingleses, etc., ainda mal por uns, e ainda bem por outros, têm vivido em Portugal;" [48].

Com o funcionamento dos gabinetes de leitura, ao longo do século XIX, confirmar-se-á uma presença estrangeira significativa entre os leitores. Os catálogos compunham-se sobretudo de obras em francês e até em inglês. O negócio estava na mão de estrangeiros e a eles se destinava. Ruders afirma mesmo que aos lisboetas não era permitido servirem-se do estabelecimento de M. Maussé, embora indirectamente o fizessem [49]. O livro francês tinha, assim, vida própria.

O anúncio, na medida em que mostra sobretudo a edição portuguesa, é um mau indicador das obras estrangeiras lidas. Mas permite-nos conhecer o interesse pelas várias línguas na compra de gramáticas e dicionários. Tais obras podem ser procuradas em circunstâncias diversas. Para o ensino geral do português são necessários dicionários e gramáticas desta língua. A um estrangeiro que procura aprender o português, interessará um dicionário bilingue, mas apenas a gramática portuguesa. Um português que procure falar ou escrever uma outra língua, precisará de uma gramática dessa língua e um dicionário bilingue nos dois sentidos, por exemplo, português/inglês e inglês/português. Mas um português que apenas queira compreender outra língua, no caso que nos interessa, para ler, poderá adquirir em primeiro lugar um dicionário da outra língua para o português.

Qual é, então, o panorama de gramáticas e dicionários

entre 1780 e 1820?

O português, como não podia deixar de ser, detém mais de metade das referências tanto a um como a outro tipo de publicações, atingindo cerca de 54% nos dois casos. Não se pode comparar nem o número, nem o significado de edições que se utilizam na educação geral das crianças e que são aliás necessários no dia a dia da utilização da língua.

O francês surge em segundo lugar nos dicionários, mas em terceiro nas gramáticas, onde as línguas clássicas, e o latim em particular, detém ainda um peso considerável. Mas há alguns pormenores interessantes a reter. Nos dicionários, existem muitas referências a francês/português, havendo também alguns dicionários bilingues nos dois sentidos, e outros apenas franceses. Não há referências a dicionários onde a língua de chegada seja apenas o francês. O período de ocupação não alterou este quadro. Apenas se referem dois dicionários e duas gramáticas para o período 1807/08. Mas, passado o tempo da reacção contra os afrancesados, novamente volta, e em força, a compra destas obras. Mais de metade das gramáticas francesas é referida entre 1813 e 1820.

Completamente diferente é o caso da língua inglesa. Também não há dicionários exclusivamente português/inglês, mas é quase nulo o peso dos que têm apenas o sentido inverso. A grande maioria tem os dois sentidos. Mas o mais sensível é que, neste caso, a presença inglesa influencia os momentos da procura. Sete das doze referências no caso dos dicionários, e dez em quinze no caso das gramáticas, aparecem entre 1810 e 1813.

O castelhano, o alemão e o italiano quase não são referidos, enquanto as línguas clássicas, como atrás se disse, abundam em edições de gramáticas e têm uma produção de dicionários inferior à língua inglesa. A isto não é estranho o facto de o grego e o latim fazerem parte da educação básica, mas não estarem presentes no uso diário.

Como conclusão deste rápido apanhado, o francês seria (muito provavelmente) a língua estrangeira mais lida ao longo de praticamente todo este período. É o que parece indicar o anúncio sistemático de dicionários essencialmente destinados a fazer "compreender" a língua francesa, e não a falar ou escrever, ao contrário do que sucede com o inglês.

O grego e o latim, embora não tenham um lugar desprezível, nomeadamente pela forma como são considerados no processo de educação, têm já um papel mais modesto do que levaria a supor as estantes repletas de estudos escritos nessas línguas. Quanto à forma como evoluiu o anúncio deste tipo de livros, não se pode dizer que seja muito visível uma quebra. Na realidade, essa ligeira quebra existe e é mais nítida se passarmos de valores absolutos do anúncio para valores relativos.

Reparando na evolução dos anúncios e listagens de novidades do Jornal de Coimbra, as conclusões serão as mesmas. Na primeira metade de 1812 são transcritas listas de obras inglesas, alemãs e polacas, sobretudo sobre Medicina, que o Investigador Portuguez em Inglaterra publicava, ou que o Monthly Review analisava. Mas essas listas não tinham de corresponder a obras disponíveis no mercado português e, no

ano seguinte [50], reconhece-se a inviabilidade da sua aquisição. Acresce o facto das relações com os redactores do Investigador se virem deteriorando claramente de número para número, no final desse ano.

A partir de 1813, já os livros franceses enchem em exclusivo as páginas do Jornal de Coimbra, mas tratando-se, então, de obras que as lojas de Paulo Martin e Bertrand possuíam [51]. Tais listas eram essencialmente compostas por livros de Medicina e Matemática, na ordem das muitas dezenas, havendo também alguma História e Geografia.

Esse é o sentido destes anos. Editam-se e procuram-se as línguas nacionais que passam, em muitos casos, a ocupar o lugar das línguas clássicas como linguagem internacional, mesmo a nível científico, como veremos adiante. Também neste sentido vão as conclusões das pesquisas realizadas noutros países [52].

NOTAS

- 1- Henri-Jean Martin aponta o século XVIII como o do nascimento do editor. Ver Julien Cain, Robert Escarpit e Henri-Jean Martin, Le Livre Français. Hier, aujourd'hui, demain, Paris, IN, 1972.
- 2- Almanaque de Lisboa, ver os exemplares anuais que vão de 1794 a 1799.
- 3- Almanaque de Lisboa, 1794.
- 4- Link, Travels in Portugal, Londres, 1801, pp.227-228.
- 5- Ibidem.
- 6- Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho, Lisboa, Assírio e Alvim, 1982 (1^ª ed. 1855), pp.33-39.
- 7- Ibidem, p.39.
- 8- Essai Statistique sur le Royaume du Portugal, 2 vols., Paris, 1822.
- 9- Foram consideradas as bibliotecas em relação às quais havia informação quantificada. Não se trata de valores seguros, tanto mais que algumas bibliotecas particulares estão incluídas neste balanço. Contudo, a indicação das ordens de grandeza e da relação entre os pesos das várias localidades deve ficar espelhada. Para o caso de Coimbra, uma vez que para a biblioteca da Universidade os valores eram muito dispares, adoptámos o que Balbi diz ser um número calculado em "bases positivas" (p.87), ou seja, 42 mil volumes, cálculo distante pois dos 60 a 90 mil volumes estimados pela "opinião geral".
- 10- Balbi, no volume citado, inclui um quadro do número de volumes por bibliotecas, para as várias nações da Europa. Chartier e Roche referem os números de algumas bibliotecas da província francesa. "Le livre, un changement de perspective" in Faire de L'Histoire, III, Paris, Gallimard, 1974, p.124.
- 11- Balbi, op.cit., vol.2, p.83.
- 12- "Le livre, un changement de perspective", op.cit.(10), p.125.
- 13- Maria Manuela Domingos em Estudos de Sociologia da Cultura. livros e leitores do séc.XIX, "O público dos gabinetes de Leitura", Lisboa, IPED, 1985, cita Carl Ruders, Viagem em Portugal (1798-1802), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, p.225, que teria tido conhecimento da existência do gabinete de um livreiro chamado Maussé, em 1801. Depois, e até à revolução liberal, apenas a partir de 1814 há notícia de um gabinete, o de Bonnardel (comerciante que se mantém activo durante toda a primeira metade do século).

- 14- Maria Manuela Domingos, op.cit., p.172.
- 15- Os mapas representando a distribuição das livrarias no território nacional foi feito com base nos anúncios editados na Gazeta de Lisboa durante os cinco anos referidos. Não há, pois, continuidade, nem exaustão, nesta pesquisa. Nalguns casos haverá porventura factores aleatórios que interfiram no anúncio e impeçam a formação de uma imagem evolutiva. O objectivo foi, contudo, o de exemplificar para cinco anos, escolhidos pelo seu espaçamento, as localidades onde a Gazeta afirma existirem à venda os livros que anuncia. A tendência geral do período acaba por ser visível nesta amostra.
- 16- Maria Adelaide Salvador Marques, A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional - aspectos da geografia cultural portuguesa do século XVIII (Coimbra, 1963), também observa essa relação entre as bibliotecas.
- 17- ver panfleto anexo ao número de Maio de 1789.
- 18- Anastácio Aniceto Negreiros, Resposta ao Cão do Cego, Lisboa, 1789, p.4. Este folheto integra-se numa polémica que motivou várias publicações. O cão do cego, tomado como figura central desta polémica, procura aparecer como a voz da consciência, papel que retomará noutras ocasiões. Durante a ocupação francesa, esta figura voltará a ser utilizada nos folhetos contra os invasores. Ver, a propósito do papel do cego na venda dos livros em Lisboa, e o conflito com os livreiros que tal comércio gerou em 1766, Fernando Guedes, O Livro e a Leitura em Portugal, Lisboa / São Paulo, Ed. Verbo, 1987, pp.261-75. Um dos aspectos interessantes do texto transcrito por Fernando Guedes é afirmar-se que os cegos não podiam vender livros que excedessem como preço cento e vinte réis.
- 19- Lourenço Lúcio Lamberto Lobo, O Cão do Cego convencido e abandonado por mexeriqueiro, Lisboa, 1789, pp.4-5. O autor deste folheto, sob a capa de um pseudónimo, é outro dos intervenientes na polémica referida na nota anterior. O vintém referido neste diálogo correspondia a vinte réis.
- 20- Júlio de Castilho, Lisboa Antiga, o Bairro Alto, vol.II, 3a ed., Lisboa, 1955, p.290.
- 21- A fonte para a realização destas plantas é a mesma da referida em (15) para a distribuição nacional dos livreiros. Em cinco anos, de dez em dez desde 1780 até 1820, retirou-se da Gazeta de Lisboa a informação sobre os locais de venda em Lisboa. Em muitos casos a localização requereu a utilização, para comparação da toponímia e dos pontos de referência, de Lisboa na 2a metade do séc. XVIII (plantas e descrições das suas freguesias), (recolha e índices de Francisco Santana), Lisboa, CML, s/d, e de Itinerário Lisbonense, Lisboa, 1804. A planta que serviu de base à que utilizamos neste trabalho foi desenhada em 1785, e publicada em Murphy, Travels in Portugal 1789-1790, Londres, 1795.

- 22- Giles Barbier, "Pendred Abroad. A view of the late eighteenth-century book trade in Europe", Studies in the Book Trade, Oxford, OBS, 1975. A 2a edição do almanaque referido é de 1784, o que prova o interesse dos livreiros europeus pelo comércio internacional. Nessas listagens, Lisboa aparece num lugar secundário, como 18a cidade do comércio de livros, apenas com onze livreiros citados. Para um mais aprofundado conhecimento dos livreiros lisboetas, existem alguns estudos descritivos. Ver, José Pinto Loureiro, Livreiros e livrarias de Coimbra do séc.XVI ao séc.XX, Coimbra, 1954; Ângela Barcelos da Gama, "Livreiros, editores e impressores em Lisboa no séc. XVIII", Arquivo de Bibliografia Portuguesa, ano 13, 49/52, Coimbra, 1967; Marina Freitas de Matos, "Impressores, editores e livreiros no Porto do séc.XV ao séc.XVIII", Ibidem, ano 16, 1970; Maria Adelaide Meireles, "A actividade livreira no Porto no séc.XVIII (contribuição para o seu estudo)", Revista de História, vol.IV, Porto, 1981; e Fernando Guedes, op.cit..
- 23- Já quando este trabalho estava prestes a ser entregue, chegou ao nosso conhecimento a informação de um trabalho sobre o teatro em Portugal que referiria, neste período, a edição e venda regular dos textos dramáticos em tiragens de três mil exemplares. Trata-se de um trabalho de Laureano Martins Carreira que não lemos e sobre material a que não tivemos acesso, pelo que fica aqui apenas a referência.
- 24- Falla de hum Portuguez aos portuguezes nas actuaes circunstâncias, anunciado em 1810 e 1811.
- 25- Geneviève Bollème, "Littérature populaire et littérature de colportage au 18e siècle" in Livre et Société dans la France du XVIIIe siècle, vol.1, Paris/Haia, Mouton, 1965.
- 26- Henri-Jean Martin, "Publishing Conditions and Strategies in Ancien Régime France" in Books and Society in History, Nova York/Londres, 1983, p.61.
- 27- Essa apreciação aparece em Chartier, "Livre et espace: circuits commerciaux et géographie culturelle de la librairie lyonnaise au XVIIIe siècle", Revue Française d'Histoire du Livre, 1/2, 1971. Já Avelar Brotero referira, em desabafo, essa convicção enraizada na Europa. "Que produção tem saído de seis Faculdades que ensinam há já tantos anos? Qual o motivo porque se diz na nova Enciclopédia e em todo o Norte da Europa que os espanhóis sabem mais em Geografia, História Natural, etc., do que os portugueses? Eu penso que não há outra maior razão do que por lá chegarem os seus bons escritos, e não os nossos." "Carta escrita por Brotero em 1791 a Luiz de Saldanha e Oliveira" (4/7/1791), publicada por A.Fernandes na Revista da Faculdade de Ciências de Coimbra, 14, 1945.
- 28- "Le livre, un changement de perspective", op.cit. (10), p.116.

- 29- Esta personagem, um aldrabão que se introduz nos circuitos clandestinos do livro e desaparece sem pagar as encomendas, é estudada por Robert Darnton em "Trade in the Taboo: the life of a clandestine book dealer in Prerevolutionary France" in The Widening Circle: Essays on the Circulation of Literature in the 18th century Europe, Univ. Pennsylvania Press, 1976.
- 30- Robert Darnton, "Le livre français à la fin de l'Ancien Régime", Annales E.S.C., 28e année, 3, 1973.
- 31- Gazeta de Lisboa, 24/X/1818.
- 32- Medicina Theológica, Lisboa, 1794.
- 33- Veja-se R. Darnton, referindo-se a uma carta de 22 de Agosto de 1784 em "The world of the underground booksellers in the old regime" in Vom Ancien Régime Zur Französischen Revolution, Göttingen, 1978.
- 34- Ver R. Darnton, The Business of Enlightenment. A publishing History of the Encyclopédie 1775-1800, Harvard Univ. Press, 1979.
- 35- Veja-se, por exemplo, a obra já antiga de Marjorie Plant, The English Book Trade. An Economic History of the Making and Sale of Books, Londres, 2a ed. 1965 (1a ed. 1939).
- 36- Gazeta de Lisboa, 9/I/1810 e 2/V/1810.
- 37- Sobre os grupos definidos, ver capítulo II. Foram tomados em consideração sempre os preços mais baixos. Isto é, no caso de existir uma edição brochada e outra encadernada do mesmo livro, foi a edição brochada que foi tida em conta para estes quadros. Se só se vendia uma obra encadernada, era esse o preço anotado. Foi uma opção motivada pela falta de tempo para estudar em paralelo os dois conjuntos de informações, e para facilitar o seu tratamento informático, embora manualmente tenhamos registado os dois tipos de preços. Estes quadros dão-nos pois o livro de mais fácil acesso, e não o do coleccionador. É certamente esta duplicidade que induz Fernando Guedes a afirmar que, em Lisboa, os preços de livros idênticos eram diferentes de livraria para livraria, op.cit., p.109. Quanto à correspondência dos preços, a comparação mais esclarecedora é com os que Vitorino Magalhães Godinho divulga para os cereais e o vinho. Em 1780, no Porto, um alqueire de trigo custaria 620 réis, e um almude de vinho verde entre 180 e 260 réis. Quarenta anos depois, para fazer essas mesmas compras seriam necessários 900 réis e 450 a 600 réis respectivamente. Nesse mesmo intervalo de tempo, uma galinha que custava 240 réis, passaria a custar 400, enquanto o valor da jorna do operário agrícola subia de 80 para 300 réis, e o do trabalhador com uma junta de bois passava de 250 para 1200 réis. Ver, Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850, Paris, Armand Colin, 1955, pp.82-84.

- 38- Na base deste levantamento, estão, como se disse, os anúncios que incluíam a indicação dos preços. Para se poder avaliar da sua representatividade, e da forma como os anunciantes encaravam a informação transmitida, refira-se que, entre 1780 e 1800, cerca de metade dos anúncios indicavam os preços dos livros e, nos vinte anos seguintes, esse número ultrapassa os dois terços. É curioso ainda notar que o quinquénio com mais baixa relação entre preços e anúncios é também o que menos anuncia. De 1780 a 1785, entre 307 referências, apenas 39% indicam preços. Pelo contrário, entre 1816 e 1820, quando o número de referências ultrapassa pela primeira vez as duas mil, a percentagem de indicação de preços é de 73%.
- 39- Chartier e Roche dão o exemplo das obras religiosas, onde o pequeno formato teria contribuído para sustentar a quebra da leitura, op.cit. (10), corroborado, no caso português, por Fernando Guedes, op.cit., (18), p.110. Elisabeth Eisenstein, por seu lado, escreve: "From the Aldine octavo of the 1500s to the Elsevier duodecimo of the 1630s, the circulation of convenient pocket-sized editions altered circumstances within the commonwealth of learning, first of all", The Printing Press as an Agent of Change, 2vols., Cambridge, 1979, p.691.
- 40- The Business of Enlightenment. A publishing History of the Encyclopédie, op.cit. (28), capítulo respeitante à difusão da Encyclopédie fora de França.
- 41- Roger Chartier, "Livre et Espace: circuits commerciaux et géographie culturelle de la librairie au XVIII^e siècle", op.cit. (27).
- 42- Jean Queniat, Culture et Sociétés Urbaines dans la France de l'Ouest au XVIII^e siècle, Paris, Klincksieck, 1978.
- 43- Giles Barbier, "Pendred Abroad. A view of the late eighteenth-century book trade in Europe", op.cit. (22).
- 44- entre outros artigos publicados na revista Genava e no Arquivo de Bibliografia Portuguesa, veja-se de Georges Bonnant, "Relations luso-genevoise de librairie au XVIII^e siècle", Arquivo de Bibliografia Portuguesa, ano 15, 57/58, Coimbra, 1969; e Fernando Guedes, op.cit. (18), p.111.
- 45- Maria Adelaide Salvador Marques, op.cit. (16). Em Fernando Guedes, op.cit. (18), p.100, quando dá conta do conteúdo do catálogo de 1777 da loja da Impressão Régia, também se nota o peso que então tinham os autores clássicos, inclusive nas obras literárias.
- 46- Link, op.cit. (4), p.227.
- 47- Ibidem, p.475.
- 48- Jornal de Coimbra, vol.1, Janeiro de 1812, p.7.

- 49- Ruders afirma (e Maria Manuela Domingos cita-o): "O francês M. de Maussé, que montou aqui um gabinete de leitura, recebe, ordinariamente, quantos livros quer, mas não lhe é permitido que os naturais do país se aproveitem deles. Esta restrição, porém, é iludida por intermédio do que se chama um terceiro. Assim, por exemplo, se uma senhora da sociedade deseja ler qualquer volume dessa livraria, como lhe é defeso pedi-lo emprestado, encarrega desse serviço qualquer estrangeiro e o negócio está feito" (op.cit., p.225). Sobre os catálogos e público estrangeiros dos gabinetes, Maria Manuela Domingos (13) e Rosa Esteves ("Gabinetes de leitura em Portugal no século XIX (1815-1853)", Revista da Universidade de Aveiro - Letras, 1, 1984, pp.213-235) fornecem mais informações nos seus estudos.
- 50- Jornal de Coimbra, vol.3, 1813.
- 51- Jornal de Coimbra, vols.3/4, 1813.
- 52- é o triunfo das línguas vernáculas, segundo afirmam Roger Chartier e Daniel Roche, "Le livre, un changement de perspective", op.cit. (10), p.117. Ou, como diz Henri-Jean Martin, o latim cede ao "vulgar". "Livre et Lumières en France, a propos de travaux récents" in Buch un Buchhandel in Europa im Achtzehnten jahrhundert, Wolfenbutteler Symposium 1977, Hamburgo, 1981.

IV - UM MUNDO EM CRESCIMENTO. EM QUE SENTIDOS?

"(...) poderemos lá mandar aprender os rapazes a ler e a escrever e outras muitas coisas da moda;"

Ribeiro Sanches, Cartas sobre a Educação da Mocidade.

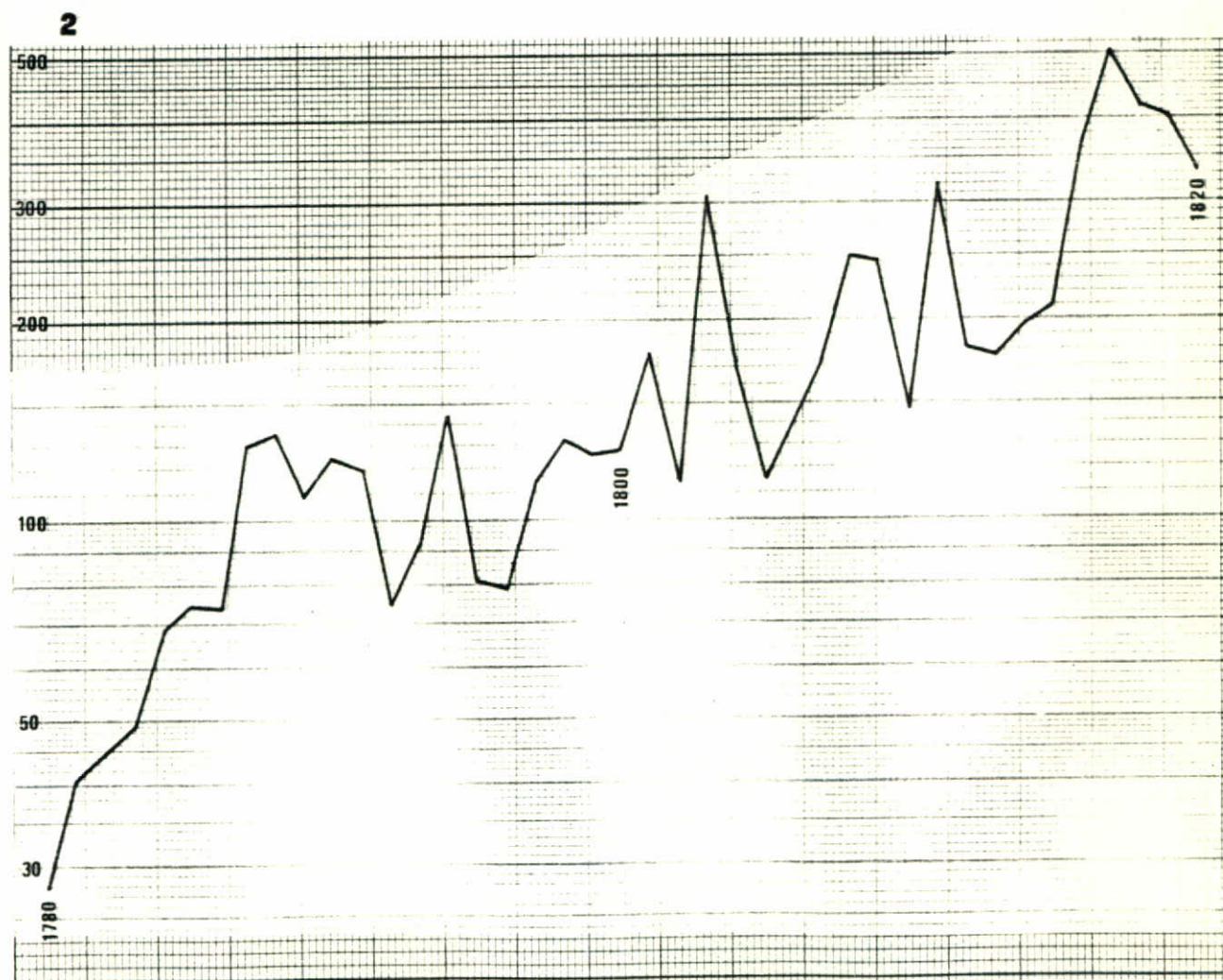
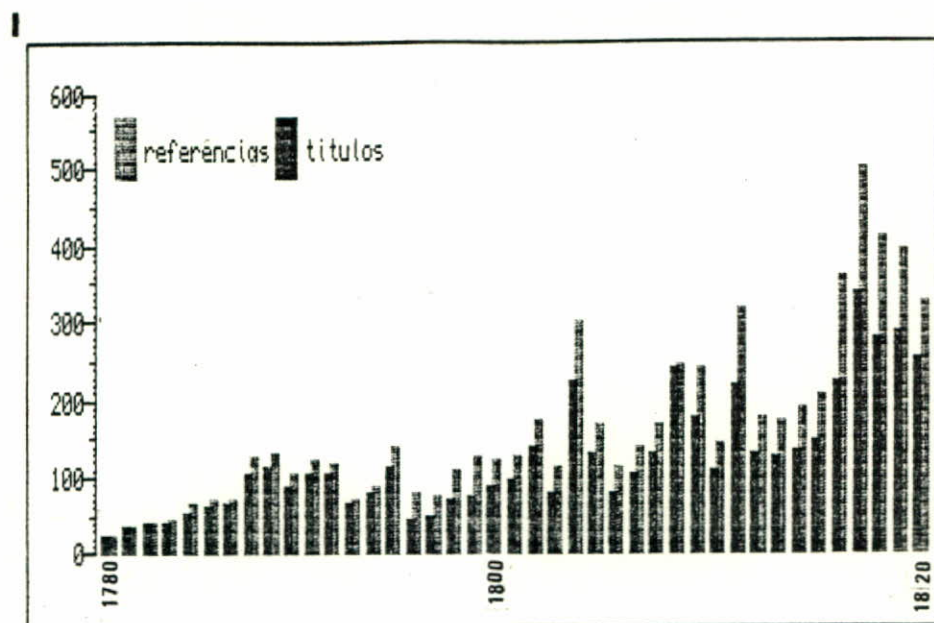
Daniel Roche e Roger Chartier, num artigo de síntese sobre o estudo da leitura [11], propunham a definição de três períodos europeus para a história do livro no final do antigo regime. Um primeiro, de 1700 a 1730, de crescimento. Seguir-se-iam quarenta anos de estabilidade. Não se verifica expansão, mas também não há retrocesso. É o tempo do lançar de algumas grandes iniciativas editoriais como a da Encyclopédie. O meio século que vai de 1770 a 1820 seria então uma nova fase de arranque. Cresce o número de tipógrafos e edições. Cresce o número de leitores. O sector, tomado como um empreendimento económico, é próspero, apesar das falências individuais de alguma grande ou pequena empresa. Robert Darnton prolonga o tempo de estagnação, e fala mesmo de crise ainda durante a década de setenta [12]. A nova fase de ascenso da edição situar-se-ia, na Europa, a partir dos anos seguintes.

É nesta fase de arranque que se integra a nossa pesquisa. Os acidentes não são os mesmos das prolíferas Amsterdã, Génève ou Paris. Mas a força do fenómeno parece ser proporcionalmente a mesma. Criam-se novas tipografias, instalam-se livrarias, responde-se a uma procura maior. Henri-Jean Martin [13] anota os principais saltos: cresce a base tipográfica da Europa, cresce a densidade das redes de comunicação entre as cidades, diversifica-se a composição e gostos do público. Como resultado, há uma grande confiança nas possibilidades e evolução do mundo da comunicação impressa.

Esse optimismo depreende-se de uma nota do Jornal de Coimbra, onde se diz que faltam as publicações para tanta procura. "Portugal acha-se hoje num desenvolvimento, e entusiasmo, difícil de conceber-se, quanto mais de explicar-se: (...) tudo se dirige para a Sagrada Causa, que defendemos, e que é de certo o objecto da admiração de todas as Nações do Mundo. Eis aqui a razão porque são hoje tão poucas entre nós as Produções Literárias. Assim mesmo talvez nunca tenha havido em Portugal a curiosidade de ler, que hoje há: talvez nunca se escrevesse mais do que agora se tem escrito" [43].

Esta nota, escrita no momento do lançamento do jornal em 1812, foca os dois pólos dessa situação que entusiasma os redactores: A procura e o objecto dessa procura, o impresso. Afirma-se claramente que o que se imprime a mais não chega para satisfazer o aumento do interesse dos leitores por novas publicações.

Acompanhámos, através do anúncio, a forma como este universo evoluiu. O levantamento anual, feito ao longo dos quarenta e um anos do nosso estudo, do número de referências a livros à venda confirma o que atrás se disse. Para uma comparação entre o número de referências e os títulos a que essas referências correspondem, foram representados a par os dois tipos de dados. A limitação a uma curva de títulos não é, necessariamente, mais rigorosa, dado que a repetição também é um facto a registar. Por outro lado, há repetições necessárias: o caso dos periódicos. Mas, com este gráfico, é possível verificar que as duas curvas se correspondem.



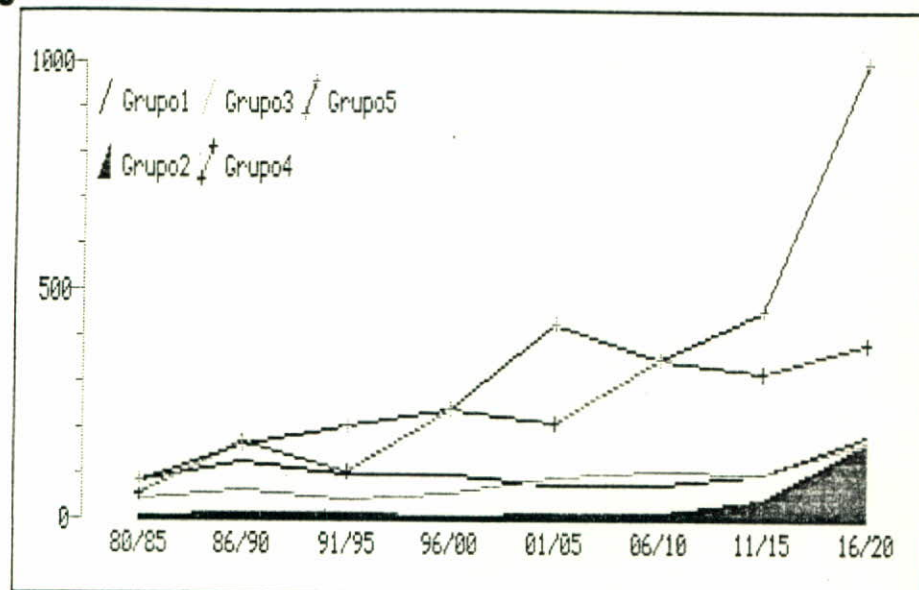
O segundo gráfico, partindo dos mesmos dados, tem a finalidade de apresentar o crescimento relativo do número de referências. Ao contrário do que mostra o anterior gráfico de barras, apresentando valores absolutos, a variação dos últimos anos do estudo é muito menos sensível e, portanto, está muito mais próxima da tendência geral [53].

Nota-se neste período um aumento não linear e, entre os factores perceptíveis dessa não linearidade, há razões relacionadas com a história política e intelectual da Península. A reforma da Universidade, a criação das academias científicas, a revolução francesa, os conflitos diplomáticos e militares em que Portugal se viu envolvido, a inquisição e a censura, instituições que os visitantes estrangeiros não deixavam de referir, são alguns desses factores.

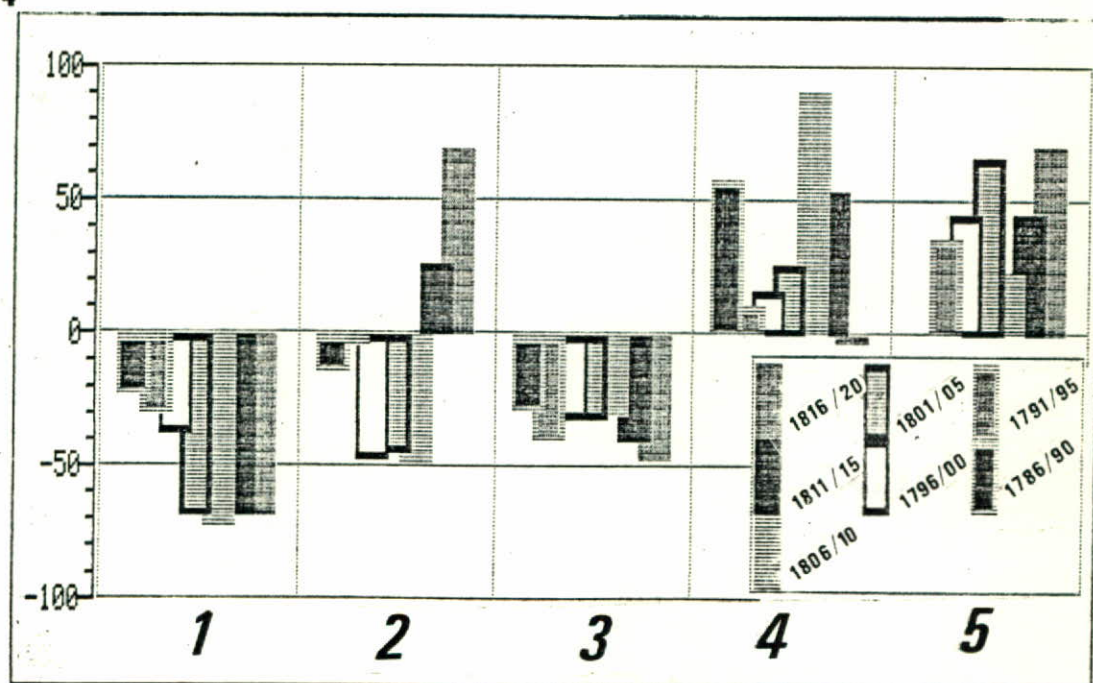
Mas, por si só, tais acontecimentos não representam senão um pano de fundo que deixa muitas questões por explicar. A expansão ou o recuo da leitura podem ser vistos globalmente, como fenómeno que foi a descoberta do poder de uma forma de comunicação. Mas uma perspectiva exclusivamente geral não nos permite saber quais os tipos de leitura que proporcionaram essas manifestações, ou se todos os géneros contribuíram de igual modo para as variações verificadas. Como facilmente se calcula, uns livros, mais do que outros, foram motivo de procura.

Os gráficos e quadros que a seguir se inserem destinam-se a mostrar o peso relativo de cada um dos tipos de leitura, em cinco grupos e em oito intervalos de tempo, de acordo com os critérios anteriormente definidos [53].

3



4



	1780/85	1786/90	1791/95	1796/00
Religião (vários)	11	33	22	27
Textos sagrados	18	12	4	2
Teologia e apologética	25	27	11	31
Liturgia e devoção	36	59	69	46
sub-total	90	131	106	106
Direito	10	16	16	10
História sagrada	16	15	15	8
História profana	27	44	24	36
Geografia e viagens	6	6	10	19
sub-total	49	65	49	63
Filosofia (e vários)	21	66	23	16
Ciências exactas	7	17	18	39
Ciências da Natureza	1	16	2	11
Medicina e Farmácia	13	32	27	20
Economia e Política	7	8	10	28
Agricultura	1	13	10	3
Artes liberais	4	14	7	3
Artes mecânicas	1	7	4	3
Jogos	1	2	4	3
Assuntos militares	4	2	7	7
sub-total	60	177	112	133
Dicionários	5	5	7	2
Filologia e gramática	17	24	17	12
Poesia	39	61	71	47
Drama	8	21	19	7
Novela e romance	12	19	25	49
Correspondência	1	2	0	0
Retórica	3	3	8	2
Obras jocosas	1	4	0	75
Almanaques	3	4	7	5
Periódicos e miscelâneas	1	25	52	47
sub-total	90	168	206	246
Não classificados	8	16	23	20
Total	307	573	512	578

	1801/05	1806/10	1811/15	1816/20
Religião (vários)	22	32	39	24
Textos sagrados	3	2	7	3
Teologia e apologética	24	21	20	62
Liturgia e devoção	34	24	36	96
sub-total	83	79	102	185
Direito	19	16	45	177
História sagrada	8	6	8	15
História profana	49	81	71	103
Geografia e viagens	39	21	26	55
sub-total	96	108	105	173
Filosofia (e vários)	45	33	24	77
Ciências exactas	28	22	27	56
Ciências da Natureza	12	11	6	22
Medicina e Farmácia	48	30	48	48
Economia e Política	38	205	121	90
Agricultura	21	9	7	40
Artes liberais	5	10	2	10
Artes mecânicas	3	3	5	4
Jogos	10	5	4	22
Assuntos militares	8	29	82	17
sub-total	218	357	326	386
Dicionários	6	7	10	40
Filologia e gramática	15	21	33	46
Poesia	84	81	161	155
Drama	14	11	24	77
Novela e romance	237	115	42	357
Correspondência	0	3	4	7
Retórica	7	4	1	6
Obras jocosas	39	15	37	48
Almanaques	4	3	12	24
Periódicos e miscelâneas	26	89	136	253
sub-total	432	249	460	1013
Não classificados	35	49	45	85
Total	883	958	1083	2019

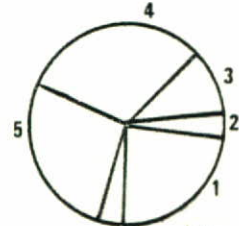
No gráfico 3 podemos acompanhar, ao longo do tempo, a evolução do número de referências de cada grupo. Todos os grupos crescem em número de edições anunciadas, mas o mais sensível, neste gráfico, é a forma como se destaca a leitura das "Belas-Letras". Apenas se verifica um ligeiro recuo com o início da Guerra Peninsular, quando o texto político faz com que as "Ciências e Artes" esteja numa posição semelhante à do grupo do romance e da poesia. A evolução dos outros grupos também é curiosa. As obras que abordam matérias religiosas e as de História e Geografia são as de anúncio mais regular. Dir-se-ia que mantêm o seu público sem grandes alterações ^[7]. Já o livro de Direito, após várias décadas de uma regularidade cuja expressão era mínima, manifesta uma vitalidade editorial que o coloca a par dos dois outros tipos de livros referidos.

O gráfico 4 fornece-nos uma imagem bem diferente. Cada grupo é isolado, apresentando a sua evolução relativa, e sendo considerada para todos, como ponto 0, a percentagem alcançada em 1780/1785. Aqui nos podemos aperceber da grande quebra da literatura religiosa, da quebra menos sensível do anúncio da História e Geografia, da ligeira quebra inicial e espectacular expansão do Direito, do crescimento irregular do grupo das "Ciências e Artes", afinal o menos coeso e, finalmente, da subida nítida das "Belas-Letras". Desde já, comparando os gráficos 3 e 4, é claro que nem todos os tipos de livros acompanham a expansão geral. As obras que não conquistam novos leitores perdem importância neste universo. O gráfico 5 vem precisar a relação entre os grupos.

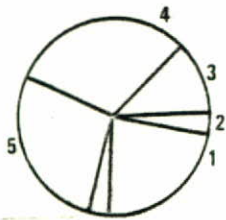
5



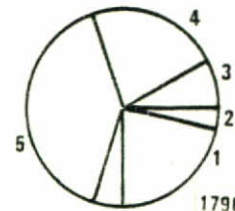
1780/85



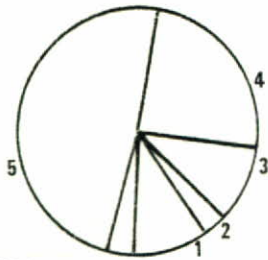
1786/90



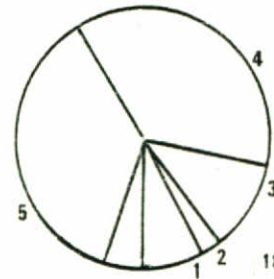
1791/95



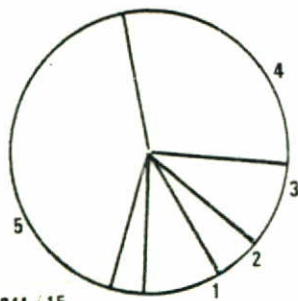
1796/00



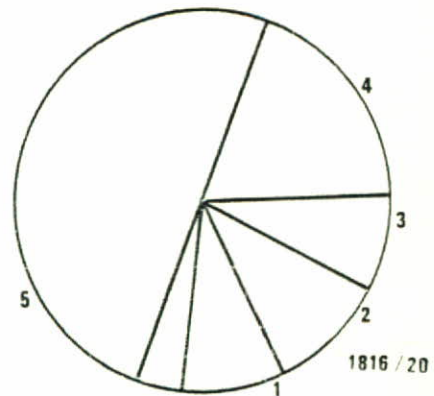
1801/05



1806/10



1811/15



1816/20

Este gráfico procura fornecer simultaneamente várias imagens. A área ocupada por cada círculo é representativa do conjunto de referências de cada intervalo de tempo [6]. Ao mesmo tempo que se mostra a evolução da leitura, mostra-se também o espaço que cada grupo ocupa num intervalo de cinco anos. Um grupo que é representado com o mesmo ângulo em círculos com áreas diferentes, evolui na medida dessa diferença, mas sem conquistar espaços a outras leituras. No gráfico 4 as variações eram expostas independentemente da ordem de grandeza do número de referências. Agora tornam-se claras as proporções de cada tipo de leituras e as relações entre os pesos dos livros no crescimento e/ou recuo das suas edições.

Assim, enquanto as variações da procura do Direito só ganham expressão entre 1811 e 1820, a literatura, mesmo não se expandindo, mantém um peso decisivo no conjunto da edição (e já antes vimos que é onde a leitura mais cresce). O livro religioso e, em segundo lugar, o de História e Geografia são, os que entretanto, partindo de parcelas significativas do anúncio, menos se adaptam ao crescimento geral da leitura no período que estudamos.

Este panorama é semelhante ao mostrado pela pesquisa francesa. O termo mais utilizado para espelhar este fenómeno é "descristianização". Vários historiadores, baseando-se nas investigações dirigidas por Furet [7] e nas estatísticas de Estivals [8], relacionaram nos seus escritos as crises socio-económicas por que passou o século das Luzes, e os fenómenos intelectuais e culturais, referindo a quebra da

leitura religiosa e de humanidades, em favor de uma leitura de diversão, como facto da conjuntura social da França pré-revolucionária [11]. Ao falar-se de leituras de diversão deve entender-se mais do que leituras de ócio. Veja-se o caso da literatura pornográfica que, segundo os estudos de Robert Darnton, terão sido dos mais eficazes agentes de subversão política dos anos que antecederam a tomada da Bastilha [12].

Estas são apenas as linhas mais salientes de uma realidade complexa, mas estão de acordo com o alargamento da função da leitura atrás exposto, também para Portugal.

A partir destas informações, podemos propor um esboço de periodização que, embora artificial, represente os traços principais da evolução da leitura entre 1780 e 1820.

Um primeiro período, basicamente coincidente com a primeira década do nosso estudo, é do primeiro arranque. Ainda que prudentemente, cada ano se anuncia mais. Os eixos deste primeiro crescimento são as leituras científicas.

Um segundo período será o dos anos iniciais da década de noventa. O crescimento parece ter cessado e nota-se mesmo um certo retraimento. Principal tipo de leitura afectada: a científica. Mas a leitura religiosa e de História continuam em declínio, não aproveitando uma conjuntura aparentemente favorável.

Terceiro período: começa nos últimos anos do século e prolonga-se até ao início da Guerra Peninsular. Nova fase de expansão, agora claramente associada ao alargar do gosto pela novela.

Pela sua especificidade, o quarto período situar-se-ia nos anos de combate aos franceses. Tempo de recuo para o romance, a proliferação de jornais e panfletos conhece então uma fase única. As motivações da leitura são demasiadamente condicionadas, mas são novas e criam espaços novos.

Finalmente, um quinto período iria desde a derrota de Napoleão na Europa até à revolução liberal. É o momento de maior exuberância do crescimento da edição. O principal responsável é de novo o romance, tomando quase metade de todos os anúncios de livros. Mas outros tipos de leitura também se destacam, o Direito em particular, e mesmo o livro religioso parece ter travado a sua queda.

Temos, assim, um dos quadros da leitura que o anúncio permite traçar. É um quadro geral, mas que deve ser tomado em consideração na análise mais profunda agora necessária. Este quadro é o cenário onde circula a Ciência e a Política com as suas motivações próprias, com as suas relações, leituras que a seguir abordamos.

NOTAS

- 1- "Le livre, un changement de perspective" in Faire de l'Histoire, III, Paris, Gallimard, 1974, p.119. A periodização proposta neste trabalho não deve ser vista de forma fechada. De facto, após 1820 o chamado "livro romântico" conheceu uma expansão considerável. Num estudo sobre a primeira metade do século XIX em Paris mostra-se como o crescimento do número de livreiros é superior ao crescimento da população da cidade (que nesses anos não foi desprezável). Ver James Smith Allen, "Le commerce du livre romantique à Paris (1820-1843)", Revue Française d'Histoire du Livre, 26, 1980.
- 2- Robert Darnton, "The world of the underground booksellers in the old regime" in Vom Ancien Régime zur Französischen Revolution, Göttingen, 1978.
- 3- Henri-Jean Martin, "Livre et Lumières en France, à propos de travaux récents" in Buch und Buchhandel in Europa im Achtzehnten Jahrhundert, Wolfenbutteler Symposium 1977, Hamburgo, 1981.
- 4- Jornal de Coimbra, vol.1, Janeiro de 1812, p.6.
- 5- Feito numa base semi-logarítmica, a finalidade deste gráfico consiste em mostrar a equivalência entre um crescimento de 100 em 500 e outro de 10 em 50. Ou seja, em qualquer dos casos a variação é de mais 20%, apesar de o segundo, em valores absolutos, ter uma diferença, para menos, de 90.
- 6- Ver capítulo II. Os quadros aqui apresentados, mostram, no pormenor, algumas diferenças em relação ao esquema de Furet em Livre et Société dans la France du XVIIIe siècle, vol.1, Paris/Haia, Mouton, 1965. As razões das diferenças prendem-se à expressão das referências em cada alínea. A insignificante literatura dos doutores da Igreja juntou-se às obras de Teologia. No Direito não considerámos subdivisões, assim como na História profana. A inexpressão editorial da Física levou-nos a integrá-la com a Matemática, a Astronomia ou a Mecânica num conjunto de Ciências Exactas. Alargou-se o âmbito das obras de Economia à Política pelo peso que esta ganha no fim do século XVIII (já depois do estudo de Furet), e para a separar da Jurisprudência. Criou-se uma alínea sobre a "arte militar" pelo peso que autonomamente estes assuntos ganham durante as invasões francesas. Manteve-se a separação entre Artes liberais (pintura, arquitectura, música, etc.) e Artes mecânicas (relojaria, artesanato, etc.) porque, apesar de pouco expressivas, a separação dos seus temas é fácil de estabelecer. Pelo contrário, uniram-se os periódicos e as miscelâneas pela falta de distinção em muitas publicações. Criou-se ainda um grupo de vários para a Religião pela dificuldade de apurar, em tempo útil, e ultrapassando sempre as informações fornecidas pelos títulos, os conteúdos de grande parte dos livros e folhetos em grupos que não íamos tratar aprofundadamente.

- 7- Na realidade, tomar o conjunto destas obras como um todo é apenas ver um aspecto da questão. Este estudo já não procura aprofundar o conhecimento de todos estes grupos. Esse será o objectivo de uma próxima investigação. É porém já possível dizer que, enquanto quase cessam as grandes edições bíblicas (o mercado ficara preenchido pelas de Frei Francisco de Jesus Sarmiento e de António Pereira de Figueiredo), a apologética mantém períodos de grande vitalidade.
- 8- Para assegurar a proporcionalidade no desenho dos círculos, os raios baseiam-se no cálculo da raiz quadrada do número de referências sobre π . Por outras palavras, é através da área, e não do raio, que se define a proporcionalidade.
- 9- François Furet, Livre et Société dans la France du XVIII^e siècle, 2vols., Paris/Haia, Mouton, 1965/1970.
- 10- Robert Estivals, La statistique bibliographique de la France sous la Monarchie au XVIII^e siècle, Paris/Haia, Mouton, 1965.
- 11- Ver Henri-Jean Martin, e Roger Chartier e Daniel Roche, nas obras acima citadas, e também Michel Vovelle, "La sensibilité pré-révolutionnaire" in Vom Ancien Régime zur Französischen Revolution, Gottingen, 1978.
- 12- Robert Darnton, The Literary Underground of the Old Regime, Harvard University Press, 1982.

V - AS "SCIENCIAS": A NATUREZA DAS "COISAS"

"Mas no inverno, como suprimir a chuva, a névoa, as nuvens, para ter horas todo o ano? Como tornar visível o círculo do sol? E, por fim, como eliminar (vá lá, iluminar) a noite?

Carlos de Oliveira, Finisterra.

O QUE SIGNIFICA LER CIÊNCIA

Resposta a curiosidades de salão, entretenimento e deleite da "sociedade" ou cultivo do espírito e progresso da Nação, estas algumas das maneiras de o final do século XVIII entender "Sciencias e Artes", expressão que designava um diversificado conjunto de conhecimentos e actividades.

A própria forma como se concebiam cada uma das disciplinas que incluimos neste grupo é desigual.

Num mesmo periódico podemos constatar apreciações contraditórias sobre os itens a ter em conta ao classificar as edições citadas. Mais ainda, um mesmo livro de vulgarização contradiz-se ao tentar classificar disciplinas que, ora distingue como ciência, ora qualifica de arte.

Um pequeno compêndio que circula nos finais dos anos oitenta em Lisboa e no Porto (onde foi editado), Compêndio sobre as Artes e Sciencias, de João Palairé^[1], separa distintamente um conceito do outro mas aborda cada disciplina sem considerar aquela separação, utilizando, aparentemente sem critério, os dois termos. É o caso da Medicina, enumerada numa página junto das ciências e, adiante, definida como "arte cujo estudo é conhecer o corpo humano e tudo o que lhe pode conservar a saúde ou restituir-lhe a perda (sic)"^[2], ou o caso ainda da Matemática, arrumada sem explicação junto das "Artes Liberais" e noutro passo junto das ciências.

Não se trata de confusões isoladas ou descabidas. Os problemas, justificados, têm a ver com a coincidência de

objectos e de perspectivas. Uma disciplina é efectivamente uma ciência ou uma arte de acordo com o uso que dela é feito ou é-o simultaneamente tendo em conta a abrangência das noções de ciência e de arte. Esclarecer-se-ão essas noções um pouco adiante. Para já diga-se que, embora de forma pouco rigorosa, esta pequena obra de Palairret reflecte as classificações correntes no século XVIII e que transparecem inclusivamente na Enciclopédia [33].

Ou seja, tanto numa obra de pouca relevância e conteúdos pouco ou nada inovadores, como na grande iniciativa editorial de divulgação do que de mais original existia no campo do conhecimento, as linhas gerais em que assentam as definições de ciência e de arte coincidem.

A árvore dos conhecimentos de Francis Bacon, na qual a Enciclopédia baseia a organização das disciplinas do espírito, não se distancia das concepções vulgarizadas sobre ciência/ciências, prática científica e artística [43].

Rousseau, respondendo em 1750 à questão colocada pela Academia de Dijon sobre "Se o restabelecimento das Ciências e das Artes teria contribuído para aperfeiçoar os costumes", abordara estes dois conceitos, "Ciência e Arte", genericamente e referia disciplinas (a Astronomia, a Eloquência, a Geometria, a Física, a Moral) sem precisar o carácter de cada uma delas [53].

O compêndio de Palairret é, aliás, uma obra significativa sob vários pontos de vista apesar das (ou por causa das) suas limitações, e das dezenas de anos que medeiam entre o seu lançamento original e o aparecimento da

edição portuguesa. Podemos aceitá-la como uma obra ainda em voga no final do século. A informação nela contida reflecte certamente com fidelidade a base das noções sobre ciência de grande parte dos leitores ou compradores de livros das grandes cidades no período mariano e não só em Portugal.

O Abade Dufour, na Bélgica, sente então necessidade de compor, também ele, um tratado deste género, com a mesma estrutura e os mesmos temas. Esta pequena obra será editada em Bruges em 1781 e é na sua edição original que chega a Lisboa [6].

Nenhum destes livros revela qualquer ousadia. Pelo contrário, o cuidado está posto na tentativa de conciliar o interesse pelas novidades do conhecimento do mundo com a reafirmação das verdades primeiras.

Tal como o compêndio de Palairret, o Abrégé de Bruges é uma obra bilingue. Qual o objectivo deste expediente e o que é que ele nos revela? Não tanto o facto de se pretender alargar o número de leitores aos falantes de uma outra língua, mas o facto de o espírito das edições estar subordinado a preocupações extra-científicas. O Compêndio, em francês e português, é-nos apresentado como uma obra "muito útil para aqueles que se querem aperfeiçoar no francês por causa da multidão de matérias que abarca". Obra de generalidades e de assuntos curiosos, o carácter muito diversificado do seu teor é uma vantagem suplementar para o estudo de uma língua estrangeira.

Já o Abrégé está escrito em francês e latim, então língua científica internacional.

Constatamos assim a convergência destas obras em propósitos de instrução geral, fora do âmbito estrito do que se poderia considerar "Sciencia e Arte".

Não é, porém, uma ligação estranha, já que a própria noção de instruir está incluída neste universo. Instruir é, antes do mais, dar a conhecer o geral, tanto a nível de comportamentos como de saberes. É o geral que orienta a concepção do mundo setecentista, como é ao geral que está associada a ideia de Verdade e de Razão, ideias nucleares para definirmos o universo editorial deste tipo de obras. Esta noção não invalida o papel determinante do particular na definição do geral, sobretudo na forma como se edifica o conhecimento, como veremos. São duas presenças não antagônicas dado que o geral de que falamos (incluindo o saber da instrução) procura apoiar-se no avanço do conhecimento experimentado.

Primeiro problema: tais noções podem tornar muito abrangente a definição de ciência ou de arte. Isso mesmo sucede com as pequenas obras que referimos. Dentro da ciência podemos entender a Teologia (como ciência que nos dá o conhecimento de Deus e das coisas divinas), fonte de certezas e de verdade por excelência, e a Jurisprudência, ciência do justo e do injusto.

São porém dois campos entendidos de forma distinta e até com uma existência conflituosa [7]. Por "Sciencias e Artes" entende-se geralmente a procura da realidade terrena que o homem pode conhecer e sobre a qual pode, em muitos casos, agir.

A Teologia e a Jurisprudência são então estudos já muito importantes e assentes. Têm o seu lugar próprio.

A primeira, como conhecimento do espiritual, está distante de tudo quanto se relaciona com a descoberta do homem. Os seus sentidos e as suas relações não são competentes para julgar as verdades mais elementares, verdades que, tendo sido reveladas, não têm de se submeter a exames racionais.

Já a Jurisprudência, como codificação humana, se poderia confundir com as outras ciências na sua procura da verdade dos conceitos de justiça e natureza, não fora o seu estatuto (de superioridade e de poder face a outros domínios do conhecimento) e o seu método, bem diferentes das práticas e raciocínios necessários aos domínios científicos da natureza e das quantidades. Em contrapartida, o peso dos argumentos de autoridade, do "já sabido", é considerável, quando não são exclusivos.

Quanto ao estatuto social e profissional dos que se ocupam de uma e outra actividade, a oposição tem exemplo na crítica ao excesso do funcionalismo e na rejeição da supremacia do jurista sobre o botânico, o médico ou o físico [10].

Pontos de intersecção entre Teologia, Jurisprudência e "Sciencias e Artes", encontramos-los nas obras de Moral. Se por um lado a parte de Filosofia Racional pode perder importância face ao emergir de outros campos "filosóficos" (prova-a a evolução da Faculdade de Filosofia) [11], também não podemos ver essas obras de Moral apenas como normativas ou apologéticas. Além de instrumento do conhecimento da

mente humana e das relações entre os homens, transmitem "verdades" sobre os saberes ao nível dos comportamentos. O seu enquadramento pode, assim, ser feito entre as "Sciencias e Artes" não sendo embora nem uma coisa nem outra claramente, e sendo ambas afinal.

Repare-se ainda neste facto: ao longo dos quarenta anos que o nosso estudo percorre é grande o peso que estas obras têm dentro das que podemos classificar de "Filosofia Racional" e é significativamente pequeno o de obras que procurem reflectir sobre questões epistemológicas.

Se se faz aqui esta referência é de novo pela necessidade de clarificar quais eram, para o público leitor do final do século XVIII, princípios do XIX, o conceito de ciência e as áreas da sua preferência em leituras "científicas". Com mais propriedade falaríamos de "Filosofia e Artes" para nos referirmos ao que vulgarmente se entende por "Sciencias e Artes". A noção de Filosofia, se exclui a Teologia e a Jurisprudência, inclui então, como parte muito importante, a chamada "Filosofia Natural" onde cabiam as ciências da natureza. É no entanto aquela uma denominação coeva que mantemos com o cuidado de precisar o seu conteúdo.

Uma vez clarificado o que distingue algumas "ciências", vejamos como se procura definir "Ciência" e "Arte". Diz Palairret que "Ciência é o conhecimento certo e evidente de alguma coisa". Arte será por sua vez um "conhecimento que nos dá as regras certas para fazermos alguma coisa" (sublinhados nossos) 1103.

Palairret distingue-se de, por exemplo, Diderot 1104,

pela ênfase da certeza numa e noutra definição. De resto a classificação é aparentemente a mesma, aparecendo as ciências em Diderot com uma construção teórica específica por objecto, enquanto as artes suporiam colecções de regras e técnicas para um objecto prático específico.

Entende-se então "arte" não no seu exclusivo sentido estético de "belas-artes" que o século XIX consagrou, mas como "habilidade", "técnica", "produção", "arte manual" ou "indústria" [12]. Esta limitação do sentido de "arte", que no entanto abarca ainda as "belas-artes", tem claramente a ver com a autonomização e com o ganhar corpo da noção de ciência como saber teórico estruturado e com o alargamento da economia manufactureira. O primeiro facto retira ao termo parte do seu sentido anterior. O segundo facto preenche-o com a realidade técnica europeia.

Silvestre Pinheiro Ferreira, quando se refere à "Tecnologia", isto é, nas suas palavras, às "Artes e ofícios", afirma que "para poder ser elevada à qualidade de ciência unicamente possui os (...) factos. Nada de Sistema, de Nomenclatura ainda menos, muito pouca teoria" [13].

Podemos chegar assim a duas bases para a compreensão das obras deste tipo, ambas relacionadas com a realidade portuguesa do século XVIII: primeiro, que a noção de arte é ainda muito abrangente e contraditória na época em que a Academia das Ciências está a ser constituída; segundo, que as obras especificamente sobre "artes", sejam "artes liberais" ou, sobretudo, "artes mecânicas" [14], não chegam a sair de um "ghetto". A sua oferta e divulgação podem

considerar-se irrelevantes. Não é ainda possível delinear um conceito preciso e um universo de interesse em torno desta área numa sociedade fracamente penetrada pela industrialização e pela preocupação de cientificar o económico.

Esta verificação é verdadeira para todo o período que estudamos. É, por si só, um dado significativo, embora não permita grandes explorações complementares.

Contrapondo-se ao carácter prático e artesanal destas actividades, as ciências são-nos apresentadas como exercícios teóricos. Não que repousem nesta época em métodos preferencialmente dedutivos, mas porque a noção de experiência está já incorporada no processo de aquisição de uma verdade teórica. São o objecto e o fim imediato que diferem.

Referimo-nos finalmente às ciências físicas e exactas, motivo, afinal, deste capítulo. As ciências físicas são "todas as ciências que versam sobre alguma das propriedades dos corpos, tais como no-los mostra a experiência" [15] e "abraçam todos os fenómenos não intellectuais da natureza" [16]. São as ciências que "propriamente [se dedicam ao estudo] dos corpos" [17]. O seu objecto é "descobrir-nos os princípios gerais, e a disposição geral dos corpos; a natureza e as propriedades de cada espécie de corpos; os efeitos e as causas dos efeitos sensíveis" [18]. Dir-se-ia o anúncio das sistematizações metodológicas do século seguinte.

São estas ciências que, pelo seu carácter mais indutivo, se apresentam como núcleo transformador do saber

setecentista. Por isso se justifica o "conflito de Faculdades" referido por Reis Torgal (glosando Kant) - Faculdades de Teologia, Leis e Cânones versus Faculdades de Filosofia, Medicina e Matemática - [193].

Há, entretanto, que clarificar a oposição referida entre as ciências físicas e as que podemos classificar de ciências morais (entre as quais podemos incluir a Teologia e a Jurisprudência). Parece-me inquestionável a consciência da sua separação, qualquer que seja o ângulo de abordagem do problema. Só que isso não significa necessariamente nem o "avanço" de uma em relação a outra, nem a obrigatoriedade da continuação desse afastamento. Tomemos dois exemplos que, testemunhando aquela separação, defendem de forma diferente o papel das ciências morais. Joaquim José Rodrigues de Brito considera necessário dotar as ciências morais de alguns dos instrumentos que tinham permitido às "ciências matemáticas" grandes progressos. Transmitindo à Política, ao Direito e à Economia, o rigor e a objectividade das outras ciências, seria possível regular a actuação dos governos em bases científicas e com resultados positivos [203].

Já Silvestre Pinheiro Ferreira se insurge contra a alegada superioridade das ciências físicas, criticando nos filósofos seus contemporâneos a recusa da compreensão do mundo para além da superfície. Partidário do progresso do conhecimento experimental, Pinheiro Ferreira considera-o insuficiente para o domínio da realidade [213]. A sua consciência de que essa oposição tinha uma história leva-o a falar do desprezo com que os filósofos do seu tempo tratavam

as ciências morais em favor das ciências físicas, ao contrário do que sucedera até meados do século XVII [22].

Quais são os planos em que se pode apoiar a ideia de um "conflito de Faculdades"?

- uma distinção social que confere poder e prestígio a juristas e canonistas e que justifica o seu papel na administração;

- uma distinção de objecto que remete para diferentes naturezas, fenómenos ou normas;

- uma distinção de método e a oposição entre o comentário e a experiência.

São estas duas últimas distinções que modelam a construção do espírito científico e é particularmente a última a mais controversa.

A questão do método é uma questão central para a compreensão das leituras científicas nessa altura. Em muitos textos contrapõe-se mecanicamente o saber experimental ao espírito de "sistema", entendido como um saber fechado. Esta oposição está com certeza presente na maior parte dos que se interessam então por estes temas.

Existe a noção difundida de que o moderno pensamento científico, tendo de se libertar de dogmas, está exclusivamente assente no resultado de experiências. Repare-se que esta noção não impede nem a literatura e a especulação (em áreas como a Medicina, por exemplo) nem a teorização, implícita ou manifesta.

Estas "ambiguidades" ultrapassam a simples actividade quotidiana e baseiam-se na realidade teórica que acompanha a

prática laboratorial. Entre os portugueses o progresso das ciências não se fez a partir de uma tábua rasa. Mas não se fez também sem crítica e sem confronto.

Exemplo clássico do eclectismo que utiliza Aristóteles como uma via para romper com a Filosofia tradicional, o Padre João Baptista do Oratório é responsável pela divulgação de problemas e formas de pensar actualizadas no campo da ciência [23].

Já dentro do período que estudamos, é Silvestre Pinheiro Ferreira quem assume a valorização de Aristóteles como forma de aprofundamento do conhecimento (incluindo o científico) [24].

Silvestre Pinheiro Ferreira, como João Baptista, defende algumas posições convencionais e postas de parte na época. São os casos dos conceitos de qualidade e causa. No entanto, mesmo estes conceitos, como genericamente o Aristóteles que estes autores divulgam, são adaptados às necessidades mentais do trabalho científico. Este Aristóteles, em que se faz sobressair a atracção pelo sensível e pelo fenoménico, adapta-se bem à vontade de saber destes tempos e está distante do peripatético comentado que domina ainda noutros ramos do conhecimento. Daí que, mesmo nestes casos, exista uma contradição entre saberes.

A questão do método, relacionada com a do processo de conhecimento, é vivamente abordada por Pinheiro Ferreira que estabelece um contraponto com Condillac.

Pinheiro Ferreira critica em Condillac, não só o rompimento com o saber clássico, mas sobretudo o carácter

exclusivo do conhecimento indutivo. Ferreira não recusa o papel das sensações no processo do conhecimento, tanto mais que para o professor do Rio de Janeiro tudo são sensações. "Ter sensações; ter ideias, noções ou percepções, são expressões sinónimas. Comparar e julgar; conhecer; reconhecer; lembrar-se; recordar-se; imaginar: tudo isto significa ter ideias ou sensações de objectos presentes ou ausentes; logo todas estas expressões são sinónimas de sentir" [25].

A forma como estas ideias se combinam é que difere. Preocupado com a lógica no conhecimento, considera que não há indução sem dedução. Donde ser infrutífero procurar construir uma ciência apenas com base em dados empíricos. Toda a comunidade científica estará então de acordo com esta última afirmação. O desacordo prende-se à forma como se entende a intervenção do raciocínio dedutivo e ao peso das verdades gerais [26].

Este desacordo é exemplificado pelo afastamento entre Pinheiro Ferreira e Teodoro de Almeida. Escreve José Esteves Pereira: [o litígio científico sobre a origem das forças vivas] "permite (...) delinear a fronteira entre o espírito crítico do experimentalismo racionalista, como é o de Teodoro de Almeida (Cf. Prof. Silva Dias, O Eclectismo em Portugal no século XVIII, p.16), e o de Silvestre Pinheiro Ferreira, mais exigente em estruturação lógica" [27]. E acrescenta: "A Congregação representava no domínio filosófico-teológico, na época de 1780 em diante, uma interpretação "in extremis" do pensamento aristotélico-

-tomista subsequente à impotência do comentarismo peripatético que, com Teodoro de Almeida, integrara já a corrente gassendo-cartesiana e se abria no domínio científico e filosófico ao experimentalismo de Newton e Locke" [223].

Um exemplo da posição abertamente crítica de Teodoro de Almeida face ao dogmatismo dos filósofos peripatéticos é a introdução ao tomo III, na qual refere a discussão que em Portugal se estaria a processar entre os defensores da "Filosofia antiga" e os defensores dos "modernos", debate em que, neste último grupo, estão integrado os filósofos e cientistas quinhentistas e seiscentistas [223].

Quanto à difusão de Condillac a que Pinheiro Ferreira se opõe, ela é atestada, apesar da proibição da censura, por vários indicadores. O Jornal Encyclopedico publica artigos entre 1788 e 1791 cujo tema principal é o pensamento do Abade. É citado em epígrafe nas obras principais de Vicente Seabra e Rodrigues de Brito. É anunciada a Arte de Pensar na Gazeta de Lisboa em 1794, 1801, 1803 e 1818.

Seja qual for o seu contorno, há em traços gerais uma mentalidade científica dependente da experiência. Ainda que a actividade experimental seja muito limitada mesmo nos escassos locais onde ela está prevista, o estatuto da experiência e o discurso indutivo são já um ponto assente. No final do século XVIII dificilmente se concebe um raciocínio científico ao nível da natureza que não parta da colecção e observação de verdades particulares para se chegar a formular conclusões gerais, por mais fantasistas

que tivessem sido as bases desse raciocínio.

A definição de Palairé, atrás transcrita, é, a este respeito, elucidativa. Não é possível fugir aos problemas que ela levanta, nomeadamente as noções de efeitos e causas de efeitos sensíveis.

Retomaremos adiante a questão do método em Portugal. Fica entretanto presente a dificuldade em ultrapassar o nível do particular nos trabalhos editados a partir de investigações portuguesas. Um caso diferente são as obras de divulgação feitas ou traduzidas por portugueses, mas que se reportam necessariamente ao trabalho de autores estrangeiros (nomeadamente ingleses, franceses e alemães).

O facto de se negar a validade apriorística de "hipóteses" não limita um raciocínio ao empírico. Limites, a haver, têm origem noutro tipo de bloqueios, na realidade universitária e académica, na função dos laboratórios, gabinetes e jardins, na situação editorial e nas solicitações sociais.

Colocar este problema não significa a busca de justificações finalistas, nem tão-pouco é procurar prender o discurso científico a estreitos conflitos economicistas ou sociologistas. Significa, isso sim, reconhecer que as disciplinas científicas, apesar do seu estatuto de teoria, limpas do "fazer" das artes, aparentemente desinteressadas, não são obra de actividades desligadas da vida económica e política do reino. Isso mesmo se tem de concluir ao verificar quais as ciências exploradas, quais as que evoluem e como. Mais ainda, podemos acompanhar a forma como os

poderes promoveram ciência e como o fundamentaram. Esta fundamentação não é independente da finalização editorial e do consumo das obras de ciência. Não há lugar, de facto, para um profundo desenvolvimento teórico independente, embora possamos notar algumas manifestações.

Ler ciência é, qualquer que seja o seu domínio, ter acesso à natureza. A que "natureza" se acede já depende de vários factores, tanto de ordem mental ou ideológica, como de perspectiva, ou seja, de acordo com a peculiaridade de cada objecto. É em todo o caso uma natureza que se pretende conhecer, ainda que parcialmente, e é uma natureza que tem efeitos benéficos sobre o homem. Um desses "efeitos benéficos" será a confiança do homem em si próprio, dado que vai verificando a sua capacidade de descobrir, de desvendar, e vai consolidando o seu conceito de progresso. O interesse pelo científico cresce em razão desse progresso, quer este seja entendido como evolução espiritual tendente a um equilíbrio que a própria natureza exemplifica, quer seja entendido como avanço material resultante da maximização dos recursos humanos.

Como base da compreensão do que seria leitura de ciência temos pois a aquisição de instrumentos e de concepções em larga escala. Esses instrumentos incluem uma perspectiva metodológica e a valorização de objectos de conhecimento.

Para começar a responder aos problemas até aqui levantados teremos de nos debruçar sobre o concreto do universo editorial cujo estudo nos propusemos.

CULTIVAR E CULTIVAR-SE

Se podemos admitir que as preocupações científicas de, por exemplo, um Anastácio da Cunha, não estivessem todas relacionadas com a vida social, económica e política do seu país, já o mesmo não se poderá dizer do conjunto dos leitores de ciência seus contemporâneos em Portugal. Ou seja, se um leitor pode ultrapassar o plano contingente das necessidades do seu espaço e interessar-se pelo que de mais inovador se realiza num determinado domínio, já a leitura global tende a aproximar-se do "necessário". Um espaço de leitura cria interesses e coloca problemas que está em condições, (ou sente necessidade) de resolver (nomeadamente a nível material).

O espaço de leitura de ciência em Portugal valoriza Lineu e não Leewenhoek, interessa-se por Rosier e não por Euler, e mesmo autores referenciados e aplaudidos como Newton, Buffon ou Lavoisier não são lidos senão em círculos restritos. Isto é, a sua fama não corresponde a uma divulgação real.

Os dois invariantes das leituras e dos comentários científicos são a procura do progresso da nação e a promoção do bem estar e do esclarecimento dos portugueses.

O primeiro remete para o lugar da "nação portuguesa" no contexto das nações, o seu poder, o seu prestígio, na esteira, em parte, do prestígio das nações onde as ciências estão mais desenvolvidas e como consequência da fama das actividades científicas. Manter as ciências em actualização

constante leva a promover as actividades produtivas e comerciais.

O segundo invariante, dependente da capacidade da nação em satisfazer as necessidades dos que a compõem (daí ter de haver riqueza) liga-se ainda à forma como o homem se relaciona com a natureza, como a conhece, como a penetra e dela tira partido.

O conhecimento em geral, e o conhecimento científico em particular, é útil, à nação como ao indivíduo, e é em função dessa utilidade que devemos entender a forma como evolui a leitura de ciência em Portugal.

O final do século XVIII acentua esse pendor da ciência e contrapõe-no a algo que no passado teria sido o inverso. Tornava-se necessário ultrapassar os tempos em que o homem se perdia em "ciências inúteis" [131].

Para aqueles que se empenham na acção da Academia das Ciências de Lisboa, intervenientes privilegiados no consumo e na produção das publicações científicas, essa utilidade emergente prende-se à criação de alternativas aos bloqueios da sociedade portuguesa. E essas alternativas nascem da "descoberta" das virtudes da natureza [132]. De que natureza? Daquela que, desde que conhecida e adequadamente tratada, faz com que as nações se enriqueçam. Não com tesouros dependentes da qualidade do subsolo, mas com os que o solo oferece à capacidade técnica do homem e ao seu trabalho [133]. É ainda ao período joanino, à prosperidade barroca, que se contrapõem as novas prioridades científicas.

Preocupações no sentido de promover os conhecimentos

mais adaptados às necessidades portuguesas estão já presentes na reforma pombalina da Universidade. Com a criação da Academia das Ciências de Lisboa, no seu Plano de Estatutos [34], na Oração de abertura feita por Teodoro de Almeida [35] e na publicação das Memórias, os objectivos definem-se no sentido de subordinar a actividade científica às necessidades de actuação na Agricultura.

Em 1815 escreverá Mendes Trigoso: "A Agricultura é, em certo modo, a primeira das ciências, por isso mesmo serve de base à riqueza e prosperidade dos estados" [36].

É claro o ir-se formando uma consciência da necessidade de conjugar saber e actuação política, como é clara a relação entre a intervenção científica e o questionar das estruturas sociais e económicas. No entanto, e para já, as propostas fisiocráticas apenas nos interessam na medida em que valorizam uma determinada concepção de ciência. As questões de natureza especificamente política e económica, situamo-las num plano diferente em relação aos problemas que temos vindo a colocar [37].

Vejamos então o lugar dos estudos agrícolas na constituição de um universo de leitura científica.

Em primeiro lugar, existe uma relação mais imediata entre o leitor e uma forma de entender a natureza. Em muitos casos o leitor tem um interesse directo nos assuntos. Tem de resolver problemas. Não se trata de mera curiosidade. Vive o esclarecimento como uma situação concreta. "Conhecendo", pode aplicar correctamente os conselhos que lhe são dados. Vive a experiência. Segue um raciocínio e comprova a

eficácia de determinadas soluções.

Diz um proprietário ao seu rendeiro:

"Se vos lembrardes (...) dos princípios em que tenho procurado instruir-vos, sabereis certamente dirigir todas as vossas operações com inteligência, executá-las-eis com exactidão, e as podereis variar segundo a exigência dos lugares, dos tempos, das circunstâncias; sabereis abreviá-las, e finalmente sereis em estado de formar e instruir vossos filhos, e vossos domésticos, explicando-lhes as razões das ordens e disposições que lhes derdes, e assim atraireis a sua confiança e consideração. Cada dia achareis mais honrosa e mais agradável a vossa profissão, que não tem caído no injusto desprezo em que a vemos, senão pela ignorância dos que a exercitam. E se algum de vossos estúpidos vizinhos mofar dos vossos ensaios, e das vossas preparações, mostrai-vos superior aos seus prejuizos: regulando-vos pela ordem inalterável que a natureza segue nas suas produções, podeis assegurar-vos de fertilizar vossas terras, e enriquecer-vos. Enfim, no meio dos vossos trabalhos vos considerareis como um operário que concorrerá com Deus a preencher os seus fins, e incessantemente admirareis este Ente supremo, que tudo fez com sabedoria infinita e liberalizou os seus dons aos mortais" *ibid.*

O homem aproxima-se da natureza com um poder acrescido, mas não numa relação de conflito. Prometeu não será castigado. Pelo contrário, e apesar do termo "naturalista" poder ser empregue nos processos inquisitoriais com um sentido pejorativo, o homem de ciência

é reconhecido pelo seu saber. Quando um "naturalista" é apanhado nas malhas de um processo, acusam-no ou pelo seu tipo de vida ou por leituras excessivas (proibidas) ou por opiniões que ponham em causa dogmas religiosos [39].

Em segundo lugar, a Agricultura está no centro e em estreita relação com várias disciplinas. Se é verdade que existe uma hierarquização e uma sobreposição de interesses, também se verifica o encontro de problemas de Física, de Botânica, de Química, de Medicina e Veterinária numa mesma obra. A Agricultura é promovida por especialistas de outras ciências [40], mas promove e divulga ciências em vários domínios.

O aperfeiçoar dos instrumentos e a maximização das suas possibilidades, a utilização de rodas e tirantes, obriga a aplicar correctamente conhecimentos sobre força e atrito, por exemplo [41]. O aproveitamento cabal dos terrenos implica por seu lado o conhecimento dos solos e dos processos químicos de fertilização [42].

O testemunho de Link, sempre tão crítico em relação ao que se faz em Portugal, salienta a "economia rural" como ciência mais cultivada entre os súbditos de Dona Maria I. "Rural economy is incontestably a branch in which most has been done in modern times. Of this the Memórias Económicas and premiadas of the Academy are sufficient proofs. (...) If here and there an accurate knowledge of natural history, chemistry, and similar sciences, should appear to be wanting, it must be remembered that even our best economists deserve much blame in this respect" [43].

Deste pequeno depoimento retiramos algumas das ideias mestras da actividade e da publicação de ciência em Portugal. Primeiro repare-se que o centro da apreciação incide de novo sobre os que trabalham para ou por motivação da Academia das Ciências. Daí podermos recorrer às razões da existência desta instituição, razões para que já remetemos anteriormente. Daí ainda podermos identificar o mundo da leitura científica analisada por Link - o mundo dos académicos e dos universitários.

Em seguida é-nos proposto o posicionamento relativo de várias disciplinas. Existe como que uma hierarquização, elaborada com base na qualidade relativa dos estudos em Portugal e com base na comparação das virtudes e defeitos desses estudos com as virtudes e defeitos dos que se faziam noutros países europeus.

Resulta dessa hierarquização que, se na Química, na História Natural ou em "ciências afins", o que se lia em Portugal não era tido como de destaque, já as publicações sobre economia rural se consideravam ao nível do que se fazia na Alemanha. A curiosidade está em que aqueles que se debruçam sobre questões agrícolas são precisamente os especialistas de Botânica, de Física, ou de Química.

Soares Franco, num artigo do Dicionário de Agricultura intitulado "Metodologia", esclarece como entende dever ser a relação e interdependência entre a Agricultura e as outras ciências. Por ordem, as ciências cujo estudo teria de preceder o da Agricultura seriam: 1- a Zoologia; 2- a Botânica Pura; 3- a Mineralogia; 4- a Física; 5- a

Fisiologia Vegetal e 6- a Química. Além destas, o indivíduo que pretendesse aprofundar os seus conhecimentos agrícolas deveria estudar (por ordem): 1- Geografia; 2- Geometria e 3- Economia Política [44].

O próprio Soares Franco estabelece uma diferença fundamental entre estas disciplinas e a Agricultura. Esta não pode ser considerada o somatório dos conhecimentos daquelas ciências por uma questão metodológica central. A Agricultura é uma ciência prática. Não será uma arte pela sua base teórica experimental e rigorosa, mas aplica-se a um objecto concreto específico que não está constituído em qualquer outra ciência.

A Agricultura aparece assim como pólo do interesse científico, ao mesmo tempo que incentiva esse mesmo interesse. Não se pense porém que a leitura se distribui pelas várias ciências da forma como Soares Franco preconiza em prioridades. Entre as primeiras, a Zoologia e a Mineralogia são pouco cultivadas e promovidas. O ter-se individualizado o seu estudo na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra não representou nenhum movimento de interesse particular por parte da edição.

Por outro lado, não se confunda interesse editorial com realização de reformas técnicas profundas. A realidade da consciência da necessidade de mudanças, nomeadamente pela introdução de técnicas e conhecimentos actualizados, não substituiu uma situação mais vasta que, embora não podendo ter um lugar alternativo nas edições, está representado pela "troça" do vizinho, referida no diálogo entre o proprietário

e o rendeiro nos Elementos de Agricultura já citados.

Na classificação proposta por Soares Franco falta ainda uma outra ciência que, embora com características muito próprias, ocupa um espaço privilegiado nas leituras sobre Agricultura, como veremos adiante - a Astronomia.

Se não nos limitarmos à análise do que era "cientificamente actualizado", o conjunto de obras editadas neste domínio não é homogêneo, ao contrário do que poderíamos supor pelo depoimento de Link, por exemplo. Mesmo assim, no conjunto do que se anuncia, os livros que se debruçam directamente sobre temas agrícolas ou que se dirigem aos agricultores têm um peso diminuto.

Entre tudo o que se anuncia, o panorama da Agricultura é o seguinte:

1780	1786	1791	1796	1801	1806	1811	1816
1785	1790	1795	1800	1805	1810	1815	1820
....
0,3%	2,2%	1,9%	0,5%	2,3%	0,9%	0,6%	1,9%

Estes números não apresentam grande oscilação, apesar de alguns parecerem estatisticamente irrelevantes. Se tivermos em conta a subida global dos números da leitura verificamos que as percentagens correspondem a um acréscimo em números absolutos que acompanha a evolução geral.

Como já vimos, a importância da Agricultura entre as leituras de ciência ultrapassa largamente o que este panorama apresenta. Nestas percentagens estão incluídas

todas, mas apenas, as obras que se debruçam predominantemente sobre Agricultura. Excluem-se tratados especificamente de História Natural ou de Química, ainda que entre os seus pressupostos explícitos figure a utilidade que essas obras possam ter para o desenvolvimento da nação em geral e dos campos em particular.

Excluem-se também obras que incluam apenas parcelarmente reflexões sobre a Agricultura enquanto ciência. Francisco Coelho de Sousa e Sampaio, nas suas Prelecções do Direito Pátrio [45], em "Do Direito da Polícia", aborda as linhas essenciais da acção política do Estado com vista a responder às principais necessidades da sociedade e da nação. Ora, tendo por base o carácter primordial do papel da Agricultura na economia de um país, as suas reflexões não vão aqui no sentido de salientar os mecanismos político/económicos de protecção mas quase exclusivamente no sentido de realçar a importância do conhecimento e a instrução dos intervenientes nesta actividade produtiva, e no sentido de otimizar as condições técnicas de produção.

"A Agricultura, que ordinariamente se vê praticada por homens rústicos, é certo que depende de um perfeito conhecimento da natureza, e da qualidade das terras: os seus diferentes minerais, e contextura, exigem um diferente amanho e cultura, e pedem diversidade de sementes e plantações; tudo isto, e o modo de utilizar os frutos que a terra produz, depende de um profundo conhecimento filosófico da História Natural; e tudo forma uma arte sublime,

admirável e mais útil à conservação dos homens e das Repúblicas" [46].

Excluem-se também daquelas percentagens reflexos do prestígio da Agricultura, ou de outras ciências da natureza, na poesia. Personalidades tão diferentes como José Agostinho de Macedo e Bocage, nos seus versos ou nas suas traduções, entoam loas às virtudes do empenhamento nas actividades e conhecimento do campo [47]. Noutros autores, o conhecimento da natureza e a entrega ao seu equilíbrio podem não estar directamente associados a uma finalidade económica. Não deixam por isso de reflectir expressões de atracção por uma natureza que se materializa no campo [48].

Mas, se o número de edições especificamente sobre Agricultura parece insignificante, ainda mais reduzido é o número de compêndios, tratados, dicionários ou memórias sobre temas parcelares [49] elaborados ou traduzidos por "notáveis", académicos e universitários, médicos, químicos ou botânicos.

Uma parte considerável das edições anunciadas compõe-se de almanaques, prognósticos e lunários (muitos sob o título respeitável de "tratado"), mundo que escapa ao interesse de Link e cujo peso não é de desprezar sequer nas leituras do resto da Europa [50].

É curioso que estes livrinhos recorram à Gazeta de Lisboa para se promoverem. Este facto reforça a ideia da representatividade desta amostragem, ainda que o mundo dos lunários e almanaques não mostre senão a ponta do "iceberg" nesses anúncios. O universo dos interessados pelos almana-

ques, destinados a meios rurais populares, não se identifica com o dos assinantes da Gazeta, de leitura essencialmente urbana, mas existem zonas de intersecção uma vez que esta tem uma audiência muito vasta.

O que são afinal esses almanaques e que interesse apresentam para a leitura científica? Trata-se de publicações cuja origem é muito anterior ao período que estudamos mas que se prolongam até ao nosso século [151].

Consistem essencialmente em previsões meteorológicas e orientações para os trabalhos do campo, anotando a oportunidade de cada iniciativa, de acordo com cálculos das posições da lua. O leitor fica a saber, para todo o ano, os dias em que deve ou não deve lavrar, semear, sangrar e purgar, fazer passas ou frutos secos, fazer as vindimas, guardar a fruta, caçar ou pescar. A par, oferecem-se calendários litúrgicos com os dias de festas e jejuns e algumas informações úteis. Tais informações incluem-se "para comodidade dos camponeses, pois que esta gente não tem outros livros que consultar para seu governo" [152].

Para o período que estudamos a estrutura destes livrinhos é, em geral, sempre a mesma, apesar de editados por concorrentes. Os próprios nomes e os títulos se assemelham, dando conta de uma verdadeira guerra editorial que em muitos casos é abordada em nota [153].

As recomendações, diárias ou mensais, nalguns casos são escritas em versos que se repetem de ano para ano como mote que se fixa e transmite oralmente [154].

Na abertura, cada volume traz normalmente um "juízo

sobre o ano" no qual, com base em previsões meteorológicas e considerando a influência dos astros, se fazem cálculos sobre a quantidade e qualidade previsíveis na produção agrícola nos seus vários aspectos [55]. Há porém sempre o cuidado de escrever a fórmula "Sed Deos Super Omnia" (por vezes em português) protegendo o livrinho contra todo o tipo de possíveis discrepâncias entre o previsto e o acontecido. O sucesso é notável e contam-se muitas dezenas de edições diferentes ao longo dos quarenta anos que estudamos, com destaque para a segunda década do século XIX. Isto é, o número de edições vai crescendo dando conta da sua popularidade [56].

Um indicador mais preciso da popularidade destes livros, ligado também à multiplicação de edições, é a apropriação de nomes ou a sua semelhança, o que transforma certos autores em símbolos. Pedro Coutinho, por exemplo, não foi um monopolista das publicações mas um nome emblemático. Tendo falecido antes de 1798, os seus cálculos (dizem-nos que para muitos anos) continuam a ser publicados. Aparecem então simultaneamente um Pedro Coutinho (não diferenciado), um discípulo de Pedro Coutinho, um Pedro António Coutinho, um Pedro Coutinho Júnior que edita no Porto, um Pedro Coutinho Júnior que edita em Coimbra e vários Pedros Coutinhos Júniores editados em Lisboa. A mesma duplicação é referida como acontecendo com outros autores [57]. Todos reivindicam serem "os verdadeiros" e os outros "os falsos".

Uma excepção existe, à forma como estes almanaques assumem o seu discurso. É o caso das edições de "alguém de

algures", Repertório Extravagante de Verdades Sediças, de que temos referência para o intervalo entre 1805 e 1820, também com sucesso. É um conjunto de graças e evidências, uma facécia que põe em causa o próprio discurso dos almanaques, mas que se anuncia e vende como tal. "Deixei-me de ângulos, zonas, trópicos e Ursas. Desgraça é que vivendo os astrólogos entre católicos usem transformações gentílicas" [1805].

O certo é que, e isso é que nos ocupa neste momento, tais publicações, ao mesmo tempo que fazem coexistir tradições pagãs e católicas, apresentam uma sabedoria popular ao nível da astrologia e da astronomia que demonstra o prestígio crescente da prova e do argumento científicos. Tudo é, além disso, valorizado por um consumo massivo.

Quando os intelectuais criticam os lunários, como é o caso de Soares Franco em 1805 [1805], apresentam-no-los como exemplos da ignorância e da credice que o esclarecimento tem de combater. Esta situação aumenta a importância daquelas publicações marginais, mesmo à luz de um conceito de ciência como actividade teórico-prática rigorosa. Temos de ver o papel da divulgação científica e do esclarecimento em confronto com, não uma, mas várias frentes: as resistências mentais e materiais à novidade, à modificação de concepções e de processos e a existência de um campo alternativo de interesse, mesmo a nível alfabetizado.

Mas a concorrência quase não existe senão dentro de cada um destes mundos. Tomemos os exemplos daqueles títulos que parecem ser mais significativos, tanto em termos de

público, como de tempo de permanência em anúncio, e também pela importância do que transmitem.

Do lado da Agricultura "cultivada" temos o Compêndio de Agricultura, traduzido por Paulino Inácio de Moraes, divulgado entre 1804 e 1808 e ainda referido em 1817; o Dicionário de Agricultura, baseado em Rosier, traduzido por Francisco Soares Franco, difundido entre 1805 e 1813; e o Tesouro de Lavradores, de Alexandre Dias Ramos (trata-se de uma obra essencialmente de Veterinária), editado em 1805 e muito referido ainda entre 1814 e 1817. Este último livro, num único volume, custava 720 réis. O Compêndio, em cinco volumes, custava 3200 réis brochado ou 4800 réis encadernado e o Dicionário custava 7200 réis. Excepção, neste campo, são os Elementos de Agricultura, de Bertrand, com duas edições, em 1788 e 1805, custando 240 réis e assumindo expressamente o seu propósito de divulgação. Mas em que meio é que Bertrand, como os outros, pretende espalhar as suas luzes? O público daquelas obras não é certamente o mesmo que, anualmente, por poucas dezenas de réis, preço do arrâtel de arroz ou da mão de linho, comprava um almanaque.

O trabalho da Academia, feito para "resolver problemas", procurando enfrentar questões concretas, dirige-se a um público determinado. Quem se espera venha a ler as Memórias sobre as oliveiras, sobre a ferrugem, sobre a vinha ou sobre a fertilização, é o proprietário que procederá então de acordo com o exemplo apontado nos Elementos de Agricultura. Divulga as descobertas e esclarece o seu rendeiro.

Procurará conhecer as especificidades do seu caso particular, dado que as terras e os climas são diversos. Não fará como quantos discorrem sobre a Agricultura nunca tendo sido agricultores. Conhecerá as regras e as leis e aplica-las-á de acordo com as condições concretas. Providenciará para que o seu esclarecimento seja o de quantos trabalham para si.

A Agricultura justifica assim o ter sido o centro das preocupações científicas e também o nosso ponto de partida na análise sectorial da leitura de ciência.

Na Agricultura se levantam as questões metodológicas essenciais. A Agricultura apresenta um objecto exemplar, útil e produtivo. Tem uma relação privilegiada com as outras ciências. Obriga a um entendimento concreto de "esclarecimento" e de "natureza". Revela contradições de fundo entre "saberes" e, finalmente, clarifica os agentes e os destinatários do esclarecimento. De uma forma ou de outra, estes são problemas que se colocam a outras ciências. A Agricultura aparece assim como um domínio exemplar.

É em grande medida em relação à Agricultura que se equacionam projectos de jardins botânicos em Portugal e, sobretudo, no Brasil ¹⁹⁰³. A Agricultura é incentivo e finalidade. De tudo isto resulta ser a Agricultura, não apenas uma motivação económica, mas um espaço de realização científica, no qual se descortina a maleabilidade dos conceitos de ciência e arte e a relação entre estes e a ideia de avanço técnico.

A ORDEM DAS "COISAS"

A Agricultura impõe um "fazer". Mas há um "descobrir" por trás desse "fazer". O "descobrir" é a revelação da harmonia do natural. Composta por uma infinidade de corpos que dificilmente se concebe em extensão, a natureza vai permitindo ao setecentista a compreensão de regularidades a partir de exemplos. Essas regularidades existem para os cientistas do século XVIII a níveis variados e a sua grande ambição é poder alargar às ciências da vida um modelo interpretativo análogo ao descoberto por Newton para o Universo.

Mas, enquanto noutros países se discute e se reflecte sobre a regularidade e o acaso ao nível da vida, da criação, e do funcionamento dos corpos, em Portugal os problemas maiores (no interesse de leitura e investigação) estão no arrumar de ideias e objectos. A relação entre corpos é vista através dos lugares que estes ocupam na harmonia geral das coisas e não na sua interacção.

Por toda a Europa, aliás, estes problemas também se colocam, e ainda durante muitos anos. Basta lembrar a longevidade da fama de Lineu ou, noutro campo, as preocupações classificativas de um pensador como Comte, no século XIX.

Põe-se a questão de "arrumar" e classificar quando a multiplicidade do objecto de estudo é tal que o homem de ciência tem de procurar uma ordem que torne inteligível a "continuidade" com que trabalha. Ao dar inteligibilidade a esse amontoado contínuo, o investigador sente-se penetrando

na "ordem" da natureza. Descobre uma "verdade" das coisas. Lineu, por exemplo, sentia ter sido escolhido por Deus para interpretar o seu plano da criação [61] e assim poder captar, pela investigação e a aplicação de critérios organizativos, uma ordem universal [62].

Colocando de outra forma a questão: a partir do momento em que uma disciplina científica consegue definir claramente o seu objecto, a primeira tarefa e as primeiras interrogações viram-se para a organização desse objecto. As discussões podem-se manter enquanto não se considera ter-se chegado a uma base suficientemente sólida para o entendimento, ou podem reavivar-se quando qualquer investigação introduz um dado novo. O essencial é procurar-se um idioma universal, uma sintaxe e um léxico, classificação e nomenclatura que ao mesmo tempo ordene uma matéria de estudo e se mostre operatória para um conjunto largo de investigadores.

Em qualquer dos casos trata-se da constituição de um campo científico. É o que se passa, ao longo do século XVIII, em toda a Europa, e em Portugal no final do século, em relação às ciências da vida.

A mancha da natureza, até aí indistinta, descobre-se em lugares próprios, com características próprias, cada espécie ou sub-espécie ocupando um espaço que se pensa pertencer-lhe "naturalmente".

Compreende-se a rápida popularidade deste género científico. O investigador tornava-se um espectador de constelações (ou de leques) de espécies naturais. E a

difusão dos resultados das pesquisas em publicações ilustradas facilitava o interesse de leitores não qualificados.

O principal problema residia na definição de critérios suficientemente universais e eficazes para cada tipo de sistematização. Como distinguir duas espécies de objectos com características comuns e diferentes, quando entre muitos exemplos não são sempre as mesmas características que se harmonizam ou que divergem? Para tanto, em primeiro lugar, tornava-se necessário um modelo de descrição do objecto, bastante rigoroso, e uma nomenclatura que fosse aceite como definidora do rigor adoptado na descrição do objecto.

Várias nomenclaturas vão ser criadas e rapidamente adoptadas, tanto na Botânica e na Zoologia como na Química. Utilizando critérios e raízes diferentes (a conjugação de termos latinos em "binómios" ou o recurso a étimos gregos em palavras novas, por exemplo), a preocupação é semelhante: encontrar designações que sejam, elas próprias, analíticas.

Se a escolha de uma nomenclatura fosse arbitrária e puramente convencional, a classificação obtida não espelharia uma ordem e não poderia representar o equilíbrio da natureza. A aproximação entre os critérios estabelecidos e a descrição possível dos objectos ou, por outras palavras, a "naturalidade" das convenções, era um trunfo para a sua eficácia.

Apesar do peso que em Portugal têm estes problemas na produção e leituras científicas, há a consciência, repetida-

mente explicitada, de que ser um cientista não é apenas saber ou inventar nomes. Vandelli é um dos que repete essa convicção.

"Não consiste (...) o estudo da História Natural, na simples nomenclatura; mas nas observações, e nas experiências para conhecer as relações, a ordem da Natureza, sua economia, polícia, e formação da Terra, e revoluções que sofreu e em fim as utilidades que se podem tirar das produções naturais além das conhecidas" [133].

Só que, à parte a ideia de aplicação útil que já sublinhámos, a "observação", "experiência" e "conhecimento de relações" e "ordem da Natureza" correspondem às preocupações classificativas de que temos vindo a falar.

Lineu, ao expor o que entende ser Botânica escreve que "os Botânicos verdadeiros conhecem a Botânica pelos seus fundamentos ou princípios naturais; e sabem dar a todos os vegetais um nome fácil de compreender. Deles, uns são Colectores e outros Metódicos.

Os Colectores cuidaram especialmente do número das espécies dos vegetais: são eles os Pais, os Comentadores, os Debuxadores, os Descritores, os Monógrafos, os Curiosos, os Adonistas, os Floristas e os Viageiros" [134].

"Os Metódicos deram-se particularmente à Disposição dos vegetais, e à Nomeação que resulta daquela: e são Filósofos, Sistemáticos e Nomencladores" [135].

Lineu é uma presença constante na produção, bem como na leitura de ciência em Portugal. A sua divulgação não se fez porém através de traduções portuguesas. A primeira é

editada apenas em 1809, por Manoel Joaquim Henriques de Paiva [66]. De resto, Lineu é lido em latim nos círculos universitários, sendo muitas obras de edições anteriores ao período que estudamos, provenientes principalmente de Londres (as mais antigas dos anos trinta), Viena e Leipzig. Também se vendem algumas edições em castelhano (edições de 1784/88) [66]. As décadas de 80/90 vêem ainda sair novas edições latinas, uma das quais é a primeira editada em Portugal, o Systema Naturae per Regna tria Naturae [66], já então lido entre nós em edições estrangeiras.

Mas onde realmente se revela e expande o conhecimento de Lineu é na edição de obras com os mais diversos fins onde a leitura do naturalista sueco é patente. Os versos da Marquesa de Alorna, apesar de publicados posteriormente, mostram a leitora curiosa [66]. E nas obras de naturalistas e botânicos, e mesmo em tratados de Medicina e Química, transparece a influência lineana. Vandelli publica o resultado dos seus contactos com Lineu [70], enquanto que Brotero reflecte os problemas e virtudes do seu método de classificação [71].

Este último, ao expor o sistema lineano, refere também as críticas a que estava sujeito. A principal visava a "artificialidade" do seu método. O real, sendo muito diversificado, fugiria a simplificações artificiais. Outras críticas prendiam-se a "insuficiências" apontadas a aspectos particulares. Não obstante, a admiração é manifesta.

"Não pretendo defender que este sistema não tem imperfeições; direi somente que algumas delas são fáceis de

emendar, e que ainda mesmo no estado em que se acha, as suas vantagens são maiores que os seus defeitos. (...)

É preciso absolutamente aos que começam o estudo de Botânica, seguir um sistema; os métodos denominados naturais, como por exemplo o de Jussieu e Adamson são muito difíceis, e não são para principiantes. De todos os sistemas artificiais ou mistos que até agora se têm publicado, o de Lineu é o melhor que conheço" [72].

Em que consiste a artificialidade ou a naturalidade dos métodos de classificação? Ao isolar uma parte da planta para, a partir das suas características, estabelecer um sistema de diferenças e analogias, os homens de ciência do século XVIII têm consciência de estar a impor um critério exterior à "natureza". Não era a primeira vez que se adoptava um critério deste tipo [73], mas a escolha do sistema reprodutor das plantas como base de uma classificação revelava-se atraente e eficaz, permitindo uma arrumação aparentemente sem contradições [74].

Em contrapartida, os critérios de classificação natural implicavam ir procurar em todas as partes das plantas as características para as ordenações (sexo, fruto, corola, raiz, tronco, folhas, grandeza, duração, cheiro, cor, sabor e até utilidade).

Segundo Jacques Roger, para Buffon, os métodos deveriam "être fondées sur l'ensemble des caractères que présentent les êtres classés, et non sur l'examen d'une seule de ses parties. Buffon attaque violemment Linné à deux reprises. Pour sa classification botanique et pour sa

classification des animaux" [75]. Buffon, aliás, tem consciência de que todas as classificações são arbitrárias.

O interesse por Buffon em Portugal é mais tardio e menos profundo. Apesar de algumas referências anteriores [76], a sua maior divulgação deu-se já no século XIX. Prova-o a venda de obras ilustradas para a juventude [77] e as referências elogiosas feitas por Agostinho de Macedo ou Ribeiro dos Santos [78], entre outros breves apontamentos. Mas ainda em 1802 é condicionada pela Comissão Censória a leitura de Les époques de la Nature, editado em Paris em 1785. Apenas mediante autorização se admitia o acesso às ideias aí expressas por Buffon.

Silvestre Pinheiro Ferreira utiliza largo espaço das suas Prelecções de 1813 para expor as vantagens dos critérios naturais de classificação sobre os artificiais [79]. Apesar disso, tece elogios a Lineu e considera excessivas as posições de Buffon [80]. A esta atitude não é estranho o facto de Buffon poder abalar as convicções sobre a condição do homem, enquanto Lineu dá corpo a uma teologia, ao demonstrar a perfeição da obra criada.

Quais os méritos de Lineu para Pinheiro Ferreira? Em primeiro lugar, o seu esforço classificativo e metódico e o seu papel na História das ciências. Antes dele, nada havia de organizado, os princípios eram vacilantes e, à falta de traves metódicas, apenas se podiam fazer longas descrições. Em segundo lugar, há virtudes no próprio sistema lineano, já porque existem nos objectos características que podem, vindo sempre acompanhadas de outras, ser definidoras para um

sistema (fala então de "qualidades capitais"), já também porque, à medida que se subdividem as classificações lineanas, há a necessidade de recorrer às várias partes do objecto e não apenas àquela que definiu as Classes. Diz então que os Géneros na classificação lineana são simultaneamente artificiais e naturais.

Sistematizando os principais problemas postos até aqui temos que: em primeiro lugar, a leitura de ciência em Portugal é dominada por preocupações de tipo taxonómico, em grande medida na sequência dos escritos de Lineu e, reciprocamente, favorecendo o interesse por Lineu; em segundo lugar, a leitura de ciência é dominada por uma outra preocupação, a saber, a aproximação ou afastamento do natural, por parte da actividade científica.

Se em relação à Botânica [181] e à Zoologia isso não parece poder levantar objecções, já a generalização a toda a leitura de ciência merece mais alguma atenção.

Comecemos por reparar na preocupação taxonómica. Silvestre Pinheiro Ferreira refere-se a necessidades de ordem e classificação no pensamento em geral (aplicando conceitos da Botânica e da Química). "As nossas ideias distribuem-se no nosso espírito em classes, ordens, etc., segundo as afinidades das suas semelhanças" [182]. E louva o papel de Anastácio da Cunha e de Simões Margiochi na Matemática. Terão sido aqueles que, "entre nós (...)" começaram por inventar expressões analíticas para os casos em que achavam a nomenclatura em defeito: ou, proscrevendo da Ciência definições concebidas em linguagem metafísica,

lhes substituíram outras exprimidas em termos puramente analíticos" [83].

Entretanto, a Química e a Medicina foram dois campos muito marcados por estes problemas. A influência lineana em Vicente Coelho de Seabra e em Henriques de Paiva é notória. Tanto um como outro louvam o trabalho de Lineu, justificando simultaneamente o seu próprio estudo. Vicente Seabra cita-o em epígrafe ao primeiro volume dos seus Elementos de Chimica [84]. Mas mais do que o recurso à autoridade das citações, o que é importante é que a estrutura das obras de Química e Medicina destes autores transporta a necessidade de arrumar os conhecimentos, ou mesmo de adoptar critérios convencionados em espécies, ordens e géneros.

O trabalho de Vicente Seabra inclui uma parte a que chama "Química teórica e prática", e que está exposta no segundo volume. Baseia-se essa parte na distinção de dois tipos de corpos, os combustíveis e os não-combustíveis, as duas grandes "ordens", para depois estabelecer toda a sua arrumação de "géneros e espécies".

Em 1801, em Nomenclatura Chimica Portugueza, Franceza e Latina, com mais precisão se nota o cuidado posto por Seabra em traduzir e fixar uma nomenclatura rigorosa, nomeadamente deixando claro o papel das desinências na definição dos "estados das substâncias" [85].

Já Henriques de Paiva, nos Elementos de Chimica e Pharmacia [86], embora de forma muito sumária, arrumara os "produtos químicos" segundo as suas propriedades e reacções.

Nas obras de Medicina esta dominante é similar, e

pelos dois motivos já observados. Henriques de Paiva, na sua tradução da Medicina Doméstica de Buchan [1873], inclui notas extensas em que cita Lineu entre outros autores [1883]. Ao mesmo tempo apresenta um quadro arrumado do conhecimento médico.

O caso da Medicina é muito distante dos da História Natural ou da Química e a sua inclusão nestes exemplos permite relacionar os vários domínios da ciência, domínios com graus de desenvolvimento desigual. Enquanto que a História Natural cresce em pesquisas e resultados ao longo do século XVIII e a Química parece dar os seus passos de lançamento no decurso da segunda metade (particularmente no seu último quartel), a Medicina encontra-se muito mais cultivada, subdividida já em especializações e motivo de muitas edições e debates. É também em função da Medicina que se desenvolvem muitas das experiências botânicas e químicas. Ora, inversamente, a Botânica parece ter exercido sobre a Medicina um papel de atracção, uma vez que a organização dos conhecimentos dera ao estudo das plantas uma clareza e um rigor que a Medicina não tinha.

Escreve Gusdorf: "L'équipement technique se trouve en étroite dépendance par rapport à l'équipement épistémologique. Or, le XVIII^e siècle ne paraît pas caractérisé par un accroissement considérable des connaissances positives. (...) La Médecine ne sortira de la confusion qu'avec le triomphe de la méthode anatomo-clinique et l'exigence d'un langage scientifique dans la dernière partie du XVIII^e siècle et au début du XIX^e siècle" [1883].

É precisamente nesta época que se põem em Portugal estes problemas, até porque, como já vimos, se dá muita atenção ao trabalho dos grandes naturalistas e ao dos médicos que, noutros países, estavam a par das propostas taxonómicas nos vários domínios das ciências. Silvestre Pinheiro Ferreira afirmará que "a Medicina rica em factos, é pobríssima em nomenclatura: e os mesmos factos acham-se ali até ao presente isolados e sem sistema" [1901].

Dentro da Medicina, este tipo de intervenção dirigiu-se essencialmente para a constituição de uma Nosologia, tanto em Portugal como no resto da Europa. Vejamos de novo o que diz Gusdorf a esse respeito: "C'est en divisant les maladies en classes, en genres et en espèces, et en assignant à chacune une définition exacte qu'on pourrait parvenir à élever la Médecine au même degré de clarté dont jouit la Botanique. Si la Médecine peut désormais se présenter comme science, c'est par l'institution d'un langage, grâce auquel l'ordre médical passera du monde de l'à-peu-près à l'Univers de la précision, pour reprendre une formule de Koyré, mais la détermination de la langue est correlative d'une réforme du regard, liée à une mutation de la pensée" [1911].

Em Portugal, como de resto um pouco por toda a Europa, estas Nosologias não se adoptam sem controvérsia. Relacionam-se neste caso os dois problemas que colocámos acima. Se, por um lado, há vantagens óbvias decorrentes da classificação das doenças, por outro lado, reage-se à eventual cristalização teórica que um quadro de doenças

representa. A complexidade dos sintomas parece sempre ultrapassar os quadros rígidos e isto, não porque a matéria possa reagir de maneira diferente ao longo do tempo, mas porque o conjunto de circunstâncias que interfere num diagnóstico é muito diversificado e pode escapar à capacidade sistemática do homem.

Rejeitam-se os "sistemas" em favor do conhecimento do real que vai acontecendo, em favor da observação e da experiência. E um sistema de classificação de doenças, se não se impõe de forma taxativa pela sua correspondência à realidade, pode ser visto como inútil e contrário ao espírito científico da época. Mas esse espírito impõe a busca de regularidades e o aumento da eficácia, daí a necessidade de classificar. Eis como dois elementos de um mesmo processo de desenvolvimento metodológico e científico se podem contradizer.

São várias, em Portugal, as obras editadas que procuram dar informação do estado de conhecimentos acerca das doenças. Podemos citar entre os seus autores e tradutores, José Jacob Plenck, Simmons, William Cullen, Weikard, John Brown, José Manuel Chaves, António de Almeida, José Pinto de Azevedo, Soares Barbosa, Henriques de Paiva. Manoel Joaquim Henriques de Paiva é, tanto pelos seus trabalhos originais, como pelas suas traduções e edições, como ainda pelo papel desempenhado no Jornal Encyclopedico, o português mais interveniente nestes domínios ^{med.}. É uma figura representativa de uma Medicina que tem confiança em si própria, apesar de oposta a "sistemas". Na realidade esta

Medicina opõe-se a uma Medicina secretiva e rotineira, distante dos avanços do espírito humano, agarrada ainda a um empirismo de "charlatães". A Medicina representada por Henriques de Paiva, como pelo seu irmão mais velho José Henriques Ferreira ou por António de Almeida, acredita no progresso científico.

Escrevia Henriques Ferreira: "Não há dúvida que a matéria Médica se tem aumentado muito com os produtos naturais, e de virtude, que com o tempo se descobriram: os antigos não conheceram muitos que nós hoje possuímos; (...) A Química nos tem subministrado infinitas preparações e composições de eficácia" [1900].

Esta atitude implica uma ideia de relação entre ciência e natureza que não concita unanimidade neste tempo, como também pressupõe um entendimento de teoria e prática científicas, de rigor, de formação médica, que se opõe a uma grande área da prática médica de então.

Quanto à primeira questão, o representante tipo de uma visão contraposta àquela que apresentámos é o livro O Filósofo Solitário [1943].

Aí, natureza e sociedade são inconciliáveis, e na medida em que a ciência é um dado social, é igualmente um dado anti-natural. A ideia de que os animais não adoecem porque, ao contrário dos homens, permanecem fiéis à natureza (e à sua natureza), corresponde ao conteúdo deste livro.

A Medicina, em primeiro lugar, é impotente e ignorante. Não conhece a natureza e não cura. Em segundo lugar, pode chegar a ser prejudicial porque impõe

tratamentos contrários à natureza do homem.

"A Medicina por si mesma é fútil porque enfim quando o doente sara deve tudo à natureza e nada aos médicos. Em segundo lugar, a Medicina é o mais perigoso dos conhecimentos humanos" [95].

Quanto aos médicos, "os seus vaticínios regularmente são como os dos termómetros (sic), que só mostram a chuva quando chove" [96].

As próprias autoridades médicas são invocadas para reforçar a ideia da insegurança e do cepticismo científicos: "Os três maiores Mestres Hippocrates, Sydenham e Boerhave (...), são os três partidários rigorosos do Cepticismo. A cada passo estão dizendo que as excepções são mais que as regras, e que meio século de trabalho apenas deixa conjecturas na Medicina" [97].

Este mesmo livro ilustra o contraponto que referimos em segundo lugar. Diz a dado passo O Filósofo Solitário: "Os nossos médicos, sendo a sua Arte mil vezes menos útil que a Cirurgia, não cessam de a perseguirem" [98].

Só que o "cirurgião" de que aqui se fala não é o leitor de Plenck, de Sue ou de Bell (ou de Caetano de Almeida e Joaquim José de Santa Anna, para citar escritores portugueses). Nas obras destes autores e entre quem as lê, a Cirurgia é entendida como uma especialização médica, na sequência dos objectivos propostos pelos Estatutos da Universidade de Coimbra [99].

O cirurgião de que fala O Filósofo Solitário é o prático que vivia num mundo separado do dos médicos

teóricos, amantes de conjecturas e de segredos, e alheios a um "fazer".

Claro que o mundo dos práticos não tem lugar nas leituras de ciência senão através de referências gerais como as do livro de que temos vindo a falar. O universo do escrito, mesmo o literário, combate impiedosamente o mundo dos práticos, "barbeiros", "mezinheiros", "impostores" e "empíricos".

Um exemplo da imagem crítica da Medicina, presente em páginas de "bellas-lettras", neste caso a popular História de Gil Braz de Santilhana, trata deste modo, e com evidente ironia, aquilo a que chama "Arte salutífera": "Os outros Médicos a fazem consistir em mil conhecimentos, em ciências penosas, e eu quero ensinar-te a atalhar um caminho tão longo, e poupar-te o trabalho de estudares Física, Farmácia, Botânica e Anatomia. Sabe, meu amigo, que não há mais que mandar sangrar e beber água quente. (...) Não tenho mais que te ensinar, sabes a Medicina a fundo ¹¹⁰⁰³. Em poucos dias o "Dr. Sangrado" tinha ensinado a Gil Braz tudo o que fazia a sua carreira brilhante.

Outra situação, denunciada por António de Almeida em 1794, é a persistência de obras antigas e de crédito científico duvidoso como fontes desses cirurgiões. "Ainda temos muito pequena cópia de livros médicos na nossa linguagem que pudessem instruir a estes cirurgiões, e aqueles mesmo que há, são ainda pouco conhecidos, não se encontrando nas mãos deles mais escritos do que Portugal Médico, Luz da Medicina, Ancora Medicinal, e outros desta

categoria que alguns mesmo não entendem" [101].

O grande espaço ocupado pela edição de obras sobre Medicina e Farmácia significa, entre outras vontades, a de contrariar o segredo e estabelecer regras mais transparentes e rigorosas de actuação científica. Verificamos este facto, tanto para os que editam como para os que compram, ainda que a divulgação se faça de muitas obras simplistas ou pouco actualizadas [102].

Não é a eficácia médica (ou o seu reconhecimento, pelo menos) que afasta as Medicinas populares e práticas das que as Universidades e Academias defendem. Há, em primeiro lugar, uma distinção social. Mas além disso, se os práticos participam de uma natureza misteriosa e contínua, onde as Medicinas populares têm as suas raízes, o que os distingue da leitura de Medicina nos finais do século XVIII, princípios do XIX, é que esta faz sobressair uma natureza sistematizada (mas não em "sistema" entendido como conjunto de ideias coerente e definitivo), arrumada, onde a experiência e a classificação têm um papel determinante.

LEITURAS EM DIA

O professor Celestino da Costa, distinguindo o docente enciclopédico do docente especializado, e a difusão da ampliação dos conhecimentos científicos, afirmava que Portugal "(...) não participara no movimento científico nos séculos XVII e XVIII e só nos fins deste e no decorrer do século XIX, esporadicamente, contribuíra, de forma mínima, na criação da Ciência" ^[103].

Não era a leitura que questionava mas o "fazer ciência", o "participar" no movimento de inovação. Mas se este autor situava no período que estudamos as primeiras manifestações, ainda que esporádicas, da "criação de ciência", por maioria de razão devemos interrogar-nos sobre se a ciência "de ponta" de então era lida entre nós.

O cuidado com a nomenclatura e a classificação corresponde a algo que não se limita às fronteiras portuguesas, como vimos. Se por um lado representa um traço essencial da mentalidade científica e das leituras de ciência entre nós, por outro revela-se um campo de grande actualidade. A este nível, tanto as leituras médicas, como químicas ou botânicas, mostram que em Portugal se vai conhecendo o que pelo resto da Europa se produz.

A propósito da actualidade das leituras de Medicina, a opinião de Link é de que os médicos portugueses na sua ânsia de novidade não conseguem ultrapassar a superfície daquilo que lêem ^[104]. Ora constata-se a procura da actualização e, apesar da dominante classificativa,

repetidamente se declarava [105] a insuficiência de se limitar um trabalho científico ao conhecimento dos nomes dos objectos.

O próprio Lavoisier refere ter evoluído a partir da tentativa de fixar uma Nomenclatura. Afirma: "Tandis que je croyois ne m'occuper que de Nomenclature, tandis que je n'avois pour object que de perfectionner le langage de la Chimie, mon ouvrage s'est transformé insensiblement entre mes mains, sans qu'il m'ait été possible de m'en défendre, en un traité élémentaire de Chimie" [106].

Ou seja, Lavoisier sentiu a necessidade de fazer do trabalho que preparava, não uma simples Nomenclatura, mas um manual que estabelecesse as novas bases em que assentava a Química após a sua intervenção. De que forma essas novas bases são assimiladas pelos leitores portugueses? E integrar-se-ão essas bases nos novos manuais que se fazem e se lêem em Portugal? Estas questões podemos colocá-las no seguimento das propostas de Kuhn sobre os índices possíveis do advento de uma revolução científica [107].

Se em 1783 Manoel Joaquim Henriques de Paiva mostra já conhecer o químico francês [108], a divulgação do Traité élémentaire, cuja venda se anuncia em Lisboa no próprio ano da sua edição, vai provocar nítidas respostas.

Em cinco autores podemos levantar as leituras de Lavoisier ou dos químicos que o acompanharam ou divulgaram. Com referência às obras em que essa leitura se manifesta são eles: Vicente Coelho de Seabra da Silva Teles -1790-, Teodoro de Almeida -1799-, Manoel Joaquim Henriques de Paiva

-1801-, Francisco Soares Franco -1805- e Silvestre Pinheiro Ferreira -1813-.

Vicente Seabra, o primeiro e o mais importante, dado que faz sair o segundo volume dos seus Elementos de Química logo no ano seguinte à edição do Traité, mostrava-se já a par do que fazia Fourcroy (Mémoires chimiques e éléments d'Histoire Naturelle et Chimique, 1786), e do que se escreve na Encyclopédie Methodique. Anote-se que Morveau está a escrever a entrada "afinidades" para esta enciclopédia quando Lavoisier prepara o Traité. Em 1790 Vicente Seabra é mais claro nas suas influências e refere Morveau, Lavoisier, Berthollet, Fourcroy, entre outros, todos estes dentro da linha de renovação da Química. Voltará a destacar, mais tarde, estes quatro nomes (com realce para Lavoisier) chamando-lhes "os primeiros químicos da Europa" [109].

O Padre Teodoro de Almeida, tendo deixado passar quinze anos após a edição -1784- dos dois primeiros volumes das Cartas Físico-Matemáticas [110] dedicados, o primeiro à Geometria e o segundo à Mecânica, faz sair um terceiro volume em que a Química tem um papel fundamental. Aí mostra as suas leituras de Priestley e de Lavoisier, embora mantendo em parte a linguagem da Química pré-lavoisieriana. O flogisto é uma referência necessária às definições. No entanto, o essencial é dar conta do conhecimento da composição do ar atmosférico. O maior divulgador de ciência em Portugal no século XVIII intervinha assim também no campo da Química como resposta a um novo estatuto que esta parecia estar a conquistar.

Henriques de Paiva, que em diversas ocasiões já referimos anteriormente, intervém de forma desigual. Não podemos deixar de lhe atribuir alguma responsabilidade quando, no Jornal Encyclopédico de Junho de 1788 que então dirigia, se declara que Lavoisier e Meusnier já tinham visto as suas teses desmentidas. No entanto é ele quem, em 1801, traduz uma das principais obras de divulgação da nova Química, da autoria de Fourcroy [111]. É curioso que Fourcroy vinha sendo muito criticado em França pelos que, como Lamarck, se recusavam a aderir às teorias "pneumáticas" de Lavoisier com base em raciocínios semelhantes aos que o Jornal Encyclopédico tinha veiculado.

Soares Franco, quando, anos depois, edita o Dicionário de Agricultura, afirmará a propósito da entrada "Ar" [112] não seguir neste caso (como também não seguiria noutros) Rosier, que, no entanto, era a base da obra traduzida, uma vez que os conhecimentos tinham evoluído depois de Haller, Macbride, Priestley e outros. Em quem se apoia essencialmente nas suas opiniões? Em Chaptal cujo livro, provavelmente numa edição espanhola [113], servia de compêndio de Química na Universidade de Coimbra. Isto faz com que Chaptal seja, com Fourcroy, um dos divulgadores do grupo de Lavoisier mais lidos entre nós. Soares Franco, conhecendo Priestley e Chaptal, ainda fala do calórico como algo que se combina com tudo, fala ao mesmo tempo das afinidades e distingue, por fim, entre os gases, o gaz hidrogéneo (ou ar inflamável), o gaz oxigéneo (ou ar vital) e o "gaz nitrogeno" (ou gaz azote).

Pinheiro Ferreira, finalmente, na sua explicação da Cosmologia do seu tempo, já não pode deixar de ter em conta o novo estatuto da Química, citando Lavoisier e Laplace e mostrando-se muito atraído pela ideia das afinidades.

Outros apontamentos mostram o prestígio dos químicos europeus em Portugal. É o caso dos versos de Ribeiro dos Santos [114], embora o seu significado seja necessariamente distinto do das referências acima expostas. Aqui é apenas o prestígio dos autores, e não a aquisição de conceitos, que está em causa.

Entre todos estes autores, Vicente Seabra é o mais significativo, já porque escreve no momento da publicação de Lavoisier, já também porque é quem se debruça de forma mais profunda sobre os problemas, mostrando o seu entusiasmo pelas novidades que então circulam. Não trará inovações, mas está actualizado e vai ser certamente lido por todos os que posteriormente escrevem sobre o assunto.

Neste apanhado apercebermos-nos da actualidade das leituras sobre química no período que nos interessa. Os grandes problemas - a descoberta dos gases, a natureza da água, a crítica do flogisto e a indefinição do papel do calórico, as tabelas de afinidades - estão presentes. Ainda que esta competência não se tenha reflectido em trabalhos inovadores onde se verificasse a outra grande novidade neste campo - o uso sistemático da balança -, não pode ser desprezado o quadro com que deparamos. Há efectivamente consciência de que se está perante algo novo. E não é tanto o facto de cinco ou mais portugueses ligados às ciências

terem lido Lavoisier, Fourcroy, Chaptal, Priestley ou Laplace que interessa. Interessa sim que esses autores eram lidos e republicados numa altura em que a discussão sobre os assuntos de que tratam são polémicos.

Embora não se trate de um caso revolucionário, o que se passa com a Química não se repete na leitura das outras ciências, nuns casos porque o que se faz se circunscreve a certas áreas, ficando questões centrais da inovação completamente de fora, noutros casos porque o interesse pelas disciplinas não se traduz em publicações.

Está no primeiro caso a Botânica e a Zoologia. Está no segundo caso a Física.

Não podemos no entanto passar por cima de alguns outros casos relevantes no que diz respeito à actualização das leituras.

Quando, a propósito das leituras de Botânica ou Zoologia, afirmámos que quase apenas se procedia a sistematizações e à divulgação de sistematizações, e que os grandes temas sobre a matéria viva eram ignorados, não esquecíamos pequenas emergências desses problemas entre nós. A prova de que entre os portugueses que viviam em Portugal se lia e se compreendiam as grandes interrogações sobre a matéria viva, encontramos-la em Soares Franco, por exemplo.

Em artigo [115] de que assume plena responsabilidade, mostra estar a par de alguns trabalhos importantes sobre a origem e formação dos seres vivos. Remete, ao longo do seu texto, para Bonnet, Buffon, Haller, Spallanzani, Gleichen, Erasmo Darwin (nomeadamente tendo lido o "Apêndice" de 1801

da Zoonomia), e Needham, entre outros, passando pelas opiniões dos "antigos" (geralmente tidas por ultrapassadas).

Procura esclarecer questões como as da hereditariedade, da epigénese, da natureza da vida e da matéria, e, nesse sentido, ao criticar as teorias da pré-formação dos seres, afasta-se de Bonnet, Haller e Spallanzani, e também não adere às teses de Leeuwenhoeck sobre os "vermículos espermáticos" como fundamento dos novos animais. Por outro lado, é de reparar que, ao discutir estas questões, incluindo a da malformação dos seres (embora fuja a abordar a origem dos "monstros"), Soares Franco se alheia completamente das razões de tipo transcendente, ou seja "o Criador não seria responsável por pré-formações defeituosas", razões muito em voga durante o século XVIII. Pelo contrário, procura ater-se a argumentos que se prendam às propriedades e combinações da matéria.

Em questão de actualidade de leitura nas ciências, se há alguém em Portugal que é referido para o final do século XVIII, princípios do XIX, esse alguém é Felix Avellar Brotero. Brotero distinguiu-se essencialmente por duas razões: pela sua acção nos Jardins Botânicos de Coimbra e da Ajuda, e pelo seu Compêndio, no qual divulga e discute as posições de, entre outros, Tournefort, Adamson, Jussieu e sobretudo Lineu.

Em 1788, os temas expostos no Compêndio de Botânica não são uma novidade. Mas a sistematização e o aprofundar das matérias (a descrição metódica da constituição e variedade das espécies botânicas, a vida das plantas, as

formas de tratamento) permanecia inédita entre os portugueses.

Já o segundo volume é um detalhado auxiliar metodológico sobre a sistematização lineana.

Numa época de grande interesse pela História Natural, Brotero impõe-se como principal advogado de um método rigoroso no estudo do mundo vegetal. A forma como define o papel da experiência no conhecimento científico dá conta da consciência da relação entre sistematização e espírito indutivo. Afirma:

"Estabelecidos assim todos os vegetais em um certo número de famílias bem caracterizadas, bastará conhecer dois ou três de cada uma delas para reconhecer os demais respectivos, o que resumirá sumamente tanto o seu conhecimento nomenclativo como o estudo da sua natureza" (1773).

Como se vê, qualquer destes casos, de forma diferente, revela leituras actualizadas e ponderação sobre problemas centrais da ciência europeia. Vejamos ainda um último exemplo, no campo da Medicina. Aqui apresentamos, não o resultado de reflexões de um indivíduo, mas uma discussão. Ou melhor, a concorrência de duas posições. Já se referiu, a propósito da classificação ou da ânsia de novidade dos portugueses, os nomes de John Brown e de William Cullen. Ambos são traduzidos ou difundidos e ambos colocam problemas sobre Nosologia e Patologia que, não obstante poderem ter tido uma vida efémera, são importantes para o final do século XVIII.

O núcleo das teses destes dois autores está no papel

desempenhado pelo sistema nervoso na Patologia. Daí decorrem outras questões como o significado das febres e as terapêuticas apropriadas.

O interesse da leitura destes dois autores começa por estar na atenção prestada à Fisiologia e à Patologia, em particular estudando, na sequência de Haller, o sistema nervoso. São pois, também em Portugal, constituídos domínios novos nos estudos médicos e no conhecimento do corpo humano.

Em seguida, a divulgação destes dois autores revela dois campos simultaneamente distintos e sobrepostos na Medicina Portuguesa.

De um lado, aqueles que defendem as posições de Cullen, com o seu tradutor José Manuel Chaves em evidência [118]. Dado que, para Cullen, a febre não é uma doença mas a reacção do organismo contra um mal, não era fundamental ou mesmo aconselhável atacar a febre em si. Podia estar-se assim a ocultar o verdadeiro mal. E, visto que as doenças, agindo sobre o sistema nervoso, provocavam, a maior parte das vezes, estados de atonia, eram absolutamente contra-indicadas acções que enfraquecessem o corpo.

Cullen foi divulgado em Portugal essencialmente entre 1787 e 1794.

Do outro lado, os divulgadores de John Brown, entre os quais sobressai Henriques de Paiva, consideram que as febres são elas próprias doenças e podem ser subdivididas [119]. Daí que se preconizassem tratamentos que visavam combater as febres. As teses brownianas foram difundidas sobretudo entre 1800 e 1818.

Que implicações tem esta contradição? Se se aceitam as vantagens em dominar as febres, então há receptividade ao consumo de (e à leitura de obras sobre) produtos como a "Água de Inglaterra", remédio de Jacob de Castro Sarmento que Henriques de Paiva defende entusiasticamente [120]. Este era um remédio que se pensava destinado a eliminar as febres. Na realidade, combatia as febres palúdicas. A crítica dos remédios de segredo não era vista como incompatível com a sua utilização. No fundo, dado o reconhecimento de uma certa eficácia no seu emprego, todos os médicos acabavam por recorrer a eles nos tratamentos que prescreviam. É contudo significativo que seja um divulgador de Brown a fazer um rasgado elogio.

Todas estas questões estão relacionadas. Como se vê, é relativa a consideração da "actualidade" de uma leitura. Entre os casos que expusemos, a apreciação da ciência contemporânea é desigual. Ao lado do papel revolucionário da "Química pneumática" julgam-se teses que há muito estão esquecidas. Então, porquê considerarmos oportuno juntar estes exemplos? O levantamento de uma "competência" científica não se deverá limitar aos progressos comprovados? Assim seria se, considerando a ciência contemporânea como algo de "verdadeiro em si", a tomássemos como referente para juízos de tipo finalista [121].

Num processo de aquisição e consolidação de um corpo científico são obviamente distintos os lugares de Lavoisier e de John Brown. Mas não deixam ambos de ser significativos para o estudo das leituras de ciência se as nossas perguntas

forem: prestavam ou não atenção os cientistas portugueses, ao que na comunidade científica internacional se ia discutindo? e em que áreas? havia ou não capacidade para compreender os problemas que a investigação química, biológica ou médica ia colocando noutros países? e, a ser verdade, traduzia-se ou não essa capacidade ao nível da leitura?

As respostas são, no essencial, afirmativas. Repare-se que não há, nos casos das discussões sobre as febres, qualquer confusão nem com a ciência tradicional da conjectura, nem com as medicinas empíricas ou mágicas. Há, sim, raciocínios elaborados de acordo com os critérios da ciência de então, para mais incluídos em pesquisas de grandes repercussões ulteriores, a saber, a compreensão do funcionamento do sistema nervoso e a definição de uma Patologia.

As zonas do que podemos chamar de "conhecimento de ponta" não são normalmente perceptíveis nas edições, o que deixa de fora áreas importantes do saber. A edição, e particularmente aquela que as nossas fontes detectam, é sensível sobretudo à divulgação. Contudo, podemos chegar a esta pequena conclusão: há, em vários domínios, reflexos da actualidade científica europeia nas leituras portuguesas, e não apenas nas áreas de maior necessidade social e de maior difusão.

ESCLARECER

Até aqui, tanto ao abordar as relações da ciência com a Agricultura, como ao levantar a preocupação taxonómica dominante, expusemos vários níveis de leitura: o nível da "normalidade" entre leitores "cultivados" e o nível das leituras populares. Em qualquer dos casos foi importante estabelecer essa distinção (na Agricultura como na Medicina) para ficar claro o grau de organização e estruturação da obra de ciência. Não que o saber popular não seja elaborado, mas porque existe um código próprio aos vários níveis de leitura. Mas em qualquer desses exemplos tratava-se sempre de publicações (populares ou académicas) com um auditório relativamente alargado no seu conjunto.

Ao falarmos em seguida de "leituras em dia" já não se procurava nada de equivalente, mas uma "competência" mental e científica que representa um nível de leitura em si. Ora se se tratava de levantar uma competência, compreende-se também que fossem leituras de difusão restrita. Põe-se assim de novo o problema da relação entre ciência e divulgação. O problema não se coloca da mesma forma em todas as épocas. Referimos, a propósito da "utilidade" do saber, o facto de se entender necessária uma aplicação social da ciência. Essa aplicação não seria possível se não se procurasse alargar ao universo alfabetizado um conjunto de conhecimentos com incidência directa na racionalização de processos de trabalho e de vida.

Tendo abordado a leitura científica pela óptica da

actualidade, torna-se necessário aprofundar o papel da divulgação no entendimento de ciência dos que a liam.

Partindo do princípio de que a Medicina era tanto mais eficaz quanto mais conscientes estivessem os homens do seu corpo e dos perigos (naturais ou sociais) que o rodeiam, proliferam os "avisos ao povo acerca da sua saúde" ou as "medicina doméstica", literatura de vulgarização que aparece em vários países. São em geral livros que procuram fornecer noções rudimentares de saúde, dentro do espírito de que os conhecimentos básicos e as primeiras acções são de acesso fácil. Provam, além disso, a receptividade e o estatuto que o discurso elaborado a partir de um raciocínio científico ia ganhando.

O conhecimento que estes livros transmitem é muito valorizado. Se se entende que a doença provém do rigor da natureza e da não adequação do homem aos seus perigos, então a prevenção consiste em conhecer a melhor forma de equilibrar o funcionamento do corpo com as condições naturais. O homem "avisado" não é tão permeável. E se a doença pode aparecer de hábitos criados pela existência social do homem, aspectos relacionados com a sua higiene ou alimentação, por maioria de razão o homem prevenido conservará a sua saúde.

São publicações que surgem na dupla perspectiva optimista de que, se o homem parece ter capacidade para dominar a história do seu corpo, a humanidade tenderá necessariamente para um "estado de saúde", assim a ignorância seja debelada.

Em Portugal, difundiu-se a tradução das vulgarizações

de Tissot, Buchan e Pujol. Não se confundam estas traduções com as obras de medicina popular, próximas dos almanaques. Tissot, por exemplo, verbera a influência dos almanaques sobre as populações "ignorantes" e "crédulas" [122].

Obras como as de Tissot são as típicas representantes da vulgarização médica. Mas ao editar-se Jenner ou outros textos sobre as grandes novidades da vacinação de seres humanos, está-se a dar conta da atenção com que era seguida uma pesquisa, pesquisa essa que não faria sentido sem uma correspondente divulgação. Em 1795 aparece o primeiro anúncio de um livro sobre a inoculação das bexigas. Dois anos depois de novo é anunciado o tema, agora com referência ao autor, Eusébio A.R. Lisboa [123]. Antes da tradução de Jenner [124], que se publica em 1803 (ano da constituição da Sociedade Jenneriana inglesa), ainda Manoel Joaquim Henriques de Paiva escreve um texto em que explica os avanços e as vantagens das últimas descobertas feitas neste campo [125]. Anos depois, o prestígio destes temas e destes nomes transporece na poesia de Ribeiro dos Santos [126].

Os rápidos resultados destas experiências permitiam pensar que a sua aceitação tinha sido pacífica. Porém, Henriques de Paiva escreve combatendo aqueles que são sempre reticentes, qualquer que seja a novidade, e manifestam essa sua oposição [127].

A divulgação de novidades na Agricultura choca com a inércia, com os métodos de uso tradicional e com bloqueios sociais. As novidades da Medicina têm de defrontar igualmente várias barreiras de inércia, escudadas ou não em

argumentos do tipo de que tal ou tal experiência conheceu maus resultados.

O denominador comum é o confronto entre uma concepção e uma prática que vê na socialização do conhecimento a virtude maior, e uma outra que estranha (ou mesmo teme) o uso que dos conhecimentos humanos se pode fazer a partir do seu alargamento a vastas camadas de leitores. É ainda Henriques de Paiva quem se justifica ao explicar o seu papel na divulgação médica:

"Não me sendo, (...), ainda possível estabelecer uma enfiada de observações exactas e verdadeiras, feitas em Portugal, como seria necessário, para satisfazer os grandes Desejos de V.A.R.; e chegando-me às mãos obras de médicos que nisto têm trabalhado, intentei logo ajuntar e dar à luz algumas reflexões escoradas em boas experiências, para que dando assim uma breve notícia da origem e descobrimento da referida enfermidade, dos seus efeitos ou sintomas, e das suas vantagens ao género humano, podesse de algum modo chamar à observação os outros, e aprofundar ainda melhor esta matéria em obra maior e mais digna dela" (1283).

É precisamente esse o ponto que nos interessa agora clarificar. Depois de termos passado pelos domínios e pelas razões de aspectos parcelares da vulgarização científica (a Agricultura, a Medicina), importa pôr em relevo o fenómeno do "esclarecimento" em si, dado que é uma face essencial da concepção de actividade científica nesta época. É uma face paralela ao afastamento da busca de uma Metafísica, como nos afirma Isabel Pincemin: "El Iluminismo, abandonando la

preocupación profunda en la realidad, opta por "ilustrarse" para una mejor conquista del mundo" [129].

Seria demasiado chamar "iluminista" a toda a atitude que pretende divulgar o conhecimento actualizado do século XVIII. Mas é sem dúvida uma preocupação comum a largos sectores do pensamento setecentista, o ligar o trabalho de investigação à sua publicidade, de forma a poderem daí tirar-se (ou poder antever-se) resultados sensíveis.

Esta atitude, aparentemente ingénua e muito abrangente, revela uma concepção de natureza humana e uma ideia de Razão. O próprio conceito "Iluminismo", de usos tão contraditórios, podia ser empregue neste sentido lato. Quando o termo começa a ser empregue, ainda no século XVIII, revelando a concepção que os homens tinham da sua própria época, caracterizava tendências intelectuais de um tempo, tendências essas que tinham implicações políticas e sociais.

A confiança no poder da razão e a aplicação desse poder na compreensão do mundo material, sendo uma das faces daquele conceito, não o esgota. Daí que pudéssemos incorrer em imprecisões de vária ordem. Muitos daqueles que, confiantes no poder regenerador da razão, assumem como seu o projecto de difundir um saber actualizado no domínio científico, ou estão alheios, ou são claramente adversários das concepções políticas e/ou religiosas dos iluministas franceses.

Se nos lembrarmos do leque de orientações divergentes que o próprio projecto da Encyclopédie abrigava (fisiocratas, igualitários, deístas, materialistas), podemos fazer

uma ideia da dificuldade de tornar operacional para o nosso espaço um conceito como o de "iluminista". O que não quer dizer que esses filósofos estejam ausentes do pensamento e das leituras portuguesas, nomeadamente tendo em conta o problema do "esclarecimento", emergindo, ora em discretas manifestações de simpatia, ora sobretudo em ataques sistemáticos e de grande violência por parte dos antagonistas dos chamados "filósofos do século", em particular em textos de apologética cristã. Embora sem tomar a crítica pelo criticado, podemos nos aperceber de certos fenómenos quase apenas pelas reacções que geraram (ou, o que não é o mesmo, pela consciência da necessidade de atitudes por parte de quem as tomava).

Temos assim uma questão central que abarca contradições de natureza diversificada. A questão central é: quais os contornos de uma actividade pedagógica no domínio das ciências. As contradições situam-se entre concepções de "Verdade" e entre formas de entender o papel social da ciência.

Podemos assistir a atitudes "enciclopedistas" por parte de indivíduos que participam dos valores dos apologetas, como não são de estranhar argumentos racionais combatendo formas de divulgação. Mas a contradição fundamental reside na convicção de ser ou não importante para o homem conhecer o mundo material, e, quando dizemos "o homem", entenda-se não um pequeno grupo de iniciados mas a espécie humana, imaginada à semelhança do europeu.

Este europeu, por muito que esteja dominado por

antigas crenças ou pela mais pura "ignorância", é dotado de razão, lugar universal e absoluto. Compete aos que têm consciência da necessidade do saber, providenciar para que a razão que existe em cada um desperte ou se "ilumine".

Esse trabalho poderá até ser moroso e incompreendido, mas paulatinamente a ilustração ir-se-á espalhando. Num prospecto do Jornal Encyclopedico, a propósito do fraco acolhimento dado a "alguns discursos relativos às ciências" (artigos não acessíveis ao "povo"), conclui-se: "instruir-se-ão pouco a pouco com a leitura do nosso Diário" 1803.

Ao espalhar o saber, o divulgador pretende sempre influir numa realidade e modificá-la. É a ignorância que mantém relações e procedimentos viciados, atitudes que distanciam o homem do seu equilíbrio natural, e da perfeição da natureza, donde ter de se combater essa ignorância. Não é contraditório procurar a mudança. A natureza, paradigma inquestionável, não reside no que "é" (nomeadamente a nível das relações humanas) mas no que "devia ser". A pedagogia surge também como instrumento de uma moral que tem como ponto de referência uma ideia de natureza. A ciência é a forma de acesso a essa perfeição, e a pedagogia é a forma de harmonizar o homem com esse dever ser. Afirma Solano Constâncio:

"A inteligência humana é certo que abrange o orbe inteiro, quando chega a ser desenvolvida e aperfeiçoada pelos trabalhos sucessivos da civilização; mas o homem enquanto ignorante nada vale, e nada pode por si só; e no estado em que sai das mãos da natureza o tardio

desenvolvimento das suas faculdades físicas e intelectuais o sujeita a uma longa dependência dos mais homens enquanto não consegue, à força de exemplos, e de tentativas, poder cuidar da sua própria conservação e defesa" [131].

E se virtude e vício se defrontam na guerra imaginada e "vivida" entre o saber e a ignorância, não existe maior pecado na óptica de um enciclopedista do que a oposição ao espalhar do esclarecimento. Qualquer dos intervenientes neste processo tem uma perspectiva moral não muito distante dos modelos convencionais, se bem que no caso da ilustração haja uma aferição social da justiça.

Colocam-se na pedagogia os mesmos problemas de método que encontrámos na ciência em geral. Um dos pontos polémicos do Emílio é o papel das sensações no seu processo de aprendizagem. É de novo o Jornal Encyclopedico que chamamos a testemunhar. Aí se afirma que não se pretende "seguir o sistema de Roussô (sic) no seu Emílio à risca", mas que "sempre que houver ocasião de o pôr em prática sem dificuldade se tirará dele proveito" [132]. Ou seja, em 1792 em Portugal há quem considere e quem escreva num órgão de grande audiência que, a haver defeitos no esquema de educação proposto por Rousseau, eles estão no facto de se tratar de um modelo desligado das realidades e dificuldades concretas e não em questões de fundo, na sua concepção.

Qualquer perspectiva de ensino procura veicular uma "verdade". A "verdade" decorrente de uma pedagogia adaptada à pesquisa científica é uma. A "verdade" que os apologetas procuram transmitir como essencial é outra. Acentuamos este

aspecto, não porque os divulgadores de ciência sejam irreligiosos, longe disso, mas porque a mentalidade científica que se constitui e a sua correlativa vertente pedagógica se caracterizam pelo afastamento das explicações causais "primeiras".

Ciência e pedagogia norteiam-se pela verdade que a experiência e as sensações consagram e consideram que o conhecimento humano se fortalece pela consciência dos seus limites.

Ora a perspectiva a que estas concepções se opõem, ainda então muito forte, estabelece que o verdadeiro conhecimento decorre da revelação, que os factos materiais são em muitos casos enganosos ou mesmo fúteis, que os sentidos fornecem uma informação precária e, finalmente, que os principais defensores do conhecimento "filosófico" são perigosos e violentos inimigos das verdades fundamentais da religião ¹³³³.

Agostinho de Macedo, que tem várias obras tratando cientistas de forma elogiosa, escreve o seguinte: "Deixai que a gravitação seja dos Ingleses, (...); deixai que Galileu perca os olhos em buscar novos astros, Flammesteed em os contar, Herschel em os aumentar, Newton em os pesar: deixai que calculando se seque a medula oblongada a Euler e a d'Alembert; deixai que a loucura de fazer um Dicionário e a misantrópica reflexão assassinem de uma vez Voltaire e Rousseau: (...). Deixai que Buffon faça o Mundo, (...), não cureis se os corpos obedeçam aos vórtices, ou à atracção; se a luz eléctrica é triangular como o quer Fraklin (...); se a

luz solar obedeça a Romme e os corpos celestes a Kepler ou a Halley. Não queirais saber nada do ar fixo, do inflamável, do flogístico, dos fósforos, dos sais, das pedras, (...): deixai no vórtice de tanta confusão, sempre vária, sempre nova, sempre discorde, sempre incerta, os loucos que não podem sentir o melhor, o mais sólido, o verdadeiro, ou por defeito orgânico, ou porque são forçados da insita vaidade a estas infructuosas indagações" (134).

A principal razão de afastamento não é o "erro" das investigações, mas a sua incerteza, o seu carácter provável e não "certo", contraposto à certeza e à evidência das verdades reveladas.

Não podemos ver os divulgadores da ciência desta época como perigosos jacobinos. É contudo importante verificar que o seu trabalho se faz num ambiente em muitos casos hostil. Da mesma forma que a valorização da "verdade revelada" se inscreve numa pedagogia que reproduz os quadros mentais e sociais existentes, opondo-se à aplicação de descobertas que possam modificar uma situação dada, opondo-se a que um lavrador tenha a veleidade de saber mais do que aquilo que a tradição consagrou como necessário, a valorização da capacidade humana de descobrir o mundo exterior inscreve-se numa pedagogia que visa "racionalizar" e "harmonizar", e, por consequência, melhorar também a nível material. O homem deve "ousar saber" (135).

Um trunfo, que é simultaneamente revelador da nova mentalidade, é a língua das edições. Trata-se de uma constante em toda a Europa a utilização das várias línguas

nacionais quando até então o latim era omnipresente nas publicações científicas. Esta mudança pode ter significado inicialmente uma opção entre várias audiências. O latim, sendo a língua científica internacional, permitia um público em países diferentes. Aparentemente prescindindo desse público, os escritores que se lançaram na utilização das suas línguas verificaram uma procura e um potencial prestígio numa mais vasta audiência no seu próprio país. Assim se chegava a um público não especializado, não conhecedor do latim.

A diferença entre o que se passa neste campo em França, na Inglaterra, ou mesmo em Espanha, e o que se passa em Portugal, é que o francês, o inglês ou o castelhano permitiram um grande aumento das edições científicas, tanto a nível interno como impondo-se internacionalmente. Já a língua portuguesa teve de defrontar-se com um espaço de estreitos limites para a edição, dado o universo alfabetizado ser restrito e não se conseguir impor fora das áreas lusófonas. Há, mesmo assim, um alargamento do número de leitores de ciência que de outra forma não teriam acesso às edições, tanto pela edição em português como pelo estímulo ao estudo e à leitura de outras línguas, nomeadamente a francesa, facto que não deixou de suscitar comentários críticos a José Agostinho de Macedo ^[1988].

Vandelli e Brotero são dois exemplos nítidos desta preocupação. O primeiro, porque muda bruscamente nos anos oitenta a sua orientação neste campo. Até então publicara sete títulos, todos em latim. Em 1788 e 89 publica ainda

mais dois mas já começara a publicar em português os seus restantes trabalhos. Quanto a Brotero, a sua atitude é mais explícita. O seu Compêndio aparece em português porque é uma obra de divulgação. Inclui por isso também um glossário. Já ao anunciar uma obra para especialistas, os "Elementos de Phitologia" ¹⁸⁷³, diz que escreverá em latim.

Grande parte das obras de que já falámos tinham por finalidade levar os conhecimentos necessários à generalidade dos leitores. Vimos ainda alguns exemplos particulares da consciência da utilidade do saber. Podemos mesmo afirmar que dificilmente se desliga a edição científica da preocupação pedagógica. Mas há um conjunto de obras que se justifica essencialmente por essa vocação divulgadora.

O cariz dessas obras coincide num aspecto: a não especialização e a tentativa de abordar um largo leque de questões científicas que os autores ou editores consideram de interesse para divulgação. Mas não é necessariamente um acervo de generalidades.

Quanto às formas que revestem essas publicações, elas são variadas. Podem ser jornais ou revistas científicas que vão escolhendo os seus temas de acordo com a sua oportunidade, ou podem ser grandes iniciativas editoriais de objectivos enciclopédicos organizadas tematicamente ou com entradas ordenadas alfabeticamente.

Entre as publicações periódicas científicas que circulavam em Portugal são de destacar: Jornal Encyclopedico ¹⁸⁸³ -1788/93-, Jornal de Coimbra -1812/20-, e Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras -1818/20-, todos editados

por portugueses, embora este último feito em Paris. Entre os periódicos de edição estrangeira que também aqui circularam e que podem ter algum significado, destacamos a Bibliothèque Physico-Economique (1785/92).

O significado e tendências destas publicações são divergentes. Politicamente, os seus redactores vão desde o entusiasmo pela revolução à defesa aberta da contra-revolução. A Bibliothèque não esconde a sua simpatia a partir de 1789 pela Assembleia Nacional e Assembleia Legislativa francesas e deixa de entrar em Portugal em 1792. Francisco Solano Constâncio, redactor dos Annaes, está exilado, enquanto, ao mesmo tempo, o Jornal de Coimbra expressa as perspectivas oficiais sobre a actividade científica.

Há, contudo, pontos de contacto de muito interesse. Um desses pontos de contacto é o servirem essas publicações como local de actualização bibliográfica. Outro são as notícias e artigos que procuram ser úteis, resolver problemas, tornar o jornal interessante aos olhos de sectores específicos do público e, finalmente, incentivar a curiosidade pelas ciências. Alguns exemplos destes temas são as curiosidades médicas, as explicações sobre a invenção e funcionamento de maquinaria ou, noutro campo, mesmo as notícias mundanas e literárias.

Quanto ao primeiro ponto de contacto a que aludimos, faz-se a actualização bibliográfica através de resenhas, resumos, ou pela notícia de livros. Jacques Wagner, num estudo realizado a propósito do Journal Encyclopedique (1789)

(antecessor do seu homónimo português e proibido em 1760 em Liège) aborda o papel de uma "imprensa filosófica" europeia cuja função e mérito era promover livros "ousados", mais do que defender as suas teses. Esta realidade repete-se em Portugal, genericamente para o conjunto dos periódicos, e em particular para aquele que procurou reeditar o título proibido na Europa.

O Jornal Encyclopedico, que Manoel Joaquim Henriques de Paiva (já aqui tantas vezes referido) dirige, não é um órgão incendiário. Entre os seus assinantes, cerca de quinhentos, contam-se a rainha, os príncipes, o intendente Pina Manique, a Academia das Ciências e o Cardeal Patriarca. As suas notícias incluem elogios a obras de apologética. Mas Voltaire e Rousseau têm o seu espaço [140] da mesma forma que se discutem as ideias de Condillac, Mably, Diderot, d'Alembert, Buffon, Locke, Leibniz, entre outros [141].

Paralelamente, o mesmo papel é desempenhado por várias enciclopédias que sabemos terem circulado entre nós (se mais provas não houvesse) através das referências que aqueles jornais lhes fazem. Claro que essas referências dizem mais do jornal que as publica do que das enciclopédias propriamente ditas. Há conhecimento, entre finais do século XVIII, princípios do XIX, da existência em Portugal da Encyclopaedia Britanica, da Cyclopaedia de Chambers, da Encyclopédie Méthodique, da Encyclopédie de Diderot e d'Alembert e até da tentativa de realização de uma Encyclopedia Portuguesa de que sairia apenas um volume. Apareceu em 1817 e anunciava-se superior às obras francesas

e inglesas, mais vasta em número de entradas e mais sucinta em cada uma, atendo-se ao que, de essencial, era "necessário" saber sobre um determinado assunto.

A Encyclopédie é, de qualquer modo, uma peça ímpar na procura e circulação destas obras. Assumida e entendida como uma monumental empresa educativa, esta obra tem um prestígio que ultrapassa as barreiras ideológicas. Quem, para o Jornal Encyclopedico, avalia a Cyclopaedia e aconselha a sua aquisição são as boas referências da obra de Diderot e d'Alembert e, na opinião dos redactores daquele jornal, num confronto entre esta e a Encyclopédie Méthodique, chega-se à conclusão de que, apesar do tempo e da quantidade de escritos que se produziram entre as duas edições, a segunda obra pouco acrescenta à primeira, nomeadamente em matérias como a Lógica (em artigos escritos por d'Alembert).

Havia, em Portugal, condições para a receptividade que a Encyclopédie mereceu. Essas condições têm a ver com a expansão da mentalidade pedagógica de que temos vindo a falar, associada a um prestígio crescente dos temas científicos. Até a Gazeta de Lisboa anuncia a sua venda nos períodos de maior abertura ou de mais forte emergência de uma circulação permanente. Esta procura levava a que fossem rendosas as encomendas destas obras, mesmo com os riscos próprios das proibições. Os livreiros que se encarregavam das encomendas não eram revolucionários nem agiam movidos por interesses ideológicos.

Robert Darnton, tendo estudado a correspondência da Sociedade Tipográfica de Neuchâtel, regista o testemunho de

dois livheiros de Lisboa, Reyceud e a viúva Bertrand [142]. O primeiro, em carta de 1780, mostra claramente um aumento da procura por parte dos leitores e fala do correspondente aumento da necessidade de importação. A segunda queixa-se do atraso no transporte das enciclopédias, quer viessem via Génova, quer via Amsterdam. Era, em todo o caso, uma obra com possibilidades de mercado e constava até em bibliotecas de ordens religiosas.

Não marcada pelos mesmos traços ideológicos, mas igualmente um sucesso editorial (e mesmo com edições fora do país), a principal obra com carácter enciclopédico no campo das ciências em Portugal foi a Recreação Filosófica do Padre Teodoro de Almeida [143].

Além de ter sido uma obra comprovadamente lida e procurada, com sucessivas edições, apresenta a vantagem de acompanhar, no campo editorial, uma actividade essencialmente prática. No período que estudamos os volumes mais conhecidos sobre ciência já tinham sido editados. Nos anos noventa do século XVIII, neste campo, Teodoro de Almeida vira-se mais para as experiências públicas e exhibições científicas no Palácio das Necessidades. Toda a Recreação continua a ser lida e lê-lo-á ao longo do século XIX, tanto em Portugal como em Espanha. O mesmo acontece aliás com as suas Cartas Fysico-Matemáticas.

Com características diferentes uns dos outros, estes são os intervenientes mais directos de uma mentalidade que os transcende e que une a ideia de ciência à de pedagogia.

Esta ligação está presente afinal nos inúmeros

trabalhos, memórias e artigos publicados ou manuscritos que sobre vária matéria foram escritos, e que traduzem com fidelidade o espírito geral da leitura científica.

A vários títulos é representativa a "protestação preliminar" que Joaquim Vicente Pereira de Araújo deixou manuscrita.

Em primeiro lugar, estabelece a relação entre o erudito que investiga, abrindo novos caminhos ao conhecimento, e a sua necessidade de divulgar o que faz e o que se produz em outros países.

Em segundo lugar, reconhece nesta actividade o que ela tem de conflituoso, as dificuldades que há que enfrentar e a correspondente necessidade de um contacto internacional a nível das ideias. Os cientistas, sendo "Cidadãos do mundo", deviam enfrentar os países que contrariassem a divulgação científica e aí viver, mesmo contra vontade dos seus governos.

Em terceiro lugar, assume para este trabalho a ideia de "triunfo da Razão" e o fim de tornar "humanos os impérios mais bárbaros" [144].

MOMENTOS DA LEITURA CIENTÍFICA

Tomámos até agora o conjunto das obras de ciência procuradas ao longo do período que estudamos relegando para segundo plano possíveis contrastes diacrónicos. Ou seja, procurámos sublinhar os traços gerais da leitura científica tomando quatro décadas como um todo. Apenas pontualmente chamámos a atenção para momentos determinados. É exemplo o ascenso dos almanaques entre 1810 e 1820, ou a maior ou menor proximidade dos manuais em relação ao tempo do anúncio de tal ou tal novidade que apareça incorporada.

Um caso diverso é o da radicalidade de um discurso, ou o peso que a divulgação científica tem no conjunto da leitura. Há pois condições para, não só correlacionar dados quantitativos, mas também comparar elementos quantificáveis com informações qualitativas.

Quando, ao abordar as várias facetas da mentalidade pedagógica, referimos o espaço dos escritores do iluminismo francês nas leituras portuguesas, partíamos do facto assente de que esse espaço não se mantinha inalterável ao longo dos anos. A leitura da Encyclopédie é uma constante. Mas já os níveis da sua procura são desiguais e a sua emergência nos anúncios públicos apenas se verifica em ocasiões favoráveis. O mesmo se passa em relação a Voltaire ou a Rousseau. Voltaire é, curiosamente, dos autores mais lidos e mais anunciados ao longo de quase todo este período. A significativa excepção situa-se no intervalo entre 1791 e 1802. Mas o que, de sua autoria, se vende mais são as tragédias.

Temos então três níveis de situações. Numa primeira, um dado autor, o caso de Voltaire, não aparece à luz do dia. O seu nome é bastante para entravar a circulação das suas obras. Uma segunda situação é aquela em que a proibição é mais selectiva. A tragédia Mafoma, por exemplo, circulou abertamente em Lisboa quando em Madrid era proibida [145]. Finalmente, também existem os momentos de maior abertura, durante os quais com maior ou menor discrição se manifestam simpatias e antipatias.

Estas diferenças, agora expostas na perspectiva de um autor como Voltaire, podem ser analisadas qualquer que seja o ponto de vista que a problematização nos proporciona. Limitando, em primeiro, lugar o centro da análise ao conjunto das obras que directamente se debruçam sobre ciência, constatamos que não existe uma progressão linear e que a evolução está longe de tender para um alargamento do campo da ciência.

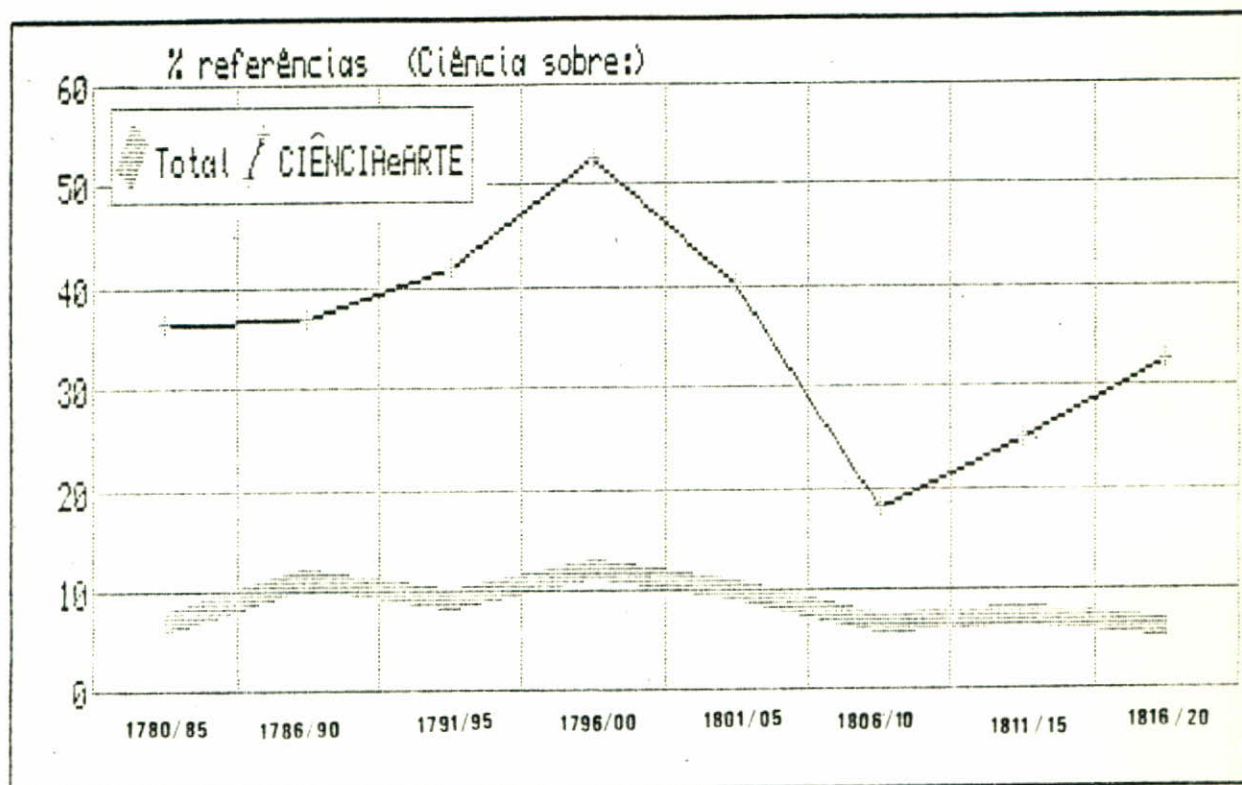
Os termos de comparação têm uma grande importância. Se analisarmos em números absolutos o comportamento da edição e do anúncio verificamos um crescimento. Se, no entanto, situarmos esse crescimento no quadro da evolução geral já descrita num capítulo precedente, chegamos à conclusão de que a ciência não acompanha a explosão editorial geral e de que sofre mesmo um refluxo relativo. Note-se que este enquadramento pode ser feito em níveis diferentes e com resultados que, embora não coincidentes, confirmam aquela afirmação no essencial. É curioso reparar se a ciência acompanha ou não o evoluir geral das "Sciencias e Artes" tal

como o que acontece face ao total das edições. É o que apresentamos no gráfico -1-.

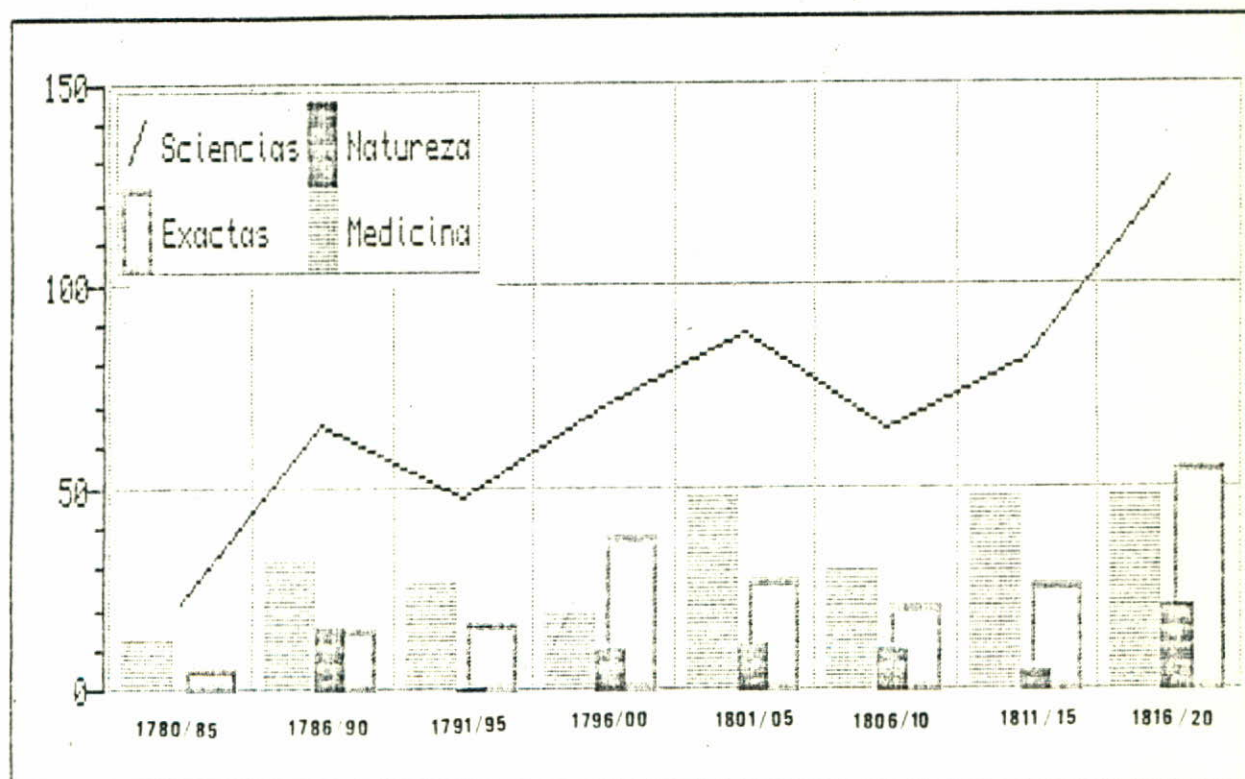
Por outro lado, dentro das obras de ciência, interessa saber quais os domínios das que se correlacionam com as tendências da evolução global.

Ao observarmos o gráfico -2-, onde podemos seguir os quantitativos de referências ao longo dos oito períodos delimitados, verificamos que os três momentos de subida geral são 1786/90, 1801/05 e 1816/20. Existe uma quebra em 1791/95 e em 1806/10. No primeiro caso, a quebra fica a dever-se ao quase desaparecimento de obras na área das ciências da natureza. No segundo caso, a quebra é geral mas é mais sensível nas obras de Medicina que até aí constituem o grosso das obras científicas.

Se observarmos agora o gráfico -1-, vemos confirmados os dois momentos de quebra, embora a linha correspondente à percentagem de obras de ciência dentro do grupo "Sciencias e Artes" mostre uma subida no primeiro caso. Isso significa que a quebra ainda foi maior em outras obras do mesmo grupo. A linha que representa a percentagem de obras de ciência sobre o total das referências é mais significativa. As diferenças são muito menos sensíveis mas apercebemo-nos da importância que a ciência vai tendo no conjunto das leituras. Os pontos altos parecem não coincidir. Em primeiro lugar verificamos uma subida clara. A ciência ganha um espaço indesmentível entre 1785 e 1790. Cresce o número de referências, crescimento esse que é superior ao crescimento global do interesse pelo livro.



— 1 —



— 2 —

Num segundo momento verificamos a situação inversa. Já havíamos referido uma baixa de referências globais para estes anos. Ora a quebra nas obras de ciência é ainda maior e a sua expressão desce para valores inferiores a dez por cento.

No período seguinte a recuperação recomeça. A subida em números absolutos das obras de ciência é regular, mas a subida geral é maior a partir de 1801/05.

A quebra é clara em seguida, e em particular dentro do grupo de "Sciencias e Artes", o que significa que há um outro tipo de leituras dentro deste grupo que ocupa o lugar das ciências. São as leituras políticas e a literatura panfletária contra os franceses.

A subida que depois se verificará em números absolutos já não terá reflexos percentuais dado que o que se verifica é a dificuldade da leitura científica em acompanhar os espetaculares progressos editoriais de outros domínios. A leitura científica não voltará a chegar a dez por cento da oferta global de livros.

A dúvida sobre a relevância destes números e destes gráficos é legítima, mas o seu confronto com outros dados confirma a apreciação feita. Já num artigo havíamos publicado um gráfico em que, partindo de um questionário diferente, chegávamos a resultados convergentes. Tratava-se então de correlacionar dois grandes campos: um que chamávamos de leitura "enciclopedista", e um outro que agrupava a apologética anti-enciclopedista. Não só verificávamos então a correlação existente como definíamos

momentos altos dessas leituras, momentos que coincidiam com os que agora indicámos [145].

Partindo, ao invés, da análise particular da edição, lendo as obras, definindo os seus traços significativos, as conclusões não serão diferentes.

Há ou não razões e elementos que tornem a década de oitenta um tempo particular para a expansão da leitura de ciência em Portugal?

Em primeiro lugar, há uma protecção política e institucional que tem na Academia das Ciências de Lisboa, criada em 1779, a sua maior expressão.

Em segundo lugar, os espaços de experiência ou colecção científica multiplicam-se. A universidade reformada, ao Oratório e à Academia juntam-se jardins, gabinetes e laboratórios, reais, universitários ou privados, espaços que têm, precisamente nesta altura, um grande incremento [147].

Em terceiro lugar, estes anos são de grande actividade da Academia no que respeita à proposta, apresentação e publicação de Memórias (particularmente entre 1788 e 1791). Para José Correia da Serra, 1788 marcava o fim da fase de tateio da Academia [148].

Em quarto lugar, é então que se verifica a mais significativa mudança do uso do latim para o uso do português (de que atrás falámos), nas obras de divulgação.

Em quinto lugar, é no final dos anos oitenta que se publicam algumas das mais importantes obras de ciência de todo o período estudado, nomeadamente por Avelar Brotero e Vicente Seabra.

é também um momento de grande liberdade na referência a escritores considerados incendiários, e mesmo a Encyclopédie de Diderot e d'Alembert se anuncia na Gazeta.

Finalmente, são esses anos que vêem sair a fase mais interessante do Jornal Encyclopédico. Repare-se que este jornal, uma vez que é uma miscelânea de assuntos (incluindo literários), não se inclui no levantamento quantitativo apresentado, levantamento que, mesmo assim, já mostra uma tendência nítida.

O próprio poder reage. Em Dezembro de 1789, em carta ao Principal Abranches, então presidente da comissão de exame e censura de livros, o Visconde de Cerveira dava conta de reclamações "sobre a inadvertência ou descuido do tribunal na franqueza ou frouxidão com que permite ou tolera o livre comércio das obras estampadas fora do Reino" e "no excessivo cuidado, que o tribunal ostenta na censura das obras que aqui se pretendem imprimir, quando menos necessidade tem de censura; e no excesso de descuido com que deixa sem embaraço estampar, e divulgar obras, que ou não deveriam estampar-se, ou não deviam sem censura.

Quanto ao primeiro artigo é constante que de tempos a esta parte corre uma multidão incrível de livros libertinos, escandalosos e sediciosos: é muito provável que esta multidão se aumente com outros tais, e piores, com a confiança que têm os livreiros na fortuna dos primeiros.

Livros, ou fundadores, ou promotores da Religião Filosófica que é mania e ajuste do século e que é certamente mais temível porque é mais lisongeira do espírito ou

fatuidade humana, do que os erros heréticos das antigas e modernas seitas" [149].

Entre 1792 e 1794 verifica-se uma forte reacção a estas leituras. Os acontecimentos em França, com a morte do rei, as campanhas do Rossilhão, a acção do Intendente, levaram a empolar os "erros" e os "perigos" do "orgulho humano", e nomeadamente a desconfiança em relação ao domínio do mundo material pelo homem.

Logo em 1791, apesar de não se alterar a composição do órgão encarregue da censura, a rainha publica um Alvará que ordena ao inquisidor geral que "exercite as faculdades que lhe são concedidas a respeito dos livros ou escritos contra a fé, moral, bons costumes" [150]. Esta competência ser-lhe-ia própria qualquer que fosse a natureza da heresia ou do "erro", expresso oralmente ou por escrito. O Alvará é publicado em 22 de Agosto e dele enviado uma cópia ao Principal Abranches a 31 desse mês.

O episódio decisivo da reacção anti-editorial é o termo da "Comissão Geral sobre o exame e Censura de Livros", e a devolução das suas competências a um organismo que o Santo Ofício voltava a integrar (juntamente com o Desembargo do Paço e uma representação episcopal). Tal transferência dá-se por Decreto de 17 de Dezembro de 1794 e é confirmada em Alvará de 30 de Julho de 1795, "para melhor e mais segura observância da carta de 17 de Dezembro" [151].

A causa próxima destas medidas teria sido a aprovação, pela "Real Mesa", de um livro chamado Medicina Theológica, obra que pretende demonstrar causas físicas para vários

tipos de comportamentos humanos ligados à agressividade e à sexualidade.

Um grande sucesso de livraria, a edição ter-se-ia esgotado em oito dias , segundo o autor do Tableau de Lisbonne [1823]. Episódio porventura sem grandes reflexos noutras circunstâncias, o escândalo deste sucesso, tendo sido pretexto para alterações na estrutura da organização censória, levou a que, durante seis meses, não fossem concedidas autorizações para impressão e venda de livros. Afirma o mesmo Tableau de Lisbonne:

"il en a resulté un dommage considérable pour l'imprimerie et pour le commerce de la librairie. Pendant ce temps-là on n'a rien pu imprimer; les imprimeries ont été fermées; les libraires n'ont pu retirer les balots de livres venus des pays étrangers; ils ont perdu l'intérêt de leur argent (...)" [1823].

Não é tanto a alteração da composição daquele organismo que provoca uma perturbação. Por parte do Desembargo do Paço e da representação do Cardeal Patriarca, os censores podem até transitar da antiga comissão (os casos de Francisco Tavares, João Cristiano Muller ou Fr. Joaquim de Sta. Clara). Alguns são nomes conhecidos da edição, como Henriques de Paiva e Ribeiro dos Santos. O que realmente se altera é a relação de poderes e de verdades.

Significativo da alteração então sentida no campo da leitura de ciência é a substituição do Jornal Encyclopédico pelo Mercúrio Histórico, Político e Literário (1794-1795). O Mercúrio não é na realidade o sucessor do Jornal

Encyclopédico senão porque vem ocupar um espaço deixado vago. E preencheu esse espaço com uma organização e um conteúdo mais adaptados aos tempos que corriam. Insere notícias da guerra e curiosidades literárias como matéria de fundo e mesmo as secções de bibliografia revelam prioridades muito diversas das que haviam norteado o seu antecessor. Passa contudo a ser o único órgão de actividades relacionadas com as "Sciencias e Artes".

Não foram razões essencialmente administrativas que levaram ao recuo atrás referido. Os investigadores e divulgadores mantiveram o seu trabalho e, no fim da década, e na viragem do século, podiam corresponder a um renovar do interesse pela leitura científica, embora o interesse não fosse já tão acentuado.

O que se passa em seguida é a queda, brusca primeiro, durante a Guerra Peninsular, lenta depois, mas contínua. A guerra trouxe dois factores muito negativos para a edição científica. O primeiro foi a deslocação total de interesses, deslocação que se manteria para além da retirada de Massena. O segundo foi a repressão que se abateu sobre muitos dos autores de ciência, a pretexto do seu francesismo ^[1843].

Na sequência de perseguições e expulsões, as ilhas britânicas, a França e o Brasil iam receber investigadores, alguns dos quais aí continuaram os seus trabalhos, ou mesmo voltaram a divulgar o que escreviam, agora longe de Lisboa ou do Porto. Solano Constâncio em Paris, Vicente Nolasco da Cunha e Bernardo de Abrantes e Castro em Londres ou Henriques de Paiva no Rio de Janeiro enviavam para Portugal

as suas publicações sobre vários temas científicos, mas mesmo nestes casos o peso das considerações políticas vai absorvendo grande parte das preocupações.

Entre 1811 e 1816 chega de Londres O Investigador Português em Inglaterra. Outras publicações percorrem o mesmo caminho com grande difusão, mas citamos o Investigador pois, dadas as suas características, pretende claramente preencher o espaço da leitura científica de divulgação. Politicamente mais radical a partir de 1814 com a entrada de José Liberato Freire de Carvalho, este jornal é um exemplo típico do que atrás afirmámos. A divulgação científica, o esclarecimento e o aproveitamento total dos meios técnicos disponíveis, a regeneração pelo conhecimento (inclusive científico e técnico), inscrevem-se e são um eixo decisivo no compromisso político dos seus redactores.

De Paris chegarão depois, entre 1818 e 1820, assinados por Francisco Solano Constâncio, os Annales des Sciences, des Artes e des Lettres de que já atrás falámos.

Decorre destes exemplos de publicações periódicas dedicadas à ciência, que não são as medidas administrativas ou repressivas que explicam a maior ou menor difusão das leituras. Nos cinco anos que antecederam a revolução, o leque de leituras e de leitores alarga-se, a despeito dos conflitos políticos e ideológicos.

Repare-se ainda na correlação existente entre os índices de Medicina e Ciências da Natureza, e o sentido da evolução dos interesses. De certa forma a edição de livros de Matemática e Astronomia (ou muito raramente Física) não

reagem ao mesmo ritmo, nem sofrem o mesmo tipo de pressões e influências. Não que seja um mundo à parte. Alguns autores (Anastácio da Cunha e Stockler, por exemplo) estão sujeitos à tendência geral deste tipo de leitura. Mas neste campo abundam publicações (de que José Militão da Mata e José Maria Dantas Pereira tinham sido os principais responsáveis, sobressaindo depois João Crisóstomo de Mello) cuja procura não regista o mesmo tipo de oscilações. São obras específicas de aritmética ou álgebra, e tábuas e calendários astronómicos que mantêm o seu público.

Ultrapassando o momento particularmente fraco vivido pelas leituras de ciência durante a guerra, verifica-se sempre uma subida em números absolutos.

Verney, Stockler e José Anastácio da Cunha voltam a ser anunciados, o mesmo sucedendo com Voltaire, Diderot, d'Alembert e Condillac. Soares Franco e Brotero voltam a publicar *«Lisboa»*, e António José de Sousa Pinto ocupa a função de polígrafo da Medicina e da Farmácia *«Lisboa»*, outrora exclusivo de Henriques de Paiva. Finalmente, o facto de José Agostinho de Macedo retomar o Jornal Encyclopédico de Lisboa, embora orientando-o a seu modo, em 1820, dá conta da normalidade associada à divulgação de ciência.

Mas já desde o início do século esta subida não corresponde ao alargamento total das edições. O anúncio de ciência cresce como que por arrastamento do prestígio da leitura, mas sem voltar a ocupar nessa mesma leitura o lugar determinante que fora o seu na década de oitenta.

NOTAS

- 1- Porto, 1788.
- 2- Ibidem, p.29. Também numa obra especializada tal hesitação está presente. Escreve o médico Manoel Joaquim Henriques de Paiva no seu Curso de Medicina Teórico-Prática, Lisboa, 1792: "Medicina é uma Ciência, ou uma Arte, que ensina a conservar a saúde, conhecer, distinguir e curar, ou ao menos aliviar as enfermidades" (p.1).
- 3- Além da classificação dos conhecimentos humanos exposta em introdução ao primeiro volume veja-se: Diderot, "Art", Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, Paris, vol.I, 1751, pp.713 a 719; Marmontel, "Critique dans les Sciences", vol.IV, 1754, pp.490-491.
- 4- Sobre uma tentativa frustrada de editar o Novum Organon em 1731, ensaiada pelo Conde de Ericeira e por Jacob de Castro Sarmento, que traduziria, veja-se José Sebastião da Silva Dias, O Eclectismo em Portugal no século XVIII, génese e destino de uma atitude filosófica, Coimbra, 1972, p.7.
- 5- Discours sur les Sciences et les Arts, Paris, Garnier/Flammarion, 1971, (introd. Jacques Roger). Claro que temos de ter em conta que o que preocupa então Rousseau é a condição social da actividade humana. Posteriormente, o próprio Rousseau considerará que este trabalho "(...) manque absolument de logique et d'ordre; de tous ceux qui sont sortis de ma plume, c'est le plus faible de raisonnement et le plus pauvre de nombre et d'harmonie.", Confessions, livro VIII, parte II, p.310 da ed. de Paris, 1865.
- 6- Abrégé des Sciences et des Beaux Arts, Bruges, 1781.
- 7- Cf. Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, A Revolução de 1820 e a Instrução Pública, Porto, 1984. Aí se analisa o confronto entre inércia e reformismo ao longo de mais de meio século no campo do sistema de instrução pública. O posicionamento científico e metodológico dos contendores está permanentemente presente. Estas ideias foram precisadas pelo primeiro autor em "Universidade, Ciência e 'Conflito de Faculdades' nos primórdios do Liberalismo em Portugal", La Revolución Francesa y la Peninsula Iberica, (Colóquio) Madrid, 13/15 Fevereiro, 1986.
- 8- Cf. José Esteves Pereira, "Economia em Portugal no século XVIII: aspectos de mentalidade", Prelo, 2, Janeiro/Março, 1984. O autor recorre, neste passo, às Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa, t.V, 1815, pp.238-242).
- 9- Em 1791 é individualizada a cadeira de Botânica e em 1801 é introduzida a cadeira de Metalurgia. O curso que, em 1772, aquando da sua criação, começava com um ano de Filosofia Racional e Moral, apresenta, em 1820, a seguinte estrutura:
1º ano - Zoologia e Mineralogia;

- 2º ano - Física Geral e Particular;
- 3º ano - Botânica, Agricultura e Química;
- 4º ano - Metalurgia.

Há entretanto testemunhos que menosprezam os resultados das Reformas. Link estranha que, tendo sido suprimidas da Faculdade as cadeiras de Lógica e de Metafísica, não tenham aparecido obras portuguesas inovadoras no plano da Filosofia. Ver Travels in Portugal, Londres, 1801, p.491.

10- Op.cit..

11- "Art", op.cit..

12- Entendia-se também por arte "habilidades" como as da Retórica e saberes como os da Gramática. Neste sentido tratava-se de bem manejar a língua. São porém mais comumente classificados entre as Belas Letras onde os consideramos.

13- Prelecções Philosophicas sobre a Theorica do Discurso e da Linguagem, a Esthetica, a Diceosyna, e a Cosmologia, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1813, p.207.

14- Entre outras artes mecânicas podemos contar a do torneiro ou a do carpinteiro.

15- Silvestre Pinheiro Ferreira, op.cit., p.10.

16- Idem, p.210.

17- Palairer, op.cit., p.5.

18- Idem, p.6.

19- Ver comunicação referida na nota (7) deste capítulo.

20- Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações e principalmente de Portugal, 3 vols., Lisboa, 1803-1805.

21- Op.cit., ver nomeadamente pp.102 a 107.

22- Na 14a Prelecção, pp. 205 e ss..

23- Diz Silva Dias: "Os elementos peripatéticos e tomistas compuseram-se no seu espírito com subsídios fundamentais retirados das escolas de Descartes e de Neuton. Vai, portanto, muito mais longe do que Azevedo Fortes, e acha-se já relativamente próximo, neste domínio, das posições de Vernei. Foi com ele, e não com o Barbadinho, convém notá-lo, que a filosofia tradicional morreu efectivamente, entre nós, no plano da Física". (O Eclectismo..., op.cit., p.12). A principal obra de João Baptista, de 1748, é a Philosophia Aristotélica Restituta et Illustrata qua Experimentis, qua Ratiociniis nuper Inventis, em 2 vols. Ver ainda, de Esteves Pereira, "Pensamento filosófico em Portugal, conhecimento, razão e valores nos séculos XVIII e XIX", Cultura - História

e Filosofia, vol.V, 1986.

- 24- Op.cit., e também a tradução das Categorias de Aristóteles, Lisboa, 1814.
- 25- Prelecções..., op.cit, p.24.
- 26- O próprio Condillac descreve, com as suas posições, uma trajectória partindo, numa primeira fase, da tentativa de conciliar estas duas lógicas do conhecimento, "une mathesis comme science de l'ordre calculable et une genèse comme analyse de la constitution des ordres à partir des suites empiriques." Cf. Michel Foucault, Les mots et les choses, Paris, Gallimard, 1984, p.87 (1^ª ed. 1966); e Jacques Derrida, L'Archéologie du Frivole, lire Condillac, Denoël/Gonthier, Paris, 1976, pp.27-29.
- 27- Silvestre Pinheiro Ferreira, o seu pensamento político, Coimbra, Universidade, 1974, p.2.
- 28- Idem, pp.4-5, Esteves Pereira refere a este propósito Silva Dias, Portugal e a Cultura Europeia, Coimbra, 1953, p.157.
- 29- Da 4^ª edição do t.III (1768), para a 6^ª (1803), desaparecem as 13 páginas de diálogo crítico sobre os peripatéticos e as suas censuras. Talvez por então não ser tão actual o debate das "preferências entre as Filosofias Antiga e Moderna". Ou talvez não fosse já esse o seu principal problema.
- 30- é uma atitude e não um programa que se retira da famosa afirmação de Newton "Hypotheses non fingo", contida nos Philosophiae Naturalis Principia Mathematica (1687). O que se condena são as ideias ou teorias que não se possam extrair dos objectos. A este respeito ver Alexandre Koyré, études Newtoniennes, Paris, Gallimard, 1968. Um dos ensaios é consagrado precisamente à noção de "hipótese" em Newton.
- 31- Cf. Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa, t.V, 1815, p.138.
- 32- Esteves Pereira fala de uma "aretê" moldada "no entendimento restituído da physis", "Economia em Portugal no século XVIII ...", op.cit..
- 33- Se o subsolo pode esgotar-se, já em relação ao solo os cientistas do século XVIII convencem-se do contrário. "Um botânico ignora inteiramente quaes sejam os terrenos estereis (se exceptuarmos um chão cheio de ocre, enxofre ou sal) por cuja causa pode escolher entre três mil e mais plantas, que se conhecem, as que são úteis à economia, e próprias à qualidade do terreno.", Vandelli, Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos, Coimbra, 1788, p.294.
- 34- Plano de Estatutos em que convierão os primeiros Sócios da Academia das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1780.

- 35- "Agora verão que os portugueses fazem timbre como os demais, de adiantar as Sciencias e as Artes, de aperfeiçoar ou publicar a sua língua, de promover a agricultura e o comércio, que são as sólidas riquezas do Estado". "Oração de Abertura da Academia das Sciencias de Lisboa" (1/7/1780), in Christovam Ayres, Para a História da Academia das Sciencias de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, p.98. "A Agricultura, que os nossos antigos Reis tanto protegiam e prezavam, dando para ela regulamentos admiráveis, que aumento não há-de ter com o estudo e aplicação dos Naturalistas, que de propósito estudam as qualidades das terras, as novas sementeiras e plantas novas, e as utilidades imensas que cada dia vão aparecendo nessas mesmas vulgares e conhecidas, que até aqui se desprezavam.", Idem, p.102.
- 36- Cf. Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa, t.V, 1815, p.63.
- 37- Entre os mais representativos defensores de ideias fisiocráticas ver Joaquim José Rodrigues de Brito, op.cit.; e Domingos Vandelli, "Memória sobre a preferência que em Portugal se dá à Agricultura sobre as Fábricas", Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa, t.I, 1789, pp.244-253. Sobre este pensamento, além dos estudos de Amzalak, veja-se Armando de Castro, O Pensamento Económico no Portugal Moderno, Lisboa, 1980; e em Esteves Pereira, "Economia em Portugal no século XVIII", op.cit., veja-se a apreciação do carácter não-típico da fisiocracia em Portugal.
- 38- Bertrand, Elementos de Agricultura, Lisboa, 1788, pp.205-7.
- 39- ver Graça e J.S.Silva Dias, Primórdios da Maçonaria em Portugal, vol.1, t.1, cap.VI, Lisboa, INIC, 1980; ver também Mário da Costa Roque, "Manoel Joaquim Henriques de Paiva, estudante coimbrão", Arquivo de Bibliografia Portuguesa, ano XV, (59/60), 1969, pp.101-143.
- 40- Em torno da Agricultura convergem o físico Dalla Bella, o químico Vicente Seabra, o naturalista Vandelli, os médicos Henriques de Paiva e Soares Franco, entre outros.
- 41- Cf. Elementos de Agricultura, op.cit., pp.174-178; Dicionário de Agricultura, t.2, Lisboa, 1805, (ver por exemplo "Charrua"); Compêndio de Agricultura, t.2, Lisboa, 1802.
- 42- Cf. Memórias de Agricultura, 2vols., Lisboa, 1788-91. Embora apenas o primeiro volume contenha memórias que procuram responder explicitamente à questão dos estrumes, o segundo também aborda esse problema a propósito das vinhas, até porque Vicente Coelho de Seabra, sendo químico, não podia deixar de ser sensível ao tema da fertilização. Ver também "Estrumes", Dicionário de Agricultura, op.cit., t.3, 1805; Compêndio de Agricultura, op.cit., t.1, 1801; Elementos de Agricultura, op.cit., cap.6. Nesta nota, como na anterior, o interesse está na convergência de testemunhos.

- 43- Travels in Portugal, Londres, 1801, p.496.
- 44- Dicionário de Agricultura, op.cit., t.5, 1806, pp.491-92.
- 45- Coimbra, 1793.
- 46- Idem, p.149.
- 47- ver José Esteves Pereira, "Natureza e expressões do saber", Prelo, 4, 1984.
- 48- Idem. O autor recorre a versos da Marquesa de Alorna e refere Ribeiro dos Santos e Vicente Nolasco.
- 49- Sobretudo as vinhas, mas também o trigo e as oliveiras estão entre os estudos parcelares de maior divulgação, (outros são sobre o açúcar, a amoreira, a batata, etc.).
- 50- Sobre o lugar dos almanaques na cultura francesa a obra clássica é de Robert Mandrou, De la Culture Populaire aux XVII^e et XVIII^e siècles: La Bibliothèque Bleue de Troyes, Paris, Stock, 1964. Edições mais recentes (1975 e 1985) têm já em conta bibliografia entretanto aparecida. Para o que nos interessa, ver sobretudo o cap.3A. Uma abordagem mais especializada é realizada por Geneviève Bollème. Ver "La littérature populaire et de colportage" in Livre et Société dans la France du XVIII^e siècle, t.1, Paris/Haia, Mouton, 1965, pp.61-92; Les Almanachs Populaires aux XVII^e et XVIII^e siècles: Essai d'Histoire Sociale, Paris/Haia, Mouton, 1969; Le Peuple par écrit, Paris, Seuil, 1986. Esta última obra é sobretudo importante em termos de definição de conceitos. Também dedicado às literaturas populares é o número de 1986 da revista da Société française d'étude du 18^e siècle, Dix-huitième siècle, com artigos, entre outros, de Daniel Roche, Roger Chartier e Jean Quéniart.
- 51- Cf. Maria Carlos Radich, Almanaque, tempos e saberes, s.l., Centelha, s.d..
- 52- Pedro Coutinho, Tratado para Lavradores ... para 1802, Lisboa, s.d.; e também nos de 1806, 1810, etc..
- 53- Apenas a título de exemplo ver Pedro Coutinho Júnior, Tratado para Lavradores ... para 1816, Lisboa, Alcobia, s.d..
- 54- Mês de Setembro: "Dá trigo e favas à terra,
Nesta Lua no crescente.
Porém mingoando a Enchente
Quem deixa a vindima erra."
in Pedro António Coutinho, Tratado para Lavradores ... para 1806, Lisboa, Bulhões, s.d..
- 55- Domina Júpter, logo, "haverá trigo, centeio, legumes e azeite, mediania de vinho e muito gado". In Pedro António Coutinho, Tratado para Lavradores ... para 1807, Lisboa, Bulhões, s.d.. Domina Vénus, logo, "haverá bastantes cereais,

legumes, vinho e mel, mediania de azeite" e falta de carne "pois a criação de gado não será boa". In Anacleto Camilo Antunes, Novo Diário do Lavrador e do Jardineiro ... para 1813, Lisboa, 1812. Com influência de Mercúrio, a Primavera será chuvosa, e o Verão quente. In Pedro António Coutinho, Tratado para Lavradores ... para 1806, Lisboa, Bulhões, s.d..

- 56- Embora saia fora do nosso âmbito cronológico, tem interesse referir a nota de Pedro Coutinho Júnior em Tratado para Lavradores ... para o ano de 1824, Porto, 1823. "Há quatro anos que não tenho vez por serem imensos os folhetos, folhas e folhinhas que se imprimem". Claro que entretanto foram saindo outros Pedros Coutinhos. Significa este testemunho que, com o eclodir do vintismo e a explosão panfletária que o acompanhou, os almanaques terão perdido, pelo menos momentaneamente, algum espaço e alguma procura.
- 57- Em nota a várias edições refere-se a existência de duplicação dos livros de Custódio Carneiro e do "preto" Francisco Susá Halley (também escrito Francisco Susá Hallus).
- 58- Repertório Extravagante de Verdades Sediças, Porto, s.d..
- 59- "Lunários", Dicionário de Agricultura, op.cit., t.3, 1805.
- 60- Sobre este tema existe um trabalho de Leopoldo Collor Jobim, Agricultura e Ciência no Brasil Colonial, que consultei em versão dactilografada. Nele se salienta, entre outras questões, a importância das experiências nos jardins botânicos brasileiros na adopção de uma monocultura que desenvolvesse a economia da colónia. Este trabalho encontra-se actualmente no prelo no Recife, Brasil.
- 61- Os próprios leitores tinham a convicção de participarem num mundo sagrado. Daí também parte do sucesso de Lineu, Buffon, Jussieu e outros. "Au siècle de la religion naturelle, l'Histoire Naturelle revêt parfois le sens d'une Histoire Sainte. Le succès de Buffon est lié à la vertu de style, aux prestiges esthétiques de ses évocations des réalités de la Nature". Georges Gusdorf, Dieu, la Nature, l'Homme au siècle des Lumières, Paris, 1972, p.260. "Beaucoup plus technique dans ses écrits, Linné, qui n'est pas un artiste, ni guère un écrivain, bénéficie d'une audience comparable". Ibidem, p.257.
- 62- "l'unité reculée mais insistante d'une Taxinomia universalis apparaît-elle en toute clarté chez Linné, quand il projette de retrouver en tous les domaines concrets de la nature ou de la société, les mêmes distributions et le même ordre.", Foucault, op.cit., p.91.
- 63- Dicionário dos Termos Técnicos de História Natural, Coimbra, 1788, p.iv.
- 64- C.Lineu, Fundamentos Botânicos, Lisboa, Bulhões, 1809, p.2.

- 65- Idem, p.5.
- 66- op.cit..
- 67- Parte Pratica de Botanica, 8vols., Madrid, 1784/1788; Systema de los Vegetales, Madrid, 1788.
- 68- 9 vols., Coimbra, 1793/1794.
- 69- "Recreações Botânicas", in Obras Poéticas, t.4, 1844.
- 70- ver Viridarium Grisley Lusitanicum Linnaeanis nominibus illustratum, Lisboa, 1789.
- 71- Segundo o testemunho de Link, a História Natural entre os portugueses resumir-se-ia a Vandelli, Brotero e João Loureiro. Este foi um estudioso que fez publicar pela Academia das Ciências uma Flora Conchichinensis (Lisboa, 1790), que Link, embora considere desactualizada, diz ser a única monografia com interesse existente em Portugal.
- 72- Felix Avellar Brotero, Compêndio de Botânica, vol.2, Paris, 1788, p.136.
- 73- Ray, em 1660, propusera uma classificação das plantas com base no embrião. A distinção básica seria então entre as monocotiledónias e as dicotiledónias.
- 74- Lineu já lera trabalhos que se baseavam no sistema sexual das plantas, nomeadamente Camerarius, De Sexu Plantarum, 1694, e S.Vaillant, Sermo de Structura Florum, 1718. A simplicidade do sistema de Lineu baseia-se em géneros agrupados em classes de acordo com o número de estames, e, dentro de cada classe, em ordens de acordo com o número de pistilos. Na realidade, este sistema colocava numa mesma classe plantas muito diferentes umas das outras. Ver Knut Hagberg, Carl Linnaeus, Londres, 1952.
- 75- Jacques Roger, Les Sciences de la Vie dans la Pensée Française du XVIII^e siècle, Paris, Armand Colin, 1971, p.529.
- 76- Já em 1777, na loja da Impressão Régia, a Histoire Naturelle de Buffon aparece em catálogo, juntamente com Lineu. Ver, Fernando Guedes, O Livro e a Leitura em Portugal, subsídios para a sua história, Séculos XVIII e XIX, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1987, p.97.
- 77- A obra de Pedro Blanchard, Thesouro de Meninos, editado em tradução portuguesa entre 1813 e 1817 (Brotero terá colaborado na tradução), é considerado o "Buffon da Mocidade". Ali se afirma que "antes de Buffon, a História Natural era, como muitas outras, uma ciência de palavras, ouriçada de pedantismo e fastidiosa. O homem de génio soube dar-lhe a sua alma, e então se tornou tão interessante como a mesma natureza" (p.xxii).

- 78- Em 1813, no "proémio" ao seu poema Newton (Lisboa, Imprensa Régia), escreveu José Agostinho de Macedo: "a mesma chama que se me desprende na alma para cantar Newton, me obriga a consagrar igual tributo a Buffon" (p.4). Na 2a edição (Lisboa, 1815), num "discurso preliminar" bem mais extenso, tal propósito já não aparece. Entretanto escreve Ribeiro dos Santos: "Grande facho de luzes acendendo,
Na Natureza novas descobertas,
Novos progressos na Razão fizeram.
Um século c'roadado d'alta glória
Levou na fronte seus excelsos nomes,
Que dão objecto a peregrino canto.
Tu nelle louvarás os Varões Sábios,
Buffon, o novo Plínio que divaga
Por todas as campinas da Natura,
Que a seus extensos olhos se apresenta.
(...)

Qual rima não merece sublimada
Linneo, o Dioscórides moderno,
Que senhor dos segredos d'alta Flora,
Novo sistema sexual das plantas,
A prisca idade ignoto patentea"

Elpino Duriense, Poesias, t. I, 1812, pp.276-7.

- 79- Vantagens não só práticas, mas assentes na distinção entre qualidades essenciais e acidentais dos objectos.
- 80- Prelecções..., op.cit., p.199.
- 81- Os jardins botânicos eram os estabelecimentos por excelência onde se materializava essa classificação, tanto na actividade de colecção como na própria estrutura do espaço. Uma área destinar-se-ia exclusivamente à classificação. Lembremos que o lançamento destes jardins tanto no Portugal europeu como no Brasil se dá precisamente no período que estamos a tratar.
- 82- Op.cit., p.118.
- 83- Op.cit., p.319.
- 84- Coimbra, 1788. Vicente Seabra retira do Systema Naturae a epígrafe ao seu livro.
- 85- Nomenclatura Chimica Portugueza, Franceza e Latina, Lisboa, 1801.
- 86- Lisboa, 1783.
- 87- Lisboa, 1801.
- 88- José Jacob Plenck, Ribeiro Sanches.
- 89- Op.cit., p.455.
- 90- Op.cit., p.207.

91- Op.cit., p.481.

92- "All the good medical works are translations from the English; and that prolific medical writer, Dr. de Paiva in particular, has published many, among which is Cullen's *materia medica*, nor have any of that author's works remained untranslated.", Link, op.cit., p.492-93. É provavelmente um equívoco de Link dado que o tradutor de Cullen foi José Manuel Chaves. Henriques de Paiva há de vir a traduzir obras cujos conteúdos contradizem as ideias de Cullen.

93- José Henriques Ferreira, Discurso Crítico contra Charlatães, Lisboa, 1785, p.107.

94- 3 tomos, Lisboa, 1786/87. Escritos com base em Philosophie de la Nature, (Amsterdam, 1770-74), estes tomos pretendem apresentar-se como obra original. Arrastarão consigo uma polémica em que abundam as críticas e as respostas. Banha de Andrade, nos Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa (Lisboa, INCM, 1982), adianta a suposição de se tratar da obra de um oratoriano, porventura Teodoro de Almeida. Tal suposição, tendo em conta as características ideológicas da parte não traduzida da obra francesa, assim como as posições anti-académicas que percorrem todo o texto, está longe de ser provável.

95- Op.cit., pp.30-31. Outra é a visão expressa numa das várias críticas que se imprimiu, a Resposta ao Filósofo Solitário em Abono da Verdade, por hum Amigo dos Homens (Lisboa, 1787). Interroga: "Como há-de a natureza curar uma fractura, uma deslocação, sem que o cirurgião reduza os ossos ao seu estado natural, afim de se formar o calo" (p.47).

96- Idem, p.33.

97- Idem, p.31.

98- Idem, p.33.

99- Livro III, pp.117-118. É esta a perspectiva dominante de muitas das reacções que o "solitário" provocou. A já citada Resposta..., defendendo a nova Faculdade de Medicina, dirá: "Fale contra charlatães (...) mas não conclua daí contra a Medicina" (p.32). "Hoje, graças ao zelo do sempre respeitável Monarca, Senhor D.José I, os médicos são cirurgiões e boticários. Não se concebe um bom médico que não seja assaz instruído nos outros dous ramos. Nem um cirurgião hábil sem alguns conhecimentos de Medicina" (p.42).

100- Lesage, História de Gil Braz de Santilhana, Paris, 1819, pp.152-153. Até bem mais tarde o tema continuou a ser glosado na literatura. As conversas do barbeiro minhoto com o João Semana e o Daniel, em As Pupilas do Senhor Reitor de Júlio Dinis, são um exemplo, em meados do século XIX. Em relação ao que se passava cinquenta anos antes, alarga-se a oposição entre o velho médico, descrito com grande simpatia, e o jovem

recém-formado. A grande evolução dos estudos médicos aparece então no discurso ingênuo de Daniel.

- 101- António de Almeida, ms.A 377/26, de 1794, da Academia das Ciências de Lisboa. A Ancora Medicinal (Lisboa, 1721, reed.1769), de Francisco da Fonseca Henriques, é um tratado de alimentação saudável e conselhos para conservar a saúde (ambiente, descanso, bebidas); A Luz da Medicina, Prática Racional e Metódica, Guia de Enfermeiros (Coimbra, 1753), de Francisco Morato Roma, é um livro de receitas para todos os males e um instrumento para práticos (trata carecas e piolhosos, aloura cabelos, usa leite de mulher, etc.); O Portugal Médico (Coimbra, 1726), de Luís Brás de Abreu, é um livro em que se cruzam, sem critério aparente a não ser a distração dos leitores, três planos: informações zoológicas, informações anatômicas, fisiológicas e patológicas e tratados sobre a prática social e científica do médico. É anterior a uma distinção nítida entre fisiologia humana e animal.
- 102- Também através de obras importadas se corresponde à procura de conhecimentos médicos sistematizados, simples e práticos que, estando ou não actualizados, permitiam tornar mais transparentes as bases da actividade médica. Por vezes a obra transmitia sobretudo um receituário. Mas, se procedia a uma explicitação e análise dos componentes desse receituário e se essa análise tinha em conta os trabalhos de uma ou várias escolas médicas, a estruturação lógica podia ser mais significativa do que as resistências de tipo preceitualista. É o caso de Lewis, Connoissance pratique des Médicaments les plus salutaires, 3vols., Paris, 1775, existente, por exemplo na botica de S.José de Coimbra. Mais descritivo, o Dictionnaire raisonné universel de Matière médicale, 8vols., Paris, 1774, existia na biblioteca de Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Este em 1798 compara alguns dos seus artigos com outros inseridos na Encyclopédie (A.H.U., M.T., maço 30, doc.55).
- 103- O Problema da Investigação Científica em Portugal, Lisboa, 1939, p.2.
- 104- [The] "National Character (...) in general pursues novelty rather than antiquity, and the greatest defect of which is that of being superficial.", Link, op.cit, p.493.
- 105- Ver nota (63) e também Brotero, Compêndio de Botânica, vol.1, p.lxv.
- 106- Traité élémentaire de Chimie, t.1, Paris, 1789, p.vi.
- 107- "(...) if I am right that each scientific revolution alters the historical perspective of the community that experiences it, then that change of perspective should affect the structure of postrevolutionary textbooks and research publications.", The Structure of Scientific Revolutions, Chicago, University Press, 2a ed. 1970, p.ix. "(...) one must have recourse to attendance at special conferences, to the

distribution of draft manuscripts or galley proofs prior to publication, and above all to formal and informal communication networks including those discovered in correspondence and in the linkages among citations. I take it that the job can and will be done, at least for the contemporary scene and the more recent parts of the historical. Typically it may yield communities of perhaps one hundred members, occasionally significantly fewer. Usually individual scientists, particularly the ablest, will belong to several such groups either simultaneously or in succession.", Ibidem, pp.177/178.

108- Elementos de Química e Farmácia, op.cit. (86).

109- Nomenclatura..., op.cit., p.1.

110- Cartas Físico-Mathematicas de Theodosio a Eugenio, 3vols., Lisboa, 1784-99. A atenção às novidades não tem que significar uma compreensão de todas as implicações da inovação. Prova disto são as sucessivas reedições de volumes da Recreação Filosófica, mesmo após a publicação do tomo 3 das Cartas. Aí se conservam explicações sobre os quatro elementos com recorrência repetida a autores e textos do século XVII. O volume III da Recreação, onde estes temas são tratados, tem seis edições até 1803. As revisões do texto de uma edição para outra mantém o essencial.

111- Filosofia Química ou Verdades Fundamentais da Química Moderna, Lisboa, 1801.

112- Op.cit., t.1.

113- Elementos de Química, 3vols., Madrid, 1793-94. Existia esta edição pelo menos na livraria de Alcobaça. A edição original é de Paris, 1790.

114- "Colherás de Helicon formosos loiros
Com que possas c'roar as doudas fronte
Ao nobre Lavoisier e ao claro Junker,
A Stahl, e a Geoffre, chimicos sublimes
E ao subtil Macquer, a quem deu Natura
Os corpos descompor, formar potente
Extracção dos metais, que o mundo assombra.
(...)
Scheel do fogo a natureza indaga,
Franklin descobre a Electrica virtude:
E o grande Priestley, que se eleva aos astros,
As aereas substâncias te analisa"
Elpino Duriense, op.cit., pp.278-9.

115- "Fecundação", op.cit., t.3, 1805, pp.102-121.

116- Op.cit., (72).

117- Idem, p.lxxv.

- 118- Elementos de Medicina Prática, 7vols., Lisboa, 1790/92.
- 119- Weikard, Chave da Prática Médico-Browniana ou conhecimento do estado estênico e astênico, Lisboa, 1800; Valeriano L.Brera, Divisão das Enfermidades feita segundo os princípios do Systema de Brown ou Nosologia Browniana, Lisboa, 1800. Estes são os dois primeiros títulos (ambos traduzidos por Henriques de Paiva) de uma colecção sobre as teorias brownianas. O filho virá a traduzir alguns dos volumes que se seguiram.
- 120- Manoel Joaquim Henriques de Paiva, Memória sobre a Excelência, Virtudes, e Uso Medicinal da Verdadeira Agua de Inglaterra, Lisboa, reimpressão 1816. 1ªed., Baía, 1815. Este problema tem sido trabalhado por José Pedro Sousa Dias que apresentou a seguinte dissertação: A água de Inglaterra no Portugal das Luzes, Lisboa, Fac. de Farmácia, 1986 (dactil.).
- 121- é esse por exemplo o tipo de raciocínio de Inocêncio da Silva na entrada que dedica a José Manuel Chaves (mesmo abstraindo os remosques ao mau gosto dos seus poemas). Dicionário Bibliográfico Português, vol.5, Lisboa, 1860.
- 122- Ver Mandrou, op.cit., p.68.
- 123- Não conseguimos localizar estes livros (ou folhetos), pelo que não nos é possível fazer afirmações acerca do seu conteúdo. Temos porém razões para crer que se trata da mesma obra publicitada em dois anos consecutivos o que, pelo menos, dá conta da importância do tema para a leitura da época. Quanto ao seu autor, Eusébio A.R. Lisboa, parece tratar-se do cirurgião Eusébio António Rodrigues que, em 1798 editou os Elementos de Osteologia Prática.
- 124- Indagação sobre as causas e efeitos das bexigas de vacca, molestia descoberta (...) e conhecida pelo nome de Vaccina, Lisboa, Off.Régia, 1803. Exposição de casos de inoculação e generalizações, esta obra foi traduzida da segunda edição inglesa (1800).
- 125- Preservativos das Bexigas e dos seus Terríveis Estragos, Lisboa, 1801.
- 126- "Jenner illustre, que a Vaccina inventa,
Brown e Frank de imortal memória,
E o sagaz Cullen que com raro aviso
Do nervoso sistema as leis te mostra"
Elpino Duriense, op.cit., p.279.
- 127- Encontramos um livro de um desses antagonistas, anos depois publicado em Londres. Heleodoro Jacinto de Araújo Carneiro, que em 1808 edita Reflexoens e Observações sobre a Pratica da Inoculação da Vaccina e as suas funestas consequências, combate a vacina e as conclusões a que Jenner chegou, recorrendo ao mesmo tipo de argumentos dos apoiantes das experiências. Aponta os resultados experimentais

considerando-os desastrosos, ataca a falta de rigor "filosófico" das pesquisas e denuncia a origem popular da crença na imunidade de quem já tivesse estado sujeito à doença. Ao mesmo tempo lembra autoridades antigas que sobre o assunto nada tinham escrito.

- 128- Preservativo das Bexigas..., op.cit., dedicatória.
- 129- "Raices Filosoficas del Enciclopedismo", in La Enciclopedia y el Enciclopedismo, Buenos Aires, Oikos, 1983, p.33.
- 130- Janeiro de 1791.
- 131- Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras, T.I, Paris, Julho 1818, p.1.
- 132- Janeiro a Março de 1792.
- 133- Voltaire e Rousseau, considerados os heresiarcas, são os principais visados pelos ataques dos apologetas que procuram proteger as novas gerações de perigosas ideias difundidas pela imprensa. [O velho da montanha] "enviava assassinos para dar a morte a indivíduos; [Voltaire] enviava livros pestíferos que a davam a povos, a nações inteiras", O Evangelho em Triunfo ou História do Filósofo Desenganado, 4vols., Lisboa, 1799/1800, p.308.
- 134- Cartas Filosóficas a Attico, Lisboa, 1815, pp.107-109.
- 135- "Sapere Aude!", citação de Horácio que se tornou, com Kant, no emblema das Luzes, espelha a ideia de ousadia do conhecimento contra a situação de minoridade em que o homem se encontra segundo os filósofos do século XVIII. Envolve necessariamente conteúdos políticos mas o essencial é a definição de uma atitude metodológica e mental. A este respeito veja-se Franco Venturi, "Sapere aude!" in Europe des Lumières, Recherches sur le 18^e siècle, Paris/Haia, Mouton, 1971; e José Esteves Pereira, "Kant e a 'resposta à pergunta: o que são as luzes'", Cultura - História e Filosofia, vol.III, 1984, pp.153-168.
- 136- Jornal Encyclopédico de Lisboa, vol.2, VIII, 1820, p.101.
- 137- Virá a editar, bem mais tarde (depois de uma tentativa que o deixou insatisfeito em 1800), a Phitographia Lusitaniae Selectior, Lisboa, 1816/27. é curioso o carácter mais analítico que conferiu ao título, em relação ao projecto inicial.
- 138- Em Julho de 1779 aparece um primeiro número do Jornal Encyclopedico dedicado à Rainha N.Senhora e destinado para instrucção geral, da responsabilidade de Felix António Castrioto. Ainda pouco elaborado na sua organização, inclui notícias científicas e referências a muitos trabalhos recentemente publicados, entre os quais a edição das obras de Voltaire de 1775. Afirma que "Nos anaes da literatura serão

sempre notáveis os nomes de Voltere e de Russó (sic)" (p.113). É no entanto muito crítico em relação ao não contributo de Voltaire para a ciência, uma vez que este apenas se teria ocupado de generalidades e mesmo a divulgação de Newton revelava grande incompreensão da física. Estas apreciações dão uma ideia do que pretendia ser a orientação do periódico. Deste jornal não voltou a sair nenhum exemplar senão quando Henriques de Paiva, Francisco Luís Leal e Sousa Farinha o suportaram entre 1788 e 1792. Em 1820 será a vez de José Agostinho de Macedo tomar o título embora com um conteúdo diferente. Macedo, segundo Inocêncio da Silva, também já colaborara na segunda fase da vida do jornal.

- 139- "Le rôle du Journal Encyclopédique dans la diffusion de la culture" in Transactions of the fifth International Congress of the Enlightenment, Pisa-1979, t.4, Oxford, 1980.
- 140- Em Maio de 1789 anunciam-se as obras "correctas" de Voltaire, numa edição em trinta volumes que o próprio rei de França teria subscrito. Em Junho é a vez de serem anunciados os trinta e dois ou trinta e quatro volumes da nova edição de Rousseau (sem se saber se estava ou não, como a de Voltaire, "limpa" de todos os "erros")
- 141- Entre 1788 e 1791, em vários artigos se recorre à autoridade, se elogia ou se critica estes e outros pensadores.
- 142- Ver The Business of Enlightenment: a publishing history of the 'Encyclopédie' 1775-1800, Harvard University Press, 1979. Le Roy Ladurie prefacia a tradução francesa que, em 1982, é editada na Perrin com o título L'Aventure de l'Encyclopédie. Un best-seller au siècle des Lumières.
- 143- Lisboa, 10vols., 1751-1800. Ribeiro Sanches, logo em 1759, nas Cartas sobre a Educação da Mocidade (Coimbra, Imp.Univ., 1922, pp.164-165), considera que, dada a existência de uma obra como a Recreação Filosófica, publicada em português, se tornava desnecessário estar a explicar em que consistia a Física experimental, ciência imprescindível para a formação dos jovens. Os dez volumes desta obra foram saindo entre 1751 (os dois primeiros) e 1800, mas continuaram a ser editados. Em 1819, quando sai a 6ª edição do volume 5, já tinham sido vendidas: três edições do volume 1 (1758), cinco do volume 2 (1788), seis dos volumes 3 e 4 (1803), cinco do volume 6 (1795) e seis edições do volume 7 (1805). A divisão temática da obra possibilitava que o interesse e a procura fossem diferenciados.
- 144- Memória sobre o Salitre, A.C.L., ms.a. 376/14.
- 145- Ver Marcelin Defourneaux, Inquisición y censura de libros en la España del siglo XVIII, Madrid, Taurus, 1973 (1ª ed. Paris, PUF, 1963). Outro facto curioso é a existência em bibliotecas monásticas das obras de Voltaire, para além das já referidas tragédias. Num inventário da livraria de



Alcobaça, feito aquando da transferência das suas existências para a Biblioteca pública, e que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino (Reino, cx.2664), encontra-se Histoire de Charles XII roi de Suède (Berlim, 1755) e Histoire de l'Empire de Russie sous Pierre le Grand (Paris, 1760).

- 146- "Enciclopedismo e anti-enciclopedismo", Prelo, 4, Jul-Set 1984, pp.97-108.
- 147- Embora não totalmente verdadeira, é significativa a afirmação de Vandelli segundo o qual cada vez havia mais jardins botânicos e gabinetes de História Natural, e cada vez menos gabinetes de medalhas ou antiguidades. Dicionário dos Termos Técnicos de História Natural, Coimbra, 1788, p.2. Na realidade, esta afirmação dá conta da distinção que se estabelecia entre um e outro tipo de colecções (apesar dos coleccionadores poderem até ser os mesmos).
- 148- "Coup d'oeuil sur l'état des Sciences et des Lettres parmi les portugais pendant la seconde moitié du siècle dernier" in Balbi, op.cit., vol.2, p. cccxxxiii.
- 149- A.N.T.T., Ministério do Reino, livro 364.
- 150- Ibidem. E ainda, António Delgado da Silva, Collecção da Legislação Portuguesa desde a Ultima Compilação das Ordenações, (Legislação de 1791 a 1801), Lisboa, 1828, pp.23-24.
- 151- ver Gazeta de Lisboa, 11/9/1795. E Collecção da Legislação Portuguesa ..., op.cit., pp.225-238.
- 152- Tableau de Lisbonne en 1796, Paris, 1797.
- 153- Idem, p.230.
- 154- Vandelli, Henriques de Paiva, Stockler, os médicos Vicente Nolasco da Cunha e Bernardo de Castro são alguns nomes que a reacção às invasões francesas permitiu perseguir e exilar na Setembrizada. Graça e J.S. Silva Dias, em Os Primórdios da Maçonaria em Portugal, vol.I, tomo II, p.556, referem apenas três médicos e três professores entre os setembrizados, mas no número de negociantes, membros das forças armadas ou clérigos, contam-se outros dos cultores das ciências em Portugal.
- 155- Soares Franco edita uma obra sobre Medicina, enquanto Brotero faz sair o seu Phitographia Lusitaniae..., op.cit..
- 156- Publica uma Matéria Médica, mas dedica-se essencialmente a obras de Farmácia, Elementos de Farmácia, e Farmacopeia.

VI - LER E FAZER POLÍTICA

(...)"Peguei neles para fazer o castigo exemplar, e tratá-los como se faz em Inglaterra aos ladrões famosos, que condenam a ficar pendurados na forca depois da execução, para aterrar os outros. Quase não é possível imaginar o bom efeito que isto produziu. Depois deste tempo os pássaros, não só não vinham à minha seara, mas abandonaram todo este sítio."

Daniel Defoë, Vida e Aventuras Admiráveis de Robinson Crusôé.

FORMAS DE LER

A política lê-se?

Primeira hipótese: a política (salvo casos isolados) não se lê. Pratica-se. É a realidade da administração e da diplomacia. Embora sem o entender assim, o levantamento de Balbi, quando passa por estes temas, e ao contrário do que sucede noutras rubricas, enumera altos funcionários, governantes, embaixadores, juristas, sem falar de obras ou de influências ^[1]. Com Maquiavel mal amado e proibido, discutir certos assuntos, qualquer que fosse a orientação do interveniente, podia implicar a aceitação da existência de regras do poder que o poder se recusava a aceitar. O poder não se sujeita a normas (pelo menos publicamente). É. As ideias de António Pereira de Figueiredo e Ribeiro dos Santos têm uma divulgação restrita sendo o nome do oratoriano mais conhecido pela edição das Sagradas Escrituras. E maugrado a reabilitação de José de Seabra da Silva, autor de uma das mais discutidas obras do tempo de Pombal ^[2], não se ultrapassa o âmbito restrito nestes assuntos, senão nas proximidades de 1820.

Segunda hipótese: a política lê-se, em primeiro lugar, como parte da educação dos nobres, e em seguida, tomando formas diversas, como instrumento de conjugação de vontades e canalização de apoios para várias posições, oficiais ou não. Esta hipótese não é pacífica. Pressupõe a consciência da força e da eficácia da opinião. Veremos como se constitui essa consciência e como ela toma a comunicação

escrita. Há ainda a considerar outras formas de acesso ao escrito, mesmo por parte de camadas mais distantes do poder, com as leituras populares colectivas, e com a intervenção dos párocos. O alcance do escrito pode ser, assim, superior ao universo alfabetizado, se para tanto tiver sido criado um forte motivo de interesse.

Os quarenta anos que antecederam a revolução liberal teriam forçosamente que oferecer à leitura a realidade vista de perspectivas políticas. Começa pelo interesse que os temas científicos acima tratados suscitam. Privilegiando-se as ciências aplicadas, pretendia-se transformar as condições de produção e de vida dos portugueses, levando a Nação a aproximar-se dos padrões invejados noutros países da Europa. A agricultura e as propostas que sobre o campo convergem, são um primeiro espaço para a leitura política.

E se ciência e Filosofia são formas de aproximação de uma realidade que envolve o homem, inclusivamente com implicações políticas como atrás vimos, é legítimo perguntar se existia e se se comunicava um universo próprio em que o enfoque político fosse determinante, e não subsidiário ou implícito.

Esse universo realmente existia, elaborando uma teia própria de interesses e conceitos nos quais, com o entrar pelo século XIX, o Direito tem uma expressão particular.

Interessa começar por explicar o porquê de estudarmos conjuntamente com as leituras directamente políticas, a publicação de doutrina por jurisprudentes. Estes dois mundos desenvolvem-se em correlação (embora, em termos absolutos,

essa correlação não seja necessariamente directa).

A literatura jurídica, ao mesmo tempo que desvenda as concepções políticas dos seus autores, é uma forma de intervenção. A noção de "participação pública" e de "vida política" alarga-se, bem como a oportunidade, através deste tipo de literatura, para propor e conhecer soluções que pudessem fazer face aos problemas do país. Se os problemas são de "a Nação", também o são as responsabilidades e as respostas. Teremos de procurar as formas dessas respostas.

Na maior parte dos casos este interesse manifesta-se pela compilação, organização e divulgação de legislação vária, como veremos, e não por arrojadas propostas de leis. Esta situação é particularmente assim em momentos de definição de normas e modelos, ou face à consciência da necessidade da reforma de instituições (agrárias, políticas, diplomáticas), ou perante a própria expectativa da "regeneração" da sociedade e do poder.

Em Palairret, num pequeno manual de que falámos no capítulo anterior, a Jurisprudência está presente como "conhecimento do que é justo e injusto: a ciência do direito, dos costumes, das ordenações, e de tudo o que serve para fazer e mandar fazer justiça" [13]. Engloba, além do Direito Civil, o Direito Natural e o Direito das Gentes. Esta concepção pressupõe uma noção de justiça pública e uma organização das relações dos particulares, aproximação por excelência do ainda mal distinto domínio do político. Existe tal aproximação, quer o universo da literatura jurídica se destine a conservar um determinado ordenamento social e

institucional, recorrendo a fundamentos morais tradicionais e a argumentos de autoridade, quer procure fundamento para reformas ou inovações.

Sabedores dos fundamentos do poder aos seus vários níveis, não é de estranhar a identificação do jurista com o quadro político.

Registe-se ainda que, estando o levantamento em que se baseia este estudo virado essencialmente para o esclarecimento do leque editorial que se oferecia ao consumo, é também na perspectiva do consumidor que devemos pensar a oferta da literatura jurídica. Procurar ler Direito é, se não uma forma de intervir, pelo menos conhecer os mecanismos de intervenção e de funcionamento da vida pública portuguesa.

As preocupações políticas penetram, além do Direito, vários outros domínios. Ao abordarmos a leitura destes temas não nos podíamos deixar ficar pelas obras de intervenção directa, denúncias ou tomadas de posição, manuais ou panfletos, tratados sobre política ou economia política.

Esses são os documentos que directamente se inscrevem numa categoria de textos políticos. Mas vários outros há, que expressamente são procurados pelo seu cariz político. Não nos referimos a mensagens implícitas ou a concepções emergentes de qualquer tipo de obra intelectual. Procuramos a obra que se destina expressamente a intervir no debate público de ideias sobre a organização da sociedade e do poder. A maior ou menor expressão deste universo fornece uma imagem da necessidade dos temas e das discussões, bem como

da consciência da eficácia da opinião.

As publicações sobre Filosofia constituem um primeiro grupo de onde saem algumas das obras que mais preocupam os poderes europeus neste período. Explicitamente por isso são, com cuidado, censuradas ou proibidas. Na regulamentação da Censura explicitada pelo Alvará de 30 de Julho de 1795 [43], os problemas mais discriminados, logo após os religiosos, são os que dizem respeito à protecção do Estado, das normas de governo e dos governantes, nomeadamente os que poderiam pôr em causa a "natural" obediência dos súbditos. Então essa "natural" obediência poderia ser minada essencialmente pelos textos filosóficos, textos que valorizam a razão humana e o Direito Natural contra um "estado de coisas" explicado historicamente.

Menos frequentemente intervenientes, existem também textos literários e religiosos, no universo da comunicação política. O texto literário foi sempre um lugar propício à crítica social. Alguns romances, alguma poesia e em geral as obras "joco-sérias", pela sua divulgação e pela sua forma, são armas de muito impacto.

Entre os romances traduzidos, e de grande sucesso então, contamos as várias Viagens de Gulliver, as Aventuras de Robinson Crusoe, entre os contos pontuam os de Marmontel, alguns dos quais proibidos em toda a Península Ibérica, e a poesia de La Fontaine embora muito divulgada, também não escapou aos reparos da mesa censória, em particular a tradução de Filinto Elíseo proibida em 1814. Entre os escritores portugueses de folhetos jocosos, muito escreveu e

vendeu José Daniel Rodrigues da Costa, autor de papéis periódicos desde o final do século XVIII.

Quanto ao discurso religioso, progressivamente vai passando de um meio de vulgarização e consolidação de verdades e atitudes para uma arma política incisiva, à medida que se entra pelo século XIX.

Finalmente, a imprensa periódica é o veículo fundamental da opinião na segunda metade do período que estudamos. As frequentes observações cáusticas de José Agostinho de Macedo contra periódicos e "periodiquistas" (apesar de também ter feito largo uso dessa arma), são bem a prova da força interventiva dos redactores dos jornais.

Teremos, para formarmos um quadro da leitura política das décadas que antecederam a revolução liberal, que tomar em consideração esta convergência de testemunhos. O romance, o sermão ou o jornal são dos mais eficazes veículos de difusão de conceitos e atitudes. Tanto na perspectiva do pregador que publica o manuscrito do seu sermão, como do editor ou tradutor de novelas, como na perspectiva do público leitor que procura os temas em voga, o levantamento deste tipo de obras é revelador dos motivos de interesse e dos padrões existentes.

A LEITURA DO PODER

Ainda que inicialmente em número reduzido, a política e a economia política estão presentes nos "Avisos" da Gazeta de Lisboa em publicações próprias ao longo de todo o período estudado. A "polícia" dos povos, as suas formas de governo, as relações comerciais entre estados eram temas apreciados e que não deslustravam qualquer boa biblioteca.

Num pequeno grupo de obras expressamente dedicadas à política, anunciadas nos anos oitenta do século XVIII, é-nos permitido fazer, após uma primeira abordagem, algumas observações.

Trata-se de livros destinados à educação da elite governante. Têm pois uma função a desempenhar: expor o conhecimento dos meios e dos procedimentos necessários ao exercício do poder.

Vários exemplares de trabalhos de Necker sobre Finanças são anunciados entre 1781 e 1786. Cícero, por seu turno, é expressamente referenciado pelo seu uso no Real Colégio dos Nobres.

Há que notar que estas obras, recorrendo ao expediente dos anúncios, mostram necessitar de um público para além do que o Colégio dos Nobres proporciona, embora dentro da mesma lógica de preferências. A política já não é então algo de indefinido e incaracterístico. Apesar de não ultrapassar círculos restritos, à escala afinal do seu exercício, a política era já um corpo de conhecimentos organizado, e com conceitos bem definidos. Daí que a sua

leitura seja considerada necessária.

Luís Antônio de Moura e Lemos, num Elogio à Rainha impresso pela Rollandiana em 1781, afirmava terem os confessores dos reis de saber Ciência Política, Direito das Gentes e Direito Comum [63]. A ideia de que a justeza da linha política seguida por um monarca estava ligada ao "zelo" e conhecimentos dos que o rodeavam está presente neste texto. Afirma-se que "a Polícia das Nações imortaliza o nome dos monarcas que a quizerem praticar" [67]. E patriotismo e Nação são conceitos que, não só percorrem todo o texto como aparecem bem definidos. Pátria, um termo ainda pouco empregue, designa essencialmente local de nascimento, mas já vai ganhando contornos políticos. E Nação esclarece-se ser uma "sociedade de muitos homens, unidos por apertados e indissolúveis laços com que a natureza sabiamente os ligou" [68].

E se repararmos em Necker, então tão apreciado, constatamos que, em 1781, elogia o rei que permite a transparência do estado das finanças, transparência essa que possibilita o reforço do crédito e garante uma correcta administração [69], e, em três volumes de 1784 [70], tendo em conta que o responsável pelas finanças é dos homens mais poderosos de um país, e que esse poder não deve ser exercido de forma arbitrária ou com zonas obscuras, define normas de política fiscal e monetária, e as bases de uma estrutura administrativa no domínio das finanças.

Este grande estudo sobre a administração das finanças em França foi elaborado numa época em que a influência

política do seu autor era já diminuta. Dedicar-o então à "Nação generosa" e um dos seus aspectos mais salientes é o papel que confere à opinião pública no apoio ou oposição aos governos e às orientações por estes traçadas. O peso dessa opinião pública variaria de acordo com o tipo de governo de um dado país e é valorizado como uma arma eficaz contra os abusos da autoridade.

Podemos pois reter que o que é vendido então como leitura política em Portugal é não só a definição rigorosa de normas e mecanismos a seguir ou a utilizar, mas também a condenação dos vários tipos de despotismo, popular ou monárquico, e o elogio dos governos monárquicos "moderados", da tolerância e da transparência.

A política e o poder são claramente tratados como corpo teórico-prático das relações entre os homens, corpo que há que dominar para um exercício justo e frutífero. Há que conhecer as regras dessas relações, relações fundadas em normas prescritas pela natureza das coisas e dos homens, para edificar um governo rico, estável, justo e popular. Estes valores não serão, obviamente, então indiscutidos ou dominantes, mas são sem dúvida comuns a grande parte da leitura que fundamenta o poder monárquico.

É convicção amplamente difundida que existe um Direito Natural subjacente às relações entre os homens e às necessidades dos Estados e das Nações. O conhecimento dessas necessidades e a adequação da política de um Estado a esse Direito Natural são condições da eficácia de um governo e da "imortalidade" do nome de um monarca.

Não se torna obrigatória a referência aos autores clássicos do Direito Natural, embora as obras de Puffendorf, Wolff e Grotius, por exemplo, fossem bem conhecidas entre os juristas. Nem sequer é necessária a correspondência estrita a uma teoria. A banalização da ideia de natureza como suporte e padrão do poder permite uma grande flexibilidade de conceitos. Em contrapartida, procuravam-se normas que, face às situações em que os governos ou os povos se podiam encontrar, permitissem a mais esclarecida e adequada prática possível. Não estamos a trabalhar sobre argumentos teoricamente estruturados. Estamos, sim, a apreciar as formas de captar e de transmitir, entre a comunidade alfabetizada, os valores correntes da política e, consequentemente, do direito político.

Uma das primeiras obrigações dos que ambicionavam compreender e fazer política era conhecer bem o meio onde se passava ou se vivia.

'A ignorância inficionou a Europa", afirmava José António de Sá no seu Compêndio de Observações que forma o plano da viagem política e filosófica [11].

Este livro, verdadeiro elogio da curiosidade, foi anunciado em 1783 e 1784. É composto por um questionário e insere quadros para o leitor preencher com dados que qualquer um podia recolher na sua localidade ou na região que visitasse, acerca da "política" e da natureza.

E o que se entendia por "conhecer a política" de uma região? Conhecer a política de uma região seria então saber as formas de organização dos seus povos, os seus costumes, a

sua cultura, a sua economia. Ou seja, a ideia de política estava associada àquilo que poderíamos chamar de relações sociais ou, noutra perspectiva, no sentido em que se tratasse de um conjunto organizado de conhecimentos, chamar-lhe-íamos ciências sociais.

Noutra dimensão, o mesmo olhar e as mesmas perguntas fazem vender, anos depois, os fascículos do Prospecto Político do Estado actual da Europa, de Zimmerman [12]. Da localidade passa-se à Nação. Não é por haver uma perspectiva diferente que nestes livros se destacam as formas de governo, mas porque, tratando-se de âmbitos nacionais, as formas de organização social assumem o estatuto e as prerrogativas de Estados e governos.

O elogio da curiosidade e do saber a que nos referimos, está intimamente ligado à convicção de estarem os progressos da economia dependentes do fomento do saber. A publicação das Memórias Económicas da Academia vão ser então o principal instrumento dessa intervenção, havendo um conjunto de obras literárias, jurídicas ou científicas que consolidam esta faceta político-económica da mentalidade. Mas mesmo entre os mais técnicos desses escritos, o seu carácter eminentemente prático, voltando-se para a adaptação de estruturas, possibilita a simpatia de muitos leitores não alinhados com as ideias fisiocráticas de vários dos seus autores [13]. Não sendo postas em causa as instituições, ultrapassa o estrito corpo de teorizadores fisiocratas o desejo de alterações sociais, técnicas e intelectuais que optimizassem as condições de produção, e isso constitui uma

base de preferências de leitura.

Podemos assim abarcar um leque diversificado de preocupações, mas com um ponto de contacto - conhecer e agir sobre o que for próprio do homem em sociedade, ou pela história desta, ou pela natureza daquele. O Direito, o comércio, a administração ou a diplomacia são formas destas relações cujas regras há que esclarecer.

Dir-se-á que as notícias das cortes que normalmente preenchiam os noticiários políticos dos jornais não têm muito a ver com estas preocupações. Não estarão ao nível dos questionários atrás referidos, mas também expressam a curiosidade pelos bastidores das governações. Do mesmo modo que as notícias de guerra salientam relações de força, eminentemente políticas.

Vem isto a propósito de ser a Gazeta o mais divulgado órgão de leitura política, assim entendido e apreciado nessa época, sendo que o seu conteúdo político consta precisamente de informações sobre as guerras e as cortes.

Esta imagem completa o quadro dos anos oitenta.

Por um lado, uma leitura especializada, destinada essencialmente a camadas próximas dos vários níveis do poder. Os valores que proclama são os de uma natureza harmoniosa e aberta ao conhecimento humano. É uma leitura optimista e marcada pela evolução política e intelectual da Europa, nomeadamente em meios burgueses e aristocratas. As liberdades tomadas por estas leituras, embora os anúncios não deixem transparecer o mais ousado, são consideráveis. É nestes meios, como também nalguns círculos eclesiásticos,

que se obtêm autorizações para leituras proibidas. É também nestes meios que há acesso a canais de venda subterrânea. Finalmente, há uma selecção, mesmo entre as obras toleradas, estabelecida por critérios económicos. Uma Memória que a Gazeta anuncia em 1787 como sendo contra o clero em geral e contra o arcebispo de Tolosa em particular, e a que as autoridades "fecharam os olhos", vende-se por isso mesmo por um "preço excessivo" [14].

Por outro lado, temos uma leitura mais superficial e informativa, comum a jornais e gazetas, com um público mais vasto, público que inclui os do primeiro grupo, mas que abrange outros meios alfabetizados. Esta leitura chegava a Portugal também em periódicos estrangeiros, nomeadamente espanhóis, franceses e ingleses, embora a periodicidade da sua leitura pudesse ser irregular.

Temos vindo a falar dos anos oitenta porque o quadro da década seguinte é distinto, sendo algumas das razões de fácil compreensão.

Em primeiro lugar, quanto à permissividade, as instâncias do poder, como aliás muitos dos potenciais leitores, afligem-se contra o que consideram ser uma das causas dos acontecimentos de que chegam notícias de França.

Em segundo lugar, quanto à objectividade com que se pretendia olhar os mecanismos dos estados, acompanham o desfavor em que eram tidos Maquiavel ou Hobbes.

Em terceiro lugar, a leitura não é mais optimista. Assolam-na textos sobre os acontecimentos revolucionários, pintados com cores negras, relatos carregados de ideias de

pecado e de castigo. Entre os mais divulgados estão Revolução e Estado actual da França, editado em Lisboa em 1793, muito anunciado nos dois anos seguintes e ainda referido em 1800 [15], e o texto de Astori, Carta ao Rei de França Luiz XVI, difundido entre 1796 e 1799 [16].

Em quarto lugar, a apologética associa-se claramente ao texto político. Reforça-se a ideia da associação da fé a um modelo político e governativo estabelecido. Livros sobre as "vantagens da sociedade fundadas na Religião Christã" e refutando "o sistema do ímpios" são anunciados entre 1792 e 1803 [17].

Em quinto lugar, associado aos vários aspectos atrás referidos, e particularmente significativo, verifica-se um alargamento do leque e número dos destinatários dos textos políticos. Aparentemente, a consciência do papel da opinião pública revelada por Necker transformara-se em preocupação. A movimentação violenta dessa opinião na Europa exigia uma resposta eficaz.

Repare-se nas diferenças de preços anunciados [18]:

Mr. Necker, Compte rendu au roi, Paris, 1781 - 960rs.

Mr. Necker, De l'Administration des

Finances de la France, 3vls., Paris, 1784 - 2400rs.

Elementos da Polícia Geral de um Estado, 1787- 720rs.

Vantagens da Sociedade, 1792, - 300rs.

Carta do Bispo de Tarbes, 1794 - 60rs.

Astori, Carta ao rei de França, 1796 - 120rs.

(Nos dois primeiros casos, refere-se local e data de edição. O primeiro foi anunciado nesse mesmo ano e o segundo nos dois anos seguintes. Nos outros casos trata-se da data do primeiro anúncio).

Apenas alguns anos mais tarde, virão a circular as leituras clássicas daquilo a que se tem chamado o tradicionalismo e a contra-revolução, Clemente e Zuñiga e o Marquês de Penalva entre os primeiros, o Abade Barruel entre os segundos. O caminho estava entretanto aberto e o interesse tinha sido despertado. Não há, em qualquer dos casos, uma preocupação teórica acentuada, mas a tendência "caceteira" que este tipo de literatura virá a assumir também ainda não é manifesta.

De instrumentos de transmissão de experiências e conhecimentos para círculos restritos, os textos políticos transformavam-se em meios de agitação e mobilização, quer se tratasse de levantar os ânimos dos súbditos europeus contra os "monarcómacos" e republicanos franceses, quer se tratasse de iniciativas com carácter preventivo interno.

Este novo momento tem dois sentidos. O publicista que descobre a importância e mesmo o perigo da opinião pública (parecendo clara a irreversibilidade do seu peso). E o leitor que até aí não se apercebera do mundo da política, mas que os novos e inacreditáveis acontecimentos da Europa empurram a ler e a informar-se sobre o que se passa. Este interesse tem uma resposta imediata por parte dos defensores da situação, para quem há que não repetir os mesmos erros que tornaram possível a "infeliz revolução".

Tais são propósitos que transparecem na publicação das Instrucções sobre a Política e a Moral, de Fócion, em 1791. A Política, cujos princípios são aí considerados imutáveis, deve ser conhecida pelos cidadãos menos atentos. E é com um autor conservador clássico que o tradutor procura cumprir esses propósitos. Afirma querer "ser útil à Pátria, e fazer conhecer aos meus concidadãos, que não têm maiores conhecimentos, quais são os seus deveres para com o Estado" [199]. Este livro, que dez anos depois ainda é anunciado, custava apenas 240 réis.

No fundamental, alguns problemas estavam já postos. Numa linha de continuidade, a ideia de "tirania" corresponde a algo que todos afirmam não desejar. E a oposição agora criada, e que virá a ser particularmente desenvolvida com as invasões francesas, é entre uma "tirania" própria de um sistema nascido da representatividade de assembleias, e a representação legítima, protectora e justa do poder de um bom rei. Todos os textos de que temos vindo a falar partem da concepção desse poder paternal.

Existem certamente exemplos de outro tipo, mas onde a ideia do rei protector e representativo não é abandonada. Os já referidos Prospectos de Zimmerman (que se vendiam avulso em fascículos de 120 réis em 1799 e 1800, embora os volumes encadernados fossem bem mais caros), os Diálogos com Frederico II do mesmo autor, ou o Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal de José de Azevedo Coutinho (anunciado em 1795), são livros que não participam no ambiente de confrontação atrás exposto.

Na verdade, não existia ainda uma muito nítida tendência na ou para a leitura política, nem esta, apesar de passar a ter objectivos que exigiam uma expansão do público, ultrapassara um universo limitado.

O que importa sublinhar é que estavam cumpridas duas das condições para que esses limites fossem finalmente transpostos. Em primeiro lugar, o reconhecimento de um campo de interesse próprio, e em segundo lugar, o reconhecimento da existência de um público potencial, necessário e mais vasto do que a especificidade das matérias levava a supor inicialmente.

A situação com que depara este tipo de leituras é a da autonomização do domínio do político por parte do antigo regime, dessacralizando-o, elevando-o à categoria de assunto de "a Nação" de cujos interesses, naturalmente, o príncipe faria a síntese. O passo que a colectividade "Nação" tem de dar para assumir esses assuntos é já, dada a autonomização, mais pequeno. Conjugavam-se mesmo as circunstâncias de o príncipe necessitar de apoios mais expressos por parte da comunidade e de esta estar a construir a convicção do papel político da Nação, nomeadamente interessando-se e lendo materiais sobre a vida política portuguesa.

Ora dentro do espaço de quarenta anos que este trabalho abarca, no que diz respeito à leitura política, o período a partir da Guerra Peninsular virá a ter um interesse especial.

O SURTO PANFLETÁRIO

Poderemos dizer que a leitura política é um facto do século XIX, que a alvorada de oitocentos especifica os gostos e tendências no domínio político. Será porém mais rigoroso aproximarmo-nos das invasões francesas, procurando entre os anos de 1807 e 1814 as contradições e as molas de uma realidade que impõe uma constatação: a Guerra Peninsular é uma zona de explosão de um interesse febril pelo texto político.

A nível interno, como a nível externo, o interesse proporciona-se. é a altura dos grandes debates sobre as virtualidades da intervenção do homem na modificação e condução dos destinos da "coisa política".

Entretanto, por toda a Europa, a violência (militar e ideológica) de um confronto essencialmente político e social tinha de se repercutir também em Portugal, além do que chamava ainda mais a atenção para a natureza e episódios das lutas políticas. A transferência da Corte para o Brasil tornava ainda mais fácil o assumir desses assuntos de forma autónoma, não só despojados da sua carga transcendente, mas ainda libertos da figura política da dinastia. Estando a instituição secular a milhares de léguas, o poder podia ser encarado na sua simplicidade de regência e de governo (civil ou militar). Não que surgissem veleidades de substituição do poder, mas porque, ausente a protecção quase providencial do trono, as questões concretas da "coisa política", as medidas económicas, o fomento, a defesa dos interesses nacionais

banalizavam-se, desciam à discussão pública, ao debate de quantos se sentiam implicados nas soluções possíveis.

Quais as formas que esse debate tomou: a discussão na rua e a leitura. E, como um dos locais da sua promoção, há que destacar o púlpito. Instrumentos para apreendermos hoje essas várias formas de debate são, num primeiro nível, os sermões, as orações e os panfletos, e num segundo nível, a imprensa periódica.

Embora noutra perspectiva, a apresentação de muitos dos textos de que se compôs essa realidade foi feita por Nuno Daupias d'Alcochete num artigo sobre a propaganda anti-francesa nos panfletos portugueses [20]. Englobando proclamações e manifestos, estima em cerca de três mil o número dessas publicações.

O panfleto, a publicação mais acessível, tanto pelo preço [21] como pelo número de páginas, revela uma grande facilidade e velocidade de circulação. Na ordem das centenas durante a Guerra Peninsular, ultrapassam o âmbito do escrito em que os encontramos e trazem até nós a agitação, as "esquinas" das cidades, o "boca a ouvido" do quotidiano, o imaginário que se fazia circular, a luta de ideias e de concepções do mundo. O folheto político, a anedota, as páginas de pequenas histórias, são publicações que as guerras napoleónicas fazem pulular. Delas se retiram, não apenas as fábulas e moralidades que nelas encerram os seus autores, mas o testemunho de um mundo e de uma lenta transferência.

Esse mundo é o da comunicação de massas, do contacto

diário, da circulação de informações e imagens entre os portugueses. As mensagens já não se cingem a um círculo restrito do escrito. A oralidade percorre muitas léguas. Quanto à lenta transferência para que se chama a atenção, é a do ganhar progressivo de um espaço e de uma eficácia massiva, por parte da comunicação escrita.

Pode parecer contraditório, no momento em que a comunicação escrita leva a melhor sobre a comunicação oral, que esta nos prenda a atenção. Mas trabalhando nós o mundo da leitura, é precisamente esse ganhar terreno do impresso que, ao revelar-nos o falado, nos leva a ter curiosidade pela forma como essa leitura denuncia uma oralidade presente.

O panfleto político tem, regra geral, cerca de dez páginas in 4º, por vezes in 8º. Já nos casos dos sermões e orações, se o número de páginas é de outra monta (várias dezenas, o que tem reflexos imediatos no preço), confirma a grande utilização do pequeno formato e evidencia outra virtude. Enquanto o panfleto político relata histórias e situações que a oralidade transportou de forma difusa e de que o papel impresso é suporte em incontáveis e repetidas divulgações, ao discurso religioso corresponde um espaço e um auditório certos. Este espaço era, até ao final do antigo regime, o local privilegiado de comunicação. Num sermão, escreve José Agostinho de Macedo: "um templo vasto qual é o de Nossa Senhora dos Mártires, um auditório que, por um cálculo moderado, chegaria a cinco mil pessoas de um e outro sexo;" 1223.

Primeira contradição aparente: o panfleto transporta anedotas e mensagens para a oralidade; o texto religioso leva mensagens da oralidade para a difusão escrita. Segunda contradição aparente: a pregação, recuando como forma de comunicação dominante, recorre à divulgação impressa de uma mensagem cuja eficácia é predominantemente oral. Quanto a esta, temos de verificar que os períodos áureos da pregação, incluindo os da sua transposição para o escrito, já tinham passado. A retórica como instrumento do poder barroco já cederá o seu lugar. Os níveis de impressão de sermões são então extremamente baixos (contra o que se passara século e meio antes quando estas publicações se contavam às centenas).

No entanto, e ainda que quantitativamente tímido, o reaparecimento da publicação destes textos tem uma função claramente política e inscreve-se agora na torrente de intervenção e mobilização de massas para um confronto nacional. Alguns casos são representativos do espírito generalizado e da consciência da necessidade de participação, dando conta do papel do púlpito na agitação política, ou seja, permitem constatar como a política se impõe nas publicações e leituras em geral e nas que passaram pelo púlpito em particular.

Em nota à edição de um dos seus sermões em 1808 [233], José Agostinho de Macedo escreve: "Mais de quarenta vezes em quase todas as igrejas desta capital eu fui o intérprete dos seus (do povo de Lisboa) religiosos sentimentos". E sobre a edição desse sermão em particular explica deste

modo: "Muitas pessoas douradas, circunspectas e amantes da Pátria me exortaram que o publicasse pela estampa e por isso o publico".

O texto religioso integra-se, pois, numa vaga editorial de pequenos folhetos que inundam as cidades (e Lisboa em particular). Mas não só a multiplicação de títulos atesta o carácter massivo das publicações. Ainda que pouco abundantes, os dados sobre tiragens e número de edições (tanto de panfletos como de sermões) provam-nos a sua receptividade e a urgência que, tanto emissores como receptores, conferiam ao escrito como veículo que fixa, transmite e propaga a informação.

Um e outro destes conjuntos de publicações têm características próprias, o que não conduz ao divórcio, mas ao encontro num espaço comum, de intervenientes cujas origens e vidas são separadas. Que diferenças e que coincidências são de notar entre um veículo de comunicação religiosa e um veículo de comunicação expressamente político? Para além de não haver o recurso à anedota ou ao humor no texto religioso (sério e maniqueu por antonomásia, o que não quer dizer que o panfleto político não pudesse também ser inflamado), há, naturalmente, incidências diferentes. Para um como para outro, o francês que invadia o espaço peninsular era ganancioso e ofensivo à religião. Mas o sermão e a oração destacam e valorizam mais de que o panfleto político os traços de "irreligião" e "impiedade". Em contrapartida, é no panfleto que o peso do "ladrão", nas cores da pintura feita, é maior.

Há ainda uma outra particularidade, bem mais importante, mas que não nos permite fazer correspondências lineares. Refiro-me à coincidência de discursos liberais e absolutistas na construção de uma imagem do invasor. Não poderá ser imposta uma fronteira entre o texto religioso e o político, dado que as demarcações são interiores ao texto político. Ou seja, encontram-se relatos que apresentam o francês descrito com cores negras, histórias produzidas por sectores contraditórios do espectro político português, e podemos notar que certo tipo de insistências não podem reunir a unanimidade. É a situação dos apelos a conceitos como os de Pátria e Liberdade. O significado é sem dúvida divergente se o francês for apresentado predominantemente como um perigo para a liberdade e para as constituições livres e soberanas da Europa ou, pelo contrário, como déspota nascido da ilusão da liberdade.

Não se pense porém que é clara a linha de separação dos discursos. A oposição aos franceses gera grandes contradições. Encontramos partidários do absolutismo fazendo notar os desmandos do Império contra repúblicas europeias, do mesmo modo que os ânimos dos liberais se agitam contra a traição aos princípios, recorrendo, se necessário, a argumentos próprios de quem defende a autoridade e a legitimidade. Está-se num momento complexo em que, todavia, como adiante veremos, a crítica aos franceses, mesmo a mais primária, atrai já considerações que deixam antever uma discussão política mais profunda.

Em todo o caso, estes textos encontram-se numa

preocupação comum e revelam uma imagem latente do francês convergindo nos principais traços caricaturais. Trata-se, sem dúvida, de passar a escrito, e espalhar pela leitura, uma imagem que transcende os objectivos propagandísticos de tal ou tal folheto, imagem que por estes é captada e retransmitida, e que circula esmo para além de uma "pequena literatura". Como facilmente se calcula, nem só de textos viveu essa caricatura. O desenho era um poderoso aliado do adjectivo. Em Portugal como em Espanha, Inglaterra ou mesmo em França, muitos desenhos procuraram ridicularizar o invasor ou representar os seus desmandos (24).

Os elementos de difusão e de convergência reforçam a ideia de massividade a que a guerra contra o francês conduz. Se mais elementos não houvesse, nem dados sobre tiragens nem sobre edições, a repetição de uma caricatura tipo, dos seus pormenores, em tão variados folhetos, seria um indicador já certo do carácter massivo dessa caricatura. Poderia dizer que os ouvidos dos portugueses eram "bombardeados" por uma imagem se por "bombardeamento" se não entendesse apenas uma acção de fora para dentro. A questão reside no facto de essa imagem existir e transmitir-se dentro de um corpo de que fazem parte, tendo embora um papel particular, na sua criação e difusão, os propagandistas e os pregadores. Tal explica (a posteriori) a força e a eficácia de um processo que torna urgente a leitura de massas, que transforma a leitura numa necessidade para as massas e que faz da leitura uma forma de chamamento e participação.

Seja em exclamações de um dramatismo exacerbado, onde

o afectivo impera, seja pela criação de um anedotário, o maniqueísmo está presente. Não é apenas um inimigo de conjuntura que se combate, mas alguém ou algo cuja descrição pretende definir como o cúmulo da ilegitimidade (ilegítimo mesmo enquanto inimigo) e da corrupção, a fonte de todos os vícios. Pior que um inimigo normal, muito distante dos inimigos cavaleirescos, o francês é alvo das iras de uma colectividade que se sente ameaçada para além do que as armas fariam temer. Atente-se na declaração de motivos do autor anónimo dos Diálogos entre as principais personagens francesas: "(...) o ardente desejo de combater os assassinos da espécie humana, seja pela espada, seja pela pena" (253).

Do mesmo modo que não se trata apenas de uma ameaça militar, também não se desenha apenas a caricatura do "Tyranno". Napoleão pode ser o alvo preferencial das graças e insultos, mas o combate visa um tipo de francês (253).

Esse tipo é construído em várias dimensões, desde a caricatura física (273) aos inúmeros vícios ou aspectos que com facilidade se atribuem aos "franceses". Não é a verosimilhança que interessa, mas a criação de uma arma, de um anedotário (tanto quanto possível assente em realidades reconhecíveis e aí a chave da sua força política).

Todas estas anedotas, histórias e mensagens estão construídas sobre uma estrutura extremamente simplificada, dualista, onde a evidência do bem e do mal, da luz e das trevas, é necessária, salientando e recorrendo a nítidas permanências, tanto a nível político como mental. Estes são alguns dos trunfos da facilidade de circulação dessas

imagens. As mensagens encontravam, nos valores antigos, bons condutores.

Entre os aspectos negativos do tipo a combater está o que diz respeito ao seu nível social. Críticas próprias de uma sociedade aristocrática abatem-se sobre o "vulgar" que a Revolução Francesa promovera e que a velha Europa continuava a desdenhar [28], aparecendo a natureza social, nestas caricaturas, associada a uma competência social [29].

Não é de estranhar que, em parte, estas imagens preocupassem também os bem situados liberais das grandes cidades.

O desajustamento social é de tal ordem que podia dar razão aos "odiados escritores" setecentistas que defendiam (o visado é neste particular La Mettrie, embora o comum seja associar-se a imagem do selvagem a Rousseau) que entre os "brutos" e os homens "não há separação alguma" [30]. A recusa, contra a própria produção de uma caricatura, em aceitar as noções de "homem-animal" ou "homem-máquina", vem do facto de se conceber a natureza humana como indissociavelmente ligada a uma natureza social e política estratificada [31].

O interesse num conjunto de características violentas de uma caricatura, para um inquérito sobre a leitura política, consiste no facto de podermos ver ilustrado um determinado ambiente que está condicionado por vários factores mentais não directamente políticos mas que, em última instância, se relacionam na necessidade de rejeição de um modelo político, filosófico e religioso.

Não que nesses domínios a imagem do francês ganhe rigor. A caracterização política do invasor, não sendo tão saliente como os seus vícios morais, está, sem dúvida, na base das investidas dado que, por exemplo e segundo Agostinho de Macedo, a soberba nasce de se querer fazer o "homem livre", "enobrece-lo" [323].

"A mania de querer cultivar o espírito humano, a raiva contra os tronos e contra a religião foi a causa de tantas e tão cruéis guerras" [324]. Como resultante ficaram o "desrespeito pelas hierarquias", o "direito dos homens", o "governo democrático" substituindo as saudosas "máximas filantrópicas" [325], e, maior monstruosidade imaginável, a revolução e o regicídio [326]. "Quantas cenas, (...) têm sido passadas na França depois que uma atroz revolução desmembrou os alicerces daquela monarquia feliz" [327]. Segundo estes folhetos, os franceses são, duas décadas depois da Bastilha, "alimentados desde o berço com sangue revolucionário" [328] e "oferecem incenso a Roussô, Volter e Freret (sic)" [329].

Luzes e maçonaria são assimilados neste combate à política francesa, política que assentaria num "código sanguinário", na opressão e no maquiavelismo. Mas, ainda que possa parecer contraditório, toda esta argumentação reclama também a defesa da liberdade republicana na boca de José Agostinho de Macedo num sermão de 28 de Setembro de 1808, e depois na sua pena. Assim, os franceses não teriam feito senão "monarquizar a Holanda coberta de luto e sentada sobre as ruínas da liberdade republicana, chorando a sua irreparável queda" [330].

Em panfletos destinados a tão vasta divulgação, é natural que não encontremos elaborados argumentos confrontando posições políticas ou modelos constitucionais, o que não implica que a leitura se fizesse apenas de generalidades e caricaturas. Adiante voltaremos a outros textos do mesmo período.

Interessa-nos entretanto realçar outros traços desta caricatura, ainda relevantes para a leitura política.

O francês político não pode ser desligado do francês filósofo e religioso. É a descrença e a infidelidade que explica, em muitos dos folhetos, a falta de escrúpulos que o francês ostenta nas histórias ^[40]. Assim, os iluminados e soberbos pedreiros livres que subverteram coroas e levaram a opressão a toda a Europa são os leitores dos (utilizando um termo dos panfletos) "malvados" Espinosa, Bayle, Pope, Mirabeau, La Mettrie, d'Alembert, Rousseau, Helvetius, Voltaire, Condorcet, d'Holbach ou Hobbes (para não ir também a Maquiavel), nomes que desfilam nos folhetos como os dos construtores da "estragada e orgulhosa filosofia" ^[41], da "pestífera doutrina dos novadores dos nossos dias (...), a errada filosofia do materialismo" ^[42].

A preocupação no combate a esses autores, precavendo os possíveis leitores contra as suas obras, ou decretando pura e simplesmente a sua proscrição em conjunto com as suas ideias, dá conta das referências político-filosóficas existentes. Não implica, obviamente, o conhecimento e a leitura das suas obras, nem sequer por parte de todos os que os citam, mas implica a sua presença no universo das ideias

em Portugal, presença essa que urgia atacar. A extensão dessa presença é um outro problema que este tipo de citações e este tipo de folhetos é incapaz de resolver, apesar de se tratar comprovadamente de autores vendidos, alguns dos quais com anúncios nos periódicos.

Estes factos são paralelos de um outro já referido: a não correspondência absoluta entre obras anunciadas e vendidas e obras lidas. Mas é inegável a curiosidade e o interesse existentes, sobretudo após o eclodir da Revolução Francesa, pelos escritos dos filósofos que traziam as "ideias do século" sobre o homem e a política. O combate a esse interesse é correlato.

Além do mais, é altamente improvável que tal quantidade de referências (ainda que algumas incorrectas ou imprecisas) não fosse paralela da leitura dos autores "malditos".

Desenhados os traços essenciais da leitura política que consistia, durante a Guerra Peninsular, na exploração de uma caricatura, lembremo-nos que é este clima que provoca a perseguição aos portugueses suspeitos de liberais ou de simpatias francesas (com ou sem fundamento), perseguição que em 1808 ficou conhecida por Setembrizada [43]. A associação dos traços com que se descreviam os franceses, ao papel dos livros e dos livreiros na vulgarização dos valores "errados" e às represálias sobre estes exercidas, está patente num folheto satírico intitulado Aviso ao público sobre os estragos feitos nos livros franceses. Trata-se de um texto irónico em que se atribuem as várias facetas dos franceses a

títulos de livros que teriam desaparecido ou que teriam sido deteriorados. Concretamente João Baptista Reycend teria tido, na noite de 15 de Setembro de 1808, um desacato na sua livraria, desacato de que os seus livros franceses teriam sido "vítimas", e na sequência do qual muitos deles teriam aproveitado para "fugir" [44].

Porquê a necessidade interna de uma tão violenta caricatura dos franceses? Não haveria um perigo grave de colaboracionismo a contrariar, mas desencadeou-se um processo correlato de geração de um fantasma, atribuição de um corpo a esse fantasma, reconhecimento e esconjuro. Ou seja, longe de ser simplesmente um instrumento de combate e mobilização contra o invasor, identificou-se e assimilou-se colectivamente um fantasma à imagem dos "vícios" que a contra-revolução e a apologética europeia tinham atribuído aos revolucionários.

A guerra reforçou a introversão e gerou reacções de massa contra uma influência real que sempre a França exercera [45] (reacções que pretendem contrariar essa influência). Confrontados com graves acontecimentos onde vêem a acção da providência, com desgraças que entendem como castigos, muitos portugueses procuram desviar esse castigo para um alvo a que se ajuste.

Quando se dirigem directamente aos portugueses tomados pelo "mal", os folhetos tratam-nos com os mesmos modos com que eram tratados os franceses. São três os tipos de portugueses afrancesados que nos apresentam: o irreligioso, o arruinado e o leitor de maus livros [46].

Ao expormos estes factos não ignoramos os termos em que tem sido posto o problema da influência liberal decorrente da Guerra Peninsular. Não é improvável que as invasões francesas abrissem a porta a muitas influências, do mesmo modo que geraram reacções. Por alguns sectores políticos portugueses, a ocupação de Junot chegou a ser encarada como oportunidade para aprovar uma constituição. Sabemos mesmo que proclamações e folhetos franceses eram profusamente espalhados e rapidamente confiscados [47]. Provam-no os editais que as autoridades portuguesas faziam afixar. É até provável que tal torrente de publicações portuguesas nesta época (não apenas os folhetos) fosse a resposta necessária num dos campos de batalha do inimigo. O certo é que as portas estavam agora abertas de par em par. Daí as contradições verificadas, daí a permeabilidade e a reacção violenta.

As permanências que temos vindo a levantar, ou a violência da caricatura construída, não recolocam os paradigmas políticos, ideológicos ou mentais no século XVIII. A Guerra Peninsular não provoca, contra as aparências, um retrocesso no universo das ideias. Reparemos nas noções de "Pátria" e de "Liberdade". O que é "natural" agora não o era cinquenta anos antes [48].

Quando se afirma que a política francesa assenta no domínio de homens que não têm vontade própria nem uma pátria que conscientemente queiram defender e que levaram à ruína no comércio, indústria e agricultura [49], está-se a associar a ideia de pátria não só ao seu suporte económico,

mas sobretudo à vontade de uma comunidade humana que tem valores comuns a defender.

Num trabalho recente, Teresa Bernardino, partindo das definições de pátria e nação fornecidas por Bluteau no seu Vocabulário, e comparando-as com as noções presentes em folhetos anti-franceses, conclui que ambos os conceitos são, até à ameaça da parte do Império, muito imprecisos [50].

Nos capítulos anteriores tivemos já a oportunidade de chamar a atenção para a forma como esses conceitos se foram modelando nas últimas décadas do século XVIII. Nem seria de aceitar que, por súbitos e exclusivos factores exógenos, fossem aplicados conceitos que anteriormente não tinham os significados com que em 1808 aparecem denotados.

É contudo inegável que são os prolíferos panfletos de 1807-1811 que vulgarizam e consolidam a noção de pátria como espaço político, e que destacam o conceito de nação do de reino e de poder real.

Se retirássemos do seu contexto as expressões de José Agostinho de Macedo em que este recorre a conceitos tais como "nação", "patriotismo" ou "liberdade", podíamos ser levados a pensar que estávamos, em 1814, na presença de um publicista liberal. "Quem procurou desbaratar a Nação, solapar os alicerces da Monarquia, estancar os tesouros, abolir o Comércio, esmorecer a Agricultura, e estacionar a Indústria (...)?" [51]. Tanto podemos salientar a duplicidade Monarquia/Nação entendida como a tradicional Rex/Regnum, como podemos reparar que o apelo ao comércio, agricultura e indústria, funciona como aproximação a um conceito de nação

como realidade económica e social.

"Vejo uma alternativa contínua de escravidão e de liberdade em o povo de Israel: de liberdade quando fiel observador da lei, de escravidão quando sacrificava aos infames ídolos das Nações;" [52]. Se "nação" aparece logicamente como forma de identificar comunidades culturais, já um outro conceito não aparece tão claro. A questão está toda no contexto dessa lei pois a defesa da autoridade, da monarquia e da religião podia estar de acordo com as máximas liberais que sobrevalorizassem a ordem e a harmonia sob o primado da lei que iguala os súbditos aos cidadãos.

Em Macedo verbera-se o "não querer a Religião, nem Governo, nem autoridade, nem ordem, nem subordinação, nem leis, nem proprietários, nem freio, nem costumes, nem humanidade, nem Pátria, nem sociedade civil, nem hierarquias, nem distinções morais, nem virtudes nem famílias" [53]. Macedo não é efectivamente, em 1814, nada que se pareça com um liberal. Para utilizar uma expressão proposta por Silva Dias, pode-se caracterizá-lo como um agente da "desinformação filosófica" [54]. Os seus escritos circulam em abundância e são então muito procurados e discutidos. Por eles nos podemos dar conta da forma como o pensamento e as leituras se tinham aproximado dos novos paradigmas.

Não é apenas (ou tanto) o discurso incendiário que cria o novo paradigma, mas pelo contrário, o paradigma atrai e condiciona o discurso. Não se entenda por isto a defesa da autonomia do paradigma, mas a sua existência como criação (e

aceitação) colectiva. O discurso levanta um conceito, fá-lo penetrar uma realidade. Esta reage ou não ao conceito. Donde, o discurso ser a manifestação de uma realidade mais ampla e mais lentamente revolvida.

As tendências da leitura política, mostrando-se tão sensíveis nestes anos, vão marcar toda a década que antecedeu a revolução liberal. A massiva crítica do francês, ao mesmo tempo que representa a luta dos "valores tradicionais eternos" contra as "modas perniciosas e passageiras", representa também a necessidade de intervenção e a consciência e o reconhecimento dessa necessidade de intervenção política de massas. Representa a utilização das armas e dos princípios de uma política liberal contra o invasor.

A difusão massiva de folhetos políticos, laicos ou religiosos, cria um mundo de participação política até aí desconhecida e tornada então, não só necessária, mas irreversível.

Para trás ficara já o tempo da mobilização conseguida predominantemente através do púlpito e da talha. A comunicação em geral, e a comunicação política em particular, impunha definitivamente o escrito e o impresso. É a conquista da leitura pela política.

Eis-nos perante uma manifestação da indissociabilidade de forma e conteúdo. Ou seja, um conteúdo na aparência claramente conservador, assumindo formas revolucionárias, pode ter globalmente um papel revolucionário.

IMPrensa PERIÓDICA: MULTIPLICAÇÃO E RADICALIZAÇÃO

Nos anos 90 do século XVIII, o que um jornal incluía nas suas colunas dava uma imagem do que se entendia então por política. Essas colunas iam fazendo as delícias dos curiosos das notícias das cortes e das movimentações militares.

Um periódico que se afirma explicitamente político em 1794, o Mercúrio Histórico, Político e Literário, insere dos seus correspondentes nas principais cidades do mundo, essencialmente notícias da guerra. Mas o facto de essa guerra se basear num profundo abalo político faz com que as informações enviadas do parlamento britânico e da Convenção francesa, se não chegam a ser pretexto para reflexões de quem escreve, são pelo menos oportunidade para dar conta da viva controvérsia que agitava a Europa. De resto, as chamadas notícias políticas (ou "literatura política") não fogem ao modelo da fiel Gazeta de Lisboa, publicação que, mesmo entre os críticos estrangeiros que editavam as suas apreciações de viagens feitas em Portugal, não era desacreditada desse ponto de vista [55].

Esta imprensa ainda manteve as mesmas características durante quinze anos. Viria a ser profundamente alterado o leque e qualidade da oferta, apenas aquando da Guerra Peninsular, e num processo paralelo do que foi exposto para a leitura panfletária, embora com traços próprios. São esses traços que reforçam a noção da irreversibilidade da transformação da leitura política em Portugal.

O abandono da oralidade como parte determinante da comunicação e a conquista das preocupações colectivas por parte do político, são dois aspectos que acompanham o deslocamento dos paradigmas atrás referido. Estas afirmações apoiam-se no que até aqui já foi exposto, mas não teriam o mesmo significado se um jornalismo diferente não tivesse então também nascido.

é, pois, durante a Guerra Peninsular que dois factos vão modificar a imprensa periódica em Portugal.

O primeiro, de ordem qualitativa, é o interesse brusco da imprensa por temas mais marcadamente políticos, expondo-os e comentando-os para os leitores. O redactor passa a utilizar a sua tribuna como forma de participar em polémicas e combates políticos. Após este período, dificilmente o leitor se satisfaria com o conteúdo das anteriores gazetas e não deixaria de as considerar secamente noticiosas ou até acríticas.

O segundo facto é de ordem quantitativa e tem a ver com a explosão de edições que então se verifica. Não só se multiplicam os títulos, como vários são os jornais que, pela primeira vez na história portuguesa, começam a ser editados com periodicidade diária. A procura da informação já não prescindia de uma cobertura quotidiana. Os hábitos de leitura de jornais estavam adquiridos. O primeiro desses diários é o Diário Lisbonense (Maio de 1809), a que se segue a Gazeta de Lisboa, que passa a diário em Junho. Em Setembro desse mesmo ano será a vez de O Mensageiro, o Novo Diário de Lisboa e o Journal de Lisboa.

é significativo o número de novos periódicos criados ao longo dos vários reinados [56]:

com:		
D. João V	1706 - 50	5
D. José	1750 - 77	15
D. Maria I	1777 - 99	17
D. João (regência)	1799 - 1816	91

Repare-se que estes quatro grupos, definidos apenas por características políticas, não são equilibrados nas durações respectivas, o que ainda acentua a curva ascendente e a explosão do último período. Quanto mais curtos são os intervalos, maior é o número de novas publicações. Os intervalos são de 44, 27, 22 e 17 anos, respectivamente.

Se, num inquérito à leitura, fosse tida somente em consideração a análise quantitativa, ficaríamos com uma imagem parcial mas nítida. Mas o salto a que se assiste está intimamente relacionado com a mudança qualitativa atrás assinalada. Já o afirmara José Manuel Tengarrinha: "Só a partir dos fins do primeiro decénio do século XIX (...) o jornalismo português seria abertamente político e de combate, tendo nascido contra as invasões francesas a sua primeira reacção violenta" [57].

Fosse porque havia centralmente a consciência de que se tornava necessário responder à propaganda francesa - e assim teríamos um factor conjuntural e consciente numa transformação de fundo -, fosse porque se proporcionaram as

condições políticas e culturais para o preenchimento de um espaço que já se declarara necessário, o certo é que de todas as direcções convergem os contributos para que a nova imprensa seja um sucesso. As autoridades alargam as malhas e permitem a circulação de muitas novas publicações que, numa primeira fase, contribuíram conjuntamente para o combate aos invasores franceses.

Esta abertura foi assim entendida por vários dos perseguidos da Setembrizada que, de Londres ou de Paris, participaram nesse surto imparável. Em 1820 viria a afirmar José Liberato Freire de Carvalho: "Enquanto durou a guerra com a França, e os nossos governantes precisavam da nossa energia e entusiasmo para que ela se concluísse a bem deles, e não a bem do povo, a Imprensa, por assim dizer, foi livre em Portugal" ¹⁵⁸³.

Ora é necessário ter em conta que, ainda durante a Guerra Peninsular, os problemas militares não têm exclusivo nas páginas desta nova imprensa e, à medida que a ameaça externa se vai dissipando, os temas nacionais vão ganhando relevo. Artigos políticos ou económico-políticos enchem as páginas dos periódicos e as discussões públicas, de tal forma que rapidamente o governo de Lisboa se deu conta do perigo que representava a circulação de muitos dos jornais autorizados pela conjuntura da guerra.

A violência verbal que caracterizara a oposição às invasões francesas transfere-se, em grande medida, por parte dos publicistas afectos ao governo de Lisboa obcecados com o perigo maçónico, para os redactores dos novos jornais.

Acusados de pedreiros-livres, mesmo alguns dos mais moderados dos responsáveis pela nova imprensa vêem cair sobre si as iras dos leitores de Barruel.

O período que vai de 1811 a 1814 é marcado, pois, pela tentativa de fazer recuar o surto da imprensa. O Correio da Península ou Novo Telégrafo (de João Bernardo e Pato Moniz, dois dos escritores que mais polémicas travaram com José Agostinho de Macedo) é proibido em 1812 por ter querido transcrever a Constituição de Cadiz. Embora sem muito êxito, o governo de Lisboa procurava defender-se da influência certamente "nefasta" que poderia ter a leitura de notícias sobre as experiências liberais do mundo. A falta de êxito deve-se ao facto de outros jornais incluírem com muita frequência essas transcrições. Trata-se dos periódicos que, editados em Londres ou Paris, entravam clandestinamente no nosso país. Alguns, mesmo sendo editados no exterior, mantinham a preocupação de seguir as formalidades legais. Esse facto levou, em 1815, ao termo da edição do Observador Lusitano em Paris, dado que o protelamento da nomeação de um censor equivalia à não autorização da venda. Mas outros fizeram o seu sucesso na circulação subterrânea.

Entre os jornais que escapavam às imposições ditadas por Lisboa, os mais importantes e os mais lidos foram certamente, até 1814, o Correio Braziliense e O Investigador Português em Inglaterra.

O Correio Braziliense, jornal mensal de oposição ao governo de Lisboa, "porventura o mais notável", segundo José Manuel Tengarrinha, era dirigido pelo "grande jornalista

Hipólito José da Costa que, ao lado da restauração de Portugal, defendia a emancipação do Brasil em termos enérgicos de rara coerência e lucidez" [53]. Em 17 de Setembro de 1811 vê proibida a sua entrada em Portugal mas, segundo Luz Soriano [54], continuou a ser o mais lido entre todos os periódicos portugueses. Tanto os sectores representados por O Investigador Português como os que se afirmavam solidários com o governo (o caso do Padre José Agostinho de Macedo) se lhe referem como incendiário, revolucionário e sedicioso, acusando-o de pôr em causa a própria figura do príncipe regente, então no Brasil.

O Investigador Português, mensário, numa primeira fase mais moderado do que o "Brasiliense", fora fundado por dois médicos, Vicente Nolasco da Cunha e Bernardo Abrantes e Castro, ambos deportados da Setembrizada, sendo o último incluído por Godechot numa referência a adeptos portugueses de Junot [55]. O conteúdo da sua publicação vem provar que estavam longe de ser jacobinos. A sua circulação foi, aliás, autorizada ainda depois da proibição imposta a Hipólito José da Costa mas, apesar do seu pendor científico e literário, acabou também por ter de ser vendido clandestinamente. Para Agostinho de Macedo [56] era inaceitável a tolerância das autoridades em relação à circulação deste jornal em 1812. As posições que vai defendendo apresentam, contudo, muitas contradições. Mesmo depois de proibido, a sua leitura é, como no caso do Correio Braziliense, atestada. O Jornal de Coimbra, que pouco a pouco também se incompatibiliza com os "Investigadores", dirá que "apesar de conter escritos que as

justas censuras de Portugal não deixariam publicar, pode ser aqui lido por todos" (63). A quantidade de referências que muitos leitores vão fazendo ao Investigador, a propósito dos mais variados assuntos (sobretudo científicos) também dá conta do paralelismo da leitura. Aliás, na medida em que o Jornal de Coimbra deixou de dar notícias de livros ingleses, a curiosidade dos leitores, nomeadamente dos que tinham acesso às edições estrangeiras, acentuou-se em torno dos periódicos vindos de Londres.

Em 1814 começará uma nova fase para esta imprensa. Proibida a sua circulação legal, O Investigador radicaliza as suas posições e a sua linguagem, facto a que não é alheia a entrada, para a sua redacção, de José Liberato Freire de Carvalho. Até 1816 alarga-se o coro da oposição liberal, agora colocando mais abertamente em questão o governo de Lisboa. A sociedade portuguesa, afectada por sucessivos problemas económicos, já relacionava a sua resolução com a acção governativa e começava a ser receptiva a órgãos que falassem da possibilidade de transformações políticas.

Os jornais até aí expressavam a sua oposição criticando medidas económicas pontuais (os casos do Tratado de 1810 com a Inglaterra que, abrindo os portos brasileiros, acaba com o privilégio dos comerciantes do reino, ou da polémica travada em 1812 em torno do monopólio do comércio do vinho, a propósito de um alvará que datava de 21 de Setembro de 1802) (64).

A partir de 1812, e sobretudo após 1814, as tomadas de posição sobre temas que mais directamente punham em causa

o sistema político português sucediam-se. A experiência liberal espanhola trouxera a lume os problemas da abolição dos direitos senhoriais e feudais, a abolição da inquisição, a liberdade de imprensa, a abolição da tortura e da escravatura, a liberdade religiosa e, mais incendiárias ainda, as discussões sobre a questão da soberania e a necessidade da realização de cortes^[65]. A queda de Napoleão e a experiência constitucional de Luís XVIII em França reforçara a acuidade deste debate. O relato das experiências liberais dos Países baixos e da Bélgica^[66] atestava a justiça das reformas. Entretanto, as notícias sobre os acontecimentos da América Espanhola levantavam a questão colonial^[67].

Finalmente, a situação provocada pela tutela política britânica, se numa primeira fase gera posições hesitantes ou contraditórias (a realidade da Grã-Bretanha continuava a ser um modelo de prestígio para os liberais, sendo até o Correio Braziliense um dos mais ardentes defensores das virtudes políticas, sociais e económicas da Albion), rapidamente passará a unir os portugueses em discussões sobre a independência nacional.

A par, continuavam a ser denunciadas as condições da economia e da administração portuguesas, e os apelos à moralização administrativa como a defesa da protecção do comércio, indústria e agricultura, punham directamente em causa a política levada a cabo pelo governo de Lisboa, embora as soluções preconizadas pelos vários periódicos fossem divergentes^[68], uns defendendo os interesses dos

comerciantes, outros mais ligados a sectores produtivos.

Se até 1813 a efervescência política é uma nuvem tomada por Juno [69], em 1816 o descontentamento é já nítido, situação que, como explicam Graça e J.S. da Silva Dias, justificava o primado do político nas preocupações portuguesas [70]. Havia então a consciência de que a resolução dos vários problemas que afectavam a sociedade portuguesa estavam dependentes de reformas do edifício jurídico-político.

O governo de Lisboa era o principal visado. Francisco Solano Constâncio interroga-se nas páginas do Observador Lusitano em Paris: "perante quem responde o governo?" e responde: "à sombra do nome" do príncipe "exercem os magistrados do modo mais tirânico um poder que, por falta de responsabilidade efectiva se torna arbitrário" [71].

A partir de 1816, João Bernardo da Rocha Loureiro, que então edita outro periódico de Londres, O Portuguez, escreve os "Memoriais a D. João VI", os quais pretendem ser um alerta ao rei contra a situação.

Mas a prova de que os valores presentes nesta leitura estavam profundamente alterados é que, sem nunca ousar pôr em causa o trono português, tanto o "brasiliense" como os "investigadores" mostram relativizar o papel e lugar reais. O Investigador pede a publicação das despesas do rei [72], enquanto o Correio não tem dúvidas em afirmar que um rei, no caso Luís XVIII de França, pode governar (e governa) contra a vontade de a Nação [73].

Todas estas atitudes remetem para um conjunto de

influências ou, se se preferir, podemos dizer estarem criadas as condições para a leitura política assumir no seu imaginário figuras incendiárias. O moderado Investigador faz apelo a um equilíbrio próximo das teses de Montesquieu, autor cuja leitura era contudo proibida na Península Ibérica. Já o Correio, se não arvora a leitura de Rousseau como bandeira, mostra-se partidário da ideia de contrato que legitime uma soberania, soberania essa que é entendida como pertença da Nação. Este periódico, como O Portuguez, mostram conhecer e respeitar, além daqueles, os nomes de Voltaire, Condorcet e Mably (cujas obras O Investigador critica), e também Kant ou Puffendorf.

Lembre-mos de que os escritos de vários jusnaturalistas eram lidos na Universidade. Era o caso de Wolf, Puffendorf, Heinício, ou Grotius. O que agora faz a diferença é o facto de a imprensa (e os panfletos que a criticam) ampliarem a repercussão dessas leituras. Lembramos que aquilo para que nos interessa chamar a atenção numa problematização da leitura política não é o alinhamento deste ou daquele publicista, mas a necessidade de um universo editorial e leitor fazer apelo a nomes de homens que transportavam uma forte carga político-filosófica. Ou seja, interessa-nos o momento em que os editores e leitores adoptam novas bandeiras no seu imaginário, e isto é válido tanto para as apologias como para as críticas.

No que diz respeito a textos (fortemente) críticos, o caso de José Agostinho de Macedo volta a ser exemplar. Por um lado utiliza amplamente os conceitos que crê necessário

combater. São exemplos as referências que faz ao "homem natural" ou à "sociedade de natureza" [74]. Por outro lado, Macedo cita incansavelmente os autores das "falsas filosofias" cujas ideias considera necessário desmascarar ou esclarecer. Locke, Helvécio, Voltaire, Rousseau, Mirabeau, Diderot ou os enciclopedistas em geral, estão entre os que mais vezes são referidos [75].

Claro que o grau de perigo que representam estes vários nomes não é idêntico, encontrando-se estes nomes todos reunidos por Agostinho de Macedo os considerar, em maior ou menor grau, representantes do orgulho humano no seu próprio espírito e, ainda, filósofos que são muitas vezes contrapostos aos sábios antigos. A diferença entre aqueles escritores radica basicamente em dois factores: o carácter mais ou menos moderado (e daí poder até ser um autor cuja leitura não é proibida em absoluto) e a amplitude da sua difusão.

O facto de um escritor ter a sua obra proibida não leva necessariamente a que seja menos conhecido. Um autor cujos trabalhos, embora não condenados, não existem senão em edições latinas, é certamente menos lido do que um outro em que a proibição pode funcionar ela própria como um chamariz. Até porque o conhecimento (ao menos ao nível da capacidade de leitura) do francês, do inglês e do espanhol entre a população alfabetizada não era uma raridade. Estas línguas eram uma necessidade do comércio, por exemplo. Com o latim passava-se o contrário. Restringia-se a círculos académicos ou eclesiásticos e o seu estudo tornava-se menos necessário

com o grande aumento das edições em línguas "vulgares".

Finalmente, se nos ativermos às informações que os anúncios nos fornecem, também percebemos esta alteração de nomes e valores. Claro que o Correio Brasiliense quase não é referido para além dos seus críticos [76]. Já O Investigador tem um razoavelmente amplo espaço. Mas podemos sempre seguir os anúncios dos numerosos folhetos "anti-periodiquistas" e "anti-filosofistas" de Agostinho de Macedo e notar mesmo que, nas vésperas da revolução liberal, já é normal anunciar a Encyclopédie referindo os nomes dos seus autores. Mais uma vez a apologética aparece associada a outras leituras, funcionando como contraponto.

A leitura política em dez anos transformara-se completamente. Os seus valores, as suas referências são agora os da construção do estado liberal.

Estamos pois perante a identificação de uma história política com uma história da leitura política. Quanto mais a leitura se aproxima da consciência da necessidade da acção, e isso sucede agora, tanto menos se pode distinguir leitura e intervenção.

DISCURSO JURÍDICO, ECONÓMICO E POLÍTICO

O discurso jurídico ocupa, nas leituras, um papel particular. Tem um público próprio, mais especializado, mais restrito, até pela disponibilidade financeira exigida para comprar obras de vários milhares de réis. Mas isso não obsta nem à capacidade destas leituras para se desenvolver, nem à sua versatilidade e interesse por áreas diversificadas. São pois estes os primeiros problemas que se colocam ao abordar os anúncios e os livros que se enquadram neste género.

Vejamos em primeiro lugar o seu público. As obras de Direito estão entre as mais caras de qualquer catálogo, juntamente com os livros de História. Não existe, pois, qualquer dúvida sobre a restrição social da sua leitura. São contudo obras cujo público está assegurado. Durante o século XVIII não se editam muitos títulos mas a procura do que se publica é um facto, situação que se acentuará no primeiro quartel do século seguinte, então com a proliferação dos títulos.

De As Primeiras Linhas sobre o Processo Criminal, de Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, saíram quatro edições entre 1785 e 1820 ¹⁷⁷³. O mesmo autor, como Pascoal de Melo Freire, Manoel de Almeida e Sousa, o Lobão, Vicente José Cardoso da Costa e outros, tem mais obras reeditadas neste período. Trata-se pois de anúncios que correspondem a uma procura comprovada.

E qual é a amplitude de interesses abrangida? De uma forma talvez ainda nem sempre autónoma, o económico, o

político, o social em múltiplas facetas, o histórico, são abordados e relacionados.

Existe a consciência das implicações de uma estrutura legislativa em vários domínios da vida de uma sociedade. Este um primeiro ponto a salientar, sobretudo pela construção da ideia de edifício legal.

O título que escolhemos para encabeçar estas páginas pertence a uma obra anunciada em 1788. Um livro escrito por Domingos Nunes d'Oliveira (1788) onde se estabelece a relação entre a felicidade do Estado e o progresso da agricultura. Trata do económico porque incide sobre problemas agrícolas, trata do político porque a economia se entende em função dos interesses do Estado. Trata do jurídico porque é este domínio que, na sua óptica, condiciona os outros dois. Exemplifica pois o tipo de relações que estabelecemos entre o interesse pela leitura política e a edição de literatura jurídica.

É sobretudo de aí em diante que, embora as obras que abordam questões de Direito Público não sejam frequentes nem explícitos, os temas económicos e políticos aparecem em inúmeros trabalhos, em especial tratando de direitos reais agrários, ou o Direito Comercial e Marítimo de que José da Silva Lisboa é o principal cultor (1788), os primeiros com nítidas implicações políticas.

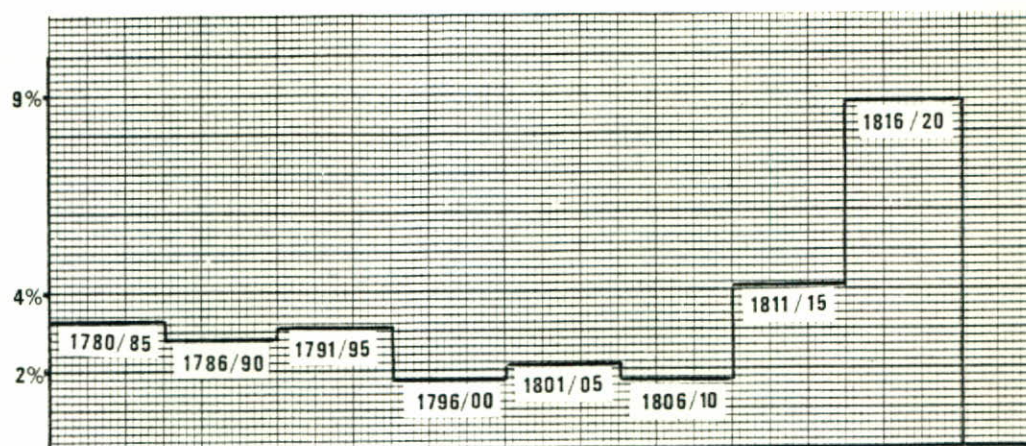
A primeira imagem para quem começa a trabalhar estas obras é a da evolução em crescendo do interesse por leituras de Direito.

Durante décadas a escassez de títulos editados quase

faz passar despercebidos estes livros fora de um círculo especializado. Até ao fim da primeira década do século XIX mantém uma expressão próxima dos 2% do total das obras anunciadas. Entre 1780 e 1795 as médias quinquenais rondam os 3% (3,2 / 2,8 / 3,1), descendo depois para 1,7 / 2,1 e 1,6% nos três quinquênios seguintes. Dir-se-ia que os livros de Direito, ao contrário do que acontecia com outras publicações, não conseguiam alargar o seu público. Em particular na primeira década de oitocentos, quando a leitura política panfletária marca a conquista de novos leitores, e as novelas apaixonam um sector da população que até aí não lia, os compradores dos livros de Direito eram sempre os mesmos.

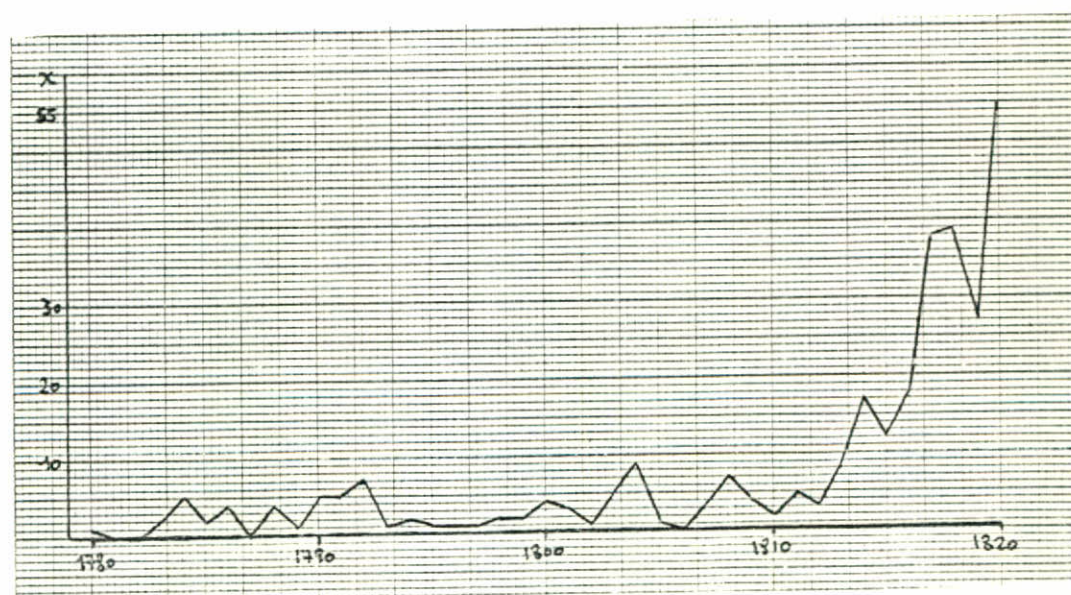
Mas, com o fim da Guerra Peninsular, esta situação altera-se profundamente. Se é verdade que o número geral de edições cresce, as de Direito crescem a um ritmo muito superior ao dos restantes livros. Isto faz com que entre 1811 e 1815 atinjam 4% do total das referências em anúncios e cheguem a 8,7% nos cinco anos que vão de 1816 a 1820. Tendo em atenção que o número de anúncios quase duplicou de 1811/15 para 1816/20, verificamos que o salto foi de quatro vezes para a literatura jurídica. E o ano de 1820, já antes de Agosto, é singularmente forte para estes anúncios, mostrando uma venda espectacular.

A representação gráfica desta evolução, mesmo não contando os textos constitucionais muito divulgados após a revolução de Agosto, é a seguinte:



Não se pode falar de uma popularização das leituras jurídicas, como se falou para certo tipo de outras leituras políticas que passaram a abundar. Os preços proibitivos de um tratado ou de uma compilação de textos legais continuam a limitar o público, ao contrário do que sucedera com os folhetos, os panfletos ou, noutro campo, as novelas. É porém inegável o crescendo do interesse pelo texto jurídico, em novos leitores e novas edições.

A partir dos mesmos dados, a evolução anual do número de referências pode desenhar-se deste modo:



Ultrapassando esta apreciação geral, um outro aspecto é também sensível. Dentro do conjunto da edição jurídica, têm um peso considerável (e crescentemente significativo) as compilações, repertórios e resumos de legislação. Num conjunto de 305 referências, mais de um terço (107) [1803] é constituído por colecções. A motivação imediata destes volumes será a de combater a dispersão das leis. Surge na sequência de uma tradição antiga que levava todo o jurista a fazer as suas compilações próprias, em folhas escritas à mão. Estas compilações aparecem, assim, como forma de suprir uma carência e de apresentar a legislação sistematizada.

Como se disse, no conjunto das quatro décadas que este estudo abarca, as compilações ocupam 35% do total de referências a textos jurídicos. Mas se isolarmos os cinco últimos anos (1816-1820), esta percentagem sobe para 48%. Ou seja, trata-se de um dos suportes do maior interesse pelo Direito, nas vésperas da revolução liberal. No mesmo sentido vão as indicações sobre os nomes dos compiladores, embora grande número destas obras apareçam sem referência a autor. Vicente Cardoso da Costa apenas faz sair um primeiro volume da sua Compilação Systemática das Leis Extravagantes de Portugal [1813] antes de ser deportado pela Setembrizada. Mais conhecidos são os nomes de Manoel Borges Carneiro [1820] e Manoel Fernandes Tomás [1820], sendo o primeiro o principal responsável pela edição deste tipo de recolhas.

Vemos, assim, figuras destacadas do liberalismo em Portugal cujo trabalho, nas vésperas da revolução, consiste essencialmente na fixação do "corpus" legal português. Este

trabalho tem, nesse momento, dois sentidos. Em primeiro lugar, transparece a já referida necessidade, então sentida, de construir um edifício legal. Desenha-se uma nova consciência do papel de "Lei" e da unificação do Estado. Em segundo lugar, o esforço do jurista pode ser acolhido por um público mais vasto, e uma das suas preocupações é a acessibilidade da lei. Claro que não se pode tomar essa ideia do ponto de vista material e absoluto. O "cidadão", e não o "povo", deve ser munido dos instrumentos necessários para a compreensão das regras da sua "Nação".

A edição terá possibilidade de sair do mundo do jurista? Que estas publicações são procuradas por um público não habituado a dispender milhares de réis em livros, parece prová-lo o problema que Borges Carneiro teve com a impressão e venda do Resumo Chronológico das Leis mais Uteis [1843]. Segundo a Gazeta de Lisboa [1853] em 1819, os subscritores tinham considerado caro o primeiro tomo. No ano seguinte, a Gazeta [1853] refere-se a uma baixa de preços, mas após o 24 de Agosto vamos encontrá-la anunciada por 4600 réis. Apesar do montante dos custos, é precisamente o choque dos subscritores com o elevado preço de cada tomo que torna significativo o interesse de camadas de leitores não familiarizadas com estas publicações.

Ao mesmo tempo João Pedro Ribeiro começava a publicar a Indice Chronológico Remissivo da Legislação Portuguesa [1873]. Tendo lançado as bases da Diplomática em Portugal, o desembargador João Pedro Ribeiro é uma referência obrigatória da leitura jurídica. Através dele, podemos

estabelecer a ponte que liga a organização e divulgação das leis aos estudos históricos do Direito e das instituições. É conhecida a importância que as obras históricas de João Pedro Ribeiro [1833] e de Pascoal de Melo Freire [1833] tiveram na formação dos juristas liberais. A função destes estudos é paralela e complementar da dos índices e compilações. Estabelecem-se as fontes do Direito português e transmitem-se os seus fundamentos. São textos de um acesso mais restrito, muitos dos quais se mantêm em latim (com várias edições no período que estudamos), mas participam no mesmo movimento de unificação do corpo legal português. Podemos mesmo pensar que a sua leitura teve mais repercussões na formação do Estado liberal do que as leituras incendiárias clandestinas.

Com um peso quantitativo considerável, entre as obras jurídicas, podemos referir ainda as que classificariamos hoje de Direito Civil e Direito Processual (Civil e Penal). É escusado insistir no significado do crescendo de edições deste tipo. As relações entre particulares e a estrutura legal vêem clarificadas as suas regras. É o próprio Direito que se autonomiza e se impõe como uma pedra da construção de um novo Estado.

Mas, no seio das obras que regulam as relações entre particulares, algumas têm uma importância singular dentro da leitura deste período: os tratados sobre os direitos reais agrários. Um primeiro momento da emergência desta questão situa-se entre 1788 e 1790. Intervem na divulgação destes temas o já referido Domingos Nunes d'Oliveira com um

trabalho em que, sem pôr em causa certos privilégios (defende por exemplo que o melhoramento da agricultura também beneficiaria o clero pois faria crescer os dízimos eclesiásticos), defende frontalmente a liberdade da propriedade da terra contra os usos antigos. A propriedade seria a garantia e a condição da produção de riqueza. Afirma: "não é tanto a fertilidade do país, como a liberdade que produz a maior cultura" [1801].

Outros autores deste período são Vicente Cardoso da Costa com os Elementa Juris Emphyteutici [1811] e Bernardo Teixeira Coutinho de Carvalho publicando Defesa das Theses de Direito Emphyteutico [1822]. Ao mesmo tempo saía um texto que ataca fortemente os bens de mão morta [1800]. As obras de Vicente da Costa e Bernardo Coutinho seriam referidas de novo em anúncios de 1803 e 1807, respectivamente, numa altura em que o tema dos prazos parece convergir as atenções dos juristas [1843]. A parte estas reincidências esporádicas, este tema não voltará a aparecer senão a partir de 1812, então sendo objecto de um grande destaque [1883].

O mais prolífero autor deste novo surto da questão agrária é, sem dúvida, Manoel de Almeida e Sousa, o Lobão. O seu nome é referido sem interrupção durante os sete anos que antecedem o 24 de Agosto, em vários tratados [1803]. Em 1814, uma resposta de Manoel Fernandes Tomás [1814] marca o forma como o assunto era então discutido. Para Fernandes Tomás, Lobão escreveu uma "obra em que se ensinam os meios de sustentar posses injustas" [1863]. De facto, a abundante obra de Almeida e Sousa tem como função contrariar o sentido de

muitos dos argumentos que a imprensa ¹⁷⁸⁰ fazia circular. O seu esforço principal consiste em tentar fundamentar os direitos senhoriais e eclesiásticos, pela antiguidade, pela lei natural ou pela "lei da graça" ¹⁷⁸⁰.

Estamos pois, mais uma vez, perante um debate onde são sobretudo as reacções que revelam o sentido do interesse pelos temas políticos. O facto de Manoel de Almeida e Sousa sair a terreiro com uma tal quantidade de dissertações é um indicador da importância do que está em causa com a leitura política, neste caso os privilégios dominiais e os entraves à penetração do capitalismo na agricultura.

A possibilidade de discussão oferecida pela imprensa, a agudização das posições políticas, a consciência da necessidade de regras universais para a acção do Estado e da economia, mostram uma leitura jurídica evoluindo em correlação com os debates políticos. Ler Direito é então sobretudo uma forma de conhecer e esclarecer as bases do funcionamento da sociedade e da política portuguesas. Já em 1780 José Veríssimo Álvares da Silva escrevera que "Uma legislação não é outra coisa mais que um compêndio de sabedoria para bem governar certa porção de humanidade, que se uniu em sociedade debaixo de certa forma de governo, que entre si pacteou" ¹⁷⁸⁰. Então a consciência da utilidade do Direito não é nem tão aguda, nem tão espalhada, como virá a ser quarenta anos depois. Ler e conhecer o Direito é então, comprovadamente, uma forma de agir.

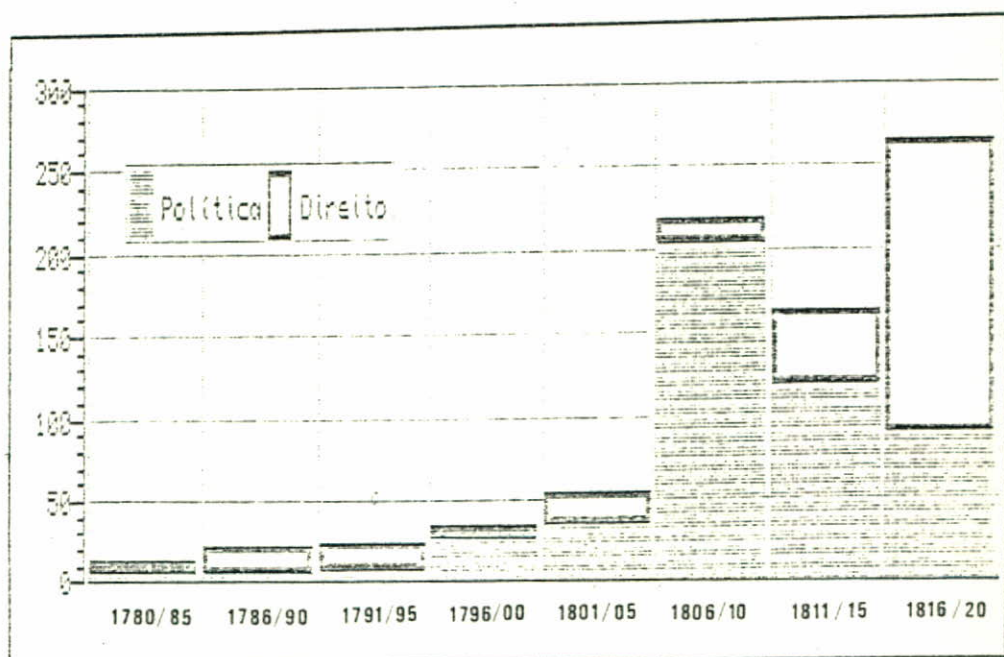
A NOVA LEITURA

É um novo mundo aquele que encontramos na política. Radica na possibilidade e na necessidade de comunicar pelo escrito, e de, assim, fazer com que o escrito seja um elemento de acção. O universo da leitura política parte do quase nada em 1780, para chegar a um espaço significativo nos anos que antecedem 1820. O seu percurso não é linear. Acompanha os conflitos e contradições que percorrem toda a vida política portuguesa. Se, durante as invasões francesas, são os panfletos que melhor exprimem a vontade de ler sobre o que se passa no país e na Europa, com o decorrer dos anos a leitura política especializa-se, sem com isso restringir o seu universo de interessados. É então a vez do Direito. A par, atravessando estes dois momentos, o jornalismo político surge como a mais poderosa fonte de informação e opinião, e a mais procurada leitura.

Os três principais componentes deste universo, como atrás se disse, são as leituras expressamente políticas, as de Direito, e a imprensa. A sua intervenção é desigual. Só tardiamente a imprensa se assume como forma de intervenção política. As ideias de informação e esclarecimento gerais prevalecem quando um jornalismo de opinião já se tornou procurado. É pois difícil avaliar em conjunto estes dados. Por outro lado, o facto de não incluirmos num gráfico que trate da leitura política os dados referentes à imprensa periódica pode distorcer uma análise puramente quantitativa. Não está presente o principal veículo do debate político,

veículo cuja importância cresce muito com o aproximar da revolução liberal, como vimos. No entanto, os anúncios não reflectem completamente a sua difusão, sobretudo por se tratar, em muitos casos, de uma imprensa clandestina. E se, das informações, retirarmos as tendências reveladas, faz sentido isolar as referências expressamente políticas e as do Direito.

Não considerando pois nem a religião, nem a filosofia ou a literatura e a imprensa, em obras que indirectamente reflectam interesse e posicionamentos políticos, a evolução das referências é a seguinte:



Este gráfico está desenhado com base no número de referências a um e outro tipo de livros. Seria ligeiramente diferente se apurássemos valores relativos, com uma expansão mais atenuada, uma vez que é o romance, e não tanto a política, o grande impulsionador da leitura dos inícios do século XIX. Mas dizemos apenas "atenuada" porque a política

faz parte dos factores que mais contribuíram para a expansão da leitura.

Outros dados podem ajudar a perceber o gráfico. Nos panfletos políticos, não incluímos os que se dedicam apenas aos acontecimentos militares ou a vasta produção apologética em verso. Isso explica em parte a quebra verificada em 1811/15 quando se substitui uma literatura no essencial anti-francesa por odes elogiando os generais vitoriosos, ou por relatos das manobras que, por toda a Europa, faziam recuar as tropas napoleónicas. É o auge da admiração pelo poder britânico.

Procuraremos pois sintetizar os traços e momentos significativos do acto de ler e dar a ler política entre 1780 e 1820.

Começamos por assinalar que a política se autonomiza como área de interesse da leitura. De produção dispersa, transforma-se numa vaga editorial. De uma zona indistinta do saber, passa a uma intervenção elaborada. Claro que a política não foi inventada nesta época. Mas aquilo que se consome, em geral, como política, é que aparece agora com mais clareza. Tomemos o caso da imprensa. A partir do momento em que os jornais passam a fornecer opiniões e informações aprofundadas sobre assuntos do governo e da administração, da orientação fiscal ou económica, definindo conceitos e linguagem próprios, já não é normal considerar como "político", um periódico que preferencialmente se ocupe de notícias de cortes. Contudo, trinta anos antes, a Gazeta de Lisboa era considerada um órgão político por esse mesmo

motivo. Este exemplo pode ser prolongado pela consideração da forma como certos conceitos se foram clarificando nos panfletos, nos dicionários, ou mesmo na literatura. Política e polícia ganham especificidade e distinguem-se.

O poder, desde os anos das invasões francesas, havia sido encarado como objecto de discussão, como fenómeno objectivo que interferia na vida dos portugueses, a começar por aqueles a quem as medidas do governo podiam afectar os investimentos, e não mais predominantemente como acção paternal, como acontecia nos textos vagamente liberais dos finais do século XVIII.

Mais do que qualquer outra, estas leituras sofrem com os ritmos e sobressaltos da sociedade portuguesa. Dir-se-á que é natural uma leitura política se correlacione com uma vida política. Tal afirmação será verdadeira apenas se os acidentes forem correspondidos pela publicação. Uma coisa é existirem registos escritos de factos políticos para efeitos de memória ou conservação das instituições, outra completamente diferente é serem criados esses registos pela necessidade imediata de leitura de uma comunidade. E é isso que então acontece.

A revolução francesa, as relações diplomáticas e económicas internacionais, os conflitos sociais nos campos e nas cidades, a Guerra Peninsular, os choques mentais da Europa e, por fim, o movimento de pré-construção do Estado liberal, com o aceso e virulento debate de ideias que viu nascer, são momentos marcados nas formas de ler, assim como nos conteúdos divulgados.

O que, neste sentido, oferece de particular a última década do nosso estudo, é a convergência desses vários elementos. Não observamos apenas a teorização jurídica, nem a discussão de valores, nem o debate de uma política económica. Tudo aquilo que antes podia ocorrer fora do plano escrito público, então emerge numa torrente que torna completamente ineficaz qualquer veleidade de contenção por vias administrativas. O facto de as próprias estruturas do poder, responsáveis pela censura, terem disso consciência e fazerem abundante uso deste novo espaço de comunicação, reforça a tendência geral.

A leitura política impõe-se como um dos objectos de maior interesse público, e a revolução liberal não fará senão acentuar este facto.

NOTAS

- 1- Essai Statistique sur le royaume du Portugal, vol.2, Paris, 1822, pp.xcii/ci.
- 2- José de Seabra da Silva, Deducção Chronologica e analytica, 5vols., Lisboa, 1768.
- 3- Compendio sobre as Artes e as Sciencias, Porto, 1788, p.28.
- 4- ver de António Delgado da Silva, Colleção da Legislação Portuguesa desde a Ultima Compilação das Ordenações, (Legislação de 1791 a 1801), Lisboa, 1828, pp.225-238.
- 5- "Carta do Dr. Manoel Mendes Fogaça ao seu amigo transmontano sobre os periódicos do tempo" in Obras Inéditas de José Agostinho de Macedo, Lisboa, 1900, pp.267/280.
- 6- Luiz António Innocência de Moura e Lemos, Elogio à Rainha Nossa Senhora em reconhecimento dos benefícios recebidos, a quem deve a Nação utilidade e amor, Lisboa, Rollandiana, 1781, p.11.
- 7- Ibidem, p.5.
- 8- Ibidem, p.5.
- 9- Compte rendu au Roi, Paris, 1781.
- 10- Sur l'Administration des Finances de la France, 3vols., Paris, 1784.
- 11- Compêndio d'Observações que formão o Plano da Viagem Política e Filosófica que se deve fazer dentro da Pátria, Lisboa, 1783.
- 12- 2 vols., Lisboa, 1799/1800. Os volumes agrupam fascículos respeitantes aos reinos da Rússia, Dinamarca, Polónia, Império Germânico, Monarquia Prussiana, Monarquia Austríaca, República da Holanda, França, Sardenha, Nápoles, Sicília, Turquia e Grã-Bretanha.
- 13- Instrucções sobre a Política e a Moral, Lisboa, 1791, p.6.
- 14- Mr.Calonne, Memória, anunciado em 30/11/1787.
- 15- Em 1794 é referido duas vezes e no ano seguinte é anunciada uma terceira parte, dando ideia de que foi sendo vendido por fascículos, expediente várias vezes utilizado e que tornava mais fácil a sua distribuição. Em 1800 é referida uma quinta parte.
- 16- Esta carta é inicialmente publicada em Paris em 1789. A sua difusão em Portugal é de tal ordem que ainda em 1824 volta a ser editada.

- 17- o primeiro anúncio é de 15/12/1792.
- 18- Para se ficar com uma ideia da correspondência de preços, socorrendo-nos dos registos publicados em Vitorino Magalhães Godinho, Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850, Paris, Armand Colin, 1955. no Porto, em 1779, 200 réis custava uma galinha, enquanto que um carneiro custaria 600 réis. Em 1790, na mesma cidade, os mesmos animais custariam respectivamente 300 e 800 réis.
- 19- José Esteves Pereira, ao referir-se ao económico como "ingrediente da mentalidade", escreve: "Uma das razões que se costumam apresentar para o desfasamento de escola vai ao encontro da tese de que os fisiocratas lusitanos visavam conciliar a actividade produtiva agrícola com o fomento manufactureiro, não obstante a articulação dos dois sectores se fazer, por via de regra, na subordinação do secundário e do terciário, ao primário. O asserto é correcto, como não é menos importante que se atenda a que um mercantilista indefectível como D.Rodrigo de Sousa Coutinho, venha defender, com simpatia, medidas que reflectem a forma de ver dos fisiocratas da Academia" in "Economia em Portugal no século XVIII: aspectos de mentalidade", Prelo, 2, Jan/Mar, 1984, pp.29-30. O mesmo tipo de atitude é referida em relação a António Ribeiro dos Santos. Ver José Esteves Pereira, O Pensamento Político em Portugal no século XVIII, António Ribeiro dos Santos, Lisboa, IN-CM, 1983, p.276.
- 20- "Les pamphlets portugais anti-napoléoniens" in Arquivos do Centro Cultural Português, vol.XI, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, pp.507-516.
- 21- Os preços dos mais simples e mais pequenos podiam chegar a poucas dezenas de réis.
- 22- Sermão de Preces pelo bom sucesso das nossas armas contra o tyranno Bonaparte na terceira invasão deste reino, Igreja de N.Sra. dos Mártires, 31 de Agosto à noite, Lisboa, 1814, p.3.
- 23- Sermão Pregado na Igreja de N.Sra. dos Mártires 23 Novembro 1808, Lisboa, 1808, p.64.
- 24- Em Portugal, encontramos alguns desenhos no Arquivo Histórico Militar, em várias quotas. Nuno Daupias d'Alcochete reproduz também alguns desenhos, embora sem esclarecer a sua origem. Em França, esta documentação está dividida entre a Biblioteca Nacional de Paris e a Biblioteca Thiers, tendo chegado a estar exposta uma compilação na Biblioteca Marmottan, em 1975.
- 25- Lisboa, 1808.
- 26- "(...) entre franceses não há que escolher: soberbos, petulantes, ambiciosos em summo grau, mentirosos, traidores, assassinos, e infieis, isso são eles todos, e a diferença só consiste em mais ou menos; e se algum se preza de honrado,

saiba V.m. que esse é ainda pior que os outros; porque acrescenta aos defeitos gerais o vício da impostura ou hipocrisia", O cão do cego que fugio para a esquadra ingleza com medo de Lagarde, Lisboa, 1808, p.6.

- 27- Embora as várias marcas de grotesco (obesidade, calvície, distorções) que ostentam as personagens não permitam um retrato uniforme, há uma síntese possível: a de que, a nível da descrição física, a caricatura é coerente, ou seja, não pode deixar de ser apresentado como grotesco aquele que, como o francês, o folheto pinta com tal carga de vícios.
- 28- A França é apresentada como uma "Nação degenerada, coberta de vícios e de crimes, os franceses já não são aqueles homens polidos e atenciosos (...), são uns homens grosseiros e ignorantes, sem princípios, sem educação e sem Religião", Portugal Desaffrontado, diálogo entre hum official francez da legião do meio-dia e hum ecclesiástico da província de Entre-Douro-e-Minho, Lisboa, 1808, p.13.
- 29- Os franceses, marcados por uma "alma plebeia" (é força de zelo "querer fazer de vilões-ruins gente de bem", Diálogo entre Bonaparte, seu irmão José, Bethier e Lasnes, Lisboa, 1809, pp.6/7), são apelidados de "charlatães-mores" (Diálogo entre as principais personagens..., op.cit.) dado que ambicionam e ocupam funções para as quais não têm preparação. Abandonados os lugares "naturais" e a "harmonia" social e política que o nascimento e a educação tinham conferido, precipitam-se as arbitrariedades e as desgraças. É a mentalidade portuguesa do antigo regime que emerge em tantos destes folhetos quando se sublinha o contraste entre os poderosos destes dias e "as famílias distintas de antes da revolução" (op.cit., p.7). São "homens sem nascimento, sem luzes, sem talentos, sem estudos e sem humanidade" (Macedo, op.cit., p.59).
- 30- Mentor da Moda ou educação à franceza, Lisboa, 1808, p.5.
- 31- É essa condição de "canalha (...) rota e esfrangalhada" (Diálogo entre Lucifer e Bonaparte, Lisboa, 1809), que leva a uma outra característica dominante: a de "pirata vagabundo" (Ferreira Lobo, Oração Gratulatória, Lisboa, 1809). O ladrão é certamente o aspecto mais comum na caricatura do francês, aquele traço que faz convergir todas as descrições. Aliados a esta caracterização aparecem obrigatoriamente os pormenores da faceta psicológica e moral. A imoralidade é um atributo em que todos os folhetos insistem. Segue-se uma lista infundável de insultos que deixam o francês de rastos. Ele é corrupto, oportunista, malfeitor, mesquinho, ganancioso, ambicioso, avaro e caloteiro. Ele é orgulhoso e soberbo, "jacta-se do progresso das suas luzes" (Madeira Torres, Sermão de acção de graças, Torres Vedras 8 Dezembro 1813, Lisboa, 1816), "aborto da malícia, da soberba, do incontentável orgulho humano" (Macedo, op.cit., p.9). Ele é malicioso, promíscuo, libertino, sem honra nem vergonha, é traiçoeiro e cobarde.

- 32- Macedo, op.cit., p.9.
- 33- Diálogo entre dois mortos, hum francez e hum inglez, Lisboa, 1810, p.6.
- 34- Madeira Torres, op.cit., p.14.
- 35- "Uma das mais pestíferas e ruinosas obras do espírito humano foi sem dúvida a fatal revolução" (Macedo, op.cit., p.8).
- 36- Carta em que Josefina imperatriz dos franceses pede vingança a Talayrand contra Napoleão, Lisboa, 1810, p.3.
- 37- Ferreira Lobo, op.cit..
- 38- ABC poético, doutrinal e anti-francês, Lisboa, 1809.
- 39- José Agostinho de Macedo, Sermão Pregado na Real casa de Sto. António em 28 de Setembro de 1808, Lisboa, 1809, p.49.
- 40- A faceta anti-cristã do francês pode ser apreciada de dois modos: por um lado a do homem que não respeita os lugares e funções sagrados, que profana os templos e ultraja os religiosos. "Capti Episcopi, interfecti Presbiteri, et diversorum officia clericorum. Subversae Ecclesiae ad altaria Christi stabulati equi, Martyrum effossae reliquae" é a epígrafe a A Religião Ofendida pelos seus chamados protectores, Coimbra, 1809. "Os anciães, os eclesiásticos e religiosos [seriam] decapitados (...). De que [viveriam] os eclesiásticos e religiosos cujas rendas, se não fossem extintas, eram enormissimamente recortadas para serem dadas aos seus verdugos?" (Demonstração do erro e demência dos partidistas franceses, Lisboa, 1808, pp.8 e 11). Repare-se que, mais uma vez, o recurso a realidades políticas e sociais verídicas ou reconhecíveis aumenta a credibilidade da caricatura e a eficácia do meio de actuação política que é a leitura, pelo interesse que suscita. Por outro lado, é-nos apresentada a faceta do homem que, educado na fé, a rejeita e acolhe o credo que lhe trazer mais proveitos. "Ele é cristão pela manhã, ao meio dia turco, à tarde índio, depois da digestão do jantar materialista, às portas fechadas ateu chapadíssimo" (Diálogo entre dois mortos ..., op.cit, fasc.III, pp.7/8). "Confesso e confessarei que na lei cristã nasci, que à dos turcos me cingi, e que o ateísmo abracei" (Testamento que fez o D.Quixote da França, antes de partir para a sonhada conquista da Rússia, Lisboa, 1813, p.4).
- 41- Madeira Torres, op.cit..
- 42- Fr. Manoel da Conceição Argea, Oração fúnebre que nas exéquias dos portugueses que morreram na tomada de Badajoz recitou ..., Lisboa, 1812.
- 43- Vicente José Cardoso da Costa escreve em Observações sobre um artigo da 'Gazeta de Lisboa' de 29 de Outubro de 1810 (Londres, 1811, p.58), que entre Setembro de 1808 e Fevereiro

de 1809 foram consentidas "quadrilhas de rapazes e de plebe pelas ruas, e pelas casas de particulares, insultando a quem queriam, com o pretexto de prender franceses e jacobinos". Ver também, de Nuno Daupias d'Alcochete, os trabalhos que incidem sobre as perseguições sofridas por Jacques Ratton, "La Terreur Blanche à Lisbonne (1808-1809). Jacques Ratton et la Setembrizada", Annales Historiques de la Révolution Française, 181, Julho/Setembro, 1965; do mesmo autor, Bourgeoisie Pombaline et Noblesse Libérale au Portugal, Paris, F.C.Gulbenkian, 1969; e Graça e J.S. da Silva Dias, Os Primórdios da Maçonaria em Portugal, vol.I, tomo II, Lisboa, INIC, 1980. Trata-se de dois momentos da reacção anti-francesa e anti-liberal que devem ser entendidos na sua continuidade.

- 44- Lisboa, 1808. Além de Reyceud, também os livreiros Rolland e Pedro e Jorge Rey foram vítimas da reacção anti-francesa, chegando a estar presos. Ver Fernando Guedes, O Livro e a Leitura em Portugal, subsídios para a sua história, Séculos XVIII e XIX, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1987, p.125. O autor baseia-se no estudo dos documentos da Intendência-Geral da Polícia, livros 12 e 15 (1811 e 1814), na Torre do Tombo. Note-se que a perseguição aos livreiros se inscreve na que se abateu sobre grande número de comerciantes lisboetas.
- 45- Veja-se, por exemplo, a quantidade de traduções francesas ou o número de livros importados de editoras de cidades francófonas, a par do carácter permanente da venda de dicionários e gramáticas francesas.
- 46- Portugal Desaffrontado ..., op.cit..
- 47- Um capelão militar fala de "papéis enfáticos e ridículos boletins franceses" em Reflexões que aos soldados do Regimento 22 fez ..., Lisboa, 1809.
- 48- Esclarecedor, a este respeito, é o panfleto intitulado O Amor e Sujeição à Pátria he hum Dever Natural e Civil, diálogo, Lisboa, 1811. Aí se afirma que a "Razão é a Natureza do Homem", p.5, e, sobre as noções de "lei", "sociedade", "governo justo", "obrigação natural e civil" e "liberdade", diz-se: "as leis não são um invento arbitrário para subordinar os espíritos fracos, antes são um laço necessário, e formado pela razão, para regular, pacificar, e unir os homens entre si: segue-se mais, que é uma lei originária da razão a subordinação dos homens às leis justamente estabelecidas, e aos Administradores delas, se rectamente o forem; e segue-se finalmente que todos os homens são natural e civilmente obrigados a concorrer para a sua utilidade comum, usando a Liberdade, segundo o que manda a razão" (Ibidem).
- 49- O Homem das debilidades, Lisboa, 1810, p.5.
- 50- Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810), Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

- 51- Macedo, Sermão de Preces pelo bom sucesso das nossas armas, Igreja de N.Sra. dos Mártires, 31 de Agosto à noite, Lisboa, 1814, p.11.
- 52- Ibidem, pp.27/28.
- 53- Ibidem, p.43.
- 54- Graça e J.S. da Silva Dias, Os Primórdios da Maçonaria em Portugal, Lisboa, I.N.I.C., 1980, vol.I, t.II, p.597.
- 55- veja-se Link, Travels in Portugal, Londres, 1801, p.477. Apesar dos defeitos que lhe aponta, considera-o o único jornal político em Portugal, com a vantagem de ser sóbrio e discreto.
- 56- in José Manuel Tengarrinha, História da Imprensa Periódica Portuguesa, Lisboa, Portugalíia, 1965, p.52.
- 57- Idem, Ibidem.
- 58- José Liberato Freire de Carvalho, O Campeão Portuguez ou o Amigo do Rei e do Povo, vol.II, Abril de 1820, p.229. Também em Memórias da Vida de ..., Lisboa, Assírio e Alvim, 1982 (1ª ed. Lisboa, 1855), encontramos a ideia do divórcio crescente entre a censura e os interesses dos leitores neste período.
- 59- Tengarrinha, op.cit., p.65.
- 60- "O [jornal] de mais voga foi (...) o citado Correio braziliense" (pp.449-450). "não obstante (...) a proibição feita no Brasil e em Portugal, a circulação do terrível jornal continuou extensa, sem nada se conseguir com as resoluções tomadas" (pp.450-451), Luz Soriano, História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, "2 época", t.II, Lisboa, 1871.
- 61- Jacques Godechot, "Le Portugal et la Révolution (1789-1814)" in Arquivos do Centro Cultural Português, vol.VII, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, pp.279-297.
- 62- José Agostinho de Macedo, "Carta aos Senhores Investigadores" (18/6/1812) in Obras Inéditas de José Agostinho de Macedo, Lisboa, 1900, p.191. O principal motivo de desagrado de Agostinho de Macedo em relação aos "investigadores" era as críticas e troças ao seu poema O Gama. A esta troça viria a juntar-se também o Correio Não ficou porém a discussão no campo literário, sobretudo pelo papel de Agostinho de Macedo que a levou para o domínio político.
- 63- Jornal de Coimbra, vol.11, parte 1, 1817.
- 64- Mais abertamente ao lado dos interesses dos comerciantes do reino, é o Correio Braziliense que mais contesta os termos do tratado com a Grã-Bretanha. O Observador Lusitano em Paris defenderá que o acordo podia ter sido vantajoso se a

acompanhá-lo fossem tomadas medidas de apoio aos comerciantes portugueses na Europa. Mas é, curiosamente, o Investigador Portuguez que se vira contra a parte inglesa, ao contrário do Correio que, não só critica o outro periódico por encobrir as responsabilidades do governo de Lisboa, como afirma ter a Grã-Bretanha contribuído para o relançamento do comércio interno português. Quanto ao alvará de 1802, aparecem posições pró e contra nos jornais. No essencial o que está em causa é a existência de uma situação de privilégio, na posse da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, situação contra a qual se erguem os que defendem a igualdade de condições por parte de todos os proprietários, para melhorar a situação dos capitais portugueses nos mercados internacionais.

- 65- Correio Braziliense ou Armazem Literário, vol.VI, Abril e Maio de 1811; vol.VII, Setembro de 1811; vol.IX, Setembro de 1812; vol.X, Fev., Abril e Maio de 1813; vol.XIII, Agosto de 1814. O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jardim Literário, Político, vol.III, Maio de 1812; vol.IV, Julho e Agosto de 1812; vol.VI, Junho de 1813; vol.VII, Agosto, Setembro e Outubro de 1813; vol.XX de Novembro de 1817.
- 66- Correio ..., vol.XIII, Outubro de 1814.
- 67- Correio ..., vol.VI, Julho e Agosto de 1811; vol.XI, Novembro de 1813. Neste número, é feita a crítica de um livro espanhol, Revolución de la Nueva Hespaña, com o qual, embora criticamente, concorda na análise do sistema colonial.
- 68- O Correio Braziliense e o Portuguez parecem mais próximos dos interesses dos comerciantes, enquanto O Investigador Portuguez, dá mais voz aos produtores independentes.
- 69- ver Graça e José Sebastião da Silva Dias, op.cit., p.582.
- 70- "Os (indivíduos ou estratos) protagonistas das contradições sócio-económicas e socioculturais em processo na vida portuguesa aderem à tese de que a mudança política teria de preceder a mudança social e funcionária, praticamente, como o seu garante e propulsor", op.cit., pp.570-571; "Os jornalistas apelavam com insistência e energia para reformas, para Cortes, para uma Constituição. Primordializavam o político, enquanto base das inovações conjunturais, que julgavam absolutamente inadiáveis", op.cit., pp.590-91.
- 71- Janeiro-Abril, 1815, p.260.
- 72- Vol.VII, Agosto de 1813.
- 73- Vol.XVI, Maio de 1816.
- 74- A Verdade ou Pensamentos Filosóficos sobre os objectos mais importantes à Religião e ao Estado, Lisboa, 1814.
- 75- Ibidem.

- 76- Ver Reflexões sobre o 'Correio Braziliense', Lisboa, 1810; e Apologia das Reflexões sobre o 'Correio Braziliense, caluniosamente atacado', Lisboa, 1810. São ambos muito anunciados ao longo desse ano pela Gazeta de Lisboa.
- 77- Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, de acordo com Inocêncio da Silva, teria nascido entre 1740 e 1750. Era advogado da Casa da Suplicação de Lisboa, e é apenas como "um advogado" que se lhe refere o anúncio da primeira edição das Primeiras Linhas sobre Processo Criminal (Lisboa, 1785). As suas Primeiras Linhas sobre Processo Civil, cujos três tomos foram anunciados pela primeira vez em 1814, também foi um sucesso de vendas. Cinco edições teriam sido publicadas até meados do século, já muitos anos depois da sua morte (provavelmente ocorrida em 1818). Fernando Guedes, baseando-se no livro de contas de Rolland, refere a 3a edição desta obra (1825), com tiragens entre os 1000 e os 1300 exemplares, como exemplo dos lucros que as publicações podiam dar. Op.cit. (44), p.153.
- 78- Discurso Jurídico, Económico e Político em que se mostra a origem dos pastos que nestes reinos chamam comuns..., Lisboa, 1788.
- 79- Princípios de Direito Mercantil. As primeiras partes saíram em 1798. Entre 1801 e 1808 a obra, já completa, teve uma segunda edição, e entre 1811 e 1819 saiu uma terceira.
- 80- Não incluímos neste número pequenas recolhas de textos legais comentados para fins específicos. As compilações a que nos referimos reúnem, em muitos casos, peças antigas e dispersas, de forma a unificar o corpo da legislação portuguesa.
- 81- volume 1, Lisboa, 1806. Em 1799 já saíra, com o mesmo título, uma introdução a todo o trabalho que depois se integraria no volume de 1806.
- 82- Borges Carneiro, em 1816, ano em que edita um Extracto de Leis (1807-1816), anuncia a sua intenção de publicar o Mappa Chronológico das Leis desde 1603 até Julho de 1816. A sua subscrição custava 1500 réis. Dois anos depois lança a subscrição do Resumo Chronológico das Leis mais Uteis por 2300 réis. Além destes que são os seus mais importantes títulos, Borges Carneiro compilou mais quatro pequenos volumes de legislação.
- 83- Repertório Geral das Leis Extravagantes, 2 tomos, Coimbra, 1815-1817.
- 84- 2 volumes, Lisboa, 1818-20.
- 85- Gazeta de Lisboa, 2/IV/1819.
- 86- Gazeta de Lisboa, 5/V/1820.
- 87- 6 tomos, Lisboa, 1805-20.

- 88- Dissertações Chronológicas e Críticas sobre História e Jurisprudência Portuguesa, 5 tomos, Lisboa, 1810-36. é a sua obra capital, anunciada na Gazeta pela primeira vez em 1813. A importância desta obra reside no rigor dos critérios diplomáticos que a nortearam. O espírito do jurista aliava-se ao do historiador para dar satisfação às novas necessidades críticas da análise histórica.
- 89- As obras históricas de Melo Freire, além de outros motivos de interesse, sobressaem pela sua diversidade e pelas discussões que provocaram na época. António Pereira de Figueiredo assim como Manoel de Almeida e Sousa chegaram a fazer sair textos críticos. Publicou Historiae Juris Civilis Lusitani (Lisboa, 1788), Institutionum Juris Civilis et Criminalis Lusitani (5volumes, Lisboa, 1789-94) e Dissertação Histórico-jurídica sobre os Direitos do Grão-Prior do Crato (Lisboa, 1808). A Gazeta de Lisboa (1812) refere ainda um Libello - Allegação Histórico-jurídica contra a Divisão do Arcediago da Sé de Leiria.
- 90- op.cit., p.9.
- 91- Coimbra, 1789.
- 92- Coimbra, 1790.
- 93- Análise ou Dissertação pela qual se mostra como os corpos de mão-morta destes Reinos são e foram sempre absolutamente inábeis para adquirir bens de raiz, Lisboa, 1790.
- 94- Sobre os prazos veja-se de Vicente Cardoso da Costa, Memória sobre a Avaliação dos bens do Prazo, Lisboa, 1802, e de João Pedro Ribeiro, "Memória sobre os inconvenientes e vantagens dos prazos", Memórias de Literatura Portuguesa, t.VII, Lisboa, Academia das Ciências, 1806.
- 95- Em 1812 João Pedro Ribeiro edita em Lisboa Dissertação Histórica, Jurídica e Económica sobre a Reforma dos Forais no reinado de D.Manuel I. Dois anos depois, entre várias publicações de outros autores sobre o assunto, de novo surge Vicente José Cardoso da Costa que publicará, agora em português, uma Análise das Teses do Direito Emphyteutico, Coimbra, 1814.
- 96- Entre outras publicações, Manoel de Almeida e Sousa (o Lobão) pôs à venda, nesses anos, cerca de uma dezena de títulos sobre temas da legalidade agrária. Esses livros abarcavam questões como o Direito enfitêutico, os morgados ou os dízimos eclesiásticos.
- 97- Observações sobre o Discurso que escreveu Manoel d'Almeida e Sousa a favor dos direitos dominicaes da Coroa, donatários e particulares, Coimbra, 1814.
- 98- Ibidem, p.3.

- 99- A defesa da liberdade da propriedade é um tema caro à imprensa portuguesa em Londres. Daí o seu interesse pelas decisões das cortes espanholas abolindo os direitos senhoriais e feudais e a atenção prestada ao trabalho da comissão para o exame dos forais. Veja-se por exemplo o Correio Braziliense de Outubro de 1815 (vol.15), e as discussões registadas em O Investigador Portuguez sobre agricultura entre Dezembro de 1813 e Fevereiro de 1815. Também O Portuguez, utilizando as palavras de Maria Helena Carvalho dos Santos, transporta a questão agrícola para a "discussão dos vínculos da propriedade, do regime senhorial, do domínio da terra. é já um problema de liberalismo - a liberdade da terra, o direito à propriedade", "Imprensa periódica clandestina: 'O Portuguez' e a Constituição" in O Século XIX em Portugal, Lisboa, Presença/GIS, s/d, p.461. Trata-se da publicação das actas de um colóquio de 1979.
- 100- São expressões presentes em Dissertação sobre os Dízimos Ecclesiásticos, Lisboa, 1816.
- 101- Introdução ao Novo Código ou dissertação crítica, Lisboa, 1780, p.2.

VII - LER CIÊNCIA E LER POLÍTICA:
UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

(...) "não se limitam a verificar que o Progresso tem existido e existe e a acreditar que continuará existindo; vão mais longe: querem que continue a existir. É um imperativo de acção.

Vasco de Magalhães-Vilhena,
Progresso, História Breve de uma Ideia.

Regressamos a uma perspectiva global, aquela que, em 1783, guia José António de Sá quando edita o seu questionário para uso de curiosos ^[13]. Aí propõe, como vimos atrás, que o homem interessado por aquilo que o rodeia tire os seus próprios apontamentos, em qualquer local que visite.

O objecto desses apontamentos é, precisamente, o conjunto de fenómenos que responde à curiosidade científica e política, tal como então se entendia uma coisa e outra. Os dois tipos de curiosidade são colocados a par numa mesma publicação destinando-se a satisfazer uma certa ambição enciclopédica, num desejo de saber que incentiva a leitura.

A natureza das coisas e a natureza social são dois aspectos de uma mesma realidade que, se não são descobertos nessa época, são então objecto de um interesse alargado. Verdades há mantidas inócuas pelo seu carácter restrito, e que passam a polémicas quando divulgadas, ou quando se manifesta a intenção de as divulgar. Esta natureza que atrai a leitura já não é tanto valorizada como criação, mas sobretudo como explicação.

Nos momentos de maior expansão das publicações, as resistências que esse facto provoca são nítidas.

Existem, como se viu em primeiro lugar, resistências de natureza administrativa. A forma como o Desembargo do Paço, o Tribunal do Santo Ofício e a Intendência de Polícia foram respondendo ao que consideravam ser, em 1789/1795, a permissividade editorial, e em 1808/1811, a influência francesa, é um claro exemplo desse tipo de resistências.

Em segundo lugar, por via da abundante apologética que circulará em Portugal, sobretudo após a revolução francesa, existem resistências de natureza ideológica. Tais publicações perseguem objectivos circunscritos que pouco têm que ver com o interesse científico pela realidade, mas não raro desenvolvem o mote do combate à soberba humana, identificando-a com a crença na razão e no conhecimento material, e contrapondo-lhes a segurança da revelação e da fé. Procuram com tais argumentos inverter a aproximação da natureza, revalorizando-a como criação e desvalorizando-a como explicação.

Ora estas resistências, aliadas à imagem saliente da quebra da edição religiosa no conjunto das leituras, podem conduzir-nos a um antagonismo inexistente. Se é verdade que uma certa apologética procura agitar um pretenso carácter incendiário da curiosidade pelo real, o certo é que essa curiosidade se fez, em grande medida, do retorno contínuo à admiração da obra criada, como observámos para a leitura de Lineu, ou para o papel de um certo newtonianismo moral que motiva muitas obras científicas. Ou seja, são dois os livros sagrados, e não é menor o fascínio pela revelação que a ciência proporciona no "livro" da natureza. É contraditória, como se viu, a aproximação de uma natureza. A leitura de Fontenelle é certamente menos perigosa do que a das Fábulas de La Fontaine, mas é também um poderoso acicate da curiosidade pelas coisas da ciência. É necessária prudência ao analisar um fenómeno em que, para mais, algumas ordens religiosas têm um papel destacado.

Criou-se, de qualquer modo, um motivo de interesse da edição que, por sua vez, proporcionou uma nova perspectiva sobre a realidade. A propósito da mudança mais ampla provocada pelo desenvolvimento da imprensa, afirma Elisabeth Eisenstein: "At least at my view, the changes wrought by printing provide the most plausible point of departure for explaining how confidence shifted from divine revelation to mathematical reasoning and man-made maps" [23].

Tal transferência pode ser também apreciada em finais do século XVIII, princípios do XIX, num âmbito mais delimitado, quando a leitura começa a adquirir alguma expressividade social. O compêndio de José António de Sá, ao considerar em conjunto a realidade social e a natureza, está a contribuir para a divulgação desse espírito mas, mais importante, revela como se entendiam então afinidades no domínio do conhecimento.

Pouco a pouco, esses domínios vão-se especializando. A ambição enciclopédica esbate-se ou mesmo desaparece com a viragem do século e, em seu lugar, desenvolvem-se múltiplas formas de leitura, com funções específicas. A leitura que o estudioso alimenta vira-se para questões particulares, e não se expande. Em contrapartida, a leitura de deleite e de intervenção, a leitura útil do dia-a-dia comercial, político ou agrícola mostram-se as mais dinâmicas para tomar esta nova forma de comunicação.

Neste sentido se compreende a evolução divergente de leituras científicas e políticas. As primeiras, tendo tido alguma vitalidade nos anos que se seguiram à fundação da

Academia, desenvolvem-se, mas não se conseguem impor como leitura de massas. O triunfo da razão é, com a viragem do século, entendido de forma diferente, mais próximo de uma consciência política do que de uma massificação do saber filosófico. A ciência assume-se então como actividade especializada para profissionais, e outras matérias preenchem as necessidades sociais de leitura. Por outro lado, parece já ser insuficientemente motivador o conhecimento da realidade vegetal ou mineral, mesmo com novas descobertas, quando a violência dos debates parece provar que é possível e legítimo intervir sobre os aspectos da realidade que dizem respeito ao homem.

A política, no que diz respeito à leitura pública, depois de ser um interesse mal definido nos finais do século XVIII, será um dos domínios mais dinâmicos, substituindo até a ciência na inspiração de poetas, dramaturgos e novelistas. Os temas e as discussões políticas mobilizam, sobretudo nos dez anos que antecedem a revolução liberal, muitos meios, humanos e materiais. A imprensa periódica extrai dessa situação grandes vantagens afirmando-se, a partir de então, indispensável. Neste campo o jornal científico não constitui excepção. O papel político que sempre havia tido acentua-se. São os casos do Jornal de Coimbra, de O Investigador Português em Inglaterra e dos Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras, embora em sentidos divergentes. Tais jornais têm um público restrito e o primeiro corresponde mesmo a um público pouco sensível a mudanças. O que traduz a sua leitura, e o seu cariz político?

Publicações francesas com características semelhantes e cujos leitores são elites do universo alfabetizado, foram estudadas em França por Jean Ehrard e Jacques Roger [33]. Com base nesse estudo, afirma Michel Vovelle ser possível ler um desses jornais entre 1785 e 1789 sem pressentir a revolução que se avizinha [43]. Contudo, ao evidenciar um interesse inédito pelo fenômeno da leitura, ao salientar a alteração de pesos, de formas e de funções do que mais se procura ler, o Jornal de Coimbra é, como os jornais mais políticos, um indicador da nova situação que o impresso cria, e que lhe é criada, no mundo da comunicação.

Os espaços, os temas, o próprio acesso ao livro, são os elementos dessa nova situação. Com o crescer da edição, crescem também as necessidades sociais de leitura. Os dois pólos estimulam-se mutuamente. Tornava-se agora necessário confrontar esta pesquisa com uma outra, que definisse com rigor a alfabetização, e a forma como evoluíram os estudos básicos nos sessenta ou setenta anos que antecederam o liberalismo. Só assim se poderá valorizar devidamente o alcance de certos temas num processo de comunicação onde o escrito se começa a mostrar poderoso. Ao estudarmos os temas, e relacionando-os sempre com outros componentes do fenômeno da expansão do impresso, fomos seguindo a transferência do privilégio do oral para o escrito. Os tipos de leitura que mais se desenvolveram foram precisamente aqueles que mais próximos estavam da oralidade. Assim, a leitura apodera-se da ficção e da retórica, por vezes adaptando estilos, mas demonstrando facilidade de reconversão.

Henri-Jean Martin explica: "When a new form of communication becomes necessary and then appears, it tends to exceed its goals and overfulfill its function. A process of reclassification then follows, for while the old means of communication are still used, they no longer serve the same functions. What is more, each period seems to adapt the media to its own use [5].

Estas apreciações ignoram a existência de vários níveis de uso de um instrumento de comunicação. Uma temática ou uma linguagem, por exemplo. Mas a ciência e a política são parte da transformação mais global que referimos e, nesse sentido, mesmo nos níveis de acesso mais restrito se sente o movimento global. Os casos da mudança das línguas de leitura científica ou a difusão da leitura do Direito são representativos.

A leitura de ciência contribui, embora a um nível quantitativamente limitado, para a criação de interesses, para a questionação do real, e para a fundamentação de uma maior confiança do homem em si próprio. Essa confiança é condição necessária da vontade de ler em geral, incluindo entre aqueles que não chegaram a abrir um livro de ciência.

Mas no caso da política, a ficção e a retórica de que atrás falávamos, no escrito panfletário ou não, foram, sem dúvida, dos elementos que mais contribuíram para impor a nova leitura.

NOTAS

- 1- Compêndio d'Observações que formão o Plano da Viagem Política e Filosófica que se deve fazer dentro da Pátria, Lisboa, 1783.
- 2- The Printing Press as an Agent of Change, 2vols., Cambridge, 1979, p.701.
- 3- "Deux périodiques français du 18e siècle: le Journal des savants et Les Mémoires de Trévoux (essai d'une étude quantitative)" in Livre et société dans la France du XVIIIe siècle, vol.1, Paris/Haia, Mouton, 1965.
- 4- "La sensibilité pré-révolutionnaire" in Vom Ancien Regime zur franzosischen Revolution, Gottingen, 1978.
- 5- "Publishing conditions and strategies in ancien régime France" in Books and Society in History, Nova York/Londres, 1983, p.43.

ANEXO:

UM FICHEIRO
- OBJECTIVOS, PROBLEMAS E CONCRETIZAÇÃO -

A possibilidade da utilização do computador na pesquisa que levou a esta dissertação e, concretamente, a criação de um ficheiro de referências a livros anunciados na Gazeta de Lisboa entre 1780 e 1820, e o seu processamento segundo critérios adiante expostos, foi colocada em Julho de 1985. A disponibilidade de uma pessoa com conhecimentos de programação e as capacidades do equipamento com que trabalhava, levavam a crer que a tarefa não era complicada e que poderia ser empreendida. Do trabalho de programação e tratamento do ficheiro realizado manualmente ficou então encarregue Gerardo João Vieira Lisboa. As explicações que se seguem são da sua responsabilidade.

Antes de comentar as aproximações feitas para a concretização do ficheiro, é útil descrever sumariamente as capacidades essenciais do equipamento utilizado no desenvolvimento do projecto: um *SPECTRUM 48K* e um leitor de discos *FDD TIMEX*.

O computador (o *SPECTRUM 48K*) apresenta uma memória real de 48k 'RAM' (na qual se pode escrever), sendo apenas 40k passíveis de serem completamente utilizados para programas e dados do utilizador comum; a parte restante é utilizada para o ecrã e para usos vários do sistema operativo do computador. A linguagem presente é o *BASIC*, de certo modo lenta por funcionar através de um 'intérprete' (no final deste anexo, inclui-se um pequeno glossário do vocabulário informático a que se recorre).

É no sistema periférico associado (*FDD TIMEX*), a nosso ver um dos que tem menos problemas de compatibilidade de *software*, que se encontra praticamente todo o acesso à construção e utilização do ficheiro. Sendo o suporte magnético constituído por discos de 3,5 polegadas e fazendo uso de um leitor de 40 pistas, a capacidade de memória utilizável num lado do disco, em *BASIC*, pelo utilizador comum, é de 140k (outros 20k são somente disponíveis para o sistema operativo das *FDD*).

O FICHEIRO

A primeira parte do projecto consistiu na criação da estrutura do ficheiro. Com esta já definida manualmente, não seria difícil reconvertê-la para uma utilização informática. Uma ficha continha as seguintes indicações: autor da obra anunciada, título, ano da publicação do anúncio, preço de venda e, finalmente, o código atribuído (ver cap. II).

A quantidade de memória reservada para cada ficha foi definida em função do espaço que a mesma ocupava no ecrã do computador. Tendo em conta que cada linha ocupa trinta e dois espaços, o espaço usado para cada descritor foi de trinta e dois caracteres para o(s) autor(es), sessenta e quatro para o título, quatro para o ano, quatro para o preço e três para o código, totalizando cento e sete caracteres de memória utilizados por ficha. Se acontecia um nome ou título exceder o espaço reservado, tinha de ser truncado. Após breves cálculos, verifica-se que o número máximo de fichas que um lado do disco podia conter era de mil trezentas e trinta e nove, o que era insuficiente dado o número total de fichas (cerca de sete mil). Optou-se então por distribuir o ficheiro por alguns discos, o que mais tarde se provou ser uma fonte de problemas.

Optou-se pela construção do ficheiro em disco porque a memória do computador só abarcaria cerca de trezentas fichas (já contando com o espaço reservado para o próprio programa).

O PROGRAMA

A fase seguinte do projecto foi a elaboração de um programa que facilitasse a transcrição das fichas registadas em papel para o suporte magnético acima referido.

O programa foi construído em duas partes. Na primeira deu-se ao utilizador, através de simples instruções, a possibilidade de procurar uma determinada ficha pelo seu título ou pelo seu autor e alterá-la. Alguns problemas obrigaram a uma solução que, na primeira parte do programa, fornecesse os números das fichas em que tal autor ou tal título se encontrava presente e possibilitando ao utilizador a leitura de uma ficha através de seu número. Foi também facultada no programa a impressão da ficha visualizada e a passagem à segunda parte do programa, a da escrita.

A inserção de uma ficha realizava-se pela entrada de cada elemento separadamente, feita de modo a apresentar a zona do ecran onde se escrevia com o tamanho reservado em memória, para que o utilizador pudesse decidir qual a melhor forma de truncar uma entrada caso esta não coubesse no espaço que lhe era destinado. Quando todos os elementos da ficha estavam inseridos, era ainda possível ao utilizador, além de colocar a ficha em memória, copiá-la na ficha seguinte (útil por aparecerem vários anúncios da mesma obra num mesmo ano), avançar para o preenchimento de outra ficha ou voltar para a primeira parte do programa.

A compilação das fichas começou em Setembro-Outubro de 1985 e terminou em Março-Abril de 1986, tendo-se realizado num ritmo irregular por estarem apenas três pessoas empenhadas em tempo parcial nesse trabalho. Entretanto, e à medida que os diversos anos iam ficando completamente registados, foi-se realizando a pesquisa, que terminou no dia 31 de Julho de 1986.

A PESQUISA

Todo o trabalho realizado até aqui foi a preparação do verdadeiro objectivo deste projecto: a recolha de dados, contidos no ficheiro, de maneira a obter respostas para as interrogações da presente dissertação. A pesquisa foi orientada de acordo com os seguintes critérios:

- 1- qual o número total de anúncios a obras por código, por quinquénio;
- 2- quantas obras existem por código/ano;
- 3- quantas obras existem/ano;
- 4- quais as obras mais frequentemente anunciadas/ano;
- 5- quantos autores existem/ano;
- 6- quais os autores que existem/ano;
- 7- qual o número de anúncios correspondentes a obras que se encontram nos vários intervalos de preços, por quinquénio;
- 8- qual o número de anúncios correspondentes a obras nos vários intervalos de preços, por código, por quinquénio.

Pretendia-se, no início, juntar todas as pesquisas num só programa, mas isso afigurou-se-nos difícil pois o programa ficaria demasiadamente extenso, e a própria pesquisa demoraria muito tempo. Tornou-se notória a necessidade de dividir a pesquisa em várias alíneas sem, no entanto, criar excessivas subdivisões. Agruparam-se então os critérios que recorriam aos mesmos elementos das fichas, tendo-se escolhido três grupos que foram: A) pesquisa de autores (5 e 6), por apenas aqui se aceder ao referido elemento; B) pesquisa do número total de obras, por código, por ano, desprezando as repetições dos anúncios, e quais as mais frequentes (3 e 4), por ser necessária uma pesquisa mais selectiva de todas as fichas; C) todos os restantes critérios (1,2,7 e 8) foram reunidos na questão 'quantos anúncios de obras existem, por intervalo de preço, código e quinquénio'.

Alguns critérios referem-se ao número de anúncios e outros à quantidade de obras para que se possa detectar, não só o número total de referências, como o número de obras anunciadas, descontando as repetições dos anúncios. Não foi feita uma pesquisa equivalente para os preços. Procurou-se, neste caso, apurar todas as referências. Não só edições diferentes da mesma obra podem ter preços distintos, como muitas vezes os preços indicados se referem a fascículos separados do mesmo livro.

A pesquisa segundo os diferentes critérios era idealizada para uma recolha de dados por quinquénios mas no que toca os grupos A e B o número de fichas era de tal ordem (cerca de 2000 para o último quinquénio) que uma pesquisa ano a ano se tornava mais exequível. Por outro lado, o facto de o ficheiro estar repartido por vários discos, estando assim alguns anos divididos, implicava a constante mudança manual do disco, dada a forma como a pesquisa se realizava. A pesquisa por anos implicava um menor tempo de processamento e um menor desgaste do material. Mais tarde, a necessidade de mudança de discos com anos divididos foi eliminada pela inserção, no programa, de uma rotina que armazenava na memória do computador as fichas referentes ao ano em tratamento que estivessem num dos discos (uma observação directa mostrava-nos nunca serem superiores a trezentas), acedendo depois só ao outro disco.

Passemos agora à descrição dos algoritmos utilizados nas diversas pesquisas. O utilizado no grupo C foi o mais simples. Aí a pesquisa consiste em ler todas as fichas do quinquénio em tratamento, actualizando os vários contadores referentes a cada critério. Como este programa só acede uma vez a cada ficha, é o que menos tempo leva a processar-se.

Os dois algoritmos referentes aos grupos A e B são muito semelhantes, sendo mais selectivos e mais lentos do que o anterior. Consistem em tomar o elemento a pesquisar (autor ou título) pertencente à primeira ficha do ano em tratamento, contar e assinalar as fichas onde ocorrem as repetições do mesmo elemento, voltar à primeira ficha com esse elemento, assinalá-la também, avançar para a seguinte não assinalada e repetir o processo até estar o ano completamente tratado. Aqui percebe-se o problema da constante mudança de disco, pois o programa necessitava de consultar diversas vezes (quase) todas as fichas do ano.

Os resultados obtidos eram armazenados nas seguintes matrizes : uma matriz numérica, C(), de 35 por 7 elementos destinada a conter os resultados das contagens dos critérios 1 (na primeira coluna), 2 (na sétima coluna), 7 e 8 (colunas dois a seis); uma matriz alfanumérica, T\$(), de 503 elementos, cada um com 6 caracteres de comprimento, correspondendo a uma obra (o número de elementos corresponde ao número máximo de fichas existentes num ano, assegurando assim sempre espaço para assinalar uma obra), indicando os primeiros quatro caracteres o número da ficha em que ela se encontra e os dois últimos o número de repetições; uma matriz alfanumérica, A\$(), de 503 elementos (pelas mesmas razões acima apresentadas), cada um com 32 caracteres, referentes aos diversos autores; uma variável alfanumérica, Z\$(), de 503 caracteres de comprimento, usada como matriz de uma só dimensão, correspondendo cada caracter a uma ficha e sendo marcado um 'x' para assinalar as repetições (esta variável é só usada nos grupos A e B).

Conforme as utilizações, assim também são diferentes as maneiras como as matrizes são tratadas. C() é, imediatamente após a pesquisa, impressa de acordo com a sua estrutura; T\$() é inicialmente guardada em disco sendo ordenada conforme o número de repetições por ordem descendente e guardada novamente em disco, sendo finalmente utilizado outro programa que, recorrendo ao ficheiro, imprime um certo número de títulos definido pelo utilizador; A\$() é ordenada pelos nomes dos autores de A a Z e imprime-os, indicando no final o número total de autores encontrados; Z\$() não tem interesse do ponto de vista de resultados, indicandó no final da pesquisa que todas as fichas do ano em análise foram vistas.

Segue-se a transcrição dos vários programas utilizados, acompanhados de explicações que não pretendem ser senão simples apontamentos sobre a tarefa que o programa está a realizar.

Nota 1: nos vários programas por vezes o utilizador tem de realizar uma determinada tarefa embora não apareça no ecrã nenhuma mensagem com essa indicação. Isto deve-se, por um lado, à necessidade de evitar que, ao fim de algum tempo, o ecrã fique carregado de mensagens inúteis e, por outro, ao facto de a habituação ao cumprimento das tarefas requeridas criar no utilizador, pouco a pouco, um conhecimento das tarefas a realizar sem que o programa lhas indique.

Nota 2: recorreremos a um programa que nos possibilitasse realizar a ordenação das variáveis de forma satisfatória, dado que o *BASIC* residente no computador não responde a esta necessidade. Esse programa foi o *BETA BASIC 3.0* da *BETASOFT*, que insere várias instruções no *BASIC*. Dificuldades de funcionamento desse programa nas *FDD*, foram ultrapassadas por instruções complementares no programa do grupo B (os 'RANDOMIZE USR'). No mesmo programa aparece a instrução 'MA\$', que em *BETA BASIC* aparece como 'SORT A\$', é a instrução de ordenamento.

Nota 3: a ordenação de T\$ (do grupo A) era feita directamente pelo utilizador no *BETA BASIC*, pelo que não existe o programa correspondente.

O PROGRAMA DE FICHEIRO

```

10 PAUSE 0: POKE 23729,255
20 DIM P$(107)
30 LET SAIR=NOT PI: LET N=0: G
O SUB 300
40 GO SUB 310
50 LET N=1: POKE 23693,120: CL
S: POKE 23624,120: POKE 23609,1
0
60 LET NMAX=VAL (B$(1 TO 4))
70 GO SUB 110: PRINT AT 0,0;A$
: GO SUB 430: IF SAIR THEN GO TO
90
80 GO TO 70
90 GO SUB 350: POKE 23729,255
100 STOP
110 CLS: PRINT AT 13,3;"0000";
AT 13,3+(4-LEN STR$ NMAX);STR$ N
MAX;" FICHAS EXISTENTES."
120 GO SUB 180: LET A$(22+(4-LE
N STR$ n) TO 25)=STR$ n
130 IF N>NMAX THEN GO TO 170
140 GO SUB 310: LET A$=B$
150 LET A$(33 TO 64)=P$(1 TO 32
): LET A$(129 TO 193)=P$(33 TO 9
6): LET A$(231 TO 235)=P$(97 TO
100): LET A$(239 TO 242)=P$(101
TO 104): LET A$(247 TO 249)=P$(1
05 TO 107)
170 RETURN
180 DIM A$(256): LET A$(1 TO 8)
="AUTOR": LET A$(16 TO 25)="F
ICHA 0000": LET A$(97 TO 105)="T
ITULO": LET A$(225 TO 230)="AN
O": LET A$(237 TO 238)="P:":
LET A$(245 TO 246)="C:"
190 RETURN
200 POKE 23658,4: LET M$="AUTOR
": +CHR$ 13: GO SUB 360: IF LEN
I$ THEN LET P$(1 TO 32)=I$: PRI
NT AT 1,0;P$(1 TO 32)
210 POKE 23658,8: LET M$="TITUL
O": +CHR$ 13: GO SUB 360: IF LE
N I$ THEN LET P$(33 TO 96)=I$: P
RINT AT 4,0;P$(33 TO 96)
220 POKE 23658,4: LET M$="ANO:
": +CHR$ 32: GO SUB 360: IF LEN I
$ THEN LET P$(97 TO 100)=I$: PRI
NT AT 7,7;P$(97 TO 100)
230 POKE 23658,4: LET M$="PREÇO
": +CHR$ 32: GO SUB 360: IF LEN
I$ THEN LET P$(101 TO 104)=I$: P
RINT AT 7,15;P$(101 TO 104)
250 POKE 23658,8: LET M$="CODIG
O": +CHR$ 32: GO SUB 360: IF LEN
I$ THEN LET P$(105 TO 107)=I$:
PRINT AT 7,23;P$(105 TO 107)
260 PRINT #0;AT 0,0;"FICHA CORR
ECTA?": PAUSE 0: LET I$=INKEY$
INPUT "": IF I$="N" OR I$="n" T
HEN GO TO 200
265 IF I$="R" THEN BEEP .01,40:
LET C$=P$: GO SUB 380: GO SUB 1
10: LET P$=C$: GO SUB 160: PRINT
AT 0,0;A$: GO TO 250
270 IF I$=CHR$ 13 THEN BEEP .01
,60: GO SUB 380: GO SUB 110: PRI
NT AT 0,0;A$: GO TO 200
280 IF I$="E" THEN BEEP .01,10:
GO SUB 380: LET n=n+1: GO SUB 1
10: RETURN
290 GO TO 260
300 OPEN #1,"FICHAS.FIC",R;107
: RETURN
310 INPUT #1;B$:AT 1+N
320 RETURN
330 PRINT #1;P$:AT 1+N
340 RETURN
350 LET P$="0000": LET P$(5-LEN
STR$ NMAX TO )=STR$ NMAX: LET N
=0: GO SUB 330: CLOSE #1: RETUR
N
360 INPUT (M$); LINE I$
370 RETURN

```

Espera colocação do disco.
Definição de variáveis a
utilizar no programa e abertura
do ficheiro.
Leitura da quantidade de fichas.
Ficha 1 a ser lida e definição
das cores do ecrã.

nmax = quantidade de fichas
Imprime a primeira ficha, acede
à primeira parte do programa e
encerra o ficheiro se necessário
Repete última linha.
Encerra o ficheiro.
Para o programa.
Limpa o ecrã e imprime o número
de fichas já escritas.

Prepara a impressão da ficha e
escreve o seu número.
Se a ficha ainda não existe sai.
Lê a ficha e formata o seu
conteúdo para a apresentação no
ecrã.

Sai da sub-rotina.
Definição da variável utilizada
na formatação de ficha para
impressão.

Saida de sub-rotina.
Força entrada de minúsculas, lê
entrada e se não for nula
imprime-a e guarda-a no lugar
destinado ao nome do autor.
Força entrada de maiúsculas, lê
entrada e se não for nula
imprime-a e guarda-a no lugar
destinado ao nome da obra.
Força entrada de minúsculas, lê
entrada e se não for nula
imprime-a e guarda-a no lugar
destinado ao ano.
Força entrada de minúsculas, lê
entrada e se não for nula
imprime-a e guarda-a no lugar
destinado ao preço.
Força entrada de maiúsculas, lê
entrada e se não for nula
imprime-a e guarda-a no lugar
destinado ao código.
Pergunta ao utilizador se a
entrada está correcta e se a
resposta for negativa repete o
preenchimento da ficha.
Se a tecla carregada for "R"
guarda a ficha, copia-a para a
seguinte e repete a pergunta.

Se a tecla carregada for o
"ENTER", guarda a ficha e passa
para o preenchimento da seguinte
Se a tecla carregada for "E",
guarda a ficha e volta para a
primeira parte do programa.
Repete a pergunta.
Abertura do ficheiro e retorno a
sub-rotina.
Leitura da ficha.
Retorno à sub-rotina.
Guarda a ficha.
Retorno à sub-rotina.
Escreve na ficha 1 o número de
fichas existentes e encerra o
ficheiro.

Espera que o utilizador faça a
sua entrada.


```

380 GO SUB 330: IF PEEK 23728=4
0 OR PEEK 23728=41 THEN BEEP 2,3
0: PRINT "NAO HA MAIS ESPACO LIV
RE NO DIS-CO": LET b$=p$: GO SUB
350: PRINT "ARRANJAR OUTRO DI
SCO E CARREGAR NUMA TECLA QUALQU
ER": PAUSE 0: DIM *
FICHAS.FIC": GO SUB 300: LET N=1
: LET NMAX=1: LET p$=b$: GO SUB
330
385 IF NMAX<N THEN LET NMAX=N
390 LET N=N+1
400 IF N>NMAX THEN DIM p$(107)
420 RETURN
430 POKE 23658,4: PAUSE 0: LET
i$=INKEY$: IF i$<>"p" AND i$<>"z
" AND i$<>"a" AND i$<>"s" AND i$
<>"n" AND i$<>"l" AND i$<>CHR$ 1
3 THEN GO TO 430
440 IF i$="a" THEN LET n=n-1: G
O TO 490
450 IF i$="s" THEN LET n=n+1: G
O TO 490
460 IF i$="n" THEN INPUT n: GO
TO 490
465 IF i$="z" THEN LPRINT A$: G
O TO 430
470 IF i$="l" THEN GO SUB 200:
GO TO 510
475 IF i$="p" THEN GO SUB 520:
GO TO 510
480 IF i$=CHR$ 13 THEN LET sair
=PI/PI: RETURN
490 IF n>NMAX THEN LET n=NMAX
500 IF n<1 THEN LET n=1
510 GO SUB 110: PRINT AT 0,0:A$
: GO TO 430
520 LET p=2: LET r=0: LET n2=1:
LET n3=NMAX: LET d$="0": LET m=
1: LET n1=n: LET a=1: LET b=32:
DIM c$(107)
530 POKE 23658,8: PRINT #0:"IMP
RESSORA ? >": PAUSE 0: LET E$=IN
KEY$: IF E$<>"S" AND E$<>"N" THE
N GO TO 530
531 IF E$="S" THEN LET F=3
540 POKE 23658,8: INPUT LINE e$
: IF NOT LEN e$ OR e$(1)<>"A" AN
D e$(1)<>"T" OR LEN e$>2 AND LEN
e$<5 THEN GO TO 540
541 IF LEN e$=1 THEN GO TO 549
542 LET m=LEN e$: IF m=2 AND e$
(2)<>"R" THEN GO TO 540
543 IF e$(1)="T" THEN LET a=33:
LET b=96
544 IF e$(2)<>"(" THEN GO TO 54
8
545 FOR x=3 TO m: IF e$(x)=","
THEN LET n2=VAL d$+n2*(VAL d$=0)
: LET d$="0": NEXT x
546 IF e$(x)=")" THEN LET n3=VA
L d$+n3*(VAL d$=0): GO TO 548
547 LET d$=d$+e$(x): NEXT x
548 IF e$(m)="R" THEN LET i$=p$
(a TO b): GO TO 551
549 IF e$(1)="A" THEN POKE 2365
8,4: LET m$="AUTOR : "+CHR$ 13:
GO SUB 360: IF NOT LEN i$ THEN G
O TO 553
550 IF e$(1)="T" THEN POKE 2365
8,8: LET m$="TITULO : "+CHR$ 13:
GO SUB 360: IF NOT LEN i$ THEN
GO TO 553
551 CLS: PRINT #p:"I$""FICHA
S>": FOR N=N2 TO N3: GO SUB 310
: IF B$(A TO B)=i$ THEN PRINT #p
:N:"
552 NEXT N: PRINT #p:"TAB 5;"F
IM DA PESQUISA": PAUSE 0
553 LET n=n1: RETURN

```

Guarda a ficha. Se já não houver lugar neste disco, grava o número de fichas existentes, encerra o ficheiro, pede ao utilizador que coloque no "drive" um disco formatado, espera que este carregue numa tecla depois de realizada essa tarefa, abre o ficheiro e grava a ficha. Actualiza a quantidade de fichas próxima ficha. Se não existir fica em branco. Retorno à sub-rotina. Força a entrada de minúsculas, espera que o utilizador carregue numa tecla e repete a espera se a tecla não for a pretendida.

Vê a ficha Anterior.

Vê a ficha Seguinte.

Vê a ficha cujo número é indicado pelo utilizador. Passa a ficha para impressora.

Vai para a rotina de escrita de fichas. Segue para a rotina de procura de fichas. Se a tecla carregada for "ENTER" para o programa. Número máximo= quantidade total. Número mínimo da ficha= 1. Imprime a ficha requerida e volta atrás. Definição de diversas variáveis utilizadas na procura.

Pergunta se os dados vão ser passados para o papel.

Se for o caso, assinala-o. Força o uso de maiúsculas e rejeita a entrada se esta não estiver conforme as normas requeridas. Considerar uma só letra. Efectuar segunda verificação de sintaxe. Ajustar variáveis se se tratar de uma procura por título. Outra verificação de sintaxe.

Ver quais os valores indicados pelo utilizador.

Verificar se se usa o elemento constante da presente ficha. Se não, fazer entrar o nome do autor a pesquisar ou

o título da obra, conforme o caso.

Procurar entre todas as fichas ou entre as indicadas pelo utilizador as ocorrências iguais à apresentada.

Recuperar o número da ficha com que se entrou na rotina e voltar à primeira parte do programa.

PROGRAMA DE PESQUISA DO GRUPO A

```

10 POKE 23655,8: LET E$=""
: DEF FN H$(J)=E$(1 TO LEN E$-LEN
STR$ J)+STR$ J
20 INPUT "ANO ";AND:"FICHA "
COM:" A ";FIM: LET FICHA=COM: LE
T FIMO=FIM
30 GO SUB 450: LET FICHA=COM
40 GO SUB 590
50 GO SUB 380: GO SUB 260
60 CLOSE #1
70 GO SUB 90: GO SUB 160: PAUS
E 0: IF INKEY$<>"G" THEN OPEN #2
,"P": GO SUB 90: OPEN #2,"S"
80 STOP
90 PRINT TAB 6;"ANO ";AND:"FICHA ";FIMO
RESTORE 200
100 FOR N=1 TO 35
110 READ C$: PRINT C$;" "
120 POKE 23692,255: PRINT FN H$(
C(N)): IF N<35 THEN LET C(35)=
C(35)+C(N)
130 PRINT " "
140 NEXT N
150 RETURN
160 LET C(35)=0: RETURN
170 RESTORE 200: LET C$=P$(105
TO 107)
180 FOR n=1 TO 35: READ b$: IF
C$=b$ THEN LET c(n)=c(n)+1: RETU
RN
190 NEXT N: CLS: PRINT ">";C$)
"?????";P$:"FICHA": STOP
200 DATA "1","1A","1B","1C"
"2","2A","2B","2C","2D"
"3","3A","3B","3C","3D","3E"
"4","4A","4B","4C","4D","4E","4F"
"5","5A","5B","5C","5D","5E","5F"
"6","6A","6B","6C","6D","6E","6F"
"7","7A","7B","7C","7D","7E","7F"
"8","8A","8B","8C","8D","8E","8F"
"9","9A","9B","9C","9D","9E","9F"
"10","10A","10B","10C","10D","10E","10F"
210 LET ficha=ficha+1: IF ficha
=nmax+1 THEN GO TO 450
220 IF ficha=fim+1 THEN LET sai
r=1: IF disco THEN GO TO 510
230 IF sair=0 AND Z$(ficha+rz)=
"x" THEN GO TO 210
240 PRINT AT 0,0;ficha;" " : RE
TURN
250 OPEN #1;"fichas.fic";r:107
: RETURN
260 GO TO disp
270 LET Z$(ficha+rz)="x": RETUR
N
280 FOR n=1 TO fim+rz
290 PRINT Z$(n): IF Z$(n)<>"x"
THEN BEEP 1,1: PRINT n
300 NEXT n
310 RETURN
320 LET ficha=0: GO SUB 260: LE
T nmax=VAL P$(1 TO 4): LET ficha
=1: RETURN
330 GO SUB 260
340 IF P$(33 TO 96)=P$(33 TO 96
) THEN LET tit=tit+1: GO SUB 270
350 GO SUB 210: IF SAIR THEN LE
T sair=0+(INKEY$="S"): RETURN
360 GO TO 330
370 LET nx=(ficha1=nmax): GO TO
340
380 GO SUB 260
390 LET titu=titu+1: LET t$(TIT
U,1 TO 4)=STR$ ficha
400 GO SUB 170: LET tit=0: LET
r$(33 TO 96)=P$(33 TO 96): LET f
icha1=ficha: GO SUB 370: LET fic
ha=ficha1: LET t$(titu,5 TO 6)=S
TR$ tit

```

Força a entrada de maiúsculas e define uma função para a formatação de números. Entrada do ano e número de fichas em que ele está compreendido. Inicialização do ficheiro. Verificação da mudança de disco. Pesquisa e verificação. Encerramento de ficheiro. Imprime resultados e, se requerido, passa-os para o papel. Para o programa. Imprime o ano pesquisado e pre-para-se para imprimir códigos. Imprime os resultados com os códigos a que se referem e junta-lhes o total.

Total= 0
Procura o código a que a ficha pertence e actualiza o respectivo contador saindo da rotina com cod= código.

Mensagem de erro se não houver código correspondente ao encontrado. Reparar que a linha que contém os diversos códigos é utilizada também na impressão dos resultados.

Ficha seguinte. Se for grande demais muda a rotina de leitura. Assinala final de ano, se for caso disso. Se a ficha já foi assinalada passar para a seguinte. Imprime o número da corrente ficha e sai da rotina. Abertura do ficheiro e retorno à sub-rotina. Salto para a rotina de leitura. Assinala uma ficha e retorna à sub-rotina. Verificação de que todas as fichas foram lidas (assinaladas). Indica se alguma não foi lida.

Fim da sub-rotina. Leitura do número de fichas existentes neste ficheiro.

Lê uma ficha. Se os títulos forem iguais assinala a ficha e conta-a. Passa para a ficha seguinte ou sai da rotina, conforme o caso. Repete a procura. Assinala se a ficha de referência for a última do disco. Lê a ficha de referência. Guarda em T\$() a localização da ficha e aumenta o número de tit. Vê qual o código a que o título corresponde e chama a rotina para assinalar as repetições. Guarda o número de repetições.


```

410 IF NOT SAIR THEN GO SUB 210
IF SAIR THEN LET SAIR=0: RETUR
N
420 IF NOT SAIR THEN GO TO 330
430 CLOSE #1: BEEP 10,45: PAUS
0: SAVE "pesquisa" LINE 680:
STOP
440 SAVE *STR$ ano+"tit.dat" DA
TA t$(0): RETURN
450 LET disp=550: LET nx=0: DIM
0(37): LET rz=-com+1: LET rx=rz
: DIM z$(503): LET dd=0: DIM R$(
107): LET ant=0: LET titu=0: LET
aut=0: DIM t$(503,6): LET disco
=0: LET sair=0: GO SUB 250: GO S
UB 320: RETURN
460 LET disco=disco+1: LET RZ=R
Z+nmmax
470 IF nx THEN LET ficha1=0: LE
T disco=disco-1: LET nx=0
480 CLS
490 LET DISP=550: LET FICHA=1
500 GO TO 240
510 CLS
520 LET DISP=570
530 LET RZ=RX
540 LET disco=0: RETURN
550 INPUT #1:P$,AT ficha+1: RE
TURN
560 RETURN
570 LET P$=F$(FICHA-COM+1)
580 RETURN
590 IF FIM>COM THEN : RETURN
600 DIM F$(NMAX-COM+1,107)
610 FOR N=COM TO NMAX
620 LET FICHA=N: GO SUB 550
630 LET F$(N-COM+1)=P$
640 NEXT N: CLOSE #1
650 IF INKEY$="" THEN BEEP .1,4
0: GO TO 650
660 LET N=NMAX: GO SUB 250: GO
SUB 320: LET DISP=570: LET FICHA
=COM: LET NMAX=N
670 RETURN
680 BEEP 3,32: PAUSE 0: GO SUB
250: LET sair=0: GO TO 410

```

PROGRAMA PARA A RESULTADOS DO

```

5 INPUT "ano = ";a
6 INPUT "quant=";q,"mq=";mq
7 PAUSE 0: LOAD *STR$ a+"tit.
dat" DATA t$(0)
8 PAUSE 0
9 PRINT #3:";" AND ";A'
10 GO SUB 690
20 FOR n=503 TO 504-0 STEP -1
30 LET ficha=VAL t$(n)(1 TO 4)
35 IF ficha>mq THEN GO TO 50
36 GO SUB 691
40 PRINT #3;p$(33 TO 96) t$(n,
5 TO 6)
50 NEXT n
60 CLOSE #1
70 GO TO 6
100 STOP
690 OPEN #1;"fichas.fic";r:107
: GO TO 693
691 INPUT #1:P$,AT ficha+1: GO
TO 693
693 IF PEEK 20728=0 THEN RETURN
694 PRINT "NOT NOT NOT ": STOP

```

Passa para a ficha seguinte. Se tiver passado da última sai. Repete a procura se não tivermos pedido a paragem temporária do programa, em que encerra o ficheiro e guarda o programa.

Guardar os resultados.

Inicialização das variáveis a utilizar durante o programa e abertura do ficheiro.

Assinala que se vai ler directamente do disco e faz o indicador de leitura apontar para a respectiva rotina.

Assinala que a leitura vai ser feita na memória. Assinala-o no indicador de leitura.

Lê uma ficha no disco.

Lê uma ficha na memória.

Se o ano em tratamento estiver dividido passam-se as fichas existentes no primeiro disco para memória e

pede-se para o utilizador mudar o disco.

Abertura do disco e ajuste dos indicadores para começar a ler a partir da primeira ficha. Saída desta rotina. Linha de entrada depois da paragem temporária do programa.

IMPRESSÃO DOS GRUPO A

Entrada do ano a imprimir.
Entrada do número de títulos.
Espera que o disco esteja inserido e faz entrar os títulos.
Mais uma espera.
Imprime o ano.
Abre o ficheiro.
Imprime, dentro da quantidade requerida, as fichas do primeiro disco (se o ano estiver dividido).

Encerramento do ficheiro.
Repetição do programa.
Fim do Programa.
Abertura do ficheiro.

Leitura de uma ficha.

Se ocorrer algum erro no disco, ele será aqui detectado.

NOTA: Para se ler a parte de ano que se encontra no segundo disco (se o ano estiver dividido) deve escrever-se na linha 35 "IF ficha<mq". A variável mq representa, neste caso a ficha com o maior número e que não será lida. No presente exemplo mq representa a ficha com menor número e que não será lida. Para o caso em que o ano não está dividido pode usar-se o presente exemplo se mq tiver um valor igual ou superior a 1339.

PROGRAMA DE PESQUISA DO GRUPO B

```

1 RANDOMIZE USR 59904
10 POKE 23656,8: LET E$=""
: DEF FN H$(J)=E$(TO LEN E$-LEN
STR$ J)+STR$ J
20 INPUT "ANO ";ANO;"FICHA ";
COM;"A ";FIM: LET FICHA=COM: LE
T FIM=FIM
30 GO SUB 360: LET FICHA=COM:
GO SUB 510
40 GO SUB 260: GO SUB 210
50 CLOSE #1
60 GO SUB 60: RANDOMIZE USR 58
419
62MA$(0)
64 GO SUB 80
66 OPEN #2,"P": GO SUB 80: OPE
N #2,"S": STOP
70 STOP
80 PRINT TAB 5;"ANO ";ANO;"
RESTORE 140
90 FOR N=1 TO 503
100 IF A$(N)<>" " THEN PRINT A$(
N)
110 POKE 23692,255
120 NEXT N: PRINT "TAB 3;AUT;"
AUTORES"
130 RETURN
140 LET ficha=ficha+1: IF ficha
=nmax+1 THEN GO TO 370
150 IF ficha=fim+1 THEN LET sai
r=1: IF disco THEN GO TO 420
160 IF sair=0 AND FICHA<>FIM+1
THEN IF Z$(ficha+rz)="x" THEN GO
TO 140
170 PRINT AT 0,0;ficha;" ": RE
TURN
180 OPEN #1;"fichas.fic";r;107
: RETURN
190 GO TO disp
200 LET Z$(ficha+rz)="x": RETUR
N
210 FOR n=1 TO fim+rz
220 PRINT Z$(n): IF Z$(n)<>"x"
THEN BEEP 1,1: PRINT n
230 NEXT n
240 RETURN
250 LET ficha=0: GO SUB 190: LE
T nmax=VAL P$(1 TO 4): LET ficha
=1: RETURN
260 GO SUB 190: IF P$(1 TO 32)=
" " THEN GO SUB 200: GO TO 280
270 DIM r$(107): LET r$(1 TO 32
)=P$(1 TO 32): LET ficha1=ficha:
GO SUB 305: LET ficha=ficha1: L
ET aut=aut+1: LET a$(aut)=r$(1 T
O 32)
280 IF NOT SAIR THEN GO SUB 140
: IF sair THEN LET SAIR=0: RETUR
N
290 IF NOT SAIR THEN GO TO 260
300 CLOSE #1: PAUSE 0: SAVE "
PESQUISA.PAT" LINE 600: STOP
305 LET NX=(FICHA1=NMAX): GO TO
320
310 GO SUB 190
320 IF P$(1 TO 32)=r$(1 TO 32)
THEN GO SUB 200
330 GO SUB 140: IF sair THEN LE
T sair=0+(INKEY$="S"): RETURN
340 GO TO 310
350 SAVE *STR$ ano+"AUT.dat" DA
TA a$: RETURN
360 LET DISP=470: LET nx=0: LET
rz=-com+1: LET rx=rz: DIM z$(50
3): LET aut=0: DIM a$(503,32): L
ET disco=0: LET sair=0: GO SUB 1
80: GO SUB 250: RETURN

```

Inibe o funcionamento do BETA 3.
Força a entrada de maiúsculas e
define uma função para a
formatação de números.
Entrada do ano e número de
fichas em que ele está
compreendido.
Inicialização do ficheiro e
Verificação da mudança de disco.
Pesquisa e verificação.
Encerramento de ficheiro.
Imprime resultados e põe em fun-
cionamento o BETA BASIC 3.0.
Ordena-os por ordem ascendente.
Volta a imprimi-los,
passa-os para o papel e para o
programa.
Fim do programa.
Imprime o ano pesquisado (o
RESTORE 140 não tem efeito).
Imprime os resultados caso não
sejam linhas vazias e indica a
quantidade de autores
encontrados.

Ficha seguinte. Se for grande
demais muda a rotina de leitura.
Assinala final de ano, se for
caso disso.
Se a ficha já foi assinalada
passar para a seguinte.

Imprime o número da corrente
ficha e sai da rotina.
Abertura do ficheiro e retorno à
sub-rotina.
Salto para a rotina de leitura.
Assinala uma ficha e retorna
à sub-rotina.
Verificação de que todas as
fichas foram lidas (assinaladas)
Indica se alguma não foi lida.

Fim da sub-rotina.
Leitura do número de fichas
existentes neste ficheiro.

Lê a ficha de referência. Se não
existir autor, assinalar a ficha
e passar para a seguinte.
Guarda em A\$() o autor presente
na ficha, assinala as repetições
e aumenta o número de autores
encontrados.

Passa para a ficha seguinte. Se
tiver passado da última sai.

Repete a procura ou, se se tiver
pedido a paragem do programa,
guarda-o e encerra ficheiro.
Assinala se a ficha de
referência for a última do disco
Lê uma ficha.
Se os autores forem os mesmos
assinala a ficha.
Passa para a ficha seguinte ou
sai da rotina, conforme o caso.
Repete a procura.
Guardar os resultados.

Inicialização das variáveis a
utilizar durante o programa e
abertura do ficheiro.


```

370 LET disco=disco+1: LET RZ=R
Z+nmaz
380 IF nx THEN LET ficha1=0: LE
T disco=disco-1: LET nx=0
390 CLS
400 LET DISP=470: LET FICHA=1
410 GO TO 170
430 CLS
440 LET DISP=490
450 LET RZ=RX
460 LET disco=0: RETURN
470 INPUT "#1,P$)AT ficha+1: RE
TURN
480 RETURN
490 LET P$=F$(FICHA-COM+1)
500 RETURN
510 IF FIM>COM THEN LET DISP=47
0: RETURN
520 DIM F$(NMAX-COM+1,107)
530 FOR N=COM TO NMAX
540 LET FICHA=N: GO SUB 470
550 LET F$(N-COM+1)=P$
560 NEXT N: CLOSE #*
570 IF INKEY$="" THEN BEEP .1,4
0: GO TO 570
580 LET N=NMAX: GO SUB 180: GO
SUB 250: LET DISP=490: LET FICHA
=COM: LET NMAX=N
590 RETURN
600 BEEP 3,32: PAUSE 0: GO SUB
180: LET sair=0: GO TO 280

```

Assinala que se vai ler directa-
mente do disco e faz o indicador
de leitura apontar para a
respectiva rotina.

Assinala que a leitura vai ser
feita na memória. Assinala-o no
indicador de leitura.
Lê uma ficha no disco.

Lê uma ficha na memória.

Se o ano em tratamento estiver
dividido passam-se as fichas
existentes no primeiro disco
para memória e

Pede-se para o utilizador mudar
o disco.
Abertura do ficheiro e ajuste
dos indicadores para começar a
ler a partir da primeira ficha.
Saída desta rotina.
Linha de entrada depois da
paragem temporária do programa.

PROGRAMA DE PESQUISA DO GRUPO C

```

10 POKE 23658,8: LET E$=""
: DEF FN H$(J)=E$(TO LEN E$-LEN
STR$ J)+STR$ J
20 INPUT "ANOS "; ANNO; " A "; AN
0 "FICHA "; COM; " A "; FIM: LET F
ICHA=COM: LET FIMO=FIM
30 GO SUB 500: LET FICHA=COM
40 GO SUB 430
50 PRINT #0;"CONTINUAR (S/N)";
PAUSE 0: INPUT "": IF INKEY$="S
" THEN GO TO 20
60 CLOSE #1
70 GO SUB 90: GO SUB 180: PAUS
E 0: IF INKEY$<>"G" THEN OPEN #2
"P": GO SUB 90: OPEN #2,"S"
80 STOP
90 PRINT TAB 6;"GRUPO ";ANNO;"
- ";ANO": RESTORE 220
100 FOR N=1 TO 35
110 READ C$: PRINT C$;" ";
120 FOR M=1 TO 7
130 POKE 23692,255: PRINT FN H$
(C(N,M)): IF N<35 THEN LET C(35
,M)=C(35,M)+C(N,M)
140 NEXT M
150 PRINT
160 NEXT N
170 RETURN
180 FOR G=1 TO 7: LET C(35,G)=0
: NEXT G: RETURN
190 RESTORE 220: LET C$=P$(105
TO 107)
200 FOR n=1 TO 35: READ b$: IF
C$=b$ THEN LET c(n,cd)=c(n,cd)+1
: LET cd=n: RETURN
210 NEXT N: CLS: PRINT ">";C$;
"???"P$:"ficha: STOP
220 DATA "1" "1A" "1B" "1C"
"1D" "2" "3A" "3B" "3C"
"4" "4A" "4B" "4B1" "4B2" "4
B3" "4B4" "4C" "4D" "4E" "4F"
"4G" "4H" "5" "5A" "5B" "5
5C1" "5C2" "5C3" "5C4" "5D" "5
E" "5F" "5G" "5H" "6" "TOT
"
230 RESTORE 250: IF P$(101 TO 1
04)=" " THEN RETURN
240 LET d=VAL P$(101 TO 104): R
ESTORE 250: FOR M=1 TO 5: READ a
: IF d<a THEN LET c(cd,M+1)=c(c
od,M+1)+1: RETURN
250 NEXT M: RETURN
260 DATA 120,240,480,960,5e5
270 LET ficha=ficha+1
280 IF ficha=fim+1 THEN LET sai
r=1: RETURN
290 IF FICHA=NMAX+1 THEN CLOSE
#1: BEEP 10,10: PAUSE 0: GO SUB
310: GO SUB 380
300 PRINT AT 0,0;ficha;" ": RE
TURN
310 OPEN #1;"fichas.fic";r;107
: RETURN
320 INPUT #1;P$;AT ficha+1: RE
TURN
330 LET ficha=0: GO SUB 320: LE
T nmax=VAL P$(1 TO 4): LET ficha
=1: RETURN
430 GO SUB 320
450 LET cd=1: GO SUB 190: GO SU
B 330:
460 GO SUB 270: IF sair THEN LE
T sair=0: RETURN
470 GO TO 430
490 SAVE *STR$ ano+"cod.dat" DA
TA C(): RETURN
500 DIM C(35,7): LET sair=0: GO
SUB 310: GO SUB 380: RETURN
510 BEEP 3,32: PAUSE 0: GO SUB
310: LET sair=0: GO TO 460

```

Força a entrada de maiúsculas e define uma função para a formatação de números. Entrada do ano e número de fichas em que ele está compreendido. Inicialização do ficheiro. Pesquisa. Repete a pesquisa se assim o utilizador o requerer.

Encerramento de ficheiro. Imprime resultados e, se requerido, passa-os para o papel. Para o programa. Imprime o ano pesquisado e prepara-se para imprimir códigos. Imprime os resultados com os códigos e os intervalos de preços a que se referem e junta-lhes os totais.

Totais= 0

Procura o código a que a ficha pertence e actualiza o respectivo contador saindo da rotina com cod= código.

Mensagem de erro se não houver código correspondente ao encontrado. Reparar que a linha que contém os diversos códigos é utilizada também na impressão dos resultados.

Se a ficha não tiver indicação do preço, sair da rotina. Procura qual o intervalo em que o preço está integrado e actualiza o respectivo contador. Reparar que o intervalo ">=960" é, na realidade, "<500000".

Ficha seguinte. Assinala final de ano, se for caso disso. Se for o fim do disco, encerra-se o ficheiro, vira-se o disco e abre-se o ficheiro. Imprime o número da corrente ficha e sai da rotina. Abertura do ficheiro e retorno à sub-rotina. Leitura de uma ficha.

Leitura do número de fichas existentes neste ficheiro.

Lê uma ficha. Actualiza os contadores referentes aos códigos e preços. Passa para a ficha seguinte ou sai da rotina, conforme o caso. Repete a procura. Guardar os resultados.

Inicialização de variáveis e abertura do ficheiro. (Sem efeito nesta pesquisa)

GLOSSÁRIO

RAM, *ROM*, *MEMÓRIA*, *SUPORTE MAGNÉTICO* são expressões que designam locais onde se pode armazenar, ou estão armazenados, programas e/ou dados. São geralmente contados em *bytes*, ou caracteres, em *k* (1024 *bytes*) ou em *M* (1048576 *bytes*).

RAM (random access memory) é um dos tipos de memória do computador, na qual se pode ler e escrever.

ROM (read only memory) é o tipo de memória do computador que contém em geral o sistema operativo e onde só se pode ler.

SUPORTE MAGNETICO é a memória externa do computador, geralmente cassetes, fitas magnéticas ou discos constituídos por um suporte onde foram impregnadas partículas metálicas semelhantes às usadas nas fitas.

SOFTWARE é a parte do computador que não tem dimensões físicas, ou seja, os programas e dados existentes na memória ou no suporte magnético.

BASIC (beginners all-purpose symbolic instruction code) é uma das várias linguagens utilizadas para comunicar com o computador e é residente no computador utilizado, sendo utilizada através de um *INTÉRPRETE* que acede a cada instrução e decide qual a tarefa a realizar.

VARIÁVEIS NUMÉRICAS e *ALFANUMÉRICAS*; *MATRIZES*.

As variáveis contêm dados que podem ser números (variáveis numéricas) ou mensagens constituídas por letras e símbolos (variáveis alfanuméricas).

Uma matriz é constituída por variáveis agrupadas sob um mesmo nome, indentificadas por índices. Uma matriz pode ter várias dimensões conforme o seu formato. Assim, uma variável simples pode considerar-se uma matriz de dimensão nula; numa matriz unidimensional os elementos arranjam-se numa fila; numa matriz bidimensional, em linhas e colunas; e assim por diante, sendo o número de dimensões apenas dependente da quantidade de memória disponível.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1 - Manuscritas.

Academia das Ciências de Lisboa

Almeida, António de, [sobre o Estado da Medicina em Portugal], 1794, ms a 377/26.

Araújo, Joaquim Vicente Pereira de, "Protestação preliminar" in Memória sobre o Salitre, ms a 376/14.

Arquivo Histórico Militar

Iconografia anti-francesa, 3aD., 10aS., N°2305/2492/4579/5710, AVI, pr.32/35/43/50-A.

Arquivo Histórico Ultramarino

Inventário da Livraria de Alcobaça, Reino, Cx2664.

Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, M.T., maço 30, doc.55.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Registo da Correspondência da Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura de Livros, Ministério do Reino, livro 364, vols. 2/3.

2 - Impressas.

a) Periódicos.

Almanaque de Lisboa, 1782 a 1800.

Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras, 1818 a 1820.

O Campeão Portuguez, 1820.

O Correio Braziliense ou Armazém Literário, 1811 a 1816.

Diário Lisbonense, 1809 a 1813.

Gazeta de Lisboa, 1780 a 1820.

O Investigador Portuguez em Inglaterra, 1811 a 1816.

Jornal de Coimbra, 1812 a 1820.

Jornal Encyclopédico, 1779; 1788 a 1792; 1806.

Jornal Encyclopédico de Lisboa, 1820.

Mercúrio Histórico, Político e Literário, 1794.

Observador Lusitano em Paris, 1815.

O Portuguez, 1814 a 1816.

b) Geral.

ABC Poético, Doutrinal e Anti-francez, Lisboa, 1809.

ABREU, Luiz Braz de, Portugal Médico, Coimbra, 1726.

Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820),
Coimbra, Universidade, 1978.

Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)
vol.1, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1982.

ALMEIDA, Teodoro de, Cartas Físico-Mathemáticas de Theodósio a Eugénio, 3vols., Lisboa, 1784-99.

ALMEIDA, Teodoro de, Recreação Filosófica, Lisboa, 10vols.,
1751-1800.

ALMEIDA, Teodoro de, "Oração de abertura da Academia das
Sciencias de Lisboa" (1/7/1780), in Cristovão Ayres, Para a
História da Academia das Sciencias de Lisboa, Coimbra,
Imprensa da Universidade, 1927.

ALORNA, Marquesa de, Obras Poéticas, vol.4, 1844.

O Amor e Sujeição à Pátria he um Dever Natural e Civil. Diálogo
entre Coriolano e Camilo, Lisboa, 1811.

ANTUNES, Anacleto Camilo, Novo Diário do Lavrador e do Jardineiro
para 1813, Lisboa, 1812.

Apologia das Reflexões sobre o Correio Braziliense, Lisboa,
1810.

ARGEA, Fr.Manuel da Conceição, Oração Fúnebre que nas exéquias
dos portugueses que morreram na tomada de Badajoz recitou...,
Lisboa, 1812.

ARISTÓTELES, Categorias, (trad. Silvestre Pinheiro Ferreira),
Lisboa, 1814.

ASTORI, Carta ao Rei de França Luiz XVI, Lisboa, 1796.

Aviso ao Público sobre os Estragos Feitos nos Livros Franceses,
Lisboa, 1808.

BALBI, Adrien, Essai Statistique sur le Royaume du Portugal, 2
vols., Paris, 1822.

BERTRAND, Elementos de Agricultura, Lisboa, 1788.

Bibliothèque Physico-Économique, Paris, 1785-1792.

BLANCHARD, Pedro, Thesouro de Meninos, Lisboa, 1813.

BRERA, Valeriano L., Divisão das Enfermidades feita segundo os
princípios do Systema de Brown ou Nosologia Browniana,
Lisboa, 1800.

- BRITO, Joaquim José Rodrigues de, Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações e principalmente de Portugal, 3vols., Lisboa, 1803-1805.
- BROTERO, Felix Avelar, "Carta escrita (...) em 1791 a Luiz de Saldanha e Oliveira" 4/7/1791, (publicada por A. Fernandes), Revista da Faculdade de Ciências de Coimbra, 14, 1945.
- BROTERO, Felix Avelar, Compêndio de Botânica, 2vols., Paris, 1788.
- BROTERO, Felix Avelar, Princípios de Agricultura Philosophica, Coimbra, 1793.
- BUCHAN, William, Medicina Doméstica, Lisboa, 1801.
- O Cão do Cego que Fugio para a Esquadra Inglesa com Medo do Lagarde, Lisboa, 1808.
- CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo, Reflexoens e Observaçoes sobre a Pratica da Inoculação da Vaccina e as suas funestas consequencias, Londres, 1808.
- Carta em que Josefina, Imperatriz dos Francezes, pede vingança a Talairand contra Napoleão, Lisboa, 1810.
- CARVALHO, José Liberato Freire de, Memórias da Vida de..., Lisboa, Assírio e Alvim, 1982 (1a ed. Lisboa, 1855).
- CHAPTAL, J.A., Elementos de Quimica, 3vols., Madrid, 1793-94.
- CONDILLAC, Arte de Pensar, Coimbra, 1794.
- COSTA, Vicente José Cardoso da, Observação sobre um Artigo da Gazeta de Lisboa, de 29 de Outubro de 1810, Londres, 1811.
- COSTA, Vicente José Cardoso da, Memória sobre a Avaliação dos Bens de Prazo, Lisboa, 1802.
- COUTINHO, Pedro, Tratado para Lavradores...para 1802; para 1806; e para 1810, Lisboa, s/d..
- COUTINHO, Pedro António, Tratado para Lavradores...para 1806; e para 1807, Lisboa, s/d..
- COUTINHO júnior, Pedro, Tratado para Lavradores...para 1816, Lisboa, s/d; e para 1824, Lisboa, 1823.
- CULLEN, William, Elementos de Medicina Prática, 7vols., Lisboa, 1790/92.
- CUNHA, Anastácio da, Notícias Literárias de Portugal, 1780, (trad., pref. e notas Joel Serrão), Lisboa, Seara Nova, 1966.
- Demonstração do Erro e Demência dos Partidistas do Governo Francez, Lisboa, 1808.
- Diálogo entre as Principais Personagens Francezas, Lisboa, 1808.
- Diálogo entre Bonaparte, seu Irmão José, Berthier e Lasnes, Lisboa, 1809.

- Diálogo entre Dous Mortos, hum Francez e hum Inglez, Lisboa, 1810.
- Diálogo entre Lucifer e Bonaparte, Lisboa, 1809.
- Dictionnaire raisonné universel de matière médicale, 8vols., Paris, 1774.
- DIDEROT e d'ALEMBERT, Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, Paris, vols. 1 e 4, 1751 e 1754.
- DUFOUR, Ab., Abrégé des Sciences et des Beaux Arts, Bruges, 1781.
- Estatutos da Universidade de Coimbra (1772), livro I, Coimbra, Universidade, 1972.
- O Evangelho em Triunfo ou História do Filósofo Desenganado, 4vols., Lisboa, 1799-1800.
- Falla de hum Portuguez aos Portuguezes nas actuais circunstâncias, Lisboa, 1810
- FERREIRA, José Henriques, Discurso Crítico contra Charlatães, Lisboa, 1785.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro, Prelecções Philosophicas sobre a Theorica do Discurso e da Linguagem, a Esthetica, a Diceosyna, e a Cosmologia, Rio de Janeiro, Imp. Régia, 1813.
- O Filósofo Solitário, 3vols., Lisboa, 1786-87.
- FOCION, Instrucções sobre a Política e a Moral, Lisboa, 1791.
- FOURCROY, Filosofia Química ou Verdades Fundamentais da Química Moderna, Lisboa, 1801.
- HENRIQUES, Francisco Fonseca, Ancora Medicinal, Lisboa, 1721.
- O Homem das Debilidades, Lisboa, 1810.
- Itinerário Lisbonense, Lisboa, 1804.
- JENNER, Indagação das Causas e Efeitos das Bexigas de Vacca, moléstia descoberta (...) e conhecida pelo nome de vaccina, Lisboa, 1803.
- LAVOISIER, Traité élémentaire de Chimie, Paris, 1789.
- LEMONS, Luiz António Inocência de Moura, Elogio à Rainha Nossa Senhora em reconhecimento dos benefícios recebidos, Lisboa, 1781.
- LESAGE, História de Gil Braz de Santillana, Paris, 1819.

- LEWIS, Connoissance pratique des médicaments les plus salutaires, 3vols., Paris, 1775.
- LINEU, C., Fundamentos Botânicos, Lisboa, Bulhões, 1809.
- LINK, Travels in Portugal, Londres, 1801.
- LISBOA, José da Silva, Princípios de Direito Mercantil, Lisboa, 1798-1808.
- LOBO, Ferreira, Oração Gratulatória, Lisboa, 1809.
- LOBO, Lourenço Lúcio Lamberto, O Cão do Cego convencido e abandonado por mexeriqueiro, Lisboa, 1789.
- MACEDO, José Agostinho de, Cartas Filosóficas a Attico, Lisboa, 1815.
- MACEDO, José Agostinho de, Newton, Lisboa, 1813.
- MACEDO, José Agostinho de, Obras Inéditas de..., Lisboa, 1900.
- MACEDO, José Agostinho de, Sermão de Acção de Graças pelo Milagroso Benefício da Paz Geral da Europa, Ig.S.Julião, 22 de Junho de 1814, Lisboa, 1814.
- MACEDO, José Agostinho de, Sermão de Preces pelo bom successo das nossas armas contra o tyranno Bonaparte na terceira invasão do reino, N.Sra. Mártires, 31 Agosto à noite, Lisboa, 1814.
- MACEDO, José Agostinho de, Sermão pregado na Igreja de N.Sra.dos Mártires, 23 de Novembro de 1808, Lisboa, 1808.
- MACEDO, José Agostinho de, Sermão pregado na Real Casa de Sto. António em 28 de Setembro de 1808, Lisboa, 1809.
- MACEDO, José Agostinho de, A Verdade ou Pensamentos Filosóficos sobre os objectos mais importantes à Religião e ao Estado, Lisboa, 1814.
- Medicina Theolôgica, Lisboa, 1794.
- Memórias Económicas da Academia das Sciencias de Lisboa, vols.1 e 5, 1789 e 1815.
- Mentor da Moda ou Educação à Franceza, Lisboa, 1808-1809.
- MORAIS, Paulino Inácio de, Compêndio de Agricultura, Lisboa, 5vols., 1801-1804.
- MURPHY, Travels in Portugal, Londres, 1795.
- NECKER, Compte rendu au Roi, Paris, 1781.
- NECKER, Sur l'Administration des Finances de la France, 3vols., Paris, 1784.
- NEGREIROS, Anastácio Aniceto, Resposta ao Cão do Cego, Lisboa, 1789.
- OLIVEIRA, Domingos Nunes de, Discurso Jurídico, Económico e Político em que se mostra a origem dos pastos que nestes Reinos se chamam comuns, Lisboa, 1788.

- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de, Curso de Medicina Theórica e Prática, Lisboa, 1792.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de, Elementos de Chimica e Farmácia, Lisboa, 1783.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de, Memória sobre a Excelência, Virtudes e Uso Medicinal da Verdadeira Agua de Inglaterra, Lisboa, reimp. 1816 (1a ed. Baía, 1815).
- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de, Preservativos das Bexigas e dos seus Terríveis Estragos, Lisboa, 1801.
- PALAIRET, João, Compêndio sobre as Artes e Sciencias, Porto, 1788.
- Philosophie de la nature, Amsterdam, 1770-74.
- Plano de Estatutos em que convierão os primeiros Sócios da Academia das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1780.
- Portugal Desafrontado. Diálogo entre hum Official Francez da Legião do Meio-Dia e hum Ecclesiástico da Província de Entre-Douro-e-Minho, Lisboa, 1808.
- RAMOS, Alexandre Dias, Thesouro de Lavradores, Lisboa, 1805.
- Reflexões que aos Soldados do Regimento 22 fez o Capelão..., Lisboa, 1809.
- Reflexões sobre o Correio Braziliense, Lisboa, 1810.
- A Religião Offendida pelos seus chamados protectores, Coimbra, 1809.
- Repertório Extravagante de Verdades Sediças, s/l, s/d, [1805].
- Resposta ao Filósofo Solitário em Abono da Verdade por hum Amigo dos Homens, Lisboa, 1787.
- Revolução e Estado Actual da França, Lisboa, 1793.
- RIBEIRO, João Pedro, "Memória sobre os inconvenientes e vantagens dos prazos" in Memórias de Literatura Portuguesa, t.7, Lisboa, Ac.Ciências, 1806.
- ROMA, Francisco Morato, Luz da Medicina, Práctica, Racional e Methódica, Guia de Enfermeiros, Coimbra, 1753.
- ROSIER, Dicionário de Agricultura, (trad. Soares Franco), 5vols., Lisboa, 1805-1806.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques, Discours sur les sciences et les arts, (introd. Jacques Roger), Paris, Garnier/Flammarion, 1971.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques, Confessions, livro 8, parte 2, Paris, 1865.
- RUDERS, Viagem em Portugal 1798-1802, Lisboa, B.N., 1981.

- SÁ, José António de, Compêndio d'Observações que formão o Plano da Viagem Política e Filosófica que se deve fazer dentro da Pátria, Lisboa, 1783.
- SAMPAIO, Francisco Coelho, Prelecções do Direito Pátrio, Coimbra, 1793.
- SANCHES, Ribeiro, Cartas sobre a Educação da Mocidade, Coimbra, Universidade, 1922.
- SANTANA, Francisco, (recolha e índices), Lisboa na 2a metade do séc.XVIII (plantas e descrições das suas freguesias), Lisboa, CML, s/d.
- SANTOS, António Ribeiro dos, (Elpino Duriense), Poesias, t.1, 1812.
- SERRA, José Correia da, "Coup d'oeuil sur l'état des sciences et des lettres parmi les portugais pendant la seconde moitié du siècle dernier" in Balbi, A., Essai Statistique, vol.2, Paris, 1822, (cccxxxiii).
- SILVA, António Delgado da, Collecção da Legislação Portuguesa desde a Ultima Compilação das Ordenações (legislação de 1775 a 1790) e (legislação de 1791 a 1801), 2vols., Lisboa, 1828.
- SILVA, José Seabra da, Deducção Chronológica e Analytica, 5 vols., Lisboa, 1768.
- SILVA, José Veríssimo Alvares, Introdução ao Novo Código ou Dissertação Crítica, Lisboa, 1780.
- SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, Primeiras Linhas sobre Processo Criminal, Lisboa, 1785.
- SOUSA, Manoel de Almeida e, Dissertação sobre os Dízimos Ecclesiásticos, Lisboa, 1816.
- Tableau de Lisbonne en 1796, Paris, 1797.
- TELES, Vicente Coelho de Seabra da Silva, Dissertação sobre o Calor, Coimbra, 1788.
- TELES, Vicente Coelho de Seabra da Silva, Elementos de Chimica, 2vols., Coimbra, 1788-1790.
- TELES, Vicente Coelho de Seabra da Silva, Nomenclatura Chimica Portuguesa, Franceza e Latina, Lisboa, 1801.
- Testamento que fez o D.Quixote da França. antes de partir para a sonhada conquista da Rússia, Lisboa, 1813.
- TOMÁS, Manoel Fernandes, Observações sobre o Discurso que escreveu Manoel d'Almeida e Sousa a favor dos direitos dominicaes da Coroa, donatários e particulares, Coimbra, 1814.
- TOMÁS, Manoel Fernandes, Repertório Geral das Leis Extravagantes, 2vols., Coimbra, 1815-1817.

TORRES, Madeira, Sermão de Acção de Graças pelos últimos gloriosos triunfos da campanha de 1813, Torres Vedras, 8 de Dezembro 1813, Lisboa, 1816.

VANDELLI, Domingos, Diccionario dos Termos Técnicos de História Natural extrahidos das obras de Linneo, Coimbra, 1788.

VANDELLI, Domingos, "Memória sobre a preferêcia que em Portugal se dá à Agricultura sobre as Fábricas" in Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa, vol.1, 1789.

VANDELLI, Domingos, Memória sobre a Utilidade dos Jardins Botânicos, Coimbra, 1788.

Vantagens da Sociedade, fundadas na Religião Christã, Lisboa, 1792.

WEIKARD, Chave da Prática Médico-Browniana ou conhecimento do estado estênico e astênico, Lisboa, 1800.

ZIMMERMANN, Diálogos de Frederico II com o Dr. ..., Lisboa, 1794.

ZIMMERMANN, Prospecto Político do Estado Actual da Europa, 2vols., Lisboa, 1799-1800.

Bibliografia:

1. Geral.

D'ALCOCHETE, Nuno Daupias, "La terreur blanche à Lisbonne (1808-1809). Jacques Ratton et la Setembrizada", Annales Historiques de la Révolution Française, 181, Jul/Set, 1965.

D'ALCOCHETE, Nuno Daupias, Bourgeoisie Pombaline et Noblesse Libérale au Portugal, Paris, 1969.

ANDRADE, Alberto Banha de, Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa, Lisboa, INCM, 1982.

BERNARDINO, Teresa, Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810), Lisboa, INCM, 1986.

BOURDIEU, Pierre, Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques, Paris, Fayard, 1982.

CARVALHO, Rómulo de, A Astronomia em Portugal no séc. XVIII, Lisboa, ICALP, 1985.

CARVALHO, Rómulo de, A Física Experimental em Portugal no séc. XVIII, Lisboa, ICALP, 1982.

CARVALHO, Rómulo de, História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra, Coimbra, Bib. Geral da Universidade, 1978.

CASSIRER, Ernst, La Philosophie des Lumières, Brionne, Monfort, 1982 (1a ed. francesa 1966).

CASTILHO, Júlio de, Lisboa Antiga, o Bairro Alto, vol. 2, Lisboa, CML, (3a ed.) 1955.

CASTRO, Armando de, O Pensamento Económico no Portugal Moderno (fins séc. XVIII a começos séc. XX), Lisboa, ICALP, 1980.

Centre Aixois d'études et Recherches sur le XVIIIe siècle, L'Histoire au XVIIIe siècle, Aix-en-Provence, EDISUD, 1980.

CHADWICK, Owen, The Secularization of the European Mind in the Nineteenth Century, Cambridge U.P., 1979 (1a ed. 1975).

CHAI, Leon, "Remarks on the development of theoretical structure in the nineteenth century thought", History and Theory, 1, 1982.

CHAUNU, Pierre, La Civilisation de l'Europe des Lumières, Paris, Flammarion, 1982.

COSTA, Celestino da, O Problema da Investigação Científica em Portugal, Lisboa, 1939.

CROCKER, Lester G., An Age of Crise. Man and World in Eighteenth Century French Thought, Baltimore (3a ed. 1970).

DAUDIN, Henri, De Linné à Lamarck. Méthodes de classification et idée de série en Botanique et en Zoologie (1740-1790), Paris, Alcan, s/d, [1926].

- DERRIDA, Jacques, L'Archéologie du frivole. Lire Condillac, Paris Denoël/Gontier, 1976.
- DIAS, José Sebastião da Silva, O Eclectismo em Portugal no séc. XVIII. Gênese e Destino de uma Atitude Filosófica, Coimbra, Universidade, 1972.
- DIAS, José Sebastião da Silva, Portugal e a Cultura Europeia, Coimbra, 1953.
- DIAS, José Sebastião e Graça da Silva, Os Primórdios da Maçonaria em Portugal, 4 tomos, Lisboa, INIC, 1980.
- Dix-huitième siècle, 14. Au tournant des lumières, 1780-1820, 1982.
- DUCHET, Michèle, Anthropologie et histoire au siècle des lumières, Paris, Flammarion, 1971.
- FOUCAULT, Michel, Les mots et les choses, Paris, Gallimard, 1984 (1a ed. 1966).
- GODECHOT, Jacques, "Le Portugal et la Révolution (1789-1814)" in Arquivos do Centro Cultural Português, vol.7, Paris, 1973, (279-297).
- GODINHO, Vitorino Magalhães, Prix et Monnaie au Portugal (1750-1850), Paris, Armand Colin, 1955.
- GOLDMANN, Lucien, "La pensée des lumières", Annales ESC, 22e année, 4, 1967.
- GUSDORF, Georges, Dieu, la nature, l'homme au siècle des lumières, Paris, Payot, 1972.
- GUSDORF, Georges, L'Avènement des sciences humaines au siècle des lumières, Paris, Payot, 1973.
- GUSDORF, Georges, Naissance de la conscience romantique au siècle des lumières, Paris, Payot, 1976.
- GUSDORF, G., Fondements du savoir romantique, Paris, Payot, 1982.
- GUYENOT, Les sciences de la vie au XVIIe et XVIIIe siècles, Paris, Albin Michel, 1953.
- HAGBERG, Knut, Carl Linnaeus, Oxford, 1952.
- JOBIM, Leopoldo C., Agricultura e Ciência no Brasil Colonia, (no prelo).
- KOYRÉ, Alexandre, études newtoniennes, Paris, Gallimard, 1968.
- HUHN, Thomas, The Structure of Scientific Revolutions, Chicago U.P., 2a ed. 1970, (1a ed. 1962).
- MCLUHAN, Marshal, La galaxie Gutemberg, 2vols, Paris, Gallimard, 1977 (1a ed. 1962).
- MONOD, Albert, De Pascal à Chateaubriand. Les défenseurs français du Christianisme de 1670 à 1802, Genève, Slatkine, 1970.

- MORTIER, Roland, Clartés et ombres du siècle des lumières, Genève, Droz, 1969.
- PACHTA, Eve, "A l'origine des petites annonces", L'Histoire, 6, 1978.
- PEREIRA, José Esteves, Silvestre Pinheiro Ferreira, o seu Pensamento Político, Coimbra, Universidade, 1974.
- PEREIRA, José Esteves, O Pensamento Político em Portugal no séc. XVIII, António Ribeiro dos Santos, Lisboa, INCM, 1983.
- PEREIRA, José Esteves, "Economia em Portugal no séc. XVIII: aspectos de mentalidade", Prelo, 2, Jan/Mar, 1984, (25-40).
- PEREIRA, José Esteves, "Natureza e expressões do saber", Prelo, 4, Jul/Set, 1984, (71-83).
- PEREIRA, José Esteves, "Kant e a 'Resposta à pergunta: o que são as Luzes'", Cultura - História e Filosofia, vol.3, 1984, (153-168).
- PEREIRA, José Esteves, "Pensamento Filosófico em Portugal, conhecimento, razão e valores nos sécs. XVIII e XIX", Cultura - História e Filosofia, vol.5, 1986, (751-781).
- PINCENIN, Isabel, "Raíces Filosóficas del Enciclopedismo" in Randle, P., La Enciclopedia y el Enciclopedismo, Buenos Aires, Oikos, 1983, (25-50).
- ROGER, Jacques, Les sciences de la vie dans la pensée française du XVIIIe siècle, Paris, Albin Michel, 1971.
- ROQUE, Mário da Costa, "Manoel Joaquim Henriques de Paiva, estudante coimbrão", Arquivo de Bibliografia Portuguesa, ano 15, 59/60, 1969, (101-143).
- SAMPSON, Henry, A History of Advertising, reed., Detroit, 1974.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, "Imprensa periódica clandestina: 'O Portuguez' e a Constituição" in O Século XIX em Portugal, Lisboa, Presença/GIS, s/d.
- SORIANO, Luz, História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, 2a época, t.2, Lisboa, 1871.
- TORGAL, Luís Reis, "Universidade, Ciência e 'Conflito de Faculdades' nos primórdios do Liberalismo em Portugal" in La Revolución Francesa y la Península Ibérica, Colóquio Madrid 1986, (actas no prelo).
- TORGAL, Luís Reis, e VARGUES, Isabel Nobre, A Revolução de 1820 e a Instrução Pública, Porto, Paisagem ed., 1984.
- VENTURI, Franco, L'Europe des lumières Recherches sur le 18e siècle, Paris/Haia, Mouton, 1971.
- VOVELLE, Michel, "La sensibilité pré-révolutionnaire" in Vom Ancien Regime zur französischen Revolution, Göttingen, 1978.
- VOVELLE, Michel, Idéologies et mentalités, Paris, Maspero, 1982.

2. A leitura na Europa.

- ALLEN, James Smith, "Le commerce du livre romantique à Paris (1820-1843)", Revue Française d'Histoire du Livre, 49e année, 26, 1980, (69-93).
- ANDRIES, "La Bibliothèque Bleue: textes populaires et adaptations lettrées au XVIIIe siècle", Revue d'Histoire Littéraire de la France, Jan/Fev. 1981, (24-47).
- AUDIN, Maurice, Histoire de l'imprimerie. Radioscopie d'une ère: de Gutenberg à l'informatique, Paris, 1972.
- BACZKO, Bronislaw, "Livre, sémantique et histoire", Annales ESC, 26e année, 3/4, 1971.
- BARBIER, Frédéric, "The publishing industry and printed output in nineteenth-century France" in Books and Society in History, Nova York/Londres, 1983, (199-230).
- BARBIER, Giles, "Pendred Abroad. A view of the late eighteenth-century book trade in Europe", Studies in the Book Trade, Oxford, OBS, 1975.
- BARBIER, Giles, "Who were the booksellers of the Enlightenment?" in Buch und Buchhandel in Europa im achtzehnten Jahrhundert, Wolfenbutteler Symposium 1977, 1981, (211-224).
- BARKER, Nicholas, "Les travaux récents d'Histoire du livre en Grande Bretagne", Revue Française d'Histoire du Livre, 46e année, 16, 1977.
- BARKER, Nicholas, "L'esthétique de l'imprimé en France et en Grande Bretagne entre 1750 et 1850", Revue Française d'Histoire du Livre, 20, 1978, (725-730).
- BELIN, J.P., Le commerce des livres prohibés à Paris de 1750 à 1789, Paris, 1913.
- BELLOS, David, "Le marché du livre à l'époque romantique: recherches et problèmes", Revue Française d'Histoire du Livre, 47e année, 20, 1978, (647-660).
- BEUTLER, Corinne, "De la culture populaire aux XVII et XVIIIe siècles de Mandrou", Annales ESC, 23e année, 2, 1968.
- BIRN, Raymond, "Livre et société after ten years: formation of a discipline" in Studies on Voltaire and the Eighteenth Century, 151, 1976, (287-312).
- BIRN, Raymond, "Le livre ancien français dans la recherche nord-américaine", Revue Française d'Histoire du Livre, 46e année, 16, 1977.
- BIRN, Raymond, "La contrebande et la saisie des livres à l'aube du siècle des Lumières", Revue d'Histoire Moderne, t.28, 1981, (158-173).
- BIRN, Raymond, "Les colporteurs de livres et leur culture à l'aube du siècle des lumières: les pornographes du Collège d'Harcourt", Revue Française d'Histoire du Livre, 33, 1981,

(593-623).

- BOLLEME, Geneviève, "La littérature populaire et de colportage" in Livre et Société dans la France du XVIIIe siècle, vol.1, Paris/Haia, 1965, (61-93).
- BOLLEME, Geneviève, Les almanachs populaires aux XVII et XVIIIe siècles. Essai d'Histoire sociale, Paris/Haia, Mouton, 1969.
- BOLLEME, Geneviève, Le Peuple par écrit, Paris, Seuil, 1986.
- BOROJA, Julio Carlo, Ensayo sobre la Literatura de Cordel, Madrid, 1969.
- CAPP, Bernard, Astrology and the Popular Press: English Almanacks 1500-1800, Londres, Faber, 1977.
- CARPENTER, Keneth, (Prefácio), Books and Society in History, Nova York/Londres, 1983.
- CERF, Madeleine, "La censure royale à la fin du XVIIIe siècle", Communications, 9, 1967, (2-27).
- CERM, Roman et lumières au 18e siècle, Paris, Ed.Sociales, 1970.
- CHARTIER, Robert, "Livre et espace: circuits commerciaux et Géographie culturelle de la librairie lyonnaise du XVIIIe siècle", Revue Française d'Histoire du Livre, 1/2, 1971, (77-108).
- CHARTIER, Robert, "Roman et lumières", Annales ESC, 27e année, 2, 1972.
- CHARTIER, Robert, "L'Underground Publishing", Annales ESC, 30e année, 4, 1975.
- CHARTIER, Robert, "Aspects de l'histoire du livre ancien", Revue Française d'Histoire du Livre, 16, 1977.
- CHARTIER, Robert, "Des livres par milliers", Annales ESC, 32e année, 3, 1977.
- CHARTIER, Robert, "Livres sous le manteau", l'Histoire, 3, 1978, (78-80).
- CHARTIER, Robert, "L'Ancien Régime typographique: réflexions sur quelques travaux récents", Annales ESC, 36e année, 1, 1981, (191-209).
- CHARTIER, Robert, Figures de la gueuserie, Paris, 1982.
- CHARTIER, Robert, MARTIN, Henri-Jean, Histoire de l'édition française, 2vols, Paris, 1983-1984.
- CHARTIER, Robert, ROCHE, Daniel, "Le livre, un changement de perspective" in Faire de l'Histoire, t.3, Paris, Gallimard, 1974, (115-136).
- CHARTIER, Robert, ROCHE, Daniel, "L'Histoire quantitative du livre", Revue Française d'Histoire du Livre, 46e année, 16, 1977, (477-501).
- CIPOLLA, Carlo, Literacy and Development in the West, Harmondsworth, 1969.
- DAINVILLE, F., "D'aujourd'hui à hier. La Géographie du livre en France de 1764 à 1945", Le Courrier Graphique, Jan/Mar, 1951.

- DARNTON, Robert, "The High Enlightenment and the low-life of literature in the prerevolutionary France", Past and Present, 51, 1971, (81-115).
- DARNTON, Robert, "Reading, writing and publishing in eighteenth century France: a case study in the Sociology of Literature", Daedalus, Historical Studies Today, Winter, 1971, (214-256).
- DARNTON, Robert, "In search of the Enlightenment, recent attempts to create a social History of Ideas", Journal of Modern History, vol.43, 1, 1971, (113-132).
- DARNTON, Robert, "Le livre français à la fin de l'ancien régime", Annales ESC, 28e année, 3, 1973, (735-744).
- DARNTON, Robert, "Trade in the taboo: the life of a clandestine book dealer in prerevolutionary France" in Darnton, Wiles e Fabian, The Widening Circle: Essays on the Circulation of Literature in the 18th century Europe, University of Pennsylvania Press, 1976, (11-85).
- DARNTON, Robert, "The Encyclopédie wars of prerevolutionary France", Studies in the XVIIIth century Culture, vol.6, 1977, (3-33).
- DARNTON, Robert, "The world of the underground booksellers in the old régime" in Vom Ancien Régime zur französischen Revolution, Göttingen, 1978, (439-478).
- DARNTON, Robert, The Business of Enlightenment. A publishing History of the Encyclopédie 1775-1800, Harvard U.P., 1979.
- DARNTON, Robert, "Intellectual and Cultural History" in The Past Before Us: Contemporary Historical Writing in the United States, Cornell U.P., 1980.
- DARNTON, Robert, "A bibliographical imbroglio, hidden editions of the Encyclopédie" in Cinq siècles d'imprimerie genevoise, (colóquio 1978), vol.2, 1981, (71-101).
- DARNTON, Robert, The Literary Underground of the Old Regime, Harvard U.P., 1982.
- DARNTON, Robert, "What is the History of Books?" in Books and Society in History, Nova York/Londres, 1983, (3-26).
- DEFOURNEAUX, Marcelin, Inquisicion y Censura de libros, Madrid, Taurus, 1973 (1a ed. Paris, 1963).
- DIAZ, Furio, "Metodo quantitativo e storia delle idee", Rivista Historica Italiana, 78, 1966, (932-947).
- DI RENZO, Eugenio, "Diffusione del libro, classe intelletuale e problemi istituzionali dell'editoria nel settecento francese" in Transactions of the 5th International Congress on the Enlightenment, Pisa, 1979, vol.4, Oxford, 1980, (1772-1779).
- Dix-huitième siècle, 18. Les littératures populaires, 1986.
- EHRARD, Jean, "Lumières et roman ou les paradoxes de Denis le fataliste" in Au Siècle des Lumières, Paris, 1970, (137-155).
- EHRARD, Jean, "Histoire des idées et histoire littéraire" in Problèmes et Méthodes de l'Histoire Littéraire, (Colóquio), Paris, 1972.
- EHRARD, Jean, L'idée de nature en France dans la première moitié du XVIIIe siècle, Paris/Genève, Slatkine, 1981 (1a ed.1963).
- EHRARD, Jean, ROGER, Jacques, "Deux périodiques français du 18e

- siècle: Le Journal des Savants et Les Mémoires de Trévoux (essai d'une étude quantitative)" in Furet (dir.) Livre et Société dans la France du XVIIIe siècle, vol.1, Paris/Haia, Mouton, 1965.
- EISENSTEIN, Elisabeth, The Printing Press as an Agent of Change, 2vols., Cambridge, 1979.
- ESCARPIT, Robert, La révolution du livre, Paris, Unesco, (2a ed.) 1969.
- ESTIVALS, Robert, Le dépôt légal sous l'ancien régime de 1537 à 1791, Paris, Rivière, 1961.
- ESTIVALS, Robert, "La production intellectuelle de la France dans la dernière décade de l'ancien régime" in XC Congrès National des Sociétés Savantes, t.2, Nice, 1965, (11-54).
- ESTIVALS, Robert, La statistique bibliographique de la France sous la monarchie au XVIIIe siècle, Paris/Haia, Mouton, 1968.
- FEATHER, John, "Cross-channel currents: historical bibliography and histoire du livre", The Library, série 6, 2, 1980, (1-15).
- FEATHER, John, The Provincial Book Trade in Eighteenth-Century England, Cambridge U.P., 1985.
- FLANDRIN, J.L., "Sentiments et civilisation. Sondage au niveau des titres d'ouvrages", Annales ESC, 20e année, 5, (939-962), 1965.
- FRAUTSCHI, R.L., "A list of french prose fiction" in J.L. Mitchell, Computers in the Humanities, Minneapolis, Univ. Minnesota Press, 1973.
- FURET, François, (dir.), Livre et société dans la France du XVIIIe siècle, 2vols., Paris/Haia, Mouton, 1965-70.
- FURET, François, "Le quantitatif en Histoire" in Faire de l'Histoire I, nouveaux problèmes, Paris, Gallimard, 1974.
- FURET, F., OZOUF, J., "L'Alphabétisation des français: trois siècles de métissage culturel", Annales ESC, 32e année, 3, 1977, (488-502).
- GALIMARD-FLAVIGNY, Bertrand, "Le prix des livres, hier et aujourd'hui", Gazete Hotel Drouot, 88e année, 20, 1979, (36).
- GALIMARD-FLAVIGNY, Bertrand, "Les premiers livres de poche: des petits formats avec minuscules", Gazete Hotel Drouot, 89e année, 38, 1980, (34-35).
- GILMONT, J-F., "Livre, bibliographie et statistique, à propos d'une étude récente", Revue d'Histoire Ecclésiastique, vol.65, 34, Lovaina, 1970, (797-816).
- HARRIS, Michael, "Astrology, almanacks and booksellers", Publishing History, 8, Cambridge, 1980, (87-104).
- HERRMAN-MASCARD, Nicole, La censure des livres à Paris à la fin de l'ancien régime (1750-1780), Paris, PUF, 1968.

- JOHNSON, Neal R., "Almanachs français et mentalités collectives au XVIII^e siècle" in Transactions of the 5th International Congress on the Enlightenment, Pisa, 1979, vol.2, Oxford, 1980, (1023-1030).
- KIRSOP, Wallace, "Literary history and book trade history: the lesson of L'Apparition du livre", Australian Journal of French Studies, 16, 1979.
- LABARRE, Le livre dans la vie amiénoise du seizième siècle, Paris, 1971.
- LE BRUN, Jacques, "Censure préventive et littérature religieuse au début du XVIII^e siècle", Revue d'Histoire de l'Église de France, 2, 1975, (201-225).
- MANDROU, Robert, De la culture populaire aux XVII^e et XVIII^e siècles: la Bibliothèque Bleue de Troyes, Paris, Imago, 1985 (1a ed. Stock, 1964).
- MANDROU, Robert, "Culture populaire et mouvements populaires dans la transition de l'Ancien régime à la Révolution" in Vom Ancien Régime zur französischen Revolution, Göttingen, 1978.
- MANDROU, Robert, "L'information clandestine: le colportage et la presse" in Histoire et clandestinité, Privas, 1979, (251-256).
- MARAIS, Jean-Luc, "Littérature et culture 'populaires' aux XVII^e et XVIII^e siècles. Réponses et questions", Annales de Bretagne, vol.87, 1, Rennes, 1980, (65-105).
- MARTIN, Henri-Jean, Le livre et la civilisation écrite, Paris, ENSB, 1968.
- MARTIN, Henri-Jean, Livre, pouvoirs et société à Paris au XVII^e siècle (1598-1701), 2vols., Genève, Droz, 1969.
- MARTIN, Henri-Jean, "économie politique et édition: la conjoncture intellectuelle française (1470-1950)" in Martin (H-J) e outros, Le livre français, hier, aujourd'hui, demain, Paris, 1972.
- MARTIN, Henri-Jean, "Culture écrite et culture orale, culture savante et culture populaire dans la France d'ancien régime", Journal des Savants, Jul/Déc, 1975, (225-282).
- MARTIN, Henri-Jean, "Pour une histoire de la lecture", Revue Française d'Histoire du Livre, 46^e année, 16, 1977, (583-609).
- MARTIN, Henri-Jean, "Histoire et civilisation du livre", Annuaire de l'école des Hautes études en Sciences Sociales, 1978, (827-829).
- MARTIN, Henri-Jean, "La librairie française en 1778-1788", Dix-huitième siècle, 2, 1979, (87-112).
- MARTIN, Henri-Jean, "Livre et lumières en France, à propos de travaux récents" in Buch und Buchhandel in Europa im achtzehnten Jahrhundert, Wolfenbütteler Symposium 1977, Hamburgo, 1981, (11-52).
- MARTIN, Henri-Jean, "Les espaces de la vente à Paris à l'époque artisanale" in 1er Colloque de l'Institut d'étude du Livre, s/d, [1981].

- MARTIN, Henri-Jean, "Publishing conditions and strategies in ancien régime France" in Books and Society in History, 1983, Nova York/Londres, (43-67).
- MARTIN, Henri-Jean e FEBVRE, Lucien, L'Apparition du livre, Paris, Albin Michel, 1971 (1a ed. 1958).
- MARTIN, Jesus Martinez, "La revolución francesa en las bibliotecas madrileñas del siglo XIX" in La Revolución Francesa y la Península Ibérica, Colóquio Madrid 1986 (actas no prelo).
- MORNET, Daniel, "Les enseignements des bibliothèques privées (1750-1780)", Revue d'Histoire Littéraire de la France, 17, 1910, (49-192).
- MOULINAS, R., L'imprimerie, la librairie et la presse à Avignon au XVIIIe siècle, Grenoble, Presses Universitaires, 1974.
- MUCHEMBLED, Robert, Culture populaire et culture des élites dans la France moderne (XV-XVIII), Paris, Flammarion, 1978.
- NISARD, Charles, Histoire des livres populaires ou de la littérature de colportage depuis le XVe siècle, 2vols., Paris, 1968 (1a ed. 1854).
- PANTOJA, Maria José Alvarez, "La revolución francesa en las bibliotecas sevillanas" in La Revolución Francesa y la Península Ibérica, Colóquio Madrid 1986 (actas no prelo).
- PARENT-LARDEUR, Françoise, "Les cabinets de lecture dans Paris: pratiques culturelles et espace social sous la restauration", Annales ESC, Set/Oct, 1979, (1016-38).
- PARENT-LARDEUR, Françoise, Lire à Paris au temps de Balzac, Paris, ed. EHESS, 1981.
- PELIGNY, Christian, "Où en est l'histoire du livre en Espagne?", Revue Française d'Histoire du Livre, 46e année, 16, 1977.
- PLANT, Marjorie, The English Book Trade. An Economic History of the Making and Sale of Books, Londres, 1965 (1a ed. 1939).
- POTTINGER, D.T., French Book Trade in the Ancien Regime, 1500-1791, Cambridge/Harvard, 1958.
- QUENIART, Jean, L'imprimerie et la librairie à Rouen au XVIIIe siècle, Paris, Klincksieck, 1969.
- QUENIART, Jean, Culture et sociétés urbaines dans la France de l'Ouest au XVIIIe siècle, Paris, Klincksieck, 1978.
- QUENIART, Jean, "L'utilisation des inventaires en histoire socio-culturelle" in Les actes notariés source de l'histoire sociale, Colóquio Estrasburgo 1978, 1979, (241-255).
- RICHTER, Noël, La lecture et ses institutions, prélude 1700-1830, Le Mans, 1984.

- ROCHE, Daniel, "Un savant et ses livres au XVIIIe siècle" in Au siècle des Lumières, Paris, 1970.
- ROCHE, Daniel, "La mémoire de la mort: recherches sur la place des arts de mourir dans la librairie et la lecture en France aux XVIIe et XVIIIe siècles", Annales ESC, 31e année, 1, 1976.
- ROCHE, Daniel, "Urban reading habits during the french enlightenment", The British Journal of Eighteenth-Century Studies, vol.2, 1-2, 1979, (138-149, 220-230).
- ROCHE, Daniel, Les manières de lire à Paris au XVIIIe siècle", Temps Libre, 2, 1981, (119-132).
- ROCHE, Daniel, Le peuple de Paris, essai sur la culture populaire au XVIIIe siècle, Paris, Aubier/Montaigne, 1981.
- SEGUIN, J.P., L'information en France avant le périodique, Paris, 1964.
- SHACKLETON, Robert, Censure and censorship: impediments to free publication in the age of enlightenment, Austin, Univ.Texas, 1975.
- SHACKLETON, Robert, "Illustrations of the operation of censorship in eighteenth-century France" in Buch und Buchhandel in Europa im Achtzehnten Jahrhundert, Wolfenbuttel Symposium 1977, 1981, (11-52).
- TRÉNARD, Louis, "Commerce et culture, le livre à Lyon au XVIIIe siècle", Albums du Crocodile, 21e année, 4, 1953, (3-44).
- TRÉNARD, Louis, "Diffusion du livre et de la culture - conclusions" in Transactions of the 5th International Congress of the Enlightenment, Pisa 1979, vol.4, Oxford, 1980, (1864-77).
- VENTRE, Madeleine, L'imprimerie et la librairie en Languedoc au dernier siècle de l'ancien régime 1700-1789, Paris/Haia, 1961 (1a ed. 1958).
- WAGNER, Jacques, "Le rôle du journal encyclopédique dans la diffusion de la culture" in Transactions of the 5th International Congress on the Enlightenment, Pisa, 1979, vol.4, Oxford, 1980.
- WEIL, Françoise, "La bibliographie matérielle, pourquoi faire? L'exemple du pour et contre", études et recherches sur le XVIIIe siècle, 1980, (209-220).

3. A leitura em Portugal e no Brasil.

- D'ALCOCHETE, Nuno Daupias, "Les panphlets portugais anti-napoléoniens" in Arquivos do Centro Cultural Português, vol.9, Paris, 1977, (507-516).
- ANSELMO, A., Origens da Imprensa em Portugal, Lisboa, INCM, 1981.
- ANTUNES, José, "Notas sobre o sentido ideológico da reforma pombalina", Revista de História das Ideias, vol.4, t.2, 1982-83, (143-197).
- BAIXO, A., "A censura literária e a Inquisição no século XVIII", Boletim da Segunda Classe da A.C.L., 9, 1915, (356-379).
- BAIXO, A., "A censura literária inquisitorial", Boletim da Segunda Classe da A.C.L., 12, 1918, (473-560).
- BONNANT, Georges, "La librairie genevoise du XVIe au XVIIIe siècles", Genava, t.3, 1955, (183-200).
- BONNANT, Georges, "L'imprimerie à Genève du XVe au XVIIIe siècle et le commerce des libraires genevois avec le Portugal", Arquivo de Bibliografia Portuguesa, 5, 1956.
- BONNANT, Georges, "Les libraires du Portugal au XVIIIe siècle vus à travers leurs relations d'affaires avec leurs fournisseurs de Genève, Lausanne et Neuchâtel", Arquivo de Bibliografia Portuguesa, 23/24, 1960.
- BONNANT, Georges, "La librairie genevoise dans la Péninsule Ibérique au XVIIIe siècle", Genava, t.9, 1961-62, (103-124).
- BONNANT, Georges, "Relations luso-genevoises de librairie au XVIIIe siècle", Arquivo de Bibliografia Portuguesa, 57/58, 1969, (87-93).
- CAEIRO, Francisco da Gama, "Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX", Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, vol.35, 1980, (139-167).
- DIAS, José Sebastião da Silva, "O primeiro rol de livros proibidos", Biblos, vol.39, 1963, (231-327).
- DOMINGOS, Manuela D., Estudos de Sociologia da Cultura, livros e leitores do séc.XIX, Lisboa, IPED, 1985.
- ESTEVES, Rosa, "Gabinets de leitura em Portugal no sécXIX (1815-1853)", Revista Univ.Aveiro - Letras, 1, 1984, (213-235).
- GAMA, Angela Barcelos da, "Livreiros, editores e impressores em Lisboa no séc.XVIII", Arquivo de Bibliografia Portuguesa, ano 13, 49/52, 1967, (8-81).
- GUEDES, Fernando, O Livro e a Leitura em Portugal, subsídios para a sua história. Sécs.XVIII-XX, Lisboa/S.Paulo, Verbo, 1987.
- LOFF, M. Isabel, "Impressores, editores e livreiros no séc.XVII em Lisboa", Arquivo de Bibliografia Portuguesa, ano 10-12, 37/48, 1964-66, (49-84).

- LOUREIRO, José Pinto, "Livreiros e livrarias de Coimbra do séc. XVI ao séc. XX", Coimbra, Biblioteca Municipal, 1954.
- MACEDO, Jorge Borges de, "Livros impressos em Portugal no séc. XVI: interesses e formas de mentalidade", Arquivos do Centro Cultural Português, vol.9, Paris, 1975, (183-221).
- MARQUES, M. Adelaide Salvador, A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional, aspectos da Geografia cultural portuguesa no séc. XVIII, Coimbra, 1964.
- MARQUES, M. Adelaide Salvador, "Pombalismo e cultura média - meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória", Brotéria, 115, 1982, (181-201).
- MATOS, Marina M. Freitas de, "Impressores, editores e livreiros no Porto do séc. XV ao séc. XVIII", Arquivo de Bibliografia Portuguesa, ano 16, 1970, (105-120).
- MEIRELES, M. Adelaide de Azevedo, "A actividade livreira no Porto no séc. XVIII (contribuição para o seu estudo)", Revista de História, vol.4, Porto, 1981, (7-22).
- PEIXOTO, Jorge, "História do livro impresso em Portugal", Arquivo de Bibliografia Portuguesa, ano 10-12, 37/48, 1964-66, (1-26).
- PEIXOTO, Jorge, "Para a Sociologia do fenómeno literário. Gabinete de leitura em Portugal nos começos do século XIX", Comércio do Porto, 24/X/1967.
- PEREIRA, Isaías R., Notas Históricas acerca de índices de livros proibidos e bibliografia sobre a Inquisição, Lisboa, 1976.
- RADICH, Maria Carlos, Almanaque. tempos e saberes, Coimbra, Centelha, s/d.
- RAMOS, Luís A. Oliveira, "Da aquisição de livros proibidos nos fins do séc. XVIII (casos portugueses)", Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - série História, vols. 4-5, 1973-74, (329-338).
- REVAH, I. S., La Censure inquisitoriale portugaise au XVIe siècle, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960.
- SANTOS, Piedade Braga, "Actividade da Real Mesa Censória - uma sondagem", Cultura - História e Filosofia, vol.2, 1983, (377-440).
- SILVA, Inocêncio da, (e Brito Aranha), Dicionário Bibliográfico Portuguez, 20vols., Lisboa, 1858-1911.
- SILVA, M. Beatriz Nizza da, Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808 - 1821), São Paulo, CEN, (2a ed.) 1978.
- TENGARRINHA, J. M., História da Imprensa Periódica Portuguesa, Lisboa, Portugalia, 1965.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- ABRANCHES, Principal, 177,178.
 ABREU, Braz de, 192
 ADAMSON, 132,149.
 AIRES, Cristovão, 186.
 d'ALCOCHETE, N.D., 217,260,263.
 d'ALEMBERT, 162,167-168,177,182.
 ALLEN, J.Smith, 94.
 ALMEIDA, António de, 14,15,138, 139,141,192.
 ALMEIDA, Caetano, 140.
 ALMEIDA, P.Teodoro de, 108,109, 114,144,145,169,191.
 ALORNA, Marquesa de, 131,187.
 AMZALAK, 186.
 ANDRADE, Banha de, 191
 ANSELMO, Artur, 38.
 ANTUNES, Anacleto, 188.
 ARAUJO, Joaquim V.P., 170.
 ARGEA, Fr.Conceição, 262.
 ARISTÓTELES, 107,185.
 ASTORI, 212.
 AZEVEDO, J.Pinto de, 138.
 BACON, Francis, 98.
 BALBI, 14,15,35,38,45-47,75,197, 199.
 BAPTISTA, P.João, 107,185.
 BARBIER, F., 26,39.
 BARBIER, G., 52,69,77,79.
 BARBOSA, Soares, 138.
 BARRUEL, Ab., 213,237.
 BAYLE, 226.
 BELL, 140.
 BERNARDINO, Teresa, 230.
 BERTHIER, 261.
 BERTHOLLET, 145.
 BERTRAND, Jean, 125,186.
 BERTRAND, liv., 61,69,169.
 BESOGNE, Jacques, 69.
 BIRN, Raymond, 39.
 BLANCHARD, Pedro, 189.
 BLOCH, Marc, 25.
 BLUTEAU, 230.
 BOCAGE, 121.
 BOERHAVE, 140.
 BOLLEME, Geneviève, 58,77,187.
 BONAPARTE, José, 261.
 BONAPARTE, Napoleão, 45,93,223, 240,260-262.
 BONNANT, G., 27,40,69,79.
 BONNARDEL, 75.
 BONNET, 148,149.
 BRERA, Valeriano, 194.
 BRITO, Rodrigues de, 105,109,186.
 BROTERO, F.A., 77,131,149,150, 164,165,176,182,189,192,197.
 BROWN, John, 138,150-152,194.
 BUCHAN, William, 136,156.
 BUFFON, 112,132,133,148,162,167, 188-190.
 CAEIRO, F. da Gama, 27,40.

- CAIN, Julien, 75.
- CALONNE, 259.
- CAMERARIUS, 189.
- CARLOS XII, 197.
- CARNEIRO, Borges, 249, 250, 266.
- CARNEIRO, Custódio, 188.
- CARNEIRO, Heliodoro, 194.
- CARPENTER, Keneth, 41.
- CARVALHO, B. Coutinho de, 252.
- CARVALHO, José Liberato Freire de, 44, 75, 181, 236, 239, 264.
- CASTILHO, Júlio de, 52, 76.
- CASTRIOTO, F. A., 195.
- CASTRO, Armando de, 186.
- CASTRO, Bernardo, 180, 197, 238.
- CERVEIRA, Visc., 177.
- CHAPTAL, 146, 148.
- CHARTIER, R., 11, 26, 27, 39, 40, 47, 59, 69, 75, 77, 79, 80, 82, 95, 187.
- CHAVES, J. M., 138, 151, 191, 194.
- CÍCERO, 205.
- COMTE, 127.
- CONDILLAC, 107, 109, 167, 182, 185.
- CONDORCET, 226, 242.
- CONSTÂNCIO, F. Solano, 160, 166, 180, 181, 241.
- COSTA, Celestino da, 143.
- COSTA, Hipólito J. da, 238.
- COSTA, J. D. Rodrigues da, 204.
- COSTA, V. Cardoso da, 245, 249, 252, 262, 267.
- COUTINHO, Azevedo, 214.
- COUTINHO, Pedro, 123, 187, 188.
- COUTINHO, R. Sousa, 260.
- CULLEN, W., 138, 150, 151, 191, 194.
- CUNHA, Anastácio da, 112, 134, 182.
- CUNHA, V. Nolasco da, 180, 187, 197, 238.
- DALLA BELLA, 186.
- DARNTON, R., 11, 25, 27, 32, 33, 39-41, 60, 69, 78, 82, 92, 94, 95, 168.
- DARWIN, Erasmo, 148.
- DEFOURNEAUX, Marcelin, 41, 196.
- DERRIDA, J., 185.
- DESCARTES, 184.
- DIAS, Graça Silva, 186, 197, 241, 263-265.
- DIAS, J. P. Sousa, 194.
- DIAS, J. S. Silva, 108, 183-186, 197, 231, 241, 263-265.
- DIAZ, Furio, 25, 39.
- DIDEROT, 102, 103, 167, 168, 177, 182, 183, 243.
- DINIS, Júlio, 191.
- DIOSCÓRIDES, 190.
- DOMINGOS, Manuela, 29, 40, 47, 48, 75, 76, 80.
- DUFOUR, 99.
- ECO, Umberto, 6.
- EHRARD, Jean, 32, 33, 39, 41, 274.
- EISENSTEIN, Elisabeth, 79, 272.

- ELÍSEO, Filinto, 203.
 ERICEIRA, conde de, 183.
 ESCARPIT, Robert, 75.
 ESPINOSA, 226.
 ESTEVES, Rosa, 40, 80.
 ESTIVALS, Robert, 39, 91, 95.
 EULER, 112, 162.
 FARINHA, B. Sousa, 196.
 FEATHER, John, 31, 41.
 FERNANDES, A., 77.
 FERREIRA, Áurea D., 38.
 FERREIRA, Henriques, 139, 191.
 FERREIRA, S. Pinheiro, 103, 105, 107-109, 133, 134, 137, 145, 147, 184, 185.
 FIGUEIREDO, A. P. de, 95, 199, 267.
 FLAMMESTEED, 162.
 FOCION, 214.
 FONTENELLE, 271.
 FORTES, Azevedo, 184.
 FOUCAULT, 11, 185, 188.
 FOURCROY, 145, 146, 148.
 FRANCO, Soares, 117-119, 124, 125, 145-149, 182, 186, 197.
 FRANK, 194.
 FRANKLIN, 162, 193.
 FRAUTSCHI, 39.
 FREDERICO II, 214.
 FREIRE, P. de Melo, 245, 251, 267.
 FRERET, 225.
 FURET, F., 11, 31, 35, 39, 41, 91, 94, 95.
 GALILEU, 162.
 GAMA, Ângela, 77.
 GEOFFROY, 192.
 GLEICHEN, 148.
 GODECHOT, 238, 264.
 GODINHO, V. Magalhães, 78, 260.
 GROTIUS, 208, 242.
 GUEDES, F., 28, 35, 40, 69, 76-79, 189, 263, 266.
 GUSDORF, G., 136, 137, 188.
 HAGBERG, Knut, 189.
 HALLER, 146, 148, 149, 151.
 HALLEY, 163.
 "HALLEY", Francisco S., 188.
 HEINÉCIO, 242.
 HELVÉCIO, 226, 243.
 HENRIQUES, Fonseca, 192.
 HERSCHEL, 162.
 HIPÓCRATES, 140.
 HOBBS, 211, 226.
 d'HOLBACH, 226.
 HORÁCIO, 195.
 JENNER, 156, 194.
 D. JOÃO V, 113, 235.
 D. JOÃO VI, 235, 241.
 JOBIM, Leopoldo C., 188.
 D. JOSÉ, 191, 235.
 JOSEFINA, 262.

- JUNOT, 229, 238.
 JUSSIEU, 132, 149, 188.
 KANT, 105, 195, 242.
 KEPLER, 163.
 KOYRE, A., 137, 185.
 KUHN, T., 144.
 LA FONTAINE, 203, 271.
 LA METTRIE, 224, 226.
 LADURIE E. Le Roy, 196.
 LAMARCK, 146.
 LAPLACE, 147, 148.
 LASNES, 261.
 LAVOISIER, 112, 144-148, 152, 193.
 LEAL, F.L., 196.
 LEEWENHOEK, 112, 149.
 LEIBNIZ, 167.
 LEMOS, Luis A. Moura e, 206, 259.
 LESAGE, 191.
 LEWIS, 192.
 LINEU, C., 112, 127, 130-136, 149, 188-190.
 LINK, 44, 70, 75, 79, 116, 117, 119, 121, 143, 184, 189, 191, 192, 264.
 LISBOA, Eusébio A.R., 156, 194.
 LISBOA, José da Silva, 246.
 LOBO, Ferreira, 261.
 LOBO, Lourenço, 76.
 LOCKE, 109, 167, 243.
 LOUREIRO, João, 189.
 LOUREIRO, J.B. Rocha, 237, 241.
 LOUREIRO, Pinto, 77.
 LUIS XVI, 178, 212.
 LUIS XVIII, 240, 241.
 MABLY, 167, 242.
 MACBRIDE, 146.
 MACEDO, Jorge Borges de, 38.
 MACEDO, J. Agostinho de, 121, 133, 162, 164, 182, 190, 191, 196, 204, 218, 219, 225, 230, 231, 237, 238, 242-244, 259, 261, 262, 264.
 MACQUER, 193.
 MANDROU, Robert, 187, 194.
 MANIQUE, Pina, 167, 178.
 D. MANUEL I, 267.
 MAQUIAVEL, 199, 211, 226.
 MARGIOCHI, Simões, 134.
 D. MARIA I, 116, 178, 206, 235, 259.
 MARMONTEL, 183, 203.
 MARQUES, M. Adelaide Salvador, 29, 35, 40, 70, 76, 79.
 MARTIN, Henri-Jean, 11, 58, 75, 77, 80, 82, 94, 95, 275.
 MARTIN, Jesus M., 30, 40.
 MASSENA, 180.
 MATA, Militão da, 182.
 MATOS, Marina F., 77.
 MAUSSÉ, 71, 75, 80.
 MAUVELIN, 59.
 MEIRELES, M. Adelaide, 77.
 MELO, João Chrisóstomo de, 182.

- MELO, Sebastião José Carvalho e, 59, 199.
- MEUSNIER, 146.
- MIRABEAU, 226, 243.
- MITCHELL, 39.
- MONIZ, Pato, 237.
- MONTENEGRO, Miranda, 192.
- MONTESQUIEU, 242.
- MORAIS, Inácio de, 125.
- MORVEAU, 145.
- MULLER, J. Cristiano, 179.
- MURPHY, 76.
- NECKER, 205, 206, 212.
- NEEDHAM, 149.
- NEGREIROS, Anastácio, 76.
- NEWTON, 109, 112, 127, 162, 184, 185, 190, 196.
- OLIVEIRA, D. Nunes, 246, 251.
- OLIVEIRA, L. Saldanha, 77.
- PACHTA, Eve, 38.
- PAIVA, H. de, 131, 135-139, 144, 146, 151, 152, 156, 157, 167, 179, 180, 182, 183, 186, 191, 194, 196, 197.
- PALAIRET, 97-99, 102, 110, 184, 201.
- PANTOJA, Maria José, 30, 40.
- PEDRO o Grande, 197.
- PEIXOTO, Jorge, 40.
- PELIGNY, 41.
- PENALVA, Mq., 213.
- PEREIRA, J. Dantas, 182.
- PEREIRA, José Esteves, 108, 183-187, 195, 260.
- PINCEMIN, Isabel, 157.
- PINTO, A. J. Sousa, 182.
- PLANT, Marjorie, 23, 39, 78.
- PLENCK, J. J., 138, 140, 190.
- PLÍNIO, 190.
- POPE, 226.
- POTTINGER, 39.
- PRIESTLEY, 145, 146, 148, 193.
- PUFFENDORF, 208, 242.
- PUJOL, 156.
- QUENIART, J., 30, 37, 40, 41, 79, 187.
- RADICH, Maria Carlos, 187.
- RAMOS, Alexandre Dias, 125.
- RAMOS, Luís Oliveira, 27, 40.
- RATTON, J., 263.
- RAY, 189.
- REY, Jorge, 263.
- REY, Pedro, 263.
- REYCEND, 61, 69, 169, 228, 263.
- RIBEIRO, João P., 250, 251, 267.
- ROCHE, D., 26, 39, 47, 59, 75, 79, 80, 82, 95, 187.
- ROGER, Jacques, 32, 33, 39, 41, 132, 183, 189, 274.
- ROLLAND, 263, 266.
- ROMA, Morato, 192.
- ROMME, 163.
- ROQUE, M. Costa, 186.

- ROSIER, 112, 125, 146.
 ROUSSEAU, 98, 161, 162, 167, 171,
 183, 195, 196, 224-226, 242, 243.
 RUDERS, C., 71, 75, 80.
 SÁ, José António de, 208, 270, 272.
 SAMPAIO, F.C.Sousa e, 120.
 SAMPSON, 38.
 SANCHES, Ribeiro, 190, 196.
 SANTA ANA, Joaquim J.de, 140.
 SANTA CLARA, Joaquim de, 179.
 SANTANA, Francisco, 76.
 SANTOS, M.H.Carvalho dos, 268.
 SANTOS, A. Ribeiro dos, 44, 133,
 147, 179, 187, 190, 199, 260.
 SARAMAGO, José, 6.
 SARMENTO, Fr.Francisco, 95.
 SARMENTO, J.Castro, 152, 183.
 SCHEELE, 193.
 SERRA, Correia da, 176.
 SILVA, Delgado da, 197, 259.
 SILVA, Inocência da, 15, 17, 34,
 38, 194, 196, 266.
 SILVA, J.V.Álvares da, 253.
 SILVA, Seabra da, 199, 259.
 SIMMONS, 138.
 SORIANO, Luz, 238, 264.
 SOUSA, J.J.Pereira e, 245, 266.
 SOUSA, M.Almeida e, 245, 252,
 253, 267.
 SPALLANZANI, 148, 149.
 STOCKLER, 182, 267.
 SUE, 140.
 SYDENHAM, 140.
 TALLEYRAND, 262.
 TAVARES, Francisco, 179.
 TELES, Vicente C.Seabra S., 109,
 135, 144, 145, 147, 176, 186, 190.
 TENGARRINHA, J.M., 235, 237, 264.
 TISSOT, 156.
 TOLOSA, Arc., 211.
 TOMÁS, M.Fernandes, 249, 252.
 TORGAL, Luís Reis, 105, 183.
 TORRES, Madeira, 261, 262.
 TOURNEFORT, 149.
 TRIGOSO, Mendes, 114.
 VAILLANT, S., 189.
 VANDELLI, 130, 131, 164, 185, 186,
 189, 197.
 VARGUES, Isabel N., 183.
 VENTURI, Franco, 195.
 VERNEY, 182, 184.
 VOLTAIRE, 162, 167, 171, 172, 182,
 225, 226, 242, 243, 195, 196.
 VOVELLE, Michel, 11, 95, 274.
 WAGNER, Jacques, 166.
 WEIKARD, 138, 194.
 WOLFF, 208, 242.
 ZIMMERMAN, 209, 214.
 ZUNIGA, 213.

INDICE

Nota prévia.....	3
I - Introdução.....	5
II - O problema das fontes.....	12
notas.....	38
III - Como vive a leitura.....	42
Espaços.....	43
Condições de venda.....	58
As línguas da leitura.....	69
notas.....	75
IV - Um mundo em crescimento. Em que sentidos?.....	81
notas.....	94
V - As "Sciencias": a natureza das "coisas".....	96
O que significa ler ciência.....	97
Cultivar e cultivar-se.....	112
A ordem das coisas.....	127
Leituras em dia.....	143
Esclarecer.....	154
Momentos da leitura científica.....	171
notas.....	183
VI - Ler e fazer Política.....	198
Formas de ler.....	199
A leitura do poder.....	205
O surto panfletário.....	216
Imprensa periódica: multiplicação e radicalização.....	233
Discurso jurídico, económico e político.....	245
A nova leitura.....	254
notas.....	259
VII - Ler Ciência e ler Política: um mundo em mudança.....	269
notas.....	276
Anexo:	
um ficheiro - objectivos, problemas e concretização...	277
Fontes e Bibliografia.....	290
Indice onomástico.....	311

